Dez freguesias da cidade do Salvador

Aspectos sociais e urbanos do século XIX

Anna Amélia Vieira Nascimento

Dez freguesias da cidade do Salvador

Aspectos sociais e urbanos do século XIX

Anna Amélia Vieira Nascimento

Dez freguesias da cidade do Salvador

Aspectos sociais e urbanos do século XIX

EDUFBA, 2007

A memória dos fundadores da moderna historiografia baiana
Wanderley Pinho
Pedro Calmon

As amigas
Celina Moreira Franco
Jacqueline Donel
e à Maria Luisa Marcílio

Sumário

Capítulo V

Os níveis de fortuna. Os senhores, os comerciantes, os traficantes, os estratos médios da sociedade, o povo, os escravos

Prefácio

É digno dos maiores elogios o esforço contínuo e profícuo dos meios acadêmicos espalhados em todo o território do País pela reconstituição da história regional – política, econômica, social, cultural – ultrapassando, em profundidade, as tradicionais generalizações, necessárias, mas não suficientes. A proliferação desse tipo de trabalhos regionais permitirá, subseqüentemente, a sua integração numa grande História do. Brasil, abrangendo tanto os aspectos globais como os particulares.

O trabalho de Anna Amélia Vieira Nascimento, que tenho a satisfação de prefaciar, enquadra-se nesse tipo de estudos que, ao se concentrarem num universo relativamente limitado (no caso, dez freguesias do Salvador no século XIX) têm a possibilidade de detalhar e aprofundar aspectos que se perderiam num universo mais amplo.

Antes de mais nada, o mérito do livro reside em sua extensa documentação, principalmente de fontes primárias: recenseamentos, listas eleitorais, testamentos, transcrições de imóveis, etc., além da pesquisa in loco, quando se trata de identificar sítios, ruas, edifícios, pessoas. Vale sublinhar, por outro lado, o espírito crítico que preside na adoção das fontes, como, por exemplo, as restrições feitas a respeito do recenseamento de 1855.

A Autora maneja com segurança e competência as informações colhidas, inclusive as de caráter quantitativo. Já na “Introdução” do livro, ela manifesta, com entusiasmo que compreendo muito bem, a adesão à metodologia quantitativa, ressaltando seus méritos para a descoberta das verdades históricas.

Procede, assim, a Autora a levantamentos estatísticos extremamente esclarecedores como, por exemplo, a respeito da distribuição da população pela cor, pelas profissões, pela condição livre ou escrava, pela constituição da família, pela condição de saúde, bem como a respeito dos bairros, das ruas, da disposição das casas, e outras.

Apesar da abundância das informações numéricas e do seu tratamento acurado, frio como se deve, a Autora consegue criar um atraente quadro de autenticidade em que elementos qualitativos se misturam aos quantitativos, resultando uma exposição viva, cheia de realidade histórica – pessoas, logradouros, acontecimentos. Em tudo, a Autora procura o significado social graças ao qual melhor poderíamos entender o passado.

E não apenas social, que constitui o objetivo principal do livro, cujo subtítulo, aliás, é: “Aspectos sociais e urbanos do século XIX”. A partir do social chega-se à realidade econômica, como, por exemplo, quando ao quantificar-se a estrutura jurídica da população, se verifica o elevado grau de escravismo da sociedade, embora numa época em que já se delineava o fim da escravatura. Não apenas o fato de, nas dez freguesias em pauta, 27,5% da população se constituirem de escravos, mas também a presença de casos como o de uma família de cinco pessoas possuindo não menos de quinze escravos! Anotações desse tipo conferem ao livro o sabor de realismo a que já me referi. A mesma impressão se tem ao ler as informações de casos concretos mostrando a movimentação da população seja no sentido horizontal, seja no vertical.

Embora o livro se concentre nos aspectos sociais, o último capítulo aborda diretamente problemas econômicos – níveis e concentração da riqueza, comércio, tráfico africano, evolução da economia baiana etc.

O perfil das riquezas é apresentado através de uma amostragem – o que era inevitável, haja vista a escassez de informações. A rigor, teria sido desejável uma amostragem de maior extensão. É pena que a Autora, tendo recorrido às listas eleitorais como fonte de documentação, não as

tenha aproveitado para tentar uma reconstituição parcial do perfil das rendas, uma vez que as referidas listas, conforme a lei, deviam consignar não apenas a profissão, mas também a renda anual dos votantes e eleitores. Confesso que há nisto um interesse pessoal meu: teria tido a oportunidade de confrontar os resultados com os de uma pesquisa semelhante, por amostragem, evidentemente, sobre as rendas em dez paróquias do Rio de Janeiro (pesquisa divulgada no meu livro **Brasil: Disparidades de Renda no Passado**). É verdade que a Autora, com probidade científica, adverte desde o início quanto à precariedade das informações fornecidas pelas listas eleitorais.

Apesar do lugar secundário reservado ao aspecto econômico, o livro oferece subsídios interessantes sobre várias facetas do problema. Refere-se. em vários lugares, à decadência econômica da Bahia e suas causas. De fato, Salvador tinha ainda, em meados do século XIX, um lugar destacado em termos de nível de renda e atividade econômica – as estatísticas de exportação e importação a colocam no terceiro lugar, após Rio de Janeiro e Recife. Entretanto, como a Autora focaliza, o processo de decadência estava em curso, a meu ver desde o século XVIII ou mesmo o fim do século XVII.

A discussão das causas deste processo se estenderia em maior espaço num trabalho próprio de história econômica, mas o livro de Anna Amélia Vieira Nascimento, fundamentalmente de história social, não deixa de apontar vários fatores de decadência entre os quais coloca, com propriedade, entre os mais importantes, a falta de capitais. Refere-se a um processo de endividamento a favor dos intermediários comerciais e financeiros, de drenagem de rendas para fora da região ou do País e de descapitalização, processo esse que vinha de longe e que me parece de fundamental importância.

Como caracterização geral, a amostragem das dez freguesias estudadas no livro permite a reconstituição de um cenário socioeconômico extremamente relevante a respeito da cidade do Salvador em meados do século XIX. É um convite para continuação de uma obra de tantos méritos – convite que deve ser dirigido, em primeiro lugar, à própria Autora.

Setembro de 1985
Mircea Buescu

Apresentação

Foi na qualidade de membro do comitê assessor na área de Ciências Sociais do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que, pela primeira vez, entrei em contato com o trabalho da pesquisadora Anna Amélia Vieira Nascimento, quando do julgamento de uma solicitação de bolsa para pesquisa. Seu objetivo era desenvolver um estudo, sobre as 10 freguesias da cidade de Salvador no século XIX, em seus aspectos sociais e urbanos.

Durante minha permanência no CNPq me foi sempre gratificante acompanhar o andamento de seu trabalho pela leitura dos relatórios, os quais sempre revelaram domínio do tema e rigor metodológico.

Licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia em 1954, foi no entanto, a partir de 1975 que passou a dedicar-se à história social realizando cursos na École de Hautes Études en Sciences Sociales e na Universidade de Picardia, em Amiens, na França.

Coube à professora Adeline Daumard, da École de Hautes Études da Universidade de Paris, e da Universidade de Amiens orientá-la na elaboração de sua tese de mestrado. O assunto a que a pesquisadora se dedicou foi "Le Couvent de Sainte Claire au Desert". Trata-se de um

trabalho sobre a vida de uma comunidade religiosa, o convento de Santa Clara, em Salvador, durante o período colonial. As fontes históricas e a metodologia utilizada por Anna Amélia, refletem o espírito da moderna escola francesa de história social, fundamentada numa larga base demográfica e econômica.

Ainda sob a orientação de Adeline Daumard, a pesquisadora está elaborando sua tese de doutoramento do 3eme cycle tendo realizado, a partir de outubro de 1978, curso na École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.

O tema de sua tese ainda é o mesmo, isto é, "Le Couvent de Sainte Claire au Desert (Bahia) au XIX siécle. Étude Sociale". A retomada do tema se explica, pela riqueza de fontes mantidas pelo convento. Se, no primeiro trabalho, ela se prendeu aos primeiros séculos de nossa colonização, no segundo, explora o século XIX, rico para compreensão do quadro social e econômico da Bahia. Com esse trabalho, Anna Amélia cria um modelo para estudo de uma instituição, no caso religiosa, tema tão pouco explorado em nossa historiografia.

O livro **Dez freguesias da cidade do Salvador** – aspectos sociais e urbanos resulta do desdobramento do trabalho de suas teses. Foi tal levantamento de fontes e o domínio da historiografia baiana do século XIX que lhe foi possível elaborar o trabalho que agora tenho a honra de apresentar.

Dentro da concepção moderna de que a história social se faz fundamentada na demografia e na economia, e de que, ao nível das estruturas, a história social deve também ser, ao mesmo tempo, qualificada e apreciada, o livro de Anna Amélia é um estudo da sociedade de Salvador no século XIX, uma vez que levanta séries documentais, ressaltando-se as de um recenseamento realizado na Bahia em 1855, listas de qualificação eleitoral, transcrição de vendas de imóveis e outras, utilizadas com o objetivo de traçar quadros ou de realçar o qualitativo.

A idéia formal desse estudo é preocupar-se com a história da cidade de Salvador no período em que, por cerca de cem anos (1760-1870), nela existiam dez freguesias urbanas. Hipóteses lançadas e afirmativas ou suposições tradicionalmente aceitas através de demonstrações e levantamentos, são comprovadas ou negadas mediante aplicação de métodos quantitativos.

Uma indagação sobre o suposto "enigma baiano" paira durante todo o trabalho. Que condições sociais e econômicas levaram a Bahia à séria crise econômica do final do século XIX, estendendo-se pelas décadas seguintes, em pleno século XX?

Procura também este estudo caracterizar os segmentos e grupos sociais. O trabalho proposto é importante na medida em que busca a compreensão da sociedade como um todo, usando técnicas adequadas, pois os elementos de cor e a existência da escravidão no Brasil criam binômios antagônicos ou alternativos como: população branca ou de cor, população livre ou escrava, ou então, voltando-se para os problemas econômicos, grupos de alta renda, grupos de média ou de quase nenhuma renda.

A simples afirmativa de que existiam na sociedade brasileira senhores e escravos, é absolutamente falsa quando se percebe, através das contagens demográficas, a existência de uma grande faixa média da sociedade, que surge bastante palpável nas páginas do livro, ocupando espaços intermediários antes imprevisíveis.

A existência propagada da miscigenação étnica e a ânsia de mobilidade social dos grupos de cor, discriminados no século XIX, são assuntos abordados quando os segmentos inferiores da sociedade chocam-se com a impermeabilidade com que se comportavam os grupos de elite fechados. Esses raramente recebiam em seu bojo, bastante sedimentado, elementos de níveis sociais mais baixos e desprotegidos, embora livres e somente os acolhiam se economicamente representativos, relegando-os, geralmente, aos segmentos inferiores da população, se, por sua aparência física, fosse impossível ser negada a cor preta de crioulos e cabras. Dir-se-ia que a cor propriamente não seria tão importante se ao menos fosse disfarçada: os ricos "eram brancos", os pobres "eram pretos".

A Salvador do século XIX revelava a mentalidade de uma população realmente apta a conviver com a servidão; mas uma servidão nem sempre de estado, antes uma servidão mental em que as elites dominavam e eram veneradas; os grupos menos influentes na sociedade eram tomados de uma deferência exagerada, remanescente da época colonial, em que a autoridade real e a dos seus representantes eram simbolizados no respeito e subserviência.

Indagações econômicas acerca do desempenho populacional em relação às heranças indicam que Salvador contava com reduzido número de pessoas abastadas e grande e numeroso conjunto de pessoas de posses e rendas diminutas. Em cidades como esta, a força do trabalho é desperdiçada, e as elites jamais empregam seus capitais em empreendimentos que necessitem de grandes investimentos geradores de empregos para uma classe média que, embora cerceada, iria desenvolver-se, criando pequenos negócios independentes. Os capitais eram investidos em imóveis, apólices, na ação dos usuários, agiotas, ou na fundação de pequenas casas bancárias.

Em um sentido mais amplo, reconhece-se que Salvador, através de suas elites, estava realmente comprometida para libertar-se dos grilhões do governo colonial; no entanto, grande parte da população procurava a liberdade pelas brechas descuidadamente deixadas em aberto na sociedade nova que se implantava naquela época. O povo e os escravos lutavam quanto podiam, e da maneira sutil que lhes era reservada, para serem responsáveis pelo ambiente de liberdade que desejavam alcançar. As cartas de alforria e as revoltas populares foram férteis nesse espaço de tempo, e melhor compreendidas se observarmos os anseios das camadas favorecidas da população da cidade.

A posição da mulher melhorava, no sentido de dar a esta um maior desempenho na sociedade. A mulher de elite já abandonava as salas interiores das mansões familiais e chegava a freqüentar festas e sentar-se silenciosa nas salas de visitas de outras casas. Era mais dominada que a mulher dos estratos médios da sociedade. Aproximava-se até mais da posição da mulher escrava, enquanto que as alforriadas e as menos afortunadas eram livres para uma ação que se desenrolava por toda a cidade.

Assim, embora aplicada à cidade de Salvador, no século XIX, a metodologia usada pela pesquisadora no sentido de procurar dar maior abrangência aos estudos demográficos, pode ser posta em prática em qualquer cidade do Brasil, colhendo-se resultados que poderão ser comparados, e permitindo o surgimento de uma nova interpretação da história brasileira.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1985.
Norma de Góes Monteiro
Profa. de História do Brasil da UFMG
Vice-diretora do Arquivo Nacional

Introdução*

A proposição por nós inicialmente adotada foi a de estudar o recenseamento de 1855, da cidade do Salvador. Ao encontrarmos o primeiro quarteirão deste censo nominativo, empolgamo-nos com os dados que apareciam no documento, e, durante um longo espaço de tempo, vasculhamos a Seção Histórica do Arquivo do Estado da Bahia, na seleção da documentação das então dez freguesias de Salvador. Foram, assim, descobertos aqueles papéis e, sendo contados os habitantes da Listagem, esses abrangiam 13% da população da capital da Província da Bahia naquela data. Procuramos complementar o núcleo existente com outros documentos que nos dessem clara visão da cidade, nos meados do século XIX, a fim de conhecermos sua problemática, sua estrutura social, racial e, também, suas dificuldades econômicas. No decorrer das pesquisas, surgiu a persistente, eterna pergunta: por que Salvador não evoluiu como podia e devia? Onde estariam as raízes do chamado "enigma baiano"? Permaneceram essas indagações como o pano de fundo deste estudo, em que se agitam as personagens, que são as hipóteses formuladas: a infraestrutura, a população, a família, a profissionalização, as epidemias e, por fim, os problemas da economia da Bahia. Se não alcançamos uma clara resposta, pelo menos tentamos abrir novos caminhos em apurá-la. Que

se observe na avaliação da decadência econômica da Bahia no século XIX serem encontradas raízes em múltiplas causas, não exclusivamente econômicas, mas também sociais.

No decorrer da redação das **Dez Freguesias da Cidade do Salvador** tivemos plena consciência de nosso total afastamento das técnicas e métodos da história quantitativa formal, com enfoque demográfico. As hipóteses, as indagações que exigiam réplicas, não se continham nos rígidos e tradicionais quadros de sua formulação francesa ou inglesa. Ousamos desafiá-los e partir para perguntas e respostas genuinamente brasileiro-baianas. Felizmente não elaborávamos uma tese acadêmica, mas nem por isso deixamos de desenvolvê-la dentro dos modernos métodos da ciência histórica, para, afinal, trazê-la ao público. Foi nossa intenção maior, estudar a sociedade de Salvador no século XIX, apoiados em dados quantitativos.

Por outro lado, estamos plenamente convencidos da importância dos elementos que nos oferecem a história quantitativa. Apresenta respostas para indagações complexas. Foram simplesmente surpreendentes certos resultados encontrados com o emprego de seus métodos. Quando se avaliava, depois de semanas ou meses de trabalho, a posição dos brancos e dos de cor na sociedade, a importância da família e dos grupos familiares, as especificações das profissões, eram obtidas constatações indubitáveis, embora inusitadas, como também calcadas na comedida satisfação de comprovar o tradicional, através de números inquestionáveis. Nada como a redescoberta das provas das suposições, ou, em sentido contrário, nada como verificar que o tradicional nem sempre era o verdadeiro, como apuramos em outros casos.

O resultado aí está: **Dez Freguesias da Cidade do Salvador.** Com sua população mestiça em todas as gamas de coloração; do branco ao pardo disfarçado, do mulato claro ou escuro, até os completa e absolutamente pretos. População de ações mornas, lentas e disfarçadas, com todos os defeitos ou virtudes de sua formação: o orgulho dos brancos, a sensibilidade apurada dos mulatos, a sonolência e o alheamento dos pretos.

A cidade ostenta as qualidades do clima ameno, das paisagens de horizontes infinitos para o lado do oceano. É cidade dos ocasos

incandescentes, envolta em tons de rosa e dourado, além de outras cores cambiantes, que se refletem no mar e nas nuvens. Dentro da cidade, no fim da tarde, vemos, não importa onde, brilharem e dançarem raios de ouro, às vezes pelas velhas portas, pelos prédios centenários, fazendo mais fascinante, para nós que a amamos, o apelo para volvermos ao seu passado, à sua grandiosa história.

É hora de agradecer. No decorrer da redação e da pesquisa deste estudo, contamos com grandes e valiosos auxílios e com influências marcantes. Entre estas, gostaríamos de enunciar os nomes das mestras e amigas Adeline Daumard, Kátia M. de Queirós Mattoso, Jacqueline Donel, as quais nos deram cooperação efetiva que jamais esqueceremos.

* O estudo "Dez Freguesias da Cidade do Salvador" contou com o apoio do CNPq.

A José Gabriel Calmon da Costa Pinto, a Gilka Albuquerque Paixão, a Zilah Azevedo, a Tereza Maria dos Santos e a Marilene Penelú da Silva pela colaboração recebida.

Finalmente, a José, pela reciprocidade e constância do nosso diálogo. Aos nossos filhos, o agradecimento pela paciência com que se revestiram, durante os longos momentos de abstração e estudo, quando nos dedicamos inteiramente ao manuseio "daqueles papéis velhos".

De agora em diante "Dez Freguesias da Cidade do Salvador" não mais nos pertence, porém à generosidade do público que tomará conhecimento do nosso estudo e irá julgá-lo.

Gamboa, na Ilha de Itaparica
Dia de Santana, 1982

As fontes primárias

O estudo **Dez Freguesias da Cidade do Salvador** é baseado, principalmente, em documentação primária encontrada, a maior parte, no Arquivo do Estado da Bahia. A mais importante delas é o resultado parcial de listas de um recenseamento nominativo de 1855. Essa fonte e outras mais utilizadas passam a ser enumeradas:

1) - **Recenseamento de 1855** é uma documentação preciosa e rara. Apresenta-se, contudo, em estado precário. Algumas listas estão deterioradas e já se encaminhavam para o descarte. Os dados das listas são uniformes. Vê-se que houve cuidado em fornecer-se, aos Inspetores de Quarteirões que as elaboraram, instruções para informar determinados elementos contidos nas listas, que, em princípio, são: sexo, idade, estado, qualidade, nacionalidade ou naturalidade, condições (livres, libertos, escravos), profissão. Na maioria das listas somente a profissão masculina é mencionada, mas, em algumas, é destacada a profissão feminina. De cada casa, a informação se é térrea ou de sobrado, quantos fogos existem em cada uma delas, se a casa estava fechada, em ruínas, em obras. As famílias se identificam.

A coluna de observações, que está sempre à direita, menciona o parentesco. Pai, mãe, filhos, parentes, agregados, escravos, famílias de agre-

gados são dados fornecidos, quando existentes todos em uma mesma morada.

Sendo dados uniformes, as listas se apresentam, entretanto, de feitios variados: grandes e pequenas folhas de papel, letras de diversos formatos, umas muito legíveis, outras muito pouco. A ordem dos dados nem sempre é coincidente, demonstração de que foram organizadas por Inspetores de Quarteirões de maior ou menor grau de preparo. Existem listas feitas por Inspetores quase analfabetos. Outras que denotam cuidado, método e mesmo inteligência dos encarregados no retirar ou no colher os dados. As mais completas listas dão a renda dos proprietários ou chefes de família, mas desse exemplo somente duas foram encontradas. As mais informativas das listas e de melhor apresentação são as da freguesia da Sé, e as menos límpidas são as da freguesia da Penha.

Na intenção de conhecer a população da cidade do Salvador e de explorar dados que visassem a compreender o comportamento social dos habitantes dessa cidade, outras fontes foram consultadas:

2) - **Listas de qualificação eleitoral** - essas listas eram resultado de um trabalho em equipe, realizado nas sacristias das Igrejas matrizes das freguesias. As listas eleitorais eram fruto de uma seleção política. Chegamos a essa conclusão pela comparação das listas eleitorais da mesma época do recenseamento de 1855, em que alguns cidadãos eram abandonados incompreensivelmente, obstados de ser incluídos nas listas. Essa omissão só pode ser compreendida sendo encarada por motivos ou razões políticas. Eram excluídos os cidadãos que optavam obviamente por candidatos não pertencentes ao partido dominante. Entretanto, o numeroso contingente de cidadãos votantes que aparece nas qualificações eleitorais somente deveria escolher os representantes das freguesias, que eram os cidadãos votados, e estes elegiam as Assembléias Provinciais.

3) - **Livros de títulos de residência de estrangeiros** trazem os dados daqueles imigrantes que se fixaram na cidade do Salvador e contribuíram, de alguma maneira, para modificar o panorama populacional da cidade. Foram classificados por freguesia, devido ao endereço da morada, apontado no documento; proporcionam além disso importantes informações sobre os tipos de imigrantes que vinham à cidade do Salvador

depois da Independência, de idade, de aspecto físico, de profissão, de nacionalidade. A classificação por freguesia é importante, porque determina a preferência dos imigrantes na sua localização na cidade, e se havia concentração ou segregação profissional ou nacional.

4) - **Mapas de doentes atacados pelo cólera das freguesias da Penha e de Santo Antônio Além do Carmo** - Tendo-se apresentado uma epidemia de cólera *morbus*, na Bahia, em 1855, no mesmo ano do recenseamento, foi de grande interesse para esse estudo a observação dos resultados gerais e parciais das vítimas do cólera. Conseguiu-se, com essa documentação, chegar a dados novos no estudo da epidemia, principalmente da percentagem dos doentes em geral e da mortalidade dos que foram atacados pelo mal, assim como outros dados correlatos do índice de doentes diários, da faixa de idade mais atacada pela moléstia mortal, que tipo de categoria social foi mais atingido.

5) - **Memórias de D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt** - quando se referem à cidade do Salvador, com muitas informações de caráter social, assim como das vestimentas, das festas populares, das festas familiares. Traz notícias detalhadas da epidemia do cólera. Muitos destes dados foram aproveitados no texto do estudo. São Memórias inéditas da romancista baiana citada por Sacramento Blake. As memórias manuscritas nos foram doadas por D. Olga de Bittencourt Berenguer Cezar, neta da escritora.

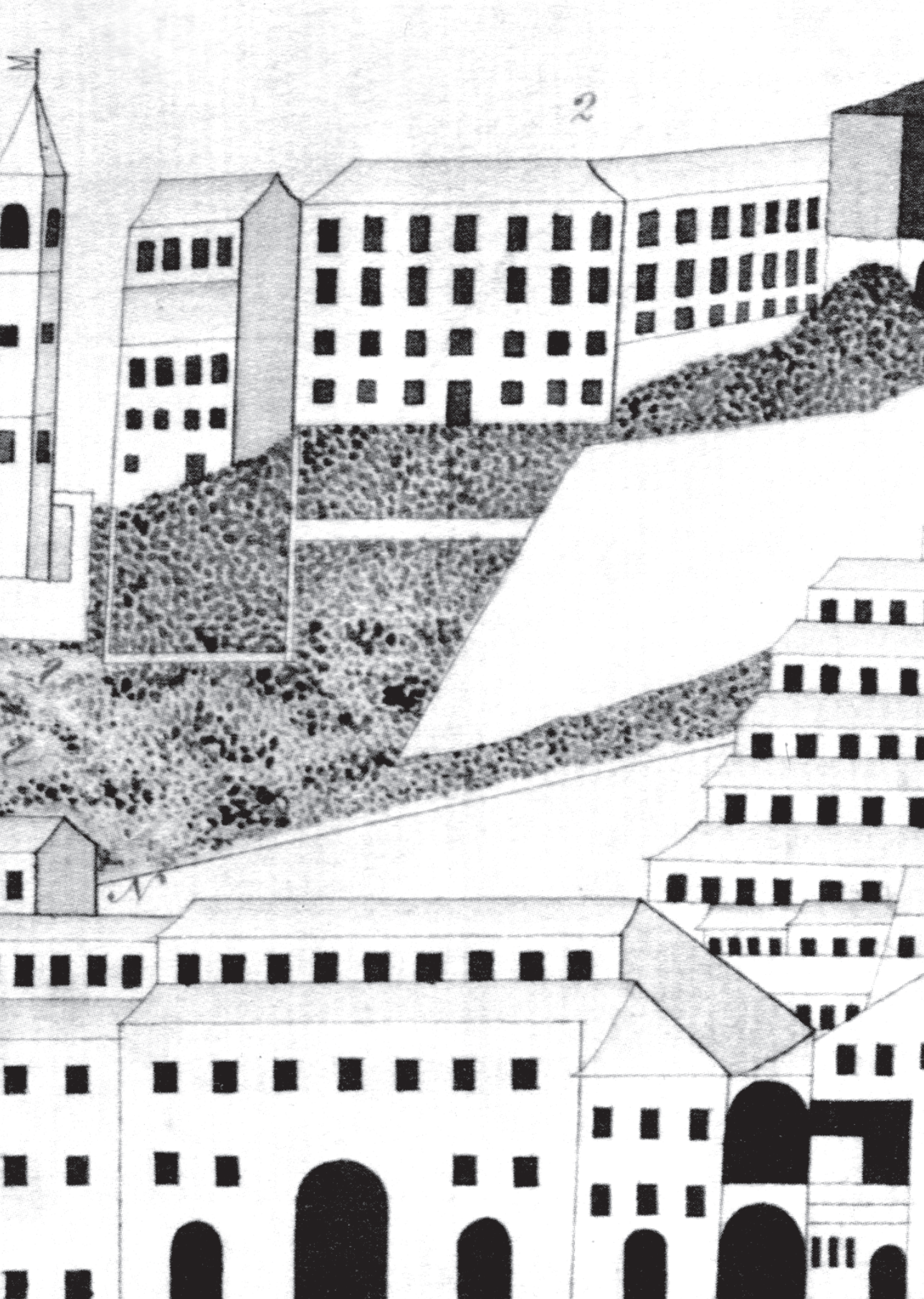
6) - **Registro de Testamentos com pagamento do imposto de sucessão** - Foi bastante discutida essa série com a Profa. Kátia de Queirós Mattoso, que põe em dúvida a validade dessa documentação para um estudo de fortunas na cidade do Salvador. A intenção na exploração dessa série, é, em parte, apenas uma curiosidade em determinar ou dar apenas idéia, através dos níveis de uma pirâmide de fortunas, como havia uma grande concentração delas em mãos de poucos, criando uma situação de privilégio para poucas pessoas, de carência de capitais para a quase totalidade da população produtiva da cidade. Algumas informações obtidas através dessa série, sem a idéia quantitativa, foram utilizadas.

7) - **Série Transcrições de Imóveis** - existente na Seção Judiciária do Arquivo do Estado da Bahia, essa série consta do registro da venda dos imóveis de Salvador, mencionando-se a data da transação, a freguesia onde está situado o imóvel, a rua, a descrição sumária da casa, se térrea ou de sobrado, o material usado para a sua construção. Para esse estudo, somente utilizamos o 1.° volume da série, sendo o tempo cronológico de 1865-1872.

8) - Outros documentos auxiliares foram consultados, como muitos inventários *post-mortem*, registros de testamentos, correspondência consular, documentos outros que são apresentados para formalizar uma idéia ou comprovar uma situação. Foram também muito consultadas as leis do período cronológico do estudo e outras, tanto anteriores como posteriores.

Apesar do enfoque aparentemente demográfico, **Dez Freguesias da Cidade do Salvador** não foi encarado como um estudo de população e de metodologia baseada apenas em demografia histórica. Foi propositado esse abandono da metodologia que deveria orientar tal estudo. Procurou-se dar a ele um sentido de estudo social, bastante importante para compreensão da cidade do Salvador no século XIX. Baseado nessa documentação e nesse espaço de tempo, a época na qual Salvador contava com Dez Freguesias, chegar-se-á à verificação das estruturas sociais e, em parte. econômicas da cidade, nesse período. As hipóteses levantadas terão esse cunho e essa determinação.

Capítulo I

As freguesias da cidade do Salvador

A cidade do Salvador

Os viajantes europeus que se aproximavam da Cidade do Salvador, vindos pelo mar, eram unânimes em descrevê-la como uma paisagem deslumbrante, com o seu casario batido pelo sol no alto da montanha, na entrada de uma das mais bonitas baías do mundo. De tal sorte se entusiasmavam com a surpreendente visão que, geralmente, ao entrarem na cidade e perceberem suas deficiências, sobretudo higiênicas, ou ao se assustarem com o aspecto de alguns dos seus habitantes, manifestavam certa decepção.[1]

Para outros viajantes, que desta cidade se avizinhavam vindos do interior, nada era agradável à visão ou ao odor. Não recebiam o impacto alegre das casas pintadas de branco, banhadas pelo mar, no sopé da elevação maior, onde fora levantada a cidade, nem podiam erguer a vista para observar a vibrante paisagem da Cidade Alta. Ao contrário, já entravam diretamente em contato com a realidade.

Acompanhemos o grupo em que viajava d. Anna Ribeiro de Góis Bittencourt, como narra em suas **Memórias**. Havia percorrido a distância que separava o Engenho da cidade, com os seus integrantes montados a cavalo, durante três dias, pernoitando em casas de amigos ou conhecidos. Vestiam roupões de pano fino, preto, fazenda de alto preço, pois

dela se faziam as casacas e outros trajes estimados pelos homens. Os casaquinhos das damas eram de abas curtas caíam sobre as saias longas e amplas, vestes das mulheres que, do interior e a cavalo, se aproximavam da cidade. O tecido era quente e um suplício usá-lo sob os ardentes raios do sol, mas ainda não haviam abolido o seu uso obrigatório para as senhoras que utilizavam de semelhante meio de transporte, nos meados do século XIX. Traziam chapéus brancos de palha, de abas redondas, com uma fita preta de duas polegadas de largura que, cingindo a copa baixa dos mesmos, caía em laço pelas costas. Estavam os cavalgantes sempre acompanhados por dois lacaios. Um com farda agaloada e chapéu de oleado, levando à garupa uma grande mala de lona com alguma roupa, e à frente, no cabeçote, os alforjes, com os alimentos próprios para a viagem. Outro sem farda, como companheiro do primeiro, e tendo, também à garupa, uma escrava para servir os viajantes durante os três dias do percurso, de vinte e tantas léguas de distância.[2]

Ao anoitecer do terceiro dia, aproximaram-se de Salvador fazendo breve pousada na chácara de um religioso, frade carmelita, na Lapinha, mas logo seguiram em direção à morada de um parente:

> Meu tio morava no Largo do Pelourinho. Não sei o nome das ruas percorridas da Lapinha até ali, recordo, porém, a decepção que sofri à vista de casas enegrecidas, ruas tortuosas percorridas pelos moleques esfarrapados ou sujos, negros maltrapilhos. A luz mortiça dos lampiões de azeite de peixe, tornava ainda mais tristonho o aspecto da cidade [...][3]

> No dia imediato, quando acordei, minha tia levou-me à sala de visitas que dava para o Largo do Pelourinho, ladeado de casas de boa aparência, com pinturas frescas; aí transitavam homens de cor branca, decentemente vestidos, cadeiras de arruar levadas pelos possantes negros africanos. Quase sempre traziam senhoras, mas às vezes delas se utilizavam homens que não podiam ou não queriam fazer longas caminhadas. Os carros puxados a cavalo eram raríssimos. Tudo me deleitava a vista, apagando a má impressão que experimentara na véspera, ao entrar na cidade.[4]

Realmente, a sua impressão inicial era contrária à dos viajantes estrangeiros, que geralmente tomavam contato com a cidade na sua parte baixa, onde tão somente a exibição dos ganhadores negros e a sujeira

perto da maré mansa da baía faziam com que modificassem a primeira e magnífica impressão obtida do mar.

Rara seria a pessoa que, chegando à cidade, vinda do sertão, ou mesmo do Recôncavo, não fosse logo contaminada pelo mal das bexigas. Ou, então, que não sofresse de febre endêmica, como, aliás, aconteceu com a referida senhora que se locomoveu para a cidade, a fim de, pela primeira vez, assistir aos festejos da Semana Santa: "À tarde experimentei certo mal estar, e à noite tive febre alta e delírio. Meu tio chamou minha mãe à parte, sem ver que meu pai estava perto, manifestou-lhe o receio de que fosse febre amarela, de que havia alguns casos na cidade".[5] "Antes minha mãe aparecera com febre. Era o tributo pago por todos que vinham pela primeira vez à cidade".[6]

Haviam criado, entretanto, em 1838,[7] um Conselho de Salubridade, sendo seus membros médicos, cirurgiões e farmacêuticos, e pessoas versadas em ciências físicas e naturais. Não poderia esse Conselho ter grande interferência na saúde da Salvador do século XIX. em face das péssimas condições de higiene nela existentes. Uma das suas principais funções foi a de instituir a vacinação pública contra a varíola, coordenar os comissários vacinadores, sendo que toda a despesa para essa atividade seria por conta do cofre da Província.

A febre amarela era o grande mais que perseguia cotidianamente a população da cidade, e, dificilmente, conseguia-se contê-la. Em época endêmica, seria mas disfarçada; noutras, apresentava caráter epidêmico.

Dos negros, de suas atitudes, do seu aspecto e do seu trabalho braçal, temos muitas descrições dos viajantes que passaram ou estacionaram em Salvador, durante o século XIX. A mais viva delas é a do Arquiduque Maximiliano da Áustria,[8] que não deixa dúvidas acerca da forte impressão causada aos estrangeiros pelos homens de cor, especialmente a ele que, como supomos, os via pela primeira vez. Encontrou-os pela freguesia da Vitória, em grupos abaixados pelo chão a vender frutas nativas, chamando os passantes com voz sarcástica. Sua primeira palavra foi para descrever o horror que lhe causavam aquelas criaturas humanas, que comparou aos primatas, de uma "feiúra a fazer estremecer". "Seu couro negro parecia uma borracha espichada e enrugada; suas mãos e pés negros

se entregavam a uma ginástica de macacos". Atingiu-lhe a vista, porém, uma mulher mestiça com vestido de algodão estampado de flores vivas, franzido negligentemente em volta das cadeiras, "que balançavam suavemente". Reparou nas contas de vidro e amuletos pagãos que lhe ornavam o magnífico pescoço, o turbante de gaze que lhe envolvia a cabeça, e a camisa transparente que mal lhe cobria o busto, assim como notou o aveludado e o bronzeado daquele "encanto exótico". É para essa mulata da Bahia que o Arquiduque austríaco dirige copiosas palavras, e esta foi, em verdade, uma das mulheres que mereceram dele maior número de linhas no seu relato de viagem, na parte referente à Bahia.[9]

Embora um tanto impressionado pelo aspecto dos negros, dos cabelos daquelas mulheres que se tornavam uma lã branca e curta, e jamais eram longos e acetinados como os das européias, e dos homens atléticos, mas de pernas tão finas como as dos primatas, o Arquiduque se coloca em posição convincente contra o escravagismo, que considerava "uma ferida horrível, jamais cicatrizada; esta ferida que é do dever de todo o homem honesto combater".

Maria Graham, a quem não devemos dar muito crédito por falta de exatidão nas informações que nos ofereceu, pois aqui esteve em rápida passagem, escreveu sobre as brasileiras com muito rigor. As casas de morada foram consideradas repugnantemente sujas.[10] A parte térrea, realmente, era ocupada pelos escravos e servia de cavalariça às casas menos nobres; estas as construíam separadamente. Reclamou Mrs. Graham da espera nos corredores abafados, enquanto os escravos corriam a retirar objetos das salas de visitas, e as donas das casas se retinham para uma rápida "*toilette*", a fim de receber uma visita matinal, sem dúvida inconveniente em todas as partes do mundo. Não seria de crer que em sua pátria, a Inglaterra, Maria Graham ousasse fazer visita em hora tão imprópria, e sem avisar às suas compatriotas. Nem cogitaria sequer, pois as desdenhosas inglesas certamente mandariam dizer que não estavam ou que ainda dormiam. Mal ou bem, aqui foi recebida por senhoras desprovidas de coletes ou espartilhos, com vestidos decotados, "sem lenço no pescoço", e sobre a pele; o cabelo mal penteado ou com papelotes![11]

A curiosidade indiscreta de Maria Graham vai a minúcias de descrições dos móveis das salas e sua posição, das louças que viu, da perda precoce da beleza da mulher brasileira, no seu conceito particular, às quais nega mesmo o direito de serem "toleravelmente belas", e à violenta deformação que o sujo e o desleixo exercem sobre a mulher". Exageros de Mrs. Graham. A inglesa deveria ser conhecida como a mais desgraciosa das mulheres; sua pele seca enrugava facilmente, como um pergaminho; sua tendência masculinizante era indiscutível. Aproveitou-se Maria Graham da ingenuidade, da conformidade e gentileza das brasileiras para penetrar-lhes pelas casas adentro e ainda discorrer sobre conceitos tão impróprios. Andou pela cidade do Salvador poucos dias, todo o tempo torcendo o nariz, como uma boa inglesa de sua época, pelo atribuído odor desagradável das ruas, do porto, das casas e das igrejas.

Por essas e muitas outras razões, devemos dar comedido crédito aos viajantes estrangeiros que por aqui passaram rapidamente, pois escreveram do exótico com rigor, e concluíram muito mal do que viram. Acreditemos um pouco em Thomas Lindley, apesar do terrível mau-humor de estar preso como contrabandista, em terra longínqua. Também podemos dar crédito, sem exageros, ao vice-cônsul James Wetherell, de singular comportamento. Aos demais, devemos pôr uma dúvida no que afirmaram: merecem ser criticados antes de citados pela veracidade que oferecem.

A reclusão das mulheres, hábito verdadeiro na Bahia oitocentista, já não era tão verificada no século XIX. Embora ainda se escondessem dos olhos do povo em geral, quando saíam em cadeiras de arruar e eram transportadas de cortinas fechadas, recomendadas para que não abrissem nem uma nesga delas, para não serem vislumbradas, as representantes do sexo, então, realmente frágil, já tinham liberdade de, acompanhadas, freqüentar as igrejas, as festas religiosas, as procissões, as reuniões familiares, os teatros, as festas cívicas, sem falar nas raras vezes, em que o Presidente da Província recebia, ou um cônsul de um país amigo oferecia uma festiva recepção.

As festas religiosas, de todas, eram as mais freqüentadas. Além das pessoas que já habitavam a cidade, muitas famílias moradoras no interior

e especialmente nos engenhos, deslocavam-se para a cidade com o fito de assistir as solenidades da Semana Santa, ou dos santos de sua devoção. Mas a Semana Santa era, sem dúvida, a festa religiosa mais concorrida do calendário anual. Na quarta-feira de trevas, rapazes vadios, aproveitando a escuridão em que ficavam os templos, pregavam de alfinetes os vestidos das senhoras, fazendo-os romper quando elas se afastavam. Praticavam outras pilhérias de mau gosto, das quais as principais vítimas eram as "mulheres de capona", já então, ridicularizadas.[12]

Essas mulheres eram em número bastante crescido na época. Sabe-se, por tradição, que as senhoras não iam às ruas desacompanhadas de elemento masculino. As viúvas ou solteironas, que precisavam sair, usavam um traje de aspecto severo, com firme intenção de serem respeitadas. "Era uma capa de fazenda preta, guarnecida de pelúcia que descia até os pés. Um capuz cobria a cabeça e deste descia uma aba larga que lhe cobria os ombros". As caponas subsistiram durante muito tempo, depois começaram a cair no ridículo. Dizia-se que aquela era somente uma capa de honestidade, e que eram alcoviteiras, levando e trazendo cartas e recados de namorados, e que até mesmo praticavam atos reprováveis. É possível que houvesse exagero ou calúnia nessas afirmativas; o fato é que aquelas mulheres que usavam as capas passaram a ser perseguidas pelos mais terríveis moleques da cidade, os quais, ao verem-nas, faziam grande alarido. Foram, assim, diminuindo o número de caponas, sendo sua vestimenta utilizada como um meio de cobrir a miséria de pobres velhas, para esconder o estado digno de lástima dos seus trajes, até que de todo desapareceram.

Nos dias de quinta-feira santa, podiam as senhoras visitar as igrejas e assistir as cerimônias do lava-pés, a que o Arcebispo presidia. Nas visitas noturnas às igrejas apinhadas de gente, elas eram sempre acompanhadas pelos senhores ou parentes. Mulheres dos médios segmentos da sociedade usavam vestidos escuros, geralmente pretos e véus envolvendo-lhes a cabeça e o busto. O traje das moças, menos severo, dispensava o véu e trazia sobre o vestido uma renda, descendo da gola até quase a cintura, fechando na frente por um laço de fita. Ninguém usava chapéus nas igrejas. Não havia nas festas religiosas a freqüência apenas da elite da

cidade. Pelo contrário, sempre o povo, as pessoas comuns, tomavam parte nas solenidades. Também alguns privilegiados podiam assistir às cerimônias dos balcões ou das tribunas das igrejas, as vezes do coro, pois a perspectiva de presenciar uma missa ou lava-pés, sob o calor asfixiante da multidão que se comprimia no corpo do templo, era de amedrontar. Outras vezes, alguma moça se apresentava na tribuna da igreja com trajes e penteados da moda, como vemos nesta descrição:

> Guardo a lembrança de uma dessas moças, por ser ela uma das criaturas mais bonitas que já vi na minha mocidade. De cor moreno-pálida, feições muito regulares, estatura um pouco acima da mediana, um tanto cheia de corpo, porém de grande formosura. O penteado a Maria Stuart, então em moda, deixava-lhe descoberta a fronte iluminada por belíssimos olhos pretos. Estava ricamente trajada. A seda do seu vestido decotado e de mangas curtas, segundo a moda daquele tempo, era de superior qualidade. Dois longos fios de grossas pérolas desciam-lhe do colo, suspendendo uma cruz de brilhantes que, pousando sobre o corpete do vestido preto, ostentava seu fascinante brilho. Os braços eram cingidos pelas pulseiras de brilhantes. Os brincos que ornavam suas orelhas eram igualmente de brilhantes, e pelo tamanho, indicavam ser de grande valor.[13]

Entrou o Arcebispo majestosamente, envolto nas magníficas vestes sacerdotais, fronte coroada de cabelos brancos como a neve, saindo do solidéu como uma franja de prata. Era dom Romualdo Antônio de Seixas que solenemente, como um grande homem da Igreja, ia, paramentado, desempenhar atividade de servo a homens da ínfima plebe, simbolizando, deste modo, a humildade do Divino Mestre. "Que tocante exemplo dado por Ele aos homens tão fátuos e soberbos, no meio de suas vanglórias e misérias".[14]

A última cerimônia da Semana Santa era a procissão da sexta-feira. Grande era a imponência das roupas religiosas. O Presidente da Província e os altos funcionários públicos tomavam parte no grandioso séquito, prestando, assim, homenagem ao Grande Mártir, que "como homem deveria baixar ao túmulo, donde ressurgiria como Deus".

O domingo de Páscoa era, evidentemente, festivo nas igrejas, que se encontravam ornamentadas de modo luxuoso, observando-se o desvelo com que tratavam o culto, embora já nesse século fossem mais esquivos

os ardores da religião. Os trajes das senhoras cooperavam para alegrar o ambiente. Não mais usavam os véus sombrios, e sobre o vestido preto traziam um casaco de seda de cor, enfeitado de franjas. Nos cabelos colocavam flores e fitas.

As visitas aos conventos eram outro motivo de divertimento e ocupação da sociedade da Bahia, no século XIX. Freqüentes pedidos de licenças chegavam ao Arcebispado para visitar os conventos, sob diferentes pretextos, entre os quais os de estar com determinadas religiosas e o de comprar doces e flores. Algumas abadessas e superioras impacientes queixavam-se aos Arcebispos que essas intromissões, em suas casas religiosas, às vezes lhes atrapalhavam os horários de oração. Além do mais, certas senhoras de prestígio se faziam acompanhar de parentas e amigas para pernoitar nos conventos femininos, nas grandes festas de santos que neles se realizavam.[15]

Nem sempre funcionava o Teatro, por falta de artistas, embora fosse da preocupação da presidência da Província oferecer aos habitantes de Salvador bons espetáculos. Às vezes contratavam duas companhias, uma dramática, outra lírica. Em ocasiões menos felizes, podia o governo contratar uma companhia teatral que jamais chegava a Salvador, embora já tivesse recebido polpudas somas, através dos cônsules brasileiros na Europa.

Quando, entretanto, eram oferecidos quaisquer gêneros de espetáculos na cidade, estes mereciam bastante freqüentadores. Embora as peças apresentadas fossem péssimas traduções de comédias francesas ou dramalhões portugueses, o Teatro estava sempre repleto.[16] O cenário e o vestuário dos atores eram dos mais pobres, mas a freqüência permanecia sempre expressiva, pois não havia muitos divertimentos, de nível intelectual ou cultural, na cidade.

Tanto Maria Graham como Wetherell são unânimes na afirmativa de que o prédio do Teatro, ou a **Ópera**, como o denominaram, era um belo edifício, magnificamente situado, com vista para o mar, muito confortável, tanto para os espectadores, como para os atores. As filas, de camarotes estavam bem distribuídas, tendo cada um, à sua frente, uma pequena grade. Assim os atores podiam ser vistos de qualquer parte da platéia.

Existiam boas salas de espera, como as de intervalo, bem mobiliadas e iluminadas.

A indiscreta Mrs. Graham completa esse quadro com as informações adicionais de que os cavalheiros e damas esqueciam o palco ("maus atores, menos maus cantores, orquestra tolerável") e riam, comiam doces e tomavam café, como se estivessem em suas casas. Dia acidentado esse em que Mrs. Graham escolheu para ir à **Ópera**: um capitão do exército, diz ela, foi preso e expulso da platéia, por ser batedor de carteiras, ou por usar de linguagem imoderada. Um dos guardas-marinha, companheiro de viagem de Mrs. Graham, teve sua espada roubada com habilidade, enquanto encostada no canto do camarote.[17]

Além do Teatro, subvencionado pelo governo, existiam pela cidade diversos grupos de amadores, que apresentavam algumas farsas e eram muito apreciados.[18] Nessas representações já despontavam os sentimentos nativistas, então muito vivos entre o povo e as elites baianas. Sentia-se mesmo uma certa frustração de ter-se lutado tanto pela liberdade do Brasil e continuar-se com monarca português, como ocorreu até 1831. Talvez por isso o **Dois de Julho** fosse festejado, todos os anos, com verdadeiro entusiasmo, tendo um significado de libertação. Durante praticamente uma semana faziam festas em sua homenagem, com preparativos para o desfile, que não era oficial, mas genuinamente popular. Preparavam-se os batalhões da Escola de Medicina, de outros colégios, o dos caixeiros e outros mais grupos que pretendessem comemorar a magna data baiana. Os rapazes se preparavam com trajes de brim, chapéus de palha fabricados na terra, enfeitados de crótons verdes e amarelos, trazendo na manga do casaco os mesmos ornatos, e uma larga fita ao peito, com o nome do batalhão. As casas, nas ruas pelas quais passaria o cortejo, preparavam-se devidamente, debruçando nas janelas e sacadas as suas colchas mais bonitas; as famílias se reuniam, e, enquanto esperavam o desfile, tocavam e dançavam.[19] Como as mulheres já tomavam parte em reuniões familiares ou sociais, compareciam com os cavalheiros a certos saraus. Nessas ocasiões, as senhoras brasileiras apenas se sentavam em redor da sala principal, e não conversavam. Olhavam umas para as outras, observavam seus trajes e guardavam suas opiniões para comentários pos-

teriores e particulares. Os homens, sempre separados das mulheres, ficavam perto das portas em vivos diálogos e raramente dirigiam a palavra às representantes do outro sexo. Wetherell observou que os homens pareciam olhar para a mulher como sendo um animal inferior; mal sabia ele que a presença ostensiva das senhoras nos salões de uma casa de família, participando de um sarau, já era uma grande conquista, diante da reclusão mourisca à qual se haviam submetido por séculos. Para Wetherell, tímido solteirão, era difícil a tarefa de enfrentar os olhares curiosos das mulheres silenciosas, quando atravessava os salões com passo incerto, à procura dos elementos masculinos, cumprimentando cerimoniosamente um e outro lado da terrível e observadora ala feminina.[20]

A multicitada Maria Graham fala de uma grande reunião social de portugueses e ingleses na casa do cônsul da Inglaterra. Viu, surpreendida, as senhoras que havia visitado uma certa manhã, e mal as reconheceu vestidas à moda francesa, elegantes e exibindo custosas jóias. Apesar dessa nova e melhor impressão, afirmou, com segurança, que as inglesas, embora quase de segunda categoria ou de nobreza colonial, poderiam facilmente arrebatar-lhes o prêmio de beleza e de graça, porque vestuários, afinal, não fazem grandes damas, e, se não usados habitualmente, mais servem para tolher os movimentos elegantes. Dá uma curiosa informação a visitante inglesa, ao dissertar sobre a aparência desprezível dos homens do Brasil, ao dizer não terem eles nenhuma educação, empregando todo o tempo disponível entre os negócios e o jogo. E que mesmo as mulheres, depois de casadas, também participavam desse divertimento.[21]

Quanto, aliás, as elegâncias masculinas, Wetherell tem uma interessante informação sobre os brasileiros, que, em público, eram muito requintados na maneira de vestir, copiando sempre a moda francesa. Ao voltar para suas casas, entretanto, não se sentiam livres e confortáveis nas roupas luxuosas, e tiravam imediatamente toda a indumentária exceto a camisa e as ceroulas, vestindo sobre estas um roupão e calçando tamancos.[22]

A informação de Wetherell de que não existiam altas classes fechadas na sociedade baiana, e que em qualquer lugar todos os tipos de pessoas eram aceitos no mesmo pé de igualdade, deixa a desejar.[23] Não conhecia

ele a longa distância que ia da afabilidade natural e superficial, e até demasiada dos brasileiros, quando em rápido encontro social, e o acolhimento verdadeiro de uma família de "Lords latifundiários" que menciona logo a seguir. E quanto à afirmação de que nas recepções se encontravam entre algumas das melhores pessoas, convivas que na Inglaterra seriam afastados da sociedade respeitável, tem muita razão, tanto mais que não havia o que escolher na sociedade de imigrantes que acorreu para Salvador depois da Independência, e poucos deles sabiam comportar-se em um salão. Escravos de senhores de engenho tinham melhor e mais fina educação do que alguns deles.

Wetherell e Tollenare fixaram-se na Vitória, onde se instalavam os mais ricos comerciantes da Bahia. Era aprazível. Ali existiam vivendas confortáveis, e seus moradores sentiam-se quase em zona de campo. Outras muitas freguesias espalhavam-se pela cidade do Salvador, ocupando sua topografia irregular, espraiando-se por zonas marítimas e campestres.

Dez freguesias

A cidade do Salvador, na baía de Todos os Santos, ou mais simplesmente Bahia, como era chamada pelos mais antigos habitantes, contava, nos meados do século XIX, dez freguesias urbanas, que passamos a indicar na ordem cronológica de sua criação:

Sé ou São Salvador,
Nossa Senhora da Vitória,
Nossa Senhora da Conceição da Praia,
Santo Antônio Além do Carmo,
São Pedro Velho,
Santana do Sacramento,
Santíssimo Sacramento da Rua do Passo,
Nossa Senhora de Brotas,
Santíssimo Sacramento do Pilar, e
Nossa Senhora da Penha.

Freguesia, no sentido lato, significa o conjunto de paroquianos, povoação sob o ponto de vista eclesiástico, clientela. Freguesia no conceito em que está caracterizado neste estudo é um espaço material limitado, divisão administrativa e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz. Tomavam parte em suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e eram sepultados.

A divisão administrativa coincidia com a religiosa, que, na realidade, havia tomado a iniciativa dessa classificação primeira da cidade, adotada pelo poder governamental.

O Artigo 10 § 1º do Ato Adicional, contudo, conferia às Assembléias Legislativas Provinciais, por ele mesmo criadas, o poder de deliberar acerca das freguesias e seus limites. Entretanto, essa faculdade não banira no sentido mais profundo o respeito que lhe cumpria prestar à observância dos Sagrados Cânones, em um país tão fervorosamente católico como era o Brasil.[24] Uma questão de alteração de limites de uma freguesia seria objeto de estudos de Direito Eclesiástico, ao lado da competência atribuída ao poder legislativo, pelo que teria a denominação de matéria mista: os Cânones harmonizando-se com o Poder Civil.

Na legislação canônica, baseada em códigos, leis e decretos eclesiásticos tradicionais, assim como nas resoluções dos concílios, especialmente o Tridentino, nada se encontrava que autorizasse divisões ou destruições do "rebanho de um Pastor", já constituído em certos e determinados limites.[25] O cuidado e a atenção com o poder espiritual, embora em matéria também temporal da Igreja, já fora previsto em disposição regimental da Assembléia Provincial, quando, em 28 de março de 1851, legislou que: "Nenhum projeto ou requerimento qualquer, cujo objeto seja ou se encaminhe à criação, divisão, supressão, remoção ou alteração de limites, ou jurisdição de comarcas, municípios, cidades, vilas, freguesias, curatos, poderá ser votado sem que o acompanhem os seguintes documentos:

§ 3° Informações do governo, que toca a objetos civis, e quanto ao eclesiástico o concurso do prelado diocesano, na forma dos Cânones".[26]

Para qualquer alteração nos limites das freguesias, era ouvida a mais alta autoridade da Igreja, que, por sua vez, baseava-se em informações dos vigários.

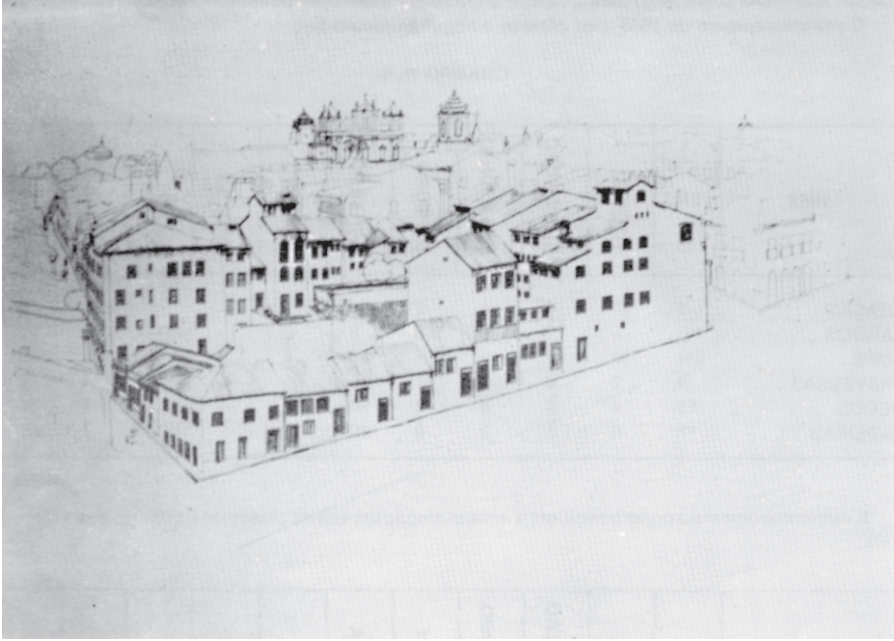
Existia, em cada freguesia, um grande laço emotivo que envolvia vigários e paroquianos, e entre estes e sua igreja matriz. Eram eles sempre contra qualquer alteração nos limites de suas paróquias, porque existia uma conscientização, misto de orgulho e bairrismo pela parte da cidade onde habitavam, ou pela estreita ligação aos oragos de suas matrizes, ou na participação em irmandades que nelas se instalavam. Daí ter sido tão combatida a idéia de aumentar-se a menor freguesia da cidade, a da Rua do Passo, quando começaram a preparar o projeto de lei, em 1861, que alargaria seus limites, trazendo para ela partes das freguesias da Sé, de Santana e de Santo Antônio Além do Carmo.

Constituía-se a freguesia no centro de muitas atividades de diferentes aspectos. Era, em primeiro lugar, o núcleo de atividades religiosas, naturais à sua própria concepção, dirigidas pelos párocos, tanto dentro da igreja como nas suas dependências, espalhando-se essas funções religiosas pelas ruas, através de procissões, dos viáticos, das extremas-unções, das visitas de santos às casas particulares. Funções políticas eram também inerentes às freguesias, pois nos seus consistórios reuniam-se as comissões a fim de compor ou rever as listas de qualificação eleitoral. As próprias eleições primárias se realizavam na Igreja Matriz. As atividades econômicas estavam representadas pelo direito e dever que tinha o pároco de registrar em livros para isso destinados, as terras, fazendas, engenhos, sítios ou chácaras chamados "roças", situadas nos limites da cidade, donde as freguesias serem urbanas e rurais. Eram os Registros Eclesiásticos de Terras. Foram encontradas informações de que também nas Igrejas Matrizes eram organizadas as listas para aqueles que deveriam compor as Companhias das Guardas Nacionais.[27] Tinham funções sociais, pelas festas religiosas que ali se realizavam, congregando grande parte da população da cidade, representada por todas as suas categorias do mais pobre ao mais rico. As atividades das Irmandades também de sentido social, concentravam-se nas matrizes das freguesias. Rara era aquela igreja matriz que não contasse uma ou mais irmandades, filiadas aos seus padroeiros. E, finalmente, até mesmo função preventiva em favor da saúde dos seus habitantes, exercia a freguesia, pois nelas muitas vezes se vacinavam os cidadãos contra a varíola.

A freguesia era dividida em quarteirões, como divisão administrativa da cidade. Competia aos Juízes de Paz dividi-las nessas extensões ao seu critério, respeitando porém a lei que determinava terem esses quarteirões pelo menos 25 casas habitadas.[28] O próprio nome **quarteirão** já dá idéia do que significava: deviam ser casas contíguas, delimitadas por quatro ruas, formando um quadrilátero.

Na prática, contudo, o quarteirão podia ser muito diferente. Conhecendo-se as delimitações dos quarteirões de Salvador já identificados, vê-se que a sua concepção, como subdivisão da freguesia, era a mais variada possível. Existiam quarteirões de diversas dimensões em área e população. De grandes extensões de terras, vivendo nela pequena população. De pequena delimitação, com grande número de habitantes, distribuídos em vários "fogos", que se abrigavam em sobrados de um, dois, três e quatro andares, com sótãos, sobre-sótãos, lojas, sobrelojas e porões. Existiam quarteirões que ocupavam uma só rua ou parte desta, ou apenas um só dos seus lados.

O número de quarteirões das dez freguesias de Salvador variava conforme sua extensão, conforme os critérios dos Juízes de Paz. Verificando em almanaques de datas diferentes do século XIX temos o seguinte quadro dos quarteirões das freguesias:

FREGUESIAS	QUARTEIRÕES		
	1854	1857	1863
Sé ou São Salvador	26	26	26
N. Sra. da Vitória	29	30	30
N. Sra. da Conceição da Praia	16	16	16
S. Antônio Além do Carmo	36	-	34
São Pedro Velho	38	39	37
Santana do Sacramento	28	28	30
SS. Sacramento da Rua do Passo	11	10	10
N. Sra. de Brotas	12	13	20
SS. Sacramento do Pilar	22	22	22
N. Sra. da Penha	19		
TOTAIS	237	184	225

Reconstituição do Quarteirão da freguesia da Sé. Dez anos de fundação, Salvador, Bigraf, 1979.

Através de dois quadros que logramos encontrar, um referente a 1855,[29] outro um pouco mais recente, de 1863,[30] podemos avaliar a extensão de Salvador, durante o século XIX. Não passava de uma cidade de pequena e modesta urbanização, e, assim mesmo, das ruas e praças que são apresentadas nesses quadros, muitas delas não eram sequer calçadas de pedras ou tijolos, como depreendemos da planificação dos calçamentos, que são seguidamente anunciados pelos Presidentes da Província em suas **Falas** ou **Relatórios** anuais. São 176 ruas em 1855, 210 em 1863, nas dez freguesias urbanas do primeiro distrito. A urbanização com a abertura de ruas, praças, ladeiras, becos, travessas e largos era feita sem a menor planificação, a não ser do primitivo núcleo do centro da cidade. A impressão que deixa o exame da documentação é de que, primeiro, existiam as casas, para que depois viessem a existir as ruas. Daí o desalinhamento destas. Temos prova dessa afirmação nas inúmeras licenças pedidas à Câmara Municipal pelos proprietários das casas, a fim de refazer as fachadas de suas moradias.

Crescia, portanto, a cidade do Salvador no século XIX, após as lutas pela Independência na Bahia, cortados os laços com Portugal, com o próprio sacrifício do capital nacional, já bastante abalado com as guerras que havia suportado, para alcançar a definitiva separação política.

O primeiro quadro de 1855, nos oferece o seguinte resultado:

Quadro 1. Número de largos, ruas, travessas, becos, ladeiras, campos, baixas, estradas, praias, cais em 1855 e 1863

1855	SÉ	VITÓRIA	CONCEIÇÃO	S. ANTÔNIO	S. PEDRO	SANTANA	PASSO	BROTAS	PILAR	PENHA	TOTAIS
PRAÇAS	1	—	3	4	2	—	—	—	—	—	10
LARGOS	3	—	1	5	5	6	2	—	—	—	22
RUAS	34	12	17	19	35	25	4	3	12	15	176
TRAVESSAS	8	2	8	—	11	5	1	—	3	4	42
BECOS	11	4	8	6	8	20	—	—	3	4	64
LADEIRAS	17	6	3	8	8	12	5	—	1	3	63

E vamos encontrar no quadro seguinte a lenta evolução urbana da cidade do Salvador, desta vez, em 1863:

1863	SÉ	VITÓRIA	CONCEIÇÃO	S. ANTÔNIO	S. PEDRO	SANTANA	PASSO	BROTAS	PILAR	PENHA	TOTAIS
PRAÇAS	4	1	2	3	2	2	—	—	1	—	15
LARGOS	2	5	3	1	6	5	2	—	2	4	30
RUAS	38	16	19	17	35	30	6	5	11	24	201
TRAVESSAS	7	3	—	1	11	5	2	3	1	4	37
BECOS	4	11	9	7	1	5	1	—	2	8	48
LADEIRAS	18	6	5	9	12	11	11	—	5	3	80
CAMPOS	—	1	—	1	—	1	—	—	—	—	3
BAIXAS	—	—	3	—	—	2	—	—	—	—	5
ESTRADAS	4	3	7	—	—	1	—	—	—	—	15
PRAIAS	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	2
CAIS	—	—	6	—	—	—	—	—	2	—	8

Verificamos um aumento de 25 ruas em oito anos, mas, por outro lado, observamos que diminuíram os becos e travessas, inferindo, então, que essas diminutas vielas teriam passado à categoria de ruas no espaço de tempo referido.

Salvador, capital da Província, localizada na entrada da baía de Todos os Santos, era no início do século XIX uma das cidades mais antigas e prósperas do Brasil[31]. Na Cidade Baixa, que beirava o mar, estavam situadas as freguesias de N. Sra. da Conceição da Praia e do SS. Sacramento do Pilar, parte da de Nossa Senhora da Vitória e a de N. Sra. da Penha, que avançava pelos alagadiços pantanosos, dobrava o porto dos Tainheiros e ia abrigar-se na enseada mansa, alcançando os subúrbios.

Toda voltada para as águas da baía e seu Recôncavo, a cidade erguia-se altaneira por cima das elevações onde estavam as freguesias da Sé – célula mater da primitiva Salvador –, de São Pedro, antigamente extramuros, de Santo Antônio Além do Carmo e da Rua do Passo. Sem visão para o mar que envolvia a cidade, somente a freguesia de Santana. A de Nossa Senhora de Brotas, mais no interior, espalhava-se pelo lado do

oceano em dimensões grandiosas, limitando-se com a freguesia suburbana de Itapuã.

Salvador era uma cidade comercial, desde os primeiros séculos da colonização. Nas freguesias da Cidade Baixa existiam muitas lojas de fazendas, miudezas, ferragens. peças para embarcações, drogas, armazéns de molhados, e os conhecidos Cobertos eram lugares de muito comércio, especialmente de venda de quinquilharias. Trapiches existiam para a mercância de ir e vir. Recebiam os produtos da terra, destinados a exportação: açúcar, fumo, algodão, aguardente, couros, madeiras, piaçava, e os que se importavam, como os vinhos, os azeites, os vinagres, a farinha do reino, o bacalhau. A Alfândega Geral ficava na freguesia da Conceição da Praia, com todos os funcionários indispensáveis à inspeção das mercadorias. Ainda na mesma freguesia; o Arsenal, a Ribeira das Naus, com o construtor de embarcações e oficinas necessárias: o estaleiro para a feitura das naus e fragatas, e um outro menor para as corvetas e brigues de guerra. A Praça do Comércio, dando para o mar, era edifício de respeitáveis dimensões e dos mais luxuosos da cidade, poder-se-ia nele encontrar uma sala para escrituração, a serviço dos negociantes, recinto para leilões, e, o armazém de arrecadação. Neste mesmo edifício, estavam os escritórios de três companhias de seguros: Boa Fé, Conceito Público e Comércio Marítimo.

Na Praça de São José, junto da igreja de Santa Bárbara, havia feira do pescado, assim como no Cais Dourado estavam expostos à venda os frutos da terra, produtos de abastecimento trazidos através da baía.

No Pilar, existiam os armazéns para a arrecadação do açúcar e quatro prensas de algodão. Nessa freguesia estavam estabelecidos os maiores comerciantes em grosso da praça da cidade. Ali, na verdade, se concentravam os graves e sólidos comerciantes portugueses que haviam chegado ao Brasil, como imigrantes, depois da Independência, e aqui fizeram fortuna. Na Calçada do Bonfim, quarteirão pertencente à mesma freguesia, residiam os mais ricos desses lusitanos. Outros, contudo, preferiam morar vizinhos ou, mesmo, sobre as suas casas de negócios, hábito peculiar desse povo, não dando importância ao desconforto que ocasionavam às suas famílias, habitar tão próximos de trapiches e armazéns, nem ao odor que emanava das diversas mercadorias com que transacionavam.

Na Penha, existiam estaleiros para a construção de grandes embarcações ou de fragatas. No sítio do Papagaio encontravam-se os alambiques para destilar a cachaça, e numerosos lugares onde se encontrava o pescado. No porto do Bonfim havia uma fábrica de vidros, e nessa freguesia, durante o século XIX, instalaram-se algumas das primeiras fábricas de tecidos. Na Ribeira de Itapajipe, o povo podia atravessar em barca, de um lado para o outro, procurando a terra firme dos subúrbios, sendo animais também aceitos nesse precário meio de transporte. À Penha dirigiam-se os romeiros em busca da capela do Bonfim, demonstrando sua devoção nas esmolas generosas, cera e azeite, contribuindo para o patrimônio da igreja. Junto a esta surgiram as casas dos romeiros, todas iguais, que lhes serviam de agasalho, no tempo que passavam em local tão longínquo da cidade.

A Sé, do alto da montanha, espiava o mar, em dias de verão "encouraçado de prata". Centro do governo administrativo, legislativo, judiciário e religioso da Província, contava com belos e majestosos edifícios e templos coloniais. O Palácio Arquiepiscopal e o Palácio dos Governadores, que beiravam a encosta da montanha, abrangiam com a vista a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, situada na estreita faixa entre a colina e o mar. Rivalizavam-se os dois poderes na procura do domínio espiritual ou material dos habitantes da cidade, mais disfarçadamente nas primeiras décadas do século, mais abertamente no final, quando a Igreja já não se conformava com a preponderância civil. Deste modo, a Relação Metropolitana e a Relação Civil extremavam-se nas suas jurisdições sobre as questões que envolviam o corpo e alma dos requerentes. Conventos, irmandades, estavam na Sé, assim como a Casa da Santa Misericórdia, depois, ainda no século XIX, a Santa Casa da Misericórdia, com hospital e outras múltiplas atividades beneficentes, a maior das irmandades, para a qual aspiravam entrar aqueles necessitados de subir na escala social, e onde outros baianos bem nascidos se assentavam, ocupando seus cargos mais importantes. O Hospital Militar, no começo do século, ocupava o prédio junto ao antigo Colégio dos Jesuítas. A Biblioteca Pública, a Casa da Moeda, que ainda cunhou em 1831, a Caixa de Descontos também estavam instaladas na Sé, bem como a mais elegante cons-

trução pública da Cidade Alta, o Senado da Câmara, com suas arcadas de pedra, seus tetos apainelados, a sua torre com o sino que muitas vezes palpitou para, com urgência, conglomerar o povo. A Tipografia Imperial e Nacional, onde muitos se dedicavam ao ofício de tipógrafo, localizava-se na Sé, do mesmo modo que o Colégio Médico-Cirúrgico. Inicialmente estabelecido no Hospital militar e depois transferido para a Santa Casa já se encontrando médicos na cidade, que alunos haviam sido daquele Colégio, com títulos de doutores em Medicina obtidos na França.

Prédios particulares, de grandes dimensões, existiam nessa. mesma freguesia, destacando-se por luxuoso o do Ferrão, então transformado em colégio, o do cônego José Teles de Meneses, que fora legado para seminário, os do Berquó, Pires, Saldanha e Chimenes.

Em São Pedro estavam o Correio Geral, depois transferido para a Cidade Baixa, e edifícios particulares e grandiosos: a casa do Cabeça, alguns sobrados da Rua de São Pedro, onde habitavam famílias com foro de fidalguia.

Santana e Rua do Passo destacavam-se pelos conventos, igrejas, e pela população que ia crescendo em casas térreas que se agrupavam nos núcleos dos centros religiosos, a primeira e a segunda por ser a menor freguesia da cidade, mas de população bastante numerosa, por contar com muitos edifícios.

O grosso da classe média, dos pequenos negociantes, dos alfaiates, dos empregados públicos de parcos ordenados, vivia em Santo Antônio Além do Carmo, uma das maiores freguesias de Salvador. Entre seus prédios particulares, nos sobrados que existiam na Soledade era de importância o solar da Família Bandeira, com terraço voltado para o mar, muito bem fixado por Julius Naeher, em aquarela que se encontra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Em Brotas, abrigava-se uma rarefeita população rural, que era também típica do 2.° distrito de Santo Antônio. Roças, fazendas e mesmo engenhos eram encontrados nos segundos distritos de Brotas e Santo Antônio.

A Vitória, no século XIX, transformava-se em freguesia onde escolhiam morada os maiores comerciantes da cidade, principalmente os es-

trangeiros. Nela estavam as grandes quintas ou roças, com distintas casas de moradia. Exemplos de luxo e bom trato eram encontrados nas chamadas "casa de campo", havendo outras com muita riqueza de arquitetura e escultura, entre as quais convém ressaltar a do negociante José Cerqueira Lima.

Na realidade, as delmitações das freguesias estavam definidas há muito tempo. Haviam continuado pelos séculos afora, com seus limites fixados e, somente no século XVIII, algumas poucas alterações, ou separações, aumentaram o número delas. Eram seis no princípio desse século; nove, nos meados. Cresceram para dez em 1760, e com a mesma quantidade continuou, até que, em 1870, foi criada a décima primeira. As dez freguesias da cidade do Salvador existiram, portanto, desde a criação daquela de Nossa Senhora da Penha, de Itapajipe, até que fosse dela desmembrada a freguesia dos Mares. É no círculo desse tempo, no século XIX, que se limita a cronologia do presente estudo das dez freguesias de Salvador.

Delimitá-las, com acerto, não foi tarefa fácil. Foram, realmente necessárias, muitas consultas e documentos variados, reflexão, novas descobertas. Mas, afinal, um ensaio foi feito e são agora apresentados os seus resultados.

Dez Freguesias da Sé ou São Salvador

Primitivo núcleo da antiga cidade do Salvador começava a freguesia da Sé nas portas de São Bento, estendendo-se até o beco do Ferrão, onde se delimitava com a freguesia do Passo. Tinha a distância, de norte a sul, de um quarto de légua, e de leste a oeste de 150 braças. Ficava situada na orla da montanha, onde se dividia com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, pela ladeira da Misericórdia, até as últimas casas dos ferreiros, e, pela ladeira do Palácio, ou atrás do Palácio, até a última casa do lado do mar. Na parte interior, tinha limite com a freguesia de Santana pela rua da Vala, pela ladeira do Gravatá, no fim da rua de São Miguel e no término da ladeira que descia pelo canto do Seminário, em direção ao bairro da Saúde. Limitava-se com São Pedro Velho na ladeira das Hortas e nas Portas de São Bento. Nessa florescente freguesia, figuravam a igre-

ja de São Pedro dos Clérigos, o templo da Sé Catedral, fazendo frente para o mar, a Santa Casa de Misericórdia, o convento de São Francisco, a Ordem 3ª de São Francisco e de Santa Isabel, a capela de São Miguel, a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a Ordem 3ª. de São Domingos, a igreja dos antigos padres da Companhia de Jesus.

A freguesia da Sé foi criada por D. Pero Fernandes Sardinha, em 1552.

Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria

A freguesia de Nossa Senhora da Vitória teve seu início no bispado de D. Pero Fernandes Sardinha, em 1561. Afastada do centro da cidade, foi entretanto, nesse local que surgiu o primeiro núcleo de povoadores. Ali se estabeleceram Diogo Álvares e, depois, Francisco Pereira Coutinho. Estavam nos seus limites os últimos vestígios da Vila Velha, fundada pelo donatário da Capitania, e as casas dos descendentes do Caramuru. Dividia-se de Brotas ao Rio Vermelho; em extensão, ia seguindo à beira-mar e subindo a colina, chegando até São Pedro, nas Mercês, no convento das Ursulinas, e até as Pedreiras, dividindo-se na Conceição da Praia. As casas situadas sobre o outeiro da estrada da Vitória, tinham suas roças terminando na "pancada do mar". A igreja matriz, situada em uma montanha sobre as águas da baía de Todos os Santos, oferecia deslumbrante paisagem. Eram capelas filiadas, contidas nos limites da freguesia da Vitória: a do Senhor dos Aflitos, de Santo Antônio da Barra, de Santana do Rio Vermelho, de São Lázaro e Madre de Deus, de Nossa Senhora da Conceição da Graça um Mosteiro dos Beneditinos, e de Nossa Senhora da Conceição do Unhão, na antiga casa do secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, que no século XIX foi ocupada pela fábrica de rapé de Meuron & Cia.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia

Localizada também à beira-mar, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia possuia de longitude um quinto de légua. De um lado, limitava-se com o Pilar, do outro com São Pedro e Vitória. Fora

criada a freguesia pelo bispo D. Marcos Teixeira, em 1623. Sua largura do mar para a terra era muito diferente em vários lugares, e em nenhuma excedia a 50 braças. Se de um lado limitava-se com o mar, do outro era com o monte que a circulava. Dividia-se de São Pedro pela ladeira da Preguiça e por uma pracinha no fim das Pedreiras; da freguesia da Sé, pelas ladeiras da Misericórdia e do Palácio; da Vitória nas Pedreiras, e do Pilar pela Praça do Comércio.

Nessa freguesia da Conceição da Praia estavam contidos os quartéis, a Fortaleza do Mar, o Tribunal do Comércio, a Alfândega, a Mesa do Consulado e trapiches. Tinha duas capelas: a de Santa Bárbara e a de São Pedro Gonçalves, mais conhecida como do Corpo Santo. A igreja matriz, a de Nossa Senhora da Conceição, não era a primitiva, que fora derrubada, mas a que haviam construído com pedras vindas de Portugal, já cortadas e numeradas e prontas para que fossem armadas, transportadas em duas fragatas de Sua Majestade. Em 1853, sua parte interna ainda não havia sido concluída.

Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo

A freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, criada pelo bispo D. Pedro da Silva Sampaio, em 1646, era das maiores em extensão, compreendendo dois distritos: o 1° urbano, o 2° distanciado do núcleo da cidade umas "boas léguas", estendendo-se até os limites da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá, suburbana da cidade, de um lado, e pelo outro alcançando a freguesia de Nossa Senhora de Brotas. Eram seus limites: com o Passo, nos Guindastes dos Padres e na Vala; com o Pilar, nas ladeiras de Água Brusca e de Água de Meninos; com São Bartolomeu de Pirajá, em Itapajipe de Cima; com Santana, nas hortas dos religiosos do Carmo, e com Itapuã, em Prambée, onde também se limitava com Brotas.

Sua matriz, situada no 1° distrito, tinha a invocação de Santo Antônio. Estavam contidos nesta freguesia: a capela de Nossa Senhora da Conceição, dos homens pardos do Boqueirão, Nossa Senhora do Rosário, dos Quinze Mistérios, Senhor dos Perdões, onde existia um recolhimento de mulheres, Nossa Senhora da Conceição da Lapinha, Santo Antônio da Fábrica do Queimado, Nossa Senhora do Resgate, a capela do Patrocínio do

Senhor São José dos Agonizantes, a de Nossa Senhora da Soledade, do Convento das Ursulinas do Coração de Jesus, a do cemitério das Quintas, a de São Gonçalo, e o oratório da antiga Quinta dos Padres.

Freguesia de São Pedro Velho

A freguesia de São Pedro Velho foi criada pelo arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, em 1679. Conforme nota de um pároco do século XIX, limitava-se a freguesia referida, extra muros, com o curato da Sé pelas portas de São Bento, e nas Hortas; com a Vitória nas Mercês e nas Pedreiras próximas ao Unhão; com Santana nos locais além citados; com a Conceição da Praia pelo princípio das ladeiras da Preguiça e da Conceição, e em uma pracinha próxima às Pedreiras.

A igreja matriz de São Pedro Velho ficava no largo de São Pedro, apenas um alargamento da rua do mesmo nome. Dentro dos limites dessa freguesia estavam o convento dos religiosos de São Bento, a igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, o convento de Santa Tereza, Nossa Senhora da Conceição do Tororó, Nossa Senhora do Rosário de João Pereira, o hospício dos religiosos Franciscanos, que agenciavam esmolas para os lugares santos de Jerusalém, o convento das Mercês, das religiosas ursulinas, local do limite com a freguesia da Vitória, o recolhimento de mulheres São Raimundo Nonato, o convento de Nossa Senhora da Piedade, dos capuchinhos italianos, o convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição da Lapa.

Freguesia de Santana do Sacramento

Antiga freguesia do Desterro, a de Santana do Sacramento foi criada por alvará da Mesa de Consciência e Ordens no governo do arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, em 20 de julho de 1679. Dividia-se das freguesias de Santo Antônio Além do Carmo, Sé e Passo pelos limites já citados, de São Pedro na ladeira das Hortas e no quartel da Polícia, no largo da Lapa e no Castanheda; da freguesia de Brotas no Dique do Tororó.

Sua largura ia, pois, da extensão que compreende o muro dos padres de São Francisco até o Dique, e seu comprimento da ladeira das Hortas ao campo de Nazaré. Nela existiam dois bairros: o da Palma, com as capelas de Nossa Senhora do Rosário do Regimento Velho, e Santo Antônio da Mouraria. Ali estavam situados os quartéis dos soldados, e o hospício de Nossa Senhora da Palma dos Agostinianos. O outro bairro, o da Saúde, com a capela sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde e de Nossa Senhora de Nazaré. Em meio dos dois bairros, erguia-se o Convento do Desterro, em cuja igreja se abrigou a paróquia durante quase um século. A matriz de Nossa Senhora de Santana, vizinha do Convento do Desterro, foi construída no século XVIII.

Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo

A freguesia da Rua do Passo foi desmembrada da Sé, em 1718, pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, tendo interinamente como matriz a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Era a menor freguesia da cidade. Seus limites foram controvertidos, em 1861, quando se pretendeu, por motivos que finalmente se identificaram como eleitoreiros, um aumento razoável de sua extensão. Anteriores a essa demanda, eram seus limites no século XIX: com a freguesia de Santana, unia-se pela ladeira do Alvo; limitava-se com a freguesia do Pilar pela ladeira da Fonte das Pedras; com a da Sé pelo beco do Ferrão; com Santo Antônio Além do Carmo na rua da Vala e nos Guindastes dos Padres do Carmo. Com a freguesia da Conceição da Praia no Taboão.

A menor freguesia em extensão, abrigava edifícios vários, de dois e três andares, tendo por essa razão uma população maior do que fazia crer sua pouca largura. No projeto de lei de 1861, determinava-se que a freguesia do Passo se delimitaria com a Sé pela rua das Portas do Carmo até o beco do Mota. Por esse beco seguiria até a rua da Vala, passando pelo beco do Ferrão, compreendendo as casas de um e outro lado. Teria na Sé um aumento de 27 casas. Com a freguesia de Santana, pela ladeira da Saúde, somente o lado esquerdo, até a esquina da capela deste nome, excluída esta. Daí se dirigia até a baixa denominada do rio das Tripas, alcançando o arco da Estrada Nova. Com a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo

até a capela da Conceição do Boqueirão, excluída a mesma capela, e novamente até o arco já mencionado. Incluía as casas do lado direito do largo da Conceição do Boqueirão e a capela dos Quinze Mistérios.

A repulsa do arcebispo, baseado em informações dos párocos das freguesias limítrofes ao Passo, impediu que o projeto que pretendia aumentá-la se tornasse lei, o que daria a essa freguesia um aumento de 352 casas, perdendo a Sé 27, Santo Antônio 184, e Santana 141. O território da freguesia do Passo foi aumentado em 1882.

Freguesia de Nossa Senhora de Brotas

A freguesia de Nossa Senhora de Brotas foi criada pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1718, sendo a seguinte sua demarcação extrema com outras freguesias, no século XIX: com Santo Antônio Além do Carmo pela Estrada Nova, começando pela roça do comendador Barros Reis, vindo até a Fonte Nova, no Dique, onde fazia diferentes limites com Santana e São Pedro. Daí, pela estrada Dois de Julho, seguia até a ponta da Mariquita, de onde se espraiava costeando a lagoa da Pituba, até Armação e o Rio das Pedras, quando se dividia com a freguesia de Itapuã, suburbana da cidade. Seguia a freguesia de Brotas até o Engenho da Bolandeira, onde novamente fazia divisa com Itapuã e com a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Limitava-se com a Vitória na Mariquita.

A freguesia de Brotas era das mais despovoadas, encontrando-se pequenos núcleos de população além do local onde estava erguida a sua matriz, como os da Pituba, das Armações do Gregório.

Além da matriz de Nossa Senhora de Brotas, contava a freguesia na sua demarcação com a capela do Senhor dos Milagres, no largo dos Paranhos, e a capela dos Mares, na fazenda Lagoa, de domínio particular.

Freguesia do Santíssimo Sacramento do Pilar

Como já foi mencionado, a freguesia do Pilar situava-se a beira-mar, dividindo-se da Conceição da Praia no cais do Sodré e Praça do Comér-

cio; da freguesia do Passo na ladeira do Taboão, e pelo meio da ladeira do Caminho Novo; da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo pelo meio das ladeiras de Água Brusca, Soledade e São Francisco de Paula; da freguesia da Penha, por trás do barracão da Estrada de Ferro, seguindo pela rua da Vala até o Engenho da Conceição, voltando à rua do Bom Gosto. A largura da freguesia do Pilar, delimitada pelo mar, apresentava uma extensão de quarenta braças, e de comprimento cerca de uma légua.

A freguesia do Pilar, desmembrada em parte da Conceição da Praia, fora criada, em 1720, pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. Seguia pela rua Direita, até chegar à altura do Guindaste dos Padres de Nossa Senhora do Carmo; daí se dividindo, de um lado para a praia, até a igrejinha de Nossa Senhora de Monte Serrat, dos religiosos de São Bento. Do outro lado, iria encontrar-se com a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Tinha como matriz a igreja do SS. Sacramento do Pilar, e contava dentro de sua área a igreja dos Órfãos de São Joaquim, São Francisco de Paula, igreja da Ordem Terceira da Santíssima Trindade, hospícios de N. Senhora do Carmo e de N. Senhora de Monte Serrat, dos Beneditinos.

Freguesia de Nossa Senhora da Penha

A Penha, em Itapajipe, foi elevada à categoria de freguesia, depois das outras nove, pelo Arcebispo D. José Botelho de Matos, em 1760. Mostrara mesmo o Arcebispo uma certa preferência a este local bastante longe do centro, onde havia, em 1745, lançado a primeira pedra da igreja do Bonfim. Ali estava também localizada a residência de verão do Arcebispo, onde D. José Botelho de Matos fora recolher-se quando praticamente destituído de suas funções arquiepiscopais, pelo apoio discreto que dera aos padres da Companhia de Jesus, expulsos do Brasil. As ordens do Marquês de Pombal, apoiadas, em parte, pela Igreja de Roma, transformaram a residência de verão em refúgio. do arcebispo deposto, que ali morreu, e foi inumado na capela-mor da igreja da Penha.[32]

Para essa freguesia, retiravam-se pessoas necessitadas de repouso. Voltando aos viajantes e suas observações sobre a cidade do Salvador, recolhemos:

> Entretanto, combinou-se uma mudança para o Bonfim. Fui em 'cadeira', as cortinas pregadas de alfinetes, com a recomendação de não abrí-las pela curiosidade de ver as ruas, de sorte que nada vi nessa passagem. A casa por meu tio tomada, era na ladeira do Porto da Lenha. A casa não era má, todas as outras, porém, ordinárias e habitadas pela ínfima plebe, o que tornava triste o local.

Realmente, a freguesia da Penha abrigava a população pobre da cidade. Fora ela desmembrada do Pilar na Roda da Fortuna, pela rua do Imperador, até uma pequena ponta da Jequitaia, seguindo pelo lado da terra e indo além da igreja dos Mares. Sua igreja matriz era a da Penha, justamente aquela vizinha à casa de verão dos arcebispos, e contava dentro dos seus limites as seguintes igrejas e capelas: Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Conceição da Passagem, Nossa Senhora do Rosário, São João Batista, hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, dos Franciscanos e Nossa Senhora dos Mares.[33]

Pelo que dissemos, é possível concluir que partes das freguesias de Brotas e de Santo Antônio Além do Carmo eram de zona rural e não urbana, e que a da Vitória, embora contasse com grande número de roças na sua demarcação, dela não se menciona uma distinção mais positiva quanto à classificação de algumas de suas regiões em 2° distrito, aspecto que ofereciam as citadas freguesias em suas áreas mais despovoadas.[34]

O lançamento do imposto de décimas era quadrienal. Pela demarcação da cidade com a finalidade de cobrança do referido tributo, podemos avaliar a extensão urbana de Salvador. Pela presidência da Província foi criada uma comissão a fim de, em conformidade com o artigo 3° da lei n. 344 e instruções de 4 de janeiro de 1850, se procedesse à demarcação da décima que seria aplicada durante quatro anos, de janeiro de 1854 até dezembro de 1857, e realizar-se os exames dos pontos que haviam ficado fora da fixação de limites da décima urbana anterior. Verificando a comissão que os melhoramentos nas áreas dispensadas de décimas não haviam alcançado nenhum progresso, e muito consciente de que era necessário dar impulso às edificações nessas regiões, resolveu conservar por mais quatro anos a mesma demarcação. Os prédios que se edificassem nas ruas abertas recentemente, ficavam isentos do pagamento das décimas

pelo espaço de dez anos, desde que construíssem imóveis no prazo de três anos após sua abertura. Ficavam pois dispensados do pagamento do imposto, por cinco anos, nas ruas em terrenos devolutos, as casas que nelas se edificassem.[35]

O lançamento da décima, portanto, oferecia o panorama da delimitação urbana da cidade. A primeira comissão, de 1850, cujos critérios seriam adotados em 1854, acordou na seguinte conclusão: "os limites das freguesias de S. Salvador, Rua do Passo, Conceição da Praia, Pilar, Penha, Santana e São Pedro servirão para as demarcações quanto à décima. Os limites da freguesia da Vitória servirão para a décima, excetuando-se: 1°- O terreno que estiver além da caixa do cemitério do Campo Santo, para frente em direção ao Camarão, São Lázaro e mais terrenos, até encontrarem-se com as do Rio Vermelho, que fica incluído nessa exceção. 2° - Pelo lado da Graça, seguindo-se da casa da Viúva Crista d'Ouro, todo o terreno que fica à esquerda da ladeira contígua à mesma casa, e do caminho ou estrada próxima à extinta fábrica de pólvora. Os edifícios que ficam sobre ambos os lados das estradas intermediárias, ou que por ela têm saídas, entre a baixa do cemitério, Rio de São Pedro, ladeira da mesma denominação, e estrada que a esta se segue para a Graça até a casa da mesma Viúva Crista d'Ouro, ficam compreendidos nos limites gerais da freguesia para a demarcação da décima. Somente servirão de limites para a referida demarcação na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo as do 1° Distrito, segundo a divisão feita pelo governo da Província em data de 21 de dezembro do ano próximo passado. Na freguesia de Brotas servirá de limites para o mesmo fim todo o terreno que vai pela estrada do Matatu, desde a casa de Tomás de Sousa Paranhos, inclusive, até a cidade, e na estrada de Brotas desde a casa da Boa Vista, inclusive, em direção ao mesmo ponto da cidade. Bahia e Paço da Câmara Municipal, 14 de janeiro de 1850 – O Presidente interino da Câmara, João Carneiro da Silva Rego, João Emídio da Silva Castro, Administrador interino da Mesa de Rendas da Província, José de Lima Nobre."[36]

Comparando-se esta delimitação urbana com a que inovava, de alguma maneira, os limites da cidade em 1857[37], vê-se que foi alargada à freguesia da Vitória para o lado do Farol; na Penha, ia além da enseada do

porto dos Tainheiros, seguindo até o Alambique dos Fiais, e terminava em linha reta na Estrada das Boiadas; em Santo Antônio Além do Carmo, alargava-se na Cruz do Cosme e na Quinta dos Lázaros, pelo 2° distrito dessa freguesia, o que não aparecia na delimitação anterior[38]. O restante do perímetro urbano da cidade ficou sem alterações.

As zonas afastadas, mas ainda pertencentes às dez freguesias de Salvador, eram muito pouco habitadas e, sem dúvida alguma, parcialmente rurais. Nelas vamos encontrar roças, lotes de terra, fazendas ou mesmo engenhos, e até uma sesmaria, como constam nos Registros Eclesiásticos de Terras[39]:

Quadro 2. Terras, roças, 'fazendas, terrenos, engenhos' e sesmarias das freguesias da Vitória, Santo Antônio Além do Carmo e Brotas

Reg. Eclesiástico de Terras	TERRENOS	TERRAS	ROÇAS	FAZENDAS	ENGENHOS	SESMARIAS
VITÓRIA	36	26	38	5	-	-
STO. ANTÔNIO	32	63	42	8	5	1
BROTAS	68	5	70	7	1	-

Nas cidades brasileiras geralmente, havia, grande entrelaçamento de zonas rurais e urbanas, constantes do termo da cidade. Outras freguesias de Salvador, classificadas como suburbanas, eram de população rarefeita, e, em verdade, não tomavam parte na vida social do perímetro da cidade. Foram elas: São Bartolomeu do Pirajá fundada em 1608; Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, outrora Santo Amaro de Ipitanga, criada também em 1608, sendo transferida sua sede para a Capela de Itapuã pela Lei Provincial de 17 de abril de 1851; São Miguel de Cotegipe, criada em 1608; Santana da Ilha de Maré instalada pela resolução de 19 de julho de 1832; N. Sra. da Piedade do Matoim, de onde foi desmembrada a da Ilha de Maré, criada em 1609; N. Sra. da Encarnação do Passé (1608); N. Sra. do Ó' de Paripe (1608).

Pela observação do perímetro urbano de Salvador, certamente se deduz que suas inclinações estavam voltadas para o comércio marítimo. A cidade beirava o mar da baía de Todos os Santos, de porto resguardado, fácil aguada, com todas as boas condições geográficas e, mesmo, econô-

micas, pois nela, existiam bons produtos para serem exportados. Salvador poderia ter tido um excelente desenvolvimento comercial, como grande entreposto exportador e importador, exercendo nas Américas grande desempenho mercantil. Qual a sua deficiência para que não se transformasse em metrópole comercial? Infra-estrutura? Clima tropical? Raça em grande parte mestiça? Capital concentrado em mãos de poucos? Ou falta de entrosamento com o capitalismo mundial?

Qualquer estrangeiro recém-chegado à cidade do Salvador, vindo de uma metrópole européia, seria, sem dúvida, surpreendido pelo silêncio que nela pairava.[40] A quase ausência de veículos, o uso de cavalos, "o andar silencioso da população preta, sempre descalça", ofereciam uma impressão de cidade abandonada ou deserta. Ou, ainda, que seus habitantes estivessem ocultos. Os sons que eram ouvidos na Salvador do século XIX, eram do alarido dos mercados, da vociferação dos portugueses, das crianças chorando, do cantar dos negros, do ritmo das falas dos carregadores, ou daqueles passantes nas ruas, com cestas de variados alimentos na cabeça, apregoando-os com suas vozes insistentes. E ainda dos negros gritando ou tagarelando seguidamente, em alegria contrastante com a escravidão. "Os negros possuem uma voz esquisita e indescritível." Uma voz nasalada e uniforme, quando "sons guturais soam sem pauta, incansavelmente." "As vozes das mulheres, de contralto, geralmente são tão graves que não eram distinguidas da voz masculina."[41]

Outro som que interrompia o silêncio da cidade era a voz dos sinos das igrejas, que tomavam parte nos acontecimentos de Salvador, badalando alegre ou tristemente. Tanto as matrizes, como as outras igrejas da freguesia anunciavam incêndios; logo que tivessem dele notícia, fariam tocar o sino maior, com 30 badaladas consecutivas e apressadas, espalhando-se pelo burgo a notícia do sinistro. Passado o intervalo de um minuto, dar-se-iam quantas badaladas fossem necessárias, desta vez lentas e compassadas, para indicar a freguesia onde havia irrompido o fogo: Sé – uma badalada; São Pedro – duas; Santana – três; Conceição – quatro; Pilar – cinco; Passo – seis; Santo Antônio – sete; Vitória – oito; Brotas – nove, e Penha – dez. Todas as igrejas deveriam repetir o toque de fogo, logo que o ouvissem de outra, o que ocasionaria grande alarido pela cida-

de, correrias e confusões. Àquela que dera o primeiro sinal do incêndio, competia também anunciar sua extinção, com breve repique, também logo repetido.[42]

Os sinos ainda podiam anunciar a morte de religiosos, padres, bispos e arcebispos, ou simples irmãos das confrarias e irmandades. Ou festejavam casamentos, ou vibravam nas festas dos santos, ou dobravam tristes e pungentes na Semana Santa. Tomavam parte nos sons da cidade, anunciando missas, tocando **Angelus**, marcando hora. Outros sinos que não os das igrejas, convocavam os cidadãos à praça do Comércio, ou à praça, fronteira à Câmara, para resolver conjuntamente graves assuntos comerciais ou administrativos. O repetido espoucar dos foguetes era outro dos ruídos habituais nos dias festivos, sendo laboriosa a profissão de fogueteiro sempre solicitado para fabricar e fazer explodir os seus fogos.

Citemos, por fim, como elemento que quebrava o silêncio normal da cidade, as salvas de tiro de canhão dadas pelo Forte do Mar, retribuindo as que lhes eram feitas pelos navios de guerra ao chegar ao porto, e das quais Thomas Lindley nos dá interessantes notícias.

As ruas da Cidade

As ruas centrais de Salvador foram calçadas de pedras em épocas várias do século XIX. O calçamento das ruas, a construção de passeios e dos encanamentos, as bicas, eram realizados por custeio dos proprietários dos prédios que nelas existiam. A administração, entretanto, concorria com engenheiros, mestres, materiais e ferramentas utilizadas nos melhoramentos das vias públicas. A despesa era repartida, tomando-se como base a extensão do prédio em braças e sua importância. Naturalmente que um sobrado pagaria uma cota maior do que uma simples casa térrea. Havia prazo de pagamento, com multa em caso de ser ultrapassada a data determinada. Os indigentes estavam isentos de pagamento. As ruas onde estavam localizadas as igrejas matrizes, capelas, conventos e estabelecimentos religiosos ou pios, seriam calçadas por conta do cofre provincial.[43]

Ruas localizadas no centro da cidade, como a do Tira-chapéu, das Vassouras e Nossa Senhora da Ajuda, foram calçadas em 1855. Outras, como o Portão da Piedade, em 1851, a Lapa em 1854, a do Hospício, a dos Carvoeiros, a de São Pedro e de São Bento, e as travessas da Ópera Velha e do Fernandes também o foram no mesmo ano. Em outras datas do século mencionado, a rua do Taboão, a dos Barbeiros, de São Miguel, da ladeira da Praça, as ruas do Fogo e da Faisca.[44]

Uma das obras urbanísticas de maior importância no século XIX foi a da rua da Vala, que durou cerca de dezesseis anos, começando por volta de 1849. Já nessa data, havia um início da rua da Vala, e a saúde pública já nitidamente percebia as vantagens que poderiam advir em conseqüência do saneamento do vale por onde se estenderia, proporcionando bem melhor salubridade à cidade, se o governo tivesse condições de continuar tão importante obra, entrando pela rua das Flores e seguindo até a Barroquinha.[45] Na área intermediária, existia uma imunda vala, que infectava, em parte, a velha urbe, pelo que, não podia deixar de ser canalizada. Em troca, surgiria uma importante via de comunicação, ligando várias freguesias, chegando ao 2° distrito de Salvador. Através dos anos, a rua da Vala seria a principal artéria da cidade, tornando-se lentamente populosa, com pequenas ruas laterais atingindo os pontos centrais urbanos. Outra utilidade da rua da Vala é que sobre ela poderiam ser usados os veículos de rodas, pesados, de difícil locomoção, que não eram empregados nas estreitas e irregularmente calçadas ruas da ex-capital do País.

De logo percebeu o governo que os cofres provinciais não conseguiriam arcar com as despesas de construção da rua da Vala, passando a pôr em arrematação pública etapas da obra, empregando nelas os recursos extraídos das loterias consignadas especialmente para essa finalidade.[46]

Em 1852, a despesa com essa construção já atingira a 87 contos de réis, quando apenas estava no seu terço. Nesse ano, a rua da Vala aproximava-se da travessa de São Miguel.[47] Canos gerais e laterais foram dispostos para receber as águas e despejos daquela zona. Um outro cano parcial recolhia as águas das ladeiras do Desterro, Poeira e da Garapeira, além das águas que se despejavam em frente à casa de Tomás Pedreira Geremoabo, na encosta do muro das freiras do Desterro.

Até o muro do Convento de São Francisco foi a rua da Vala também entulhada,[48] entrando pela horta do referido Convento, em que se encontrou terreno excessivamente pantanoso. Otimista, o Presidente da Província estimou que a obra da rua da Vala estaria concluída dentro de dois anos.

A canalização das águas que corriam no espaço onde se construiu a rua da Vala era de grande necessidade para o saneamento da cidade, e, em 1856, o projeto que lhe concernia já admitia chegar à rua da Lama, onde coletaria a maior porção das águas que davam origem ao rio das Tripas. Este rio, que estava sendo canalizado sob a rua da Vala, recebia, em grande parte, o esgoto da cidade. Tornava-se evidente que se deveria cuidar, com prioridade, do encanamento do rio das Tripas, e a construção da rua da Vala seria feita sobre o entulho que se usasse após o rio canalizado. Existia, pois, o propósito de construir-se a rua da Vala não somente com a finalidade de ligar diversos pontos da urbe, como ainda outra de caráter higiênico, de receber, canalizados, o esgoto e as águas da Cidade Alta, que escorriam para o lado oriental, dirigindo-os para o Camorogipe, abrindo-se uma comunicação que seguia um longo caminho, prosseguindo no Retiro, alcançando em seguida o Engenho da Conceição, e dali indo ao encalço do bairro do Bonfim, na freguesia da Penha.[49]

A rua da Vala, para o século XIX, significou tanto, ou talvez mais, que as aberturas das avenidas no século atual, em Salvador.

> Os que conhecem a colocação dessa cidade e sabem quanto suas numerosas e íngremes ladeiras dificultam o trânsito e embaraçam as comunicações entre as ruas e quarteirões, avaliarão quanto será importante a abertura de uma via que, seguindo os vales que dividem as colinas em que está edificada a cidade, oferece uma passagem cômoda para todas elas![50]

Contudo, só em 1858 se cogitou em calçar a rua da Vala, quase concluída, restando a abertura de becos e travessas que a ligasse estreitamente à cidade. Prosseguia-se em abrir a artéria referida, desde o Retiro até o Engenho da Conceição, sob o encargo do arrematante José de Barros Reis.[51]

Em 1860, cuidava-se de ligar ao cano central, sob a rua da Vala, nas baixas do Mosteiro de São Bento, as águas daquela zona, e construir na

rua da Lama uma praça. O saneamento do pântano que viciava os ares da capital baiana fora uma das grandes conquistas materiais do governo provincial, inclusive conseguindo terreno e espaço para novos edifícios. Entre as ruas da Prata e Nova do Gravatá fizeram-se muitos metros de empedramento.

Logo no ano seguinte, a rua da Vala oferecia trânsito livre da rua das Flores até a baixada do rio Camorogipe: dava-se grande importância a esse empreendimento, considerando-se mais uma estrada do que propriamente uma rua, e que se poderia nela estabelecer a cobrança de pedágio, pois grande parte de sua extensão estava fora da demarcação da zona urbana da cidade, isenta do pagamento de décima. Esse imposto seria revertido no término e conservação da mesma via. Pretendia-se, também, compensar o pagamento do tributo com benefício da iluminação que nela se instalaria, com alguns bicos de gás que sobrara do contrato para dar melhor luz à cidade.[52]

No ano de 1862, José de Barros Reis, encarregado dos melhoramentos da rua da Vala, utilizava-se de alguns africanos para, na zona que ia do Retiro ao Engenho da Conceição, construir, em diversos lugares, pontes de alvenaria, substituindo as de madeira, em parte deterioradas.

Continuaram pelo ano seguinte os melhoramentos dessa rua, em grande parte empedrada, entre o arco e o Camorogipe. Já concluídas, as partes de alvenaria, observou-se que os terrenos que ficavam a descoberto nas margens da rua gozavam de singular fertilidade pelo que seriam utilizados em benefício do abastecimento da cidade.

Da freguesia de São Pedro, sempre tomando a direção dos vales que cortavam a cidade, estendia-se a rua da Vala, dividindo, ou limitando, ou penetrando nas freguesias de Santana, Sé, Passo, Santo Antônio Além do Carmo, por onde se prolongava pelo 2° distrito, atingindo o Retiro pelo vale do Camorogipe, seguindo ainda em direção ao Engenho da Conceição, onde, praticamente, se entroncava com a Estrada das Boiadas.

A rua da Vala foi, certamente, o grande melhoramento, em matéria sanitária e de via pública, que ocupou e preocupou mental e materialmente vários Presidentes da Província, que bem souberam compreender sua grande utilidade em matéria de facilidade de locomoção, canalização de águas e esgotos, drenagem, o aproveitamento de terrenos para

construção e para a cultura de subsistência. Se houve rivalidade política entre os sucessivos encarregados dos negócios provinciais, a rua da Vala superou todas elas, pela sua bem compreendida utilidade, sendo construída em continuidade administrativa, a despeito de quaisquer dissenções que entre os Presidentes pudesse ter havido.

Concentração da população urbana - as moradias

Não somente o número total de casas deveria ser apreciado na evolução urbana da cidade, mas também o crescimento delas em casas de sobrado de um, dois, três e quatro andares, o que poderemos mostrar, em face ao quadro anexo aos resultados das listas nominativas de 1855. A observação da localização das casas de vários andares nas freguesias, dá uma curiosa visão da concentração da população de Salvador em algumas delas. Vemos, por exemplo, que na freguesia da Conceição da Praia encontravam-se a maioria dos edifícios altos, principalmente de três andares, e também a maior parte dos de quatro, sendo a única freguesia que reunia uma apreciável quantidade de edifícios notáveis pela altura. É digno também de ser mencionado que as freguesias de Santo Antônio Além do Carmo e de Santana se destacavam por apresentarem uma grande maioria de casas térreas, o que também se observava na freguesia de São Pedro Velho, embora nesta também existissem edifícios de um, dois e três andares. É, ainda interessante reparar que a freguesia do Passo apresentava inúmeros edifícios de vários andares, até mesmo de quatro pavimentos, e um diminuto número de casas térreas. Considerando que, em extensão, o Passo era a menor freguesia da cidade, é notório que ali se concentrasse considerável população, e que essa freguesia, como a da Conceição da Praia, crescesse para o alto, por falta de espaço territorial.

Em 1855, a freguesia do Pilar, embora apresentando-se mais modesta em relação à sua vizinha, a Conceição da Praia, também já possuía prédios de alturas variadas e maior extensão física para uma expansão adequada, o que não era mais proporcionado à Conceição da Praia, ocu-

pada pelos prédios comerciais e residenciais no seu exíguo espaço, uma estreita faixa de terra entre a rocha e o mar. A Penha possuía um mínimo de casas altas, o que era natural na freguesia mais pobre da cidade, para onde as pessoas se deslocavam a fim de passar as "festas", ou tomar profilaticamente, "banhos salgados". Quanto a freguesia de Brotas, houve certamente algum erro na coleta dos dados, pois não é compreensível uma tal involução, comparando-se com os dados do recenseamento de 1775. A Vitória, freguesia de elite e de confortáveis vivendas de campo, não possuía grande número de casas. E, finalmente, a Sé, era onde se haviam instalado as mais importantes famílias da Província, mas que àquela época já perdia a característica de freguesia elitista. Os sobrados, onde viviam grandes famílias, transformavam-se em moradas de muitos e se subdividiam em vários fogos, instalados em andares, lojas, sótãos e sobre-sótãos. Era, contudo, o centro da vida, o coração da cidade, onde tinham representatividade os poderes institucionais.

Vejamos o posicionamento dos prédios nas diversas freguesias:

Quadro 3. Os edifícios da cidade do Salvador e casas térreas em 1855 [53]

FREGUESIAS	Casas de 4 andares	Casas de 3 andares	Casas de 2 andares	Casas de 1 andar	Casas térreas	Totais
São Salvador da Sé	1	22	206	369	369	967
N.S. da Vitória	—	—	14	92	568	674
N.S. da Conceição da Praia	47	136	99	80	175	537
Santo Antônio Além do Carmo	—	—	30	138	1.020	1.188
São Pedro Velho	—	2	63	262	1.246	1.573
Santana do Sacramento	—	—	22	167	1.054	1.243
SSmo Sacramento da R. Passo	7	18	57	111	79	272
N.S. de Brotas	—	—	1	1	33	35
SSmo Sacramento do Pilar	18	47	61	123	528	777
N.S. da Penha	—	—	6	117	920	1.043
TOTAL	73	225	559	1.460	5.992	8.309

No século XIX, já não mais se observava o núcleo onde fora fundada a cidade de Tomé de Sousa, separado das outras freguesias, como acontecera à Sé, em relação as demais: São Pedro, por exemplo, cujo nome

primeiro havia sido São Pedro Velho Extramuros; ou Santo Antônio Além do Carmo, que estava situada depois do Convento do Carmo, bem além das portas de Santa Luzia; o Desterro, a Santana do século XVIII, dita alocada em lugar ermo, distante da cidade. Brotas, Vitória, Penha eram arrabaldes longínquos.

A Conceição da Praia era ligada à freguesia central da cidade pelos cordões umbilicais das ladeiras. O Pilar, mais distante, esperava a hora de se promover em importância econômica.

Haviam, portanto, desaparecido, no século XIX, os espaços físicos intermediários, e as freguesias estavam unidas. Já se discutia se esta ou aquela rua limítrofe pertencia a uma ou outra das divisões da cidade. Descendo ladeiras, subindo montanhas, estendendo-se pelos cumes das colinas, as ruas de Salvador interligavam as freguesias. Contrariando um secular costume de que os ricos viviam nos vales, os pobres na montanha, Salvador apresentava-se de modo oposto.

No princípio do século XIX, Vilhena nos dá notícias das habitações de Salvador,[54] assim como de suas ruas, declarando que as duas principais da cidade, localizadas na parte baixa e na alta, eram estreitas, com ângulos tão salientes que não era fácil passar por elas alguma "sege".

Na realidade, é difícil compreender porque, sendo o Brasil e a Bahia lugares de tão vastas terras desocupadas, se comprimia o espaço físico da cidade, mesmo conhecendo-se as posturas municipais. Além da estreiteza das ruas, as casas se amontoavam uma junto à outra, com portas e janelas dando para as vias públicas, em dimensões de largura que iam pelos 28 palmos (6,16m) aos 42 (9,24m), principalmente das casas térreas, que eram em maioria na cidade.[55] Vilhena informa que também economizavam o ar. Além de as casas serem "agaioladas" de andares, de cada uma deles saíam vigas de 4 a 5 palmos e sobre estas armavam-se varandas fechadas de rótulas ou grades de fasquias de madeira cruzada, cobertas de um telhadinho para desviar as águas das chuvas. Existindo ruas nas quais as casas fronteiras também faziam uso das varandas e gelosias, as vias públicas ficavam escuras e desagradáveis para quem passasse por elas, pois na maior parte das vezes era diminuto o espaço por onde pudesse penetrar a luz do sol. Transmitida ainda por Vilhena, chega-nos a

notícia de que as grades de madeira do início do século haviam substituído as "aropemas", um "tecido de cana brava rachada", às quais o Marquês de Lavradio mandou arrancar todas, em decidida e breve operação, pelo mau aspecto que apresentavam as ruas centrais da cidade.[56]

Raciocinando sobre a aparência das casas que se comprimiam nas freguesias centrais, com paredes meeiras, térreas, abarracadas, ou de sobrado, fica-nos a idéia de que a dificuldade dos transportes fazia a população disputar, palmo a palmo, os terrenos situados no coração da cidade, principalmente na freguesia da Sé, com esta modalidade de comportamento estendendo-se, por similitude às outras freguesias, como o Passo, São Pedro e Santo Antônio.

Por outro lado, a aplicação dos capitais disponíveis da cidade era, durante a segunda metade do século XIX, bastante voltada para a compra de imóveis, ou mesmo construção de imóveis iguais, ruas de casas semelhantes, que produzissem uma segura renda mensal. Dessa maneira, disseminou-se em Salvador um tipo de casa de aparência semelhante, não somente nas fachadas, de porta e uma, duas, três ou quatro janelas, como na disposição interior: sala na frente, supostamente para as visitas de mais cerimônia, às vezes fechadas, às vezes abertas, essas menos bem acabadas, e porta de entrada dando para o longo corredor que chegava à sala de jantar, para onde eram levados os íntimos. Quartos com portas dando para esse corredor lateral, cozinha separada, sendo esta no quintal, ou, se o terreno fosse acidentado, por baixo da sala de jantar. A existência de um quintal ou pátio na parte posterior da casa era invariável, na maior parte das vezes fechado com muros. Se o terreno se alongasse, porém, teria o quintal uma porta, portão ou porteira que se comunicava com a chamada roça. Esses quintais fechados abrigavam, sem dúvida, criações menores, sobretudo de galináceos, grandes auxiliares na sobrevivência material da pequena classe média, ou mais, ainda, das camadas inferiores da população. Quantas mulheres arroladas no censo de 55, ditas de ter o negócio como ocupação, não fariam essas criações? A existência dos quintais que jamais falham na descrição dos imóveis de Salvador, deve ter servido para atividades primárias importantes numa cidade de população composta, em sua maioria, de pessoas pobres, destituída de maiores

oportunidades de ocupações rentáveis, mormente quanto às mulheres: as pequenas plantações, a criação menor.

A descrição sumária das plantas das casas térreas poderia ser enriquecida de pormenores, conforme as posses dos proprietários, ou na medida do pagamento mensal dos inquilinos. Essas casas térreas eram ladrilhadas ou de tijolos, ou, ainda, de cerâmica, às vezes colorida. Poderiam ser assoalhadas e, parte delas, forradas, e ter janelas envidraçadas, ou mesmo janelas com bacias de pedra de cantaria, que eram as mais ricas, vindas de Lisboa, mas existiam também as pedras de cantaria locais. A riqueza dos acabamentos das casas ficava por conta da imaginação ou fortuna dos seus proprietários, mas a planta básica das moradas térreas continuavam frequentes, somente sendo diferentes as que se intitulavam abarracadas e as de sobrado.[57]

Essas casas térreas também tinham paredes dobradas as anteriores e posteriores, algumas mesmo com as "caixas" de pedra e cal, e seus repartimentos internos de adobe, de tijolos ou singelo, e até mesmo foi encontrado de madeira em um sótão de sobrado. Em algumas casas térreas ou de sobrado menciona-se a existência de uma alcova ligada à sala de visitas.

Ruas de casas semelhantes e térreas foram identificadas em várias freguesias, Na de São Pedro encontramos, no beco do Gaspar, próximo ao seminário, doze casas de um mesmo proprietário, sendo quatro de duas janelas e porta e as demais de porta e janela, em terreno baldio, de propriedade da mesma família. Em terreno incorporado à zona urbana da cidade, devido à construção da rua da Vala, existiam dezessete "barracas" que estavam erguidas, com duas portas em cada uma, na frente e no fundo das pequenas habitações. Na Calçada do Bonfim, zona limítrofe entre o Pilar e a Penha, foi registrada uma série de doações ou vendas, que realizava a viúva de Francisco Godinho, grande negociante, e oito casas pelo menos são descritas como térreas, com porta e duas ou três janelas.

Observando o preço pelo qual foram vendidas certas casas térreas de uma porta e duas janelas, concluímos que esse variava conforme a freguesia onde elas estavam situadas, influindo no valor das propriedades em que estavam localizadas. As casas mais valorizadas eram as da freguesia de São Pedro, e as de menor valor as da Sé, que estavam sendo vendidas para renda. Os sobrados da Conceição da Praia eram também

bastante valiosos, tanto que chegavam até a ser vendidos em partes, e não no seu todo.

Os sobrados, a residência das famílias de alta renda que os ocupavam por inteiro, ou de menores rendimentos, que utilizavam apenas uma parte deles, não eram iguais, embora sua aparência os distinguisse perfeitamente das casas térreas e das abarracadas. Os sobrados poderiam ter desde um só até quatro andares. Os divididos em vários fogos já o eram desde o andar térreo, onde existiam as lojas. As lojas de sobrado não significavam que ali houvesse qualquer gênero para venda. Eram habitações de pessoas mais pobres, geralmente de cor, e que, eventualmente, seriam protegidos dos habitantes do sobrado, ocupando os andares inferiores. Normalmente, porém, as lojas eram para renda. Esse tipo de sobrado tinha portas no andar térreo, os quartos e salas se estendiam em profundidade, e neles não penetrava a luz do sol, a não ser pela porta da frente ou pelo quintal ou pátio. Umas das portas servia de entrada para o andar do sobrado, e esta era mais elaborada em ornatos, distinta das outras, das lojas. Se, por acaso, os andares dos sobrados fossem ainda subdivididos em fogos, essa mesma porta e sua escada levava os habitantes aos vários andares, tendo em cada piso um pequeno patamar independente da morada. Encontramos, porém, um sobrado na rua do Xixi, no Pilar, que embora subdividido em fogos, possuía entradas independentes para o primeiro e segundo andares.

Quando o sobrado era morada de uma só família, o andar térreo apresentavava-se de maneira diferente, com uma porta e janelas. A parte mais usada diariamente desse tipo de sobrado era o andar térreo, com sala, sala de jantar, cozinha, dependências de escravos. O primeiro andar, sendo o considerado nobre era o mais elaborado externamente e o destinado às festas mais importantes. No terceiro, localizavam-se os dormitórios. Essas eram, em linhas gerais, as disposições dos sobrados, que no entanto variavam constantemente.

Uma descrição de um sobrado da freguesia da Sé nos oferece o seguinte aspecto: situado no Maciel de Cima, n. 31, apresentava-se em terreno próprio, com 66 palmos de frente, (14,52m) onde as paredes eram dobradas, com quatro portas: uma da entrada do sobrado, outra da

cocheira, as outras duas lojas de rendimentos, uma das quais tinha sala assoalhada e forrada, três quartos e cozinha. A outra loja, por baixo desta, evidentemente um porão, tinha apenas uma sala. Na entrada do sobrado estavam as acomodações para os escravos. No 1.° andar, cinco janelas de frente, de grades de ferro e bacias de cantaria de Lisboa, tendo um gabinete, sala de espera, sala de visitas, quatro quartos, sala de jantar, cozinha e dispensa, sendo forradas as salas, gabinete e corredores; um sótão com cinco janelas, contava quatro quartos, revestimento de estuque e tijolos.Seu quintal era murado. Uma outra descrição nos informa acerca da venda do sobrado do Dr. Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque e sua esposa, D. Maria Capitolina, situado no Cruzeiro de São Francisco, n. 333 esquina com o beco das Moroas, pela quantia de 11 :000$000 (onze contos de réis). Suas dimensões eram: 79 palmos de frente para o Cruzeiro de São Francisco (17,38m) e 103 no beco das Moroas (22,66m) tendo neste local oito janelas rasgadas, com grades de ferro e bacias de cantaria. No pavimento térreo, três portas e quatro janelas na frente; seis janelas no andar do Cruzeiro de São Francisco, com grades e bacias, como as outras. Era um sobrado de um andar, isto é, possuía o térreo, o primeiro andar e um pequeno sótão. Vê-se bem que a vida diária da casa se passava no andar térreo, e o primeiro deveria ter salões fechados para os dias de festa solene. Uns sobradinhos na freguesia da Sé haviam sido vendidos pelo preço de 400$000 (quatrocentos mil réis), nos quais se verificavàm a existência de grades de madeira, mais simples e talvez anteriores às de ferro. Tinham apenas duas janelas de frente, estreitos e frágeis, situados nas imediações da rua do Arcebispo.

Os sótãos ocupavam lugar de destaque nos sobrados, ou mesmo nas casas abarracadas, raramente nas térreas onde se aproveitava o vão da cumieira, e apareciam graciosamente nos telhados. Uns mais largos, outros mais estreitos, com ares de mirantes, isolados, espiando de longe as praças ou as ruas, lugares românticos mas inconfortáveis. Encontramos referência aos sótãos como “águas furtadas”, nome tipicamente português.

As casas abarracadas geralmente tinham o telhado de três águas, eram externamente menos elaboradas que os sobrados, e, na maior parte das vezes, possuíam entrada por um portão de ferro ao lado, sendo a porta

de entrada, nesse caso, situada lateralmente. Mas poderiam também ter entrada pela frente, com portas situadas em canto externo, ou no meio da fachada, com janelas de um e outro lado. As casas abarracadas eram confortáveis, muitas situadas em meio de grandes terrenos, chamados de roça. Exemplos dessas, uma situada nos Barris, cuja descrição é a seguinte: casa abarracada s/n, com sua roça, fonte, arvoredos, estrebaria, senzala e mais benfeitorias na dita roça, parte cercada, parte murada. Ou a casa abarracada da rua do Baluarte, em Santo Antônio, com terreno próprio, frente dobrada e varanda envidraçada, toda assoalhada, térrea na frente e dois andares no fundo. Ou mais outra na Penha: casa abarracada e avarandada, porta no meio, duas janelas de cada lado e o mesmo na parte de trás, constando de sala de visitas, dois gabinetes, cinco quartos, sala de jantar, dispensa, cozinha fora, cocheira e estrebaria dentro de um terreno foreiro. Era o proprietário Francisco Joaquim Veloso, de Bom Jardim.

Ainda existiam, em minoria, as casas nobres, como aquela que encontramos na freguesia do Passo, na Baixa dos Sapateiros: casa nobre com todos os seus terrenos próprios, edificada com frente de pedra e cal, oito janelas de frente, porta no centro, três salas de frente, nove quartos, sala de jantar, cozinha fora e uma cocheira anexa, dividindo-se por um lado com a Igreja do Rosário. Seu preço era de 13:500$000, e o adquirente foi Antônio José de Castro, negociante matriculado. E uma outra com apenas quatro janelas de frente, sendo a entrada pelo lado, com escada por fora da mesma, com divisões de gradaria pelo lado do mar. A casa onde está situado hoje o Tribunal de Contas do Estado era uma nobre mansão, com grades de ferro dividindo o terreno da rua, a qual foi propriedade do Barão de Sauípe.

Na Conceição da Praia, o Visconde de Guadainha, negociante em Londres, mas residente na cidade de Lisboa, vendia em 1869, um sobrado, à firma Moreira e Irmão, dando para o mar, em terrenos da marinha, de quatro andares, pelo preço de 90:000$000 (noventa contos de réis).

Construir casas com jardins fronteiros era a idéia ausente aos proprietários nas freguesias centrais. Mas já existiam jardins no século XIX, principalmente na freguesia da Vitória, nas casas nobres, ou mesmo nas casas que haviam sido construídas em roças, vendidas as suas partes late-

rais mas conservando os espaços centrais. Wetherell observa que no século XIX o "gosto pela jardinagem tem aumentado muito", embora comente que as formigas eram as grandes inimigas dos jardins, e que os canteiros eram rodeados de coroas de barro, constantemente cheias de água, impedindo a passagem do temível inseto. É da opinião de Wetherell que a moda dos jardins havia chegado da França, através de horticultores que vendiam plantas européias e exóticas, como as rosas, e as camélias, que vinham de Portugal.[58]

Infra-estrutura da Cidade

A iluminação da cidade era, no princípio do século, feita pela luz produzida com o azeite de peixe, para a qual houve determinação legal em 1836.[59] O governo foi autorizado a mandar realizar as obras de iluminação, por contrato ou por arrematação,[60] não excedente de três anos. Geriam os negócios da iluminação, para os quais fora elaborado o competente regulamento, um administrador geral, dois inspetores, um fiel, dez fiscais e 54 acendedores.[61] O administrador dirigia os empregados e os escolhia. Percorria os distritos em horas diversas para observar o estado da iluminação, verificava os depósitos de azeite, mandava fazer anúncios nas folhas públicas para comprá-lo, devendo os concorrentes apresentar-lhe as propostas em cartas fechadas. Também propunha ao Presidente da Província melhoramentos em benefícios da iluminação. O fiel tratava de fornecer azeite aos fiscais, de tê-lo em boa guarda e de prestar conta dos seus gastos. Os fiscais cuidavam do asseio e limpeza dos lampiões, pedindo, semanalmente, ao fiel o azeite para suas freguesias, pois sendo em número de dez, cada um atendia a uma delas. Percorriam as freguesias todas as noites a fim de verificar se os lampiões se conservavam acesos, fazendo seus relatórios aos inspetores, das faltas que haviam observado nos limites de suas freguesias, especificando quantos lampiões funcionavam a contento ou falhavam.

Os acendedores de lampiões tinham cada um a seu encargo 25 deles. Sendo os acendedores em número de 54, seriam ao todo 1.350 lampiões

de azeite de peixe. Havendo, em 1855, o total de 366 logradouros públicos, infere-se que existiam três lampiões, em média, para cada um deles, demonstrando que, na realidade, a cidade era muito mal iluminada, sendo a preocupação maior a de haver luz nas zonas centrais. Os lampiões somente eram acesos nas noites escuras, não o sendo nas de lua. Esta era a verdadeira fonte de luz da cidade, o que parece inacreditável mas verdadeiro.

Em noites sem luar os lampiões eram acesos um quarto de hora após o pôr-do-sol, apagados às cinco horas da manhã, durante o verão e, às cinco e um quarto, no inverno. Eram também acesos nas três primeiras noites da lua nova, e nas que se tornavam escuras por causa do mau tempo. Nas noites em que a lua aparecia depois das sete horas, ou naquelas em que se recolhia antes da quatro da madrugada, também se acendiam os lampiões, até a saída da lua, na primeira ocasião, um quarto de hora antes dela se recolher, na segunda.

Cada bico de lampião que se encontrava, sem motivo, apagado, importava numa multa de 20 réis por hora para o acendedor. Outras penalidades atingiam os fiscais.

Podiam ser acendedores os africanos livres que estivessem no serviço da Província, percebendo diariamente 100 réis, além de alimentação e vestuário.

A precariedade da iluminação da cidade com o emprego do azeite de peixe fez com que os governantes da Bahia aceitassem novas idéias para iluminá-la. Um americano, Frederico Southworth[62] ofereceu-se para usar nos lampiões o gás de hidrogênio carbonetado, retirado de resinas e substâncias oleosas. A matéria-prima utilizada seria a mamona, não só a semente, como o próprio arbusto. Também poderiam ser usadas as sementes de algodão, ossos e outros materiais. Entre as muitas vantagens que oferecia o novo invento, estava a de não poluir as casas, as ruas e os próprios lampiões, o que seria certo com a iluminação do gás retirado do carvão de pedra. O oferecimento de Southworth, embora sendo de cogitação e acatamento do governo da Província, não foi levado a termo, e a iluminação da cidade ainda continuou por algum tempo à luz de azeite de peixe, cujo contrato com o comerciante Joaquim Pereira Marinho ainda não havia terminado.[63]

Era, entretanto, tão deficiente a luz da cidade[64] que, em 1858, já davam os primeiros passos e as negociações iniciais foram feitas pela presidência da Província com o objetivo de trazer para a cidade uma iluminação conveniente, no perímetro compreendido pela demarcação da décima urbana, pelos mesmos processos empregados em Londres e Paris.[65]

O empresário responsável pelo contrato de iluminar a cidade foi o dr. José de Barros Pimentel, que deveria, no devido prazo, inaugurar o empreendimento. Era a iluminação a gás retirada do carvão de pedra. Em 1861, a Companhia já havia comprado um prédio em ruínas, na rua do Seminário de São Joaquim, e o havia totalmente reformado.[66] Estavam nessa época instalando uma ponte de ferro em direção ao mar, apoiada em colunas, até encontrar uma profundidade suficiente para que os navios nela pudessem descarregar o minério de carvão que transportavam. Ocupava-se, ao mesmo tempo, a Companhia da colocação dos tubos de distribuição do gás encanado, que teriam, depois de terminada a instalação, através de ruas e praças, a extensão de 40 milhas. A distância prevista entre os lampiões de gás era de 30 jardas, e cada bico teria a intensidade da luz de 10 velas, quando o de azeite de peixe oferecia apenas a luz de 2 velas. Já era um sensível progresso.

Continuava em vigor, contudo, a permissão de não iluminar-se a cidade em noites de luar, para que se poupasse ao erário esse gasto supérfluo, gabando-se a presidência da Província que essa prática não poderia ocorrer em Londres, e que somente o céu azulado dos trópicos permitia tal procedimento.

Mais ou menos dentro do devido prazo, em 1862, já se encontrava pronta a iluminação da rua, que ia do gasômetro de São Joaquim ao Cais Dourado, com mais de 90 lampiões funcionando; não demoraria ser 2.000, conforme o contrato.[67] O governo provincial dava grande atenção ao Passeio Público, cuidando melhor dos seus jardins, e naquele momento do desenvolvimento da sua iluminação, insistindo para que fosse colocado no rol das ruas e praças, e não no meio dos edifícios públicos da cidade, que o gasômetro devia iluminar dentro de condições especiais, como o Teatro, os quartéis, o Hospital e o Arsenal. Já funcionavam, em 1864, cerca de 1.760 bicos de gás,[68] sendo que cinqüenta e quatro no Passeio

Público, que devia ser feericamente iluminado até às 23 horas. Era atração da cidade esse parque tão merecedor de cuidados pelo governo da Província, sendo ponto de convergência e de encontros de nacionais e estrangeiros, donde necessário bem impressionar os seus freqüentadores.

Faltando ainda a instalação de 340 combustores, mandava o governo que fossem distribuídos pela estrada do Garcia, Papagaio, Porto do Bonfim, Sangradouro, Pitangueiras e Graça, o que prova estar o centro da cidade já fartamente iluminado, e que naquele momento não mais obedeciam ao critério de 30 jardas entre um e outro.

Mais para o fim do século, já não era tão satisfatório o estado da iluminação da cidade. Alguns lampiões jaziam caídos, muitos apagados, a luz amortecida. Parecia que a medida de deixar 40 combustores sob a responsabilidade de um só acendedor era demasiada, especialmente durante a estação invernosa. Em 1867, funcionavam 2.100 bicos de gás, pois se aumentara recentemente em cerca de 107, distribuídos pela matriz de Santana, largo da Barra, Poço do Bonfim, Monte Serrat, com 6 reservados para o farolete, Dendezeiros do Canela, largo dos Aflitos, rua das Princesas Imperiais, Cruz do Cosme, Penha, rua dos Veteranos e sua praça, e o Campo da Pólvora. Essas localidades da cidade que se faziam notar pela sua população, não gozavam ainda do privilégio da iluminação a gás, embora em algumas já se pagasse a décima. Ainda outros pontos importantes, que mereciam tal melhoramento, não eram iluminados, como a Gamboa, a rua do Carro, o Campo de Nazaré, as ruas do Sangradouro, a do Barbalho e a rua do Imperador.[69]

Ainda eram necessárias algumas benfeitorias em ruas centrais. A necessidade de iluminar uma cidade como a do Salvador, extensa, irregular na sua topografia, ocasionou a diminuição dos lampiões, ou pelo menos sua instalação, bastante distanciada, então, uns dos outros, de maneira que não se encontravam os seus raios luminosos. Tornava-se necessário corrigir tal deficiência. Em ruas centrais notava-se essa irregularidade havendo necessidade de interpor-se um lampião entre dois já existentes. O Quartel, o Palácio, a Câmara Municipal e os templos eram, contudo, fartamente iluminados.

Em 1869, afirmava-se que o estado geral da iluminação não era nada lisonjeiro. O contrato obrigava o pagamento em ouro, e com a situação

cambial desfavorecendo o Brasil, o governo foi forçado a pagar 80:000$000 em diferença de câmbio, para a complementação do desembolso do contrato de iluminação.[70] O Gasômetro já fornecia luz para 2.124 combustores nas ruas e praças, para 11 edifícios públicos, e 630 casas particulares. As despesas dos particulares eram elevadas e ensejavam freqüentes reclamações pela pouca intensidade da iluminação.

A cidade do Salvador teve seu fornecimento de água contratado, em 1852, pelo Presidente da Província, com dois cidadãos que formavam uma Companhia.[71] Era extraída a água do açude e vertentes do Queimado, e distribuída na cidade por meio de chafarizes. Desde logo estabeleceram cinco chafarizes na Cidade Baixa, entre Agua de Meninos e a Conceição da Praia, e sete na Cidade Alta, da Cruz do Pascoal até o largo da Piedade. Todas as obras dos chafarizes deveriam ficar prontas dentro de cinco anos, a contar de 1852. A Companhia não poderia vender a água por mais de vinte réis o pote, ou barril de três canadas. Era concedida à Companhia o direito de usufruir do contrato com o governo e de suas obras pelo prazo de 30 anos. O governo da Província concorreu com a quantia de 150:000$000, realizados dentro de três anos, para fornecimento de água à cidade, que dela muito tempo teria péssimo serviço. Algumas casas ou roças particulares, que contavam com fontes dentro dos seus limites, daquelas se abasteciam, e vendiam o precioso líquido, pelo preço que lhes convinha.

Em 1856, a Companhia fundada para fornecer água às Cidades Alta e Baixa, das vertentes do Queimado,[72] havia canalizado mais de cem braças da água existente naquele brejo. Continuava ativamente suas obras e já se achava concluído o reservatório com a capacidade para 3.200 pipas; as máquinas destinadas a suspender a água do brejo do Queimado até o reservatório; também já se encontravam instaladas na Cruz do Cosme, lugar alto, permitindo fácil distribuição. Eram duas máquinas a vapor, de alta pressão, assentadas paralelamente na rocha viva, e cantaria de Lisboa. Aspiravam a água recebida que elevava à altura do depósito; ali existia uma galeria na qual a água era filtrada por meio de 20 filtros de lá, antes de entrar no reservatório. Gastava-se uma tonelada de carvão para suspender 3.200 pipas do líquido até o reservatório, Dali a água era distribuída

pelos encanamentos que já, nessa data, haviam atingido o Cais Dourado, na Cidade Baixa, e a rua do Tijolo, na Cidade Alta. Os chafarizes foram construídos com apuro, de mármore de Carrara e de ferro batido.[73] Mas, em verdade, o serviço de abastecimento de água jamais chegou a funcionar a contento dos habitantes, que até os primeiros anos do século XX ainda se ressentiam da precariedade da infra-estrutura dos seus mais importantes e primários serviços públicos: luz e água.

Também quanto aos transportes, sua exploração era reservada aos particulares.[74] Durante o século XIX as cadeirinhas de arruar eram o meio de transporte mais rápido e mais barato, sobretudo para quem desejava maior comodidade na locomoção da Cidade Baixa para a Alta. Os pretos carregadores de cadeiras eram geralmente escravos, trabalhando de ganho para seus senhores, ou libertos que, para exercer a atividade, pagavam imposto à Câmara Municipal. As cadeiras foram vistas e usadas por Maria Graham, em 1821, observando que aqui as ruas enladeiradas que ligavam a cidade, não permitiam o emprego de veículos de rodas, razão pela qual alugavam as cadeirinhas. "Se não agradáveis, ao menos cômodas." Consistiam numa poltrona de vime sobre um estrado, coberta por um dossel de couro. As cortinas eram de tecido, ondeado, de seda ou de lã, com debruns dourados, forradas de algodão ou de linho, e que podiam fechar inteiramente em torno do dossel, ou usá-las abertas. Toda essa armação era suspensa por um único varal, pelo qual dois negros a carregavam, e em passo rápido levavam-na sobre os ombros, mudando com habilidade do direito para o esquerdo.[75] Sem dúvida as cadeiras baianas eram adaptação de costumes de colônias portuguesas do oriente.

Wetherell acrescenta que as cadeiras ofereciam para o estrangeiro um dos aspectos mais curiosos da cidade. Eram carregadas nos ombros dos pretos, o da frente levando um bastão para ajudar a levantar a vara, e o de trás mudando de ombro tantas vezes quanto desejasse. Algumas cadeiras eram muito elegantes, pintadas de grená ou azul escuro. As fazendas das cortinas eram verdes com adornos dourados, forradas de cetim, os assentos também ricamente enfeitados, e almofadas do mesmo tecido. Achavam esse método de transporte elegante e fácil. Os estrangeiros, contudo, desacostumados, tinham tendência a inclinar-se de um

lado para outro, desequilibrando o andar dos pretos. Era, por conseqüência, mais difícil a tarefa de carregar um estrangeiro, sem esquecer que os escravos ou libertos, tentando restabelecer o equilíbrio da cadeira, poderiam até causar a queda do freguês.[76]

Os homens ricos da cidade, os prósperos negociantes tinham suas cavalariças e contavam com alguns veículos pouco usados, como caleças, traquitanas, faetons, charretes, e até mesmo carruagens, com mais freqüência encontradas na zona da Calçada do Bonfim e pelo lado da Vitória.

Surgiram os primeiros veículos públicos por volta de 1862. Eram as gôndolas, somente usadas por homens e crianças. Foram lançadas na Bahia pelo italiano Rafael Ariani, nascido em Mântua, quando sob o domínio austríaco, mas judeu ou israelita, como dizia sua família.[77] No aristocrático bairro da Calçada do Bonfim, Ariani lançou esse sistema de transporte público; as gôndolas eram altas, com molas sensíveis, puxadas por quatro animais, num dos quais ia montado o cocheiro. Outras gôndolas de diferentes proprietários surgiram em alguns pontos da cidade. Até 1864, os veículos errantes sem horários eram os únicos meios de transporte da população de Salvador. Assim sucedia até quando, em 1865, um americano inventou o transporte movido a burros, deslizando sobre trilhos de aço, ou de madeira guarnecida com ferro, que escorregava facilmente, ligando ruas e bairros. Sabendo da novidade, Rafael Ariani fez as malas e partiu para os Estados Unidos. Em Boston, contratou serviço idêntico para Salvador: os bondes puxados a burro. A capital baiana foi uma das primeiras cidades do mundo a adotar tal meio de transporte. Em 1870, já existiam os bondes. Fez sucesso a vinda desses veículos. Alguns os achavam muito perigosos, como o Presidente da Província e seu Intendente. Pareceres foram requeridos, e decepcionado ficou o inovador Ariani. Em resumo, foi difícil para que Ariani conseguisse montar o serviço de bondes de burro.Como da vez anterior, ele iniciou o novo meio de transporte na zona da Calçada do Bonfim. Os carros eram em número reduzido, como também o trajeto: dos Coqueiros de Água de Meninos para a Baixa do Bonfim, via Calçada e Dendezeiros. As cocheiras que abrigavam os carros e os burros ficavam no fim da rua dos Dendezeiros. Eram três quilômetros de cidade servidos pelos bondes. Concedido o funcionamento, foram

requeridas as extensões das linhas primitivas que chegaram ao Pilar, e a Conceição da Praia. A esse tempo morreu Rafael Ariani, e outros inovadores o sucederam na ânsia de fundar novas companhias de transportes urbanos: pensava-se em construir outras linhas de bondes na Cidade Alta. Os Lacerda, pai e filho, fizeram sociedade em comandita, sendo o filho o sócio solidário, e prepararam a nova linha de bondes da Graça à Piedade: Fixaram a estação na Graça, e novo ramal surgiu para a ladeira da Barra, enquanto faziam seus bondes descer da Piedade para a ladeira de São Bento, e para a praça de Palácio, com alguma dificuldade.

A mesma companhia dos Lacerda iniciou a construção da torre do elevador, mais tarde denominado o "Parafuso", no ano de 1869. Não sendo engenheiros, mas comerciantes, os Lacerda conseguiram, entretanto, com habilidade, perfurar a rocha da encosta da montanha e construir o elevador hidráulico que, posteriormente, tomou deles o nome, e ligar a Cidade Baixa à Alta, serviço inaugurado em 8 de dezembro de 1873.

Outras linhas de transporte apareciam. O comendador e cônsul da Dinamarca, Teodoro Teixeira Gomes, conseguiu construir a estrada de ferro do Rio Vermelho. A linha começava no Campo Grande, em frente à casa que pertenceria ao dr. Pacífico Pereira, e terminava no alto do Papagaio, no Rio Vermelho, subindo até o 2° arco. Tempos depois já fazia terminal na Mariquita.

Criaram uma nova linha do Rio Vermelho de Baixo, a começar na Barroquinha. Esse empreendimento foi iniciado pelos irmãos Ariani, filhos do velho Rafael: Giusto e Luciano que também se diziam israelitas. Existia uma estrada com o nome de Dois de Julho, aproveitada para a nova linha de transporte, aberta ao trânsito desde 1859, mas que se ressentia de certo preparo para a colocação dos trilhos, o que foi executado com muita dificuldade pelos irmãos Ariani, cuja companhia foi acrescida de outro sócio, – Francisco Justiniano de Castro Rebelo.

Toda a zona urbana percorrida pelos transportes era muito importante para Salvador. Ao longo dos trilhos dos bondes novas casas iam surgindo, e a cidade pôde comunicar-se com mais facilidade.

Apesar dessa preocupação com os transportes públicos, que tornavam mais curtas as distâncias longínquas, a primeira e nítida idéia que

surge pela observação é que a população da cidade continuava, ainda no século XIX, a ocupar principalmente as freguesias centrais. Uma explicação parece lógica. As distâncias eram maiores pela lentidão da locomoção, do que a realidade oferecia. Locais, hoje, praticamente centrais foram considerados remotos, como a Penha e o Rio Vermelho, zonas de população permanentemente rarefeita e pobre, onde podiam buscar a tranqüilidade do veraneio os habitantes da urbe.

Para o asseio e limpeza da área urbana, o contrato celebrado com esse fim pela presidência da Província foi mais tardio que os anteriores de água, luz e transporte. Salvador era uma cidade suja. Os detritos que se acumulavam nas ruas já haviam ocasionado a expansão de moléstias epidêmicas. Somente em 1865 é que a presidência da Provínica assinava contrato com o major José Antônio da Costa Guimarães para que uma empresa se encarregasse do serviço de asseio e limpeza de Salvador.[78] Abrangia esse serviço todas as ruas, praças, morros, ladeiras e vias de comunicação. Era dever da empresa limpar sarjetas, vales e riachos nas freguesias da Sé, do Passo, do 1° distrito de Santo Antônio, de Santana, de São Pedro, da Vitória, somente até o Campo Grande, da Conceição da Praia, do Pilar e da Penha, nas zonas vizinhas à freguesia do Pilar. Ficava, pois, excluída dos cuidados higiênicos celebrados pelo contrato, a freguesia de Brotas e partes da de Santo Antônio e da Vitória, compostas naturalmente de roças, fazendas, terrenos baldios e até engenhos, não havendo outra alternativa para esses locais senão enterrar o lixo e outros detritos, como se procedia nas zonas rurais. Não se pagaria a multa: prevista, o que ocorreria se fosse o lixo enterrado no perímetro urbano da cidade, pois as posturas e multas somente tinham validade para serem exercidas dentro da demarcação da décima urbana, dependente da municipalidade.

Era obrigatório para a empresa remover materiais orgânicos e inorgânicos capazes de viciar o ar, ou que pudessem de alguma forma causar incômodo, ou perigo, à saúde da população, ou seu desconforto, impedindo o trânsito público. Pedras soltas, tijolos, telhas quebradas, terra solta, poeira, lama, animais mortos, vegetais, água estagnada, seriam removidos pela companhia de limpeza. Era também ação esperada e exigida o varrer das ruas, praças, largos das freguesias centrais, ao menos

três vezes por semana, em dias e horas a serem determinados. As outras freguesias deveriam ser varridas duas vezes por semana. Permanente vigília sobre as sarjetas, valas e riachos, procurando-se evitar a existência de águas estagnadas, eram exigências do contrato. Competia à Câmara Municipal designar os locais onde deveriam depositar o lixo e detritos: na baixada da Fazenda Garcia, no Engenho do Retiro e no Cabula, na Maçaranduba e no Engenho da Conceição.

Em horas fixas e determinadas, veículos apropriados passavam pelas ruas recolhendo o "lixo de varredura" nas portas das casas, assim como material poluído ou não. Esse serviço seria gratuito nas residências de pessoas indigentes, em estabelecimentos públicos, de caridade, nos conventos e ordens mendicantes. Nas outras moradias a empresa cobraria 500 réis mensais, em lugares habitados por até dez pessoas, podendo ser o preço aumentado de acordo com o número de habitantes das casas. O preço a cobrar era livre nos seguintes estabelecimentos: quartéis, hotéis, hospedarias, açougues, tabernas, fábricas, oficinas e colégios particulares.

Havia também um grande problema higiênico para ser resolvido na cidade: a remoção de detritos e matéria orgânica existente nas cocheiras e cavalariças públicas e particulares, que persistiam dentro da zona urbana, assim como os resíduos das fábricas de charutos e outras. Essa remoção teria que ser feita, por ajuste particular com a empresa. Aqueles que por negligência ou má-fé lançavam imundícies nas ruas, aumentando o trabalho diário, seriam punidos de acordo com as posturas municipais, ou a empresa sofreria multas se não cumprisse as exigências do contrato.

Não sendo nocivo à saúde pública, ou ao sossego coletivo, a empresa de limpeza poderia empregar qualquer aparelhagem que economizasse braços ou tempo. É, sem dúvida, original para a época essa cláusula do contrato da presidência da Província e a limpeza pública, pois, em 1864, o que não faltava em Salvador eram braços inativos e tempo ocioso. Demonstra-se que as idéias do Presidente da Província, ou daqueles que registraram o contrato, eram bastante avançadas no tempo. A empresa deveria utilizar-se na remoção dos detritos de 60 a 80 carroças, ou outros veículos semelhantes. Serviço esse executado de forma que estivesse terminado às 8 horas da manhã, em época de tempo bom e claro, e até às

9 horas da manhã, em ocasiões chuvosas. Por todos esses serviços a empresa receberia 80:000$000 anualmente, em parcelas mensais.

A empresa deveria também tornar mais salutar as condições atmosféricas da cidade, plantando árvores apropriadas e aprovadas pela municipalidade em praças, ruas, largos ou em outros lugares designados previamente, imcumbindo-se de sua conservação. Outras providências higiênicas seriam tomadas pela empresa, aos poucos, sujeitas a pagamento extra-contratual, como os encanamentos para esgotos gerais ou principais, tudo que fosse necessário à "higiene pública e à civilização".

É indiscutível que as providências administrativas inerentes à presidência da Província, no sentido de criar e manter uma infra-estrutura conciliatória com as necessidades de Salvador, no século XIX, foram tomadas. Se os contratos celebrados foram mal cumpridos e os Presidentes que se sucederam não exigiram dos contratantes a fiel constância dos trabalhos neles apontados, não foi culpa daqueles que se preocuparam em dotar as dez freguesias de Salvador de serviços que facilitassem a vida diária dos habitantes da cidade, que dessem no contexto da época, certas comodidades, inexistentes no seculo XVIII.

Essa preocupação com os serviços públicos foi bastante salutar para o desenvolvimento básico e econômico de Salvador, voltados, pela primeira vez, para o conforto e bem-estar das camadas sociais inferiores, que tomavam parte, com mais interesse, no progresso do qual iriam desfrutar. Esses cuidados poderiam resultar em verdadeiro ponto de partida desta cidade como metrópole. Se tal não ocorreu, dever-se-á procurar outros motivos para o estado da medíocre posição em que se colocou Salvador na segunda metade do século XIX. Estavam, no entanto, lançadas e implantadas as bases fundamentais para a existência de uma importante cidade nos trópicos.

ANEXO I[79]

Quadro das praças, largos, ruas, travessas, becos, ladeiras, campos, baixas, estradas e cais das dez freguesias da cidade do Salvador

	CURATO DA SÉ	**VITÓRIA**
PRAÇAS	do Palácio	do Mercado
LARGOS	Teatro, Pelourinho, do Cruzeiro	dos Aflitos, Vitória, da Graça, de Santo Antônio da Barra, da Povoação da Barra.
RUAS	das Portas do Carmo, Curriaxito, Direita do Palácio, do Tira-Chapéu, da Ajuda, das Vassouras, do Pão de Ló, do Berquó, dos Ourives, dos Capitães, Por detrás da Cadeia, das Verônicas, do Saboeiro, do Bacalhau, Direita da Misericórdia, dos Gatos, do Tijolo, do Caminho Novo, do Gravatá, Por detrás da Sé, de D. José, do Maciel de Baixo, do Saldanha, dos Campelos, dos Ossos, do Bispo, das Moroas, Direita do Saldanha, Direita do Colégio, da Ordem 3a. de S. Francisco, do Cruzeiro de S. Francisco, da Larangeira, do Maciel de Cima, da Oração.	da Faísca, das Mercês, dos Aflitos, da Gamboa, do Forte de São Pedro, do Bom Gosto do Canela, do Cajueiro, do Porto da Barra, das Pitangueiras, do Farol, da Quinta, do Bom Jardim, D'Areia, D'Alegria, da Graça.
TRAVESSAS	do Vallongo, da Ópera Velha, dos Sete Candéeiros, do Saldanha, do Seminário, do Arcebispo, da Laranjeira.	do Porto das Vacas, do Canela para os Dendezeiros, da Barra para a rua d'Alegria.
BECOS	do Chegar, do Açouguinho, do Viva Jesus, do Motta, dos Campelos.	do Medina, do Jogo, da Gamboa, Por detrás da rua da Areia
LADEIRAS	da Conceição, do Passo de São Bento, por detrás da Ajuda, do Berquó, da Misericórdia, dos Carvões, do Ximenes, da Praça, dos Gatos, de S. Francisco, de S. Miguel, do Ferrão.	dos Aflitos, dos Aflitos para a Gamboa, da Fonte do Forte de S. Pedro, para o Outeiro da Barra, do Rio de São Pedro, do Campo Grande para a Gamboa.
CAMPOS		
BAIXAS		do Gabriel, da Gamboa, da Graça.
ESTRADAS		do Garcia, do Bom Gosto para o Rio S. Pedro, da Vitória, da Vitória para a Graça, da Vitória para a Barra, do Rio S. Pedro, do Rio São Pedro para o Campo Santo.
CAIS		do Unhão

	CONCEIÇÃO DA PRAIA	SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO
PRAÇAS	Mercado e São João	Santo Antônio, Soledade, Lapinha.
LARGOS	da Conceição, do Guindaste dos Padres, da Alfândega.	da Cruz do Cosme.
RUAS	das Pedreiras, do Estaleiro, da Ribeira, da Alfândega, das Grades de Ferro, do Morgado, de Santa Bárbara, do Coberto Grande, Nova da Alfândega, dos Ourives, dos Algibebes, Direita do Comércio, do Guindaste dos Padres, da Louça, Formosa, Nova do Comércio, da Fonte dos Padres, dos Cobertos Pequenos, do Campo da Lenha.	do Carmo, da Cruz do Pascoal, da Conceição do Boqueirâo, Direita de Santo Antônio, dos Marchantes, dos Adobes, dos Carvões, dos Ossos, dos Perdões, dos Chinelos, do Forte de Santo Antônio, dos Currais Novos, do Matadouro, de São José, da Lapinha, Nova do Queimado, dos Currais Velhos.
TRAVESSAS		do Largo da Cruz do Cosme, da Baixa de Quintas.
BECOS	do Figueiredo, dos Calafates, da Conceição, do Grelo, do Mata-Porco, do Enrola, do Cais de São João, do Garapa, do Funil.	da Ladeira do Pilar, do Padre Bento, dos Currais Velhos, dos Perdões, do Andrade, do Queimadinho, do Funil.
LADEIRAS	Conceição, da Preguiça, da Gameleira, do Palácio, da Misericórdia, de Santa Teresa.	da Conceição do Boqueirâo, do Baluarte de Água de Meninos, da Água Brusca, do Forte de Santo Antônio, de São José, da Soledade, de São Francisco de Paula, da Cruz do Cosme para as Quintas.
CAMPOS		do Barbalho
BAIXAS		
ESTRADAS		das Quintas, do Rio das Tripas, das Boiadas, da Cruz do Cosme.
CAIS	de Santa Bárbara, do Ramos, do Bastos, do Pedroso, das Amarras, do Reis	
	SÃO PEDRO VELHO	SANT'ANA DO SACRAMENTO
PRAÇAS	Piedade	do Campo da Pólvora.
LARGOS	da Barroquinha, São Bento, São Raimundo, do Accioli, Dois de Julho, do Teatro.	do Guadalupe, da Palma, da Mouraria, do Desterro, da Fonte Nova, da Saúde.
RUAS	Limoeiro, Piedade, Barris, da Alegria, de São Raimundo, das Mercês, de João Pereira, da Faísca, do Fogo, da Forca, do Cabeça, do Queiróz, do Sodré, do Mingau, do Areal de Baixo, do Gabriel, Democrata, Jaqueira, do Açouguinho, da Lama, de São Bento, Nova de São Bento, do Mocotó, de Maria Paz, de Baixo de São Bento, do Mocambinho, do Duarte, dos Barbeiros, da Lapa, dos 7 Pecados, de São Pedro, dos Currais Velhos, da Quitanda Velha, do Portão da Piedade.	do Gravatá, do Castanheda, da Mouraria, dos Quartéis, da Mangueira, do Soares, do Bângala, da Independência, do Passo, do Desterro, do Ferraro, da Prata, da Fonte, de São Miguel, da Poeira, Por detrás do Desterro, do Caquende, da Jaqueira, do Genipapeiro, do Jogo do Lourenço, d'Agonia, da Bomba, Direita da Saúde, Alvo, da Vala, dos Sangradouros,do Cabral, do Jogo do Carneiro, 2 de Julho, do Tinguí.
TRAVESSAS	dos Barris, de João Pereira, da Rua do Fogo, do Areial de Cima, da Barroquinha, do Berquó, da Lama, da Rua Nova de São Bento, de Santa Tereza, do Portão, do Coqueiro.	do Bângala, do Castanheda, do Capim, do Genipapeiro, do Cabral.
BECOS	do Gaspar	

LADEIRAS	da Gameleira, da Barroquinha, das Hortas, do Coqueiro da Piedade, dos Barris, da Fonte para os Barris, de Santa Tereza, da Jaqueira, do Areal de Baixo, dos Barris para o Coqueiro, de São Bento.	da Praça, do Gravatá, de Santana, do Desterro, das Fontes das Pedras, da Fonte Nova, para Nazaré, da Garapeira, da Saúde, do Alvo, da Cova da Onça.
CAMPOS		de Nazareth.
BAIXAS		
ESTRADAS		
CAIS		
	PILAR	**PENHA**
PRAÇAS	Comércio	
LARGOS	Conceição e Mares	Monte Serrat, Bonfim, Papagaio, Madragoa
RUAS	Julião, Comércio, Uruguai, Cais Dourado, Pilar, SS. Trindade, São Francisco de Paula, Muganga, Direita do Cais Dourado, Xixi, Rua Direita dos Coqueiros, Agua de Meninos, Direita do Noviciado, da Mangueira, do Bom Gosto, da Vala, Calçada do Bonfim.	Dendezeiros, Mares, Calçada do Bonfim, Formosa, Boa Viagem, Farias, Imperador, Rosário, Princesa, Travassos, Nova do Areal, Penha, Ribeira, Madragoa, Bispo, Fogo, Nova do Oratório, Roda da Fortuna, Uruguai, Roma, Papagaio.
TRAVESSAS	Julião, do Comércio, do Uruguai, do Cais Dourado.	Imperatriz, Bogari, Beco do Fogo, Gama.
BECOS	Sodré, Martins, da Carne Seca, Central, da Mangueira, da Rua da Vala, da Fortaleza, da Jequitaia.	Areal, Custório, Gramão, Galo, Soares, Frade, Alegria, Fogo.
LADEIRAS	da Fonte das Pedras, da Soledade, do Caminho Novo, de Água de Meninos, São Francisco de Paula, Água Brusca.	Bonfim, Porto da Lenha, Porto do Bonfim.
CAMPOS		
BAIXAS		Monte Serrat, Bonfim.
ESTRADAS		Massaranduba.
CAIS	Sodré e Dourado.	do Senhor do Bonfim, Tainheiros.
	PASSO	**BROTAS**
PRAÇAS		
LARGOS	Baixa dos Sapateiros, Carmo	
RUAS	Taboão, do Caminho Novo, do Passo, do Carmo, das Flores, da Vala (uma parte), do Passo.	das Pitangueiras, Nova do Socorro, Direita do Castro Neves, da Alegria, do Sangradouro.
TRAVESSAS	Da Rua das Flores, da Baixa do Sapateiros para a Rua da Vala	do Castro Neves, da Rua da Alegria, do Sangradouro.
BECOS		
LADEIRAS	Da Baixa dos Sapateiros, do Taboão, da Rua do Passo, do Carmo, dos Quinze Mistérios	
CAMPOS		
BAIXAS		
ESTRADAS		do Matatu, da Vala para o Cabula, da Boa Vista.
CAIS		

Notas

[1] GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*, Sáo Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 144.

KINDERSLEY, Mrs. *Letters from the East Indies*, London, J. Nourse, 1777. p.19

HABSBURG, Maximilien von. *Reise Skinnen. Esboço de viagem*. Bahia, 1860. Vienna, Tipografia Nacional, 1861. Tradução de Antonieta da Silva Carvalho. Mimeografado.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais*, Recife, Coleção Pernambucana, v. XVI, 1978. 2

[2] BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Góes. Memórias. Manuscrito.

[3] *Idem*, *idem*.

[4] *Idem*, *idem*.

[5] *Idem*, *idem*.

[6] *Idem*, *idem*.

[7] Lei n. 73, de 15 de junho de 1838.

[8] HABSBURG, Maximilien von. *op. cit.* p. 30 - 31.

[9] *Idem*, *idem*. p. 31 - 32.

[10] GRAHAM, Maria. *op. cit.*, p. 30 -1.

[11] *Idem*, *idem*.

[12] BITTENCOURT, D. Ana Ribeiro de Góes. Memórias. *op. cit.*

[13] *Idem*, *idem*.

[14] *Idem*, *idem*.

[15] ACSCD em pastas referentes ao século XIX.

[16] WETHERELL, James. Brasil. *Apontamento sobre a Bahia 1842 -1857*. Salvador, Artes Gráficas, s/do p. 79.

[17] GRAHAM, Maria. *op. cit*. p. 153.

[18] WETHERELL, James *op. cit*. p. 79.

[19] BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Góes. *op. cit*.

[20] WETHERELL, James. *op. cit*. p. 134.

[21] GRAHAM, Maria. *op. cit*. p. 155 - 56.

[22] WETHERELL, James. *op. cit*. p. 120.

[23] *Idem*, *idem*. p. 80.

[24] ARQUEB. S. L. Processo para o projeto de lei que aumentava os limites da Freguesia da Rua do Passo. Resposta do Vigário de Santo Antônio Além do Carmo. Projeto n. 547 - Projetos - Emendas. Assembléia Legislativa Provincial -1861/4.

[25] ARQUEB. S. L. *Idem*, *idem*. Resposta do Vigário da Freguesia de Santana.

[26] ARQUEB, S. L. *Idem*, *idem*. Diário da Bahia de 12 de setembro de 1861.

[27] *Coleção de leis do Império do Brasil*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1866, n. 102, março de 1834.

[28] ARQUEB S. H. Presidência da Província. Juízes de Paz. CX. 1.047 maço 2679.

[29] WANDERLEY,João Maurício. *Fala que recitou...* na abertura da Assembléia Legislativa... no dia 1.° de março de 1855.l; Bahia, Typographia de A. Olavo de França Guerra e Comp..., 1855. Mapa no Anexo n. 31.

[30] BNRJ. Seção de Manuscritos l, 33, 17,10.

[31] REBELO, Domingos José Antônio - Corografia ou Abreviada História Geográfica do Império do Brasil. in: RIGHS v. 55, p. 7-235.

[32] ACCIOLl DE CERQUEIRA E SILVA, Inácio. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Anotadas pelo dr. Braz do Amaral*. Bahia, Imprensa Oficial, 1919 -1940.6 v. 5, p. 335.

[33] As descrições das Freguesias foram dados combinados das seguintes fontes: ACS - Livro de Registro das Freguesias.

ARQUEB S. H. observação dos quadros de recenseamento de 1855 e listas de qualificação eleitoral.

ACCIOLl DE CERQUEIRA E SILVA. *op. cit*. v. 5, p. 371-76.

[34] Constatação observada nas listas de qualificação eleitoral das respectivas freguesias.

[35] Lei 582 de 19 de julho de 1855 - Art. 2. § 1.0

[36] ARQUEB S. H. Presidência da Província - Governo - Câmara de Salvador, cX. 594, maço 1.401.

[37] RUY, Afonso. História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador - Bahia, Câmara Municipal de Salvador, 1953. p. 309; transcrito em Mattoso, Kátia de Queirós. Bahia: *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 121-2.

[38] São os seguintes os quarteirões do 2.° distrito da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo:

1° Quarteirão - rua nova do Paiva, rua da Cruz do Cosme do lado do sul. Tem 57 casas sendo 55 cobertas de telha e 2 cobertas de palha todas elas habitadas.

2° Quarteirão - rua da Cruz do Cosme do lado norte; tem 62 casas cobertas de telha.

3° Quarteirão - Praça da Cruz do Cosme, estrada da areia do Mirante, o lado do Eng. ° do Retiro e a ladeira de São Cristovão que desce para o Estabelecimento da Quinta dos Lázaros. Tem 98 casas, 61 cobertas de telha e 37 cobertas de palha.

4° Quarteirão - rua do Pau Miúdo de um e outro lado; tem 70 casas 51 cobertas de telha e 11 cobertas de palha.

5.° Quarteirão - começa do lado esquerdo da rua da Vala da travessa que entra para o estabelecimento da Quinta dos Lázaros até o rio Camorojipe, e o Largo da Capela do Resgate. Tem 30 casas, 20 cobertas de telha e 10 cobertas de palha.

6.° Quarteirão - Estrada do Cabula principiando do Largo do Resgate em seguida para o Cabula; tem 68 casas, 40 cobertas de palha.

7.° Quarteirão - começa da estrada que segue para as Armações, Pernambués, Fazenda Cascão, Bolandeira, Fazenda das Areias de Armações; tem 15 casas - 6 cobertas de telhas, 9 cobertas de palha todas habitadas.

8.° Quarteirão - Praça do Largo do Resgate e estrada que segue para o Cabula. Tem 65 casas, 42 cobertas de telha e 23 cobertas de palha.

9.° Quarteirão - Estrada do Saboeiro. Tem quarenta casas, 20 cobertas de telha, 20 cobertas de palha.

10.° Quarteirão - Mata Escura - tem 20 casas, 5 cobertas de telha e 15 cobertas de palha.

11.° Quarteirão.- Na Mata Escura parte da estrada para o campo seco; tem 22 casas, 8 cobertas de telha e 14 cobertas de palha.

12.° Quarteirão - Estrada da Corcunda da Yayá e de São Bento. Tem 57 casas, 8 cobertas de telha e 49 cobertas de palha.

13.° Quarteirão- Estrada de São Gonçalo em seguimento a Mata Escura. Com 30 casas, 13 cobertas de telha e 17 cobertas de palha. Ao todo são 634 casas, 395 cobertas de telha e 239 cobertas de palha.

[39] ARQUEB S. H. Registro Eclesiástico de Terras das Freguesias de Brotas, Santo Antônio Além do Carmo e Vitória.

[40] WETHERELL, James. *op. cit*. p. 61.

[41] HABSBURG, Maximilien von *op. cit*. p. 56.

[42] ALMANAQUE Administrativo, mercantil e industrial da Bahia... Bahia, Tipografia de Camilo Lelis Masson & Cia., 1863. p. 56-8. .

[43] Lei n. 406 de 9 de agosto de 1850.

[44] ACSCD - *Idem*, *idem*.

[45] MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa..., em 4 de julho de 1849. Bahia, Tipografia Constitucional de V. R. Moreira, 1849. p. 22-3

[46] MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa..., no dia 1.° de março de 1851. Bahia, Tipografia Constitucional de V. R Moreira, 1851 p. 14 - 5.

[47] Travessa de São Miguel situada em recanto da hoje conhecida Baixa dos Sapateiros. MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no dia 1.° de março de 1852. Bahia, Tipografia Constitucional de V. R Moreira, 1852. p. 16-7.

[48] WANDERLEY, João Maurício. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no dia 1.° de março de 1853. Bahia, Tipografia Constitucional de V; R. Moreira, 1853. p. 41 - 2.

[49] SINIMBU, João Lins Vieira Cansanção, Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa... no dia 1.° de setembro de 1857. Bahia, Tipografia de A.O. da França Guerra, 1857. p. 52 - 4.

[50] SINIMBU, João Lins Vieira Cansanção. *op. cit*. p. 52-4.

[51] LEÃO, Manuel Messias de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo 1.° vice-presidente da Província... em 15 de setembro de 1858. Bahia, Tipografia de A.O. da França Guerra, 1858. p. 15.

[52] CHAVES, José Augusto. Fala que recitou na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, no dia 1.° de setembro de 1861. Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1861. p. 44.

[53] WANDERLEY, João Maurício. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no dia 1.° de março de 1855, *op.cit*; QUADRO anexo n. 31.

[54] VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas Brasíiicas*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, Livro I, p. 91.

[55] ARQUEB S. J. Livros de Registros de Imóveis. 1.0 v. 1865 -1872.

[56] VILHENA, Luiz dos Santos. *op. cit*. p. 113 - 114.

[57] ARQUEB. S. J. Livro de Registro de Imóveis.

[58] WETHERELL, James. *op. cit*. p. 145 -146.

[59] Lei n. 39 de 14 de abril de 1836.

[60] Lei n. 585 de 19 de julho de 1855.

[61] Regulamento da iluminação de 8 de maio de 1858.

[62] SINIMBU, João Lins Vieira Cansanção. *op. cit*. Anexo I.

[63] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa... Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1856, p. 76: "o contrato que celebrei com Joaquim Pereira Marinho mediante privilégio de 30 anos".

[64] MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... a 1.0 de março de 1851. *op. cit.* p. 23: "A iluminação da cidade era feita através de lampiões distribuídos desta maneira nas Freguesias: 207 no Curato da Sé 101 na Freguesia da Vitória 314 na Freguesia de São Pedro 231 na Freguesia de Sant'Anna 178 nas Freguesias de Santo Antônio e Passo. 241 nas Freguesias do Pilar e Conceição da Praia. 30 na Calçada do Bonfim até Roma".

[65] LEÃO, Manuel Messias de. Fala recitada... *op. cit*. p. 15.

[66] COSTA PINTO, Antônio. Fala recitada... na abertura da Assembléia Legislativa... Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1861. p. 73 - 5.

[67] FERNANDES, Joaquim Antão. Relatório com que o Cons... passou a administração da Província da Bahia ao Cons. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1862 p. 22 - 4.

[68] ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e. Relatório com que o Pres. da Província... passou interinamente a administração da Província da Bahia... ao Exm.° Sr. Manoel Maria do Amaral, Vice-Pres. da Províncla da Bahia. Tipografia Poggetti de Tourinho, Dias e Cia, 1864. p. 43.

[69] ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sã e. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... Bahia, Tipografia Poggetti de Tourinho Dias & Cia., 1865. p. 51 - 3. CUNHA, Ambrosio Leitão da. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... Tipografia Tourinho & Cia,1867. Anexo.

[70] MARTINS, Francisco Gonçalves (Barão de São Lourenço). Relatório do Presidente da Província. Bahia, Tipografia de J. G. Tourinho, 1869. p. 34.

[71] Lei n. 451 de 17 de julho de 1852.

[72] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério. Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... Bahia, Tipografia de Antônio O. da França Guerra, 1856. p. 74.

[73] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério. Fala... *op. cit*. p. 72.

[74] CARVALHO, Carfos Alberto de. Palestra. RIGHB, 194, vol. 66: 77 -108.

[75] GRAHAM, Maria. *op. cit.* p. 145 - 6.

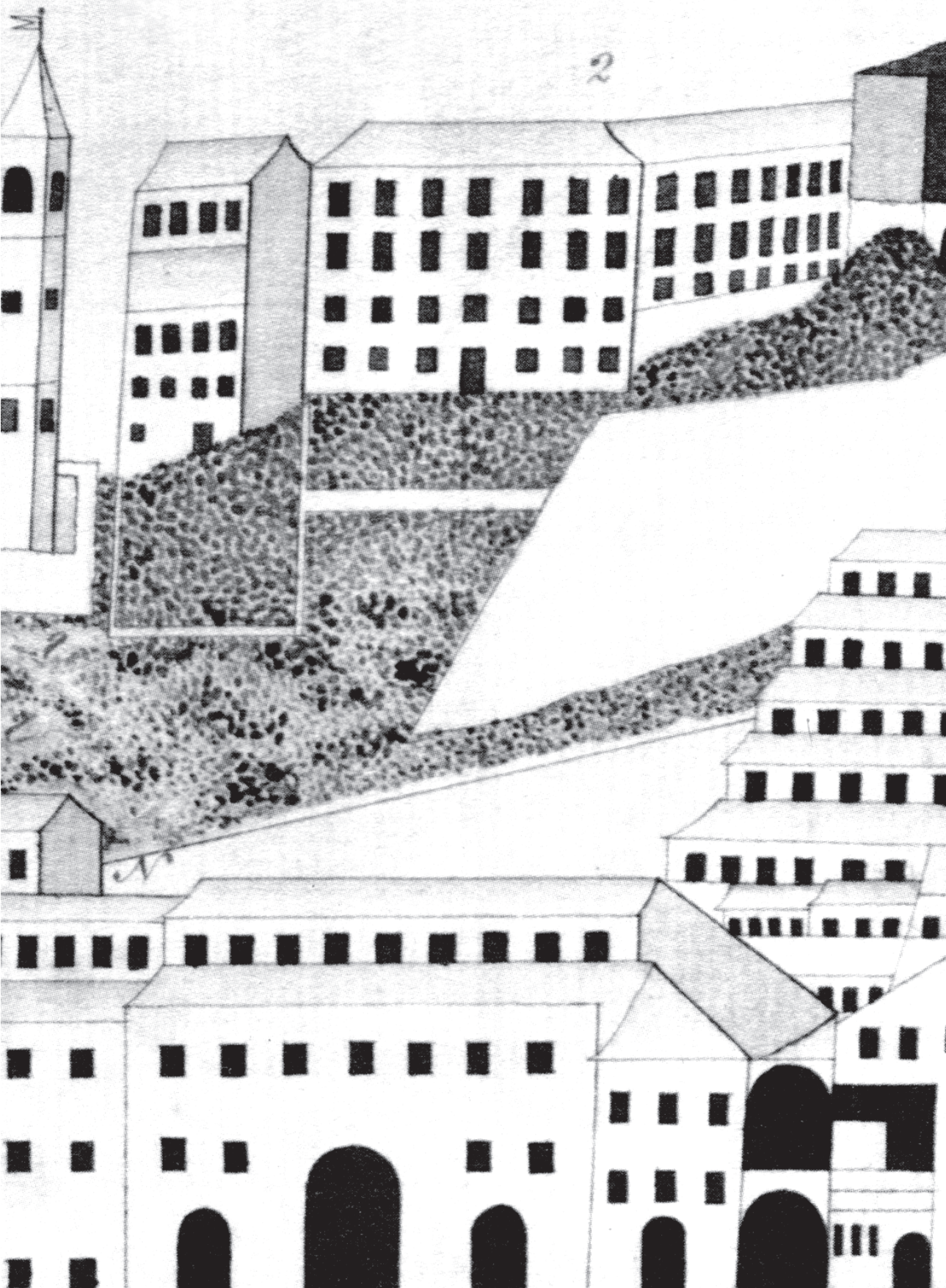
[76] WETHERELL, James. *op. cit*. p. 36.

[77] ARQUEB - S. A. Registro do Testamento de Luciano Ariani pagamento dos impostos de sucessão.

[78] ARQUEB-S. H. Presidência da Província-Governo-Contratos-1855-1870. Maço 1558 p. 113v: "Termo de contrato celebrado pelo Exmo. Sr. Presidente da Província com o Major José Antônio da Costa Guimarães para a Empresa de asseio e limpeza da cidade".

[79] S.N.R.J. Seção de manuscritos.

Capítulo II

A população das freguesias

A população das freguesias

Recenseamentos - o censo de 1855

A preocupação com os censos oficiais na Bahia teve início bem depois da Independência, em 1840, quando a lei n. 112, de 9 de março daquele ano determinou que o governo mandaria proceder, de 10 em 10 anos, a um recenseamento geral da Província, que serviria para verificar o estado da população e o número dos habitantes. O primeiro realizado teria início, segundo a lei referida, em 30 de novembro de 1840, terminando exatamente um mês depois, dando-se conta do resultado no primeiro dia do ano seguinte.[1]

Os recenseamentos seriam ordenados pelos Juízes de Paz, executados pelos inspetores de quarteirões, os quais mencionariam nos arrolamentos os habitantes das freguesias, com exatidão e com as minúcias exigidas pela lei. Seriam inscritas todas as pessoas nos lugares onde tivessem morada. As listas do censo apresentariam a população distribuída pelos quarteirões, dando o nome das ruas, os números das casas, se térreas ou de sobrado, o número de fogos existentes nas casas. O nome de cada um dos seus habitantes, a começar pelo chefe da família ou o dono da casa, a idade de cada um, a "qualidade" (branca, parda, crioula, cabra e preta), a naturalidade, o estado civil (solteiro, casado, viúvo) as condições sociais (livre, liberto e

escravo) as profissões, se as tivessem, e uma coluna dedicada às observações. Apenas aqueles que se encontravam nos conventos, recolhimentos, casas de caridade ou de educação, estabelecimentos de correção e prisões públicas, teriam suas listagens para o recenseamento arbitradas dentro dos recintos em que se encontravam e deles se enviaria ao governo da Província, uma relação *com* os competentes registros. Da mesma forma deveria proceder-se em referência aos militares do serviço ativo, dos quais o comandante das armas mandaria uma lista ao governo.

É de presumir-se que a lei que mandava contar, em tempo decimal, a população geral da Província e das suas cidades em particular, ou não foi cumprida, ou dos recenseamentos não ficaram vestígios. Apenas foram encontrados, de 1835, uma lista nominativa da freguesia de São Pedro[2], uma referência a um recenseamento realizado, em 1842, na freguesia de Santana[3], um resultado total de 1848, da época em que era Presidente da Província João José de Moura Magalhães[4], e o recenseamento de 1855, quando Presidente João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe. Invoquemos, mais uma vez, o testemunho de Wetherell, que, no ano de 1855, escrevia: “Há muitos anos não se processa um recenseamento”[5]. E acrescentava que as pessoas pareciam ter grande aversão em serem contadas, e que os senhores de engenho e donos de escravos não gostavam que fossem calculadas exatamente as suas peças, temerosos da fiscalização que poderia resultar em taxas incidentes sobre sua escravaria. Sempre que houve uma tentativa no sentido de avaliar-se a população da cidade, os donos de escravos indicavam um número muito menor as suas propriedades humanas, ou, melhor, sub-humanas.

Recolhemos, entretanto, do mesmo ano de 1855, na Seção Histórica do Arquivo do Estado da Bahia, em maços diversos, sem nenhuma ligação com “recenseamento”, os restos daquele que fora mandado realizar em Salvador pelo Presidente da Província João Maurício Wanderley. Os dados que trazem são os exigidos pela lei. O estado de conservação das listas é, todavia, lamentável. Algumas, de tão deterioradas, já se encaminhavam para o descarte, em meio de papéis inaproveitáveis. Examinadas, causou-nos certa estranheza a falta de unidade das listas dos recenseamentos nos quarteirões, que diferem bastante na forma, conteúdo e organização. En-

quanto as listas eleitorais apresentam dados uniformes e aspecto semelhante, as listas do censo nominativo são desiguais, apenas com a exceção de três quarteirões da freguesia da Sé, que se assemelham. Chegamos à conclusão de que, cada lista do recenseamento encontrada traduz muito do modo de ser, do caráter, dos interesses, da instrução de cada inspetor de quarteirão encarregado dos arrolamentos. Não lhes sendo apresentadas instruções muito precisas da maneira como realizar o censo, cada inspetor colheu os dados para as listas que elaborou, conforme sua inteligência, o seu preparo, a sua sensibilidade. Mesmo sendo listas trabalhosas, para elas foi exigida certa premência pelo Presidente da Província, que tencionava, de logo, conhecer os seus resultados. E se bem que algumas delas sejam bem feitas e precisas nos seus dados, apresentando até, em poucas, a informação da renda do chefe da família, a maioria apresenta-se de maneira confusa, sem que exista da parte do elaborador o empenho de desvendar informações. O tempo e o descaso completaram as deficiências dos inspetores de quarteirão: as listas se deterioraram e a maioria desapareceu.

Muitas perguntas acerca da maneira como foram compostas essas listas se impõem: quais os critérios de avaliação para os dados que apresentam? Jamais saberemos se elas foram realmente da inteira competência (discutível) do inspetor de quarteirão, se os recenseados bem situados socialmente pudessem impô-los ao recenseador, especialmente os de qualidade. Este dado de qualidade ou de cor, tão do interesse de alguns tipos de recenseados, devido ao desejo de serem considerados brancos, como um meio de ascenção social, deveria ter sido difícil avaliá-lo e conhecê-lo com a devida justeza. Como se identificariam os brancos que eram "pardos disfarçados"? O exclusivo julgamento do recenseador? A afirmação do recenseado? Muitos brancos são portugueses ou estrangeiros, mas de referência aos que se dizem baianos, uma dúvida pode surgir. Confessariam sua ascendência parda? Ou somente eram pardos aqueles cuja cor da pele e ondulado dos cabelos não podiam ser negados, e cuja situação social não permitia que impusessem ao inspetor-recenseador sua qualidade de branco, porque bem situados socialmente? Tal informação, portanto, acerca da qualidade dos recenseados, embora por nós acolhida no presente estudo, é aceita com certa margem de dúvida.

Há outra informação que também nos parece falha. Como recenseavam os cidadãos casados?

Pediriam que lhes apresentassem a certidão do casamento religioso? Ou acreditavam na pura e simples afirmação que lhe era feita? Temos que admitir, entretanto, quanto aos que eram arrolados como casados, que, na realidade, tudo indica que foram prestadas verídicas informações. Muitos portugueses amasiados com baianas, pardas ou crioulas ou pretas, se declaravam solteiros, somente conhecemos sua situação de relacionamento com a mulher de cor e solteira, pelos filhos mencionados. O uso freqüente do sobrenome do marido, que poderia ser um ponto de referência ou uma identificação, era, no entanto, muito negligenciado.

Um elemento curioso das relações do censo é aquele que considera o africano preto como livre, quando deveria ser liberto. Duas possibilidades podemos aventar para informação tão difícil de ser acatada: ou seria o africano liberto havia longo tempo, ou africanos livres que teriam sido atraídos à Bahia, para a realização do comércio intenso com a costa da África. No entanto, formulada a dúvida, podemos ter uma percentagem falha de libertos.

Apesar desses critérios, que se apresentam às vezes malogrados ou frustrados, não podemos deixar de tomar como base e fonte de informação o que vem anotado nas listas, e nelas nos apoiaremos para essa tentativa de estudo social da cidade do Salvador, no século XIX.

No dia 1° de março de 1855, João Maurício Wanderley ocupava a tribuna da Assembléia Legislativa da Bahia, como Presidente da Província, pronunciando sua fala anual. Estamos a vê-lo. Jovem, alto, impetuoso e talentoso, o futuro Barão de Cotegipe insistia vibrante, quanto a necessidade imperiosa de saber-se, ao certo, o número de pessoas que habitavam a Província: "Baldadas têm sido todas as diligências empregadas para conseguir-se uma estatística da população da Província; parece que tudo se opõe a que se obtenha esse dado tão indispensável ao legislador; prejuízos, temor, interesses, negligência, tudo se combina para que vivamos nessa prejudicial ignorância".[6]

Caso fossem orientar-se pelas 137 freguesias que existiam na Província, seis cidades e 57 vilas, ou pelos 99.159 guardas nacionais qualificados, ou ainda pelo número dos votantes, dando-se o desconto ao exagero de algumas listas eleitorais, a Província não poderia contar com menos

de 900.000 a um milhão de habitantes, entre livres e escravos. Era intenção do Presidente conseguir a votação de uma verba especial para que se procedesse o censo provincial.

Tentara, ao menos, João Maurício Wanderley conhecer a população da capital, onde tão fácil seriam os arrolamentos. Entretanto, pelas informações que recebera no mês de janeiro do ano em curso, a população da cidade não excedia a 56.000 habitantes. Indignava-se o Presidente: "Que semelhantes dados são inteiramente falsos, demonstra-o o número de casas compreendido na demarcação da décima urbana".

Estavam inscritas no arrolamento da décima, no perímetro urbano da cidade, entre Itapajipe e Barra, 8.309 casas: 73 de quatro andares, 225 de três, 559 de dois, 1.460 de um só andar e 5.992 casas térreas compreendendo-se as que apresentavam sótãos, como aquelas que tinham lojas e sobrelojas com moradores. Ora, dizia o Presidente da Província, "quem sabe da multidão que se apinha na maior parte das casas, e do grande número de pessoas que se compõe as famílias nesta cidade, não dirá que exagero, dando à cada uma casa 15 habitantes, e, por conseguinte, 124 a 125 mil habitantes à cidade; é este o número que pessoas mais práticas e entendidas lhe dão de muito tempo".

Contudo, podemos afirmar que o resultado do recenseamento de 1855 não poderia revelar outra conclusão senão aquela apontada ao Presidente, e por ele não aceita de bom semblante. Para essa afirmativa, contamos analisar a evolução da população da cidade através de recenseamentos anteriores e posteriores aos do censo acima referido.

Censos anteriores e posteriores a 1855

As duas primeiras avaliações de população de Salvador, do século XVIII, têm os resultados totais conhecidos através de carta do Arcebispo D. José Botelho de Matos, que diz o seguinte: "Em alguns livros dessa Mitra, em 6 freguesias que em tal tempo somente tinha, encontramos 4.226 fogos e 21.601 almas".[7] Referia-se o Arcebispo ao ano de 1706, mas avaliava também a população do ano em que escrevia, 1755: em Salvador,

nas seis mencionadas freguesias e mais 3 que delas se desmembraram, existiam 6.719 fogos e 37.513 almas.

Dois anos depois, 1757, dois recenseamentos foram noticiados nas 9 freguesias da cidade, já que a décima, a da Penha, somente seria criada em 1760. Um deles foi o recenseamento eclesiástico, indicando que o total da população era de 35.177 almas de confissão e comunhão,[8] e um outro, um censo do medidor de obras da cidade, Manuel de Oliveira Mendes, que dava como resultado final o total de 37.323 habitantes, em 6.817 fogos.[9] Em 1759, era quase a mesma a conclusão da estimativa de José Antônio Caldas, na Notícia Geral da Bahia[10]: eram 40.263 almas, em 6.75 fogos, diminuídos, portanto, o número destes.

Seguindo-se em ordem cronológica os controvertidos recenseamentos e avaliações da população de Salvador, chegam-nos os dados do censo do Governador Manuel da Cunha Meneses.[11] Ao mesmo tempo em que apresenta o resultado total do censo que realizara, menciona uma avaliação de listas paroquiais de 1768, que teria servido de orientação para o de 1775. Entre este de Manuel da Cunha Meneses, de 1775, e o das listas paroquiais, de 1768, havia "pouca diferença".

Encaminhou o Governador o resultado final de 1775, dirigindo-se por carta, ao Secretário de Estado, Martinho de Meio e Castro, dizendo-se ciente da necessidade daquele censo na Capitania da Bahia, reclamado pela Secretaria de Estado do Reino, sobretudo para que fossem avaliadas as pessoas que fossem "gente do mar".[12] Era essa "gente do mar" atraída à Capitania da Bahia pela navegação que mantinha com a costa da Mina, e o Marquês de Lavradio, então Vice-Rei do Estado do Brasil, reclamava do Rio de Janeiro a presença de homens fortes e robustos que viviam em ociosidade e libertinagem, para que se empregassem no serviço das embarcações, das naus e das fragatas de guerra. Essa é a verdadeira razão pela qual, no recenseamento da capitania da Bahia, em 1775, estão realçadas as freguesias marítimas de toda a capitânia, e a coluna da "gente que pode dar".[13]

O resultado da população da cidade, encaminhado pelo Governador, foi de 7.080 fogos, 40.922 habitantes[14], e 1.412 pessoas que poderiam seguir para o serviço do Vice-Rei do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro. Em carta, dizia o Governador: "Devo dizer mais a V.Excia; que todo moço

solteiro desta cidade que não procurou embrenhar-se pelos sertões, logo que cheguei a governar essa capitania, acha-se com praça de soldado, ou no Rio de Janeiro, com os dois regimentos dessa guarnição, ou no regimento de artilharia que se acha fazendo o serviço nessa capital, cujo regimento seguro V. Excia. não tem quarenta soldados que eu achasse".[15]

A lenta evolução da população de Salvador durante o século XVIII e parte do século XIX, deve-se a muitos fatores, um dos quais a mudança da capital da colônia. Em 1763, a capital do Brasil, que era a cidade do Salvador, foi transferida para o Rio de Janeiro. Naturalmente essa mudança acarretou uma apreciável leva de população para a nova capital, onde se instalou o Governo Geral, e com ele o poder das decisões mais importantes acerca do Brasil. Uma população burocrática não teria acompanhado a capital na sua mudança?

Outra razão que influiu na diminuta evolução da população de Salvador foi, sem dúvida, a falta de habitantes masculinos, ocasionando a redução de casamentos, ou mesmo de simples uniões, consequentemente caindo a taxa de natalidade. Aqueles elementos que "se embrenhavam pelo sertão", fugindo às suas responsabilidades militares, e outros mandados para o Rio de Janeiro, empregados em regimentos ou na arte da navegação, causaram, com suas ausências, uma involução da população de Salvador.

Outra avaliação da cidade é conhecida em 1780, dessa vez apresentando de certa forma, um panorama de evolução.[16] Nessa data, a população da cidade era computada em 39.209 almas, os fogos em 6.617, os nascimentos em 602 e os óbitos em 366. A superioridade do número da natalidade já indica uma superação da fase de involução, embora o número de habitantes declarados seja menor do que no recenseamento de 1775.

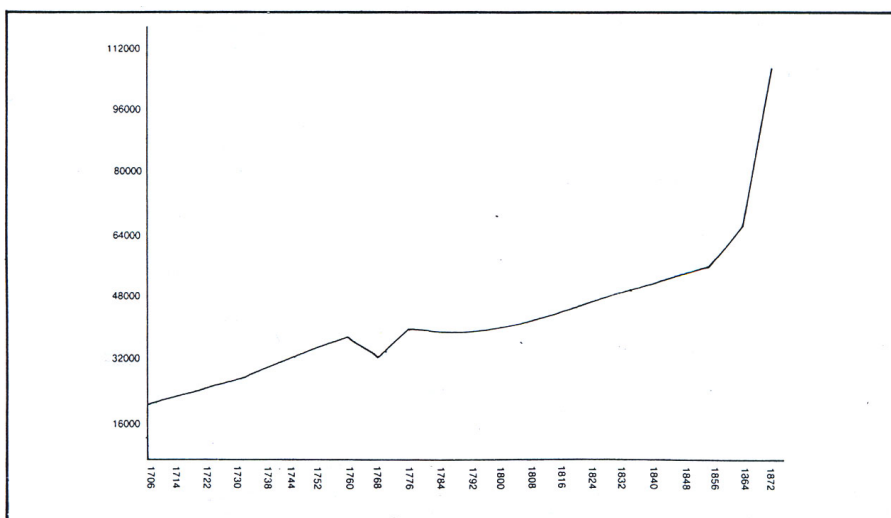
Os números apontados por Vilhena em 1799[17] são uma exata repetição daqueles apresentados pelo Governador Manuel da Cunha Meneses. Podemos concluir, através dessa observação, que a população de Salvador passou por um período estacionário, sob o ponto de vista da evolução populacional, desde 1759 até 1780.

Não podemos deixar de evidenciar que os resultados dos censos do século XVIII não correspondem a uma **verdadeira** média de população da cidade. Temos a convicção de que os resultados apresentados não são

propriamente exatos, embora não sejam avaliações aleatórias, mas que somente correspondem aproximadamente ao número verdadeiro de habitantes da cidade.

Tomando por base os recenseamentos no século XVIII, e os resultados de outros informes do século XIX, traçamos um gráfico da população da cidade do Salvador, que vem demonstrar já haver, em 1855, uma fase de evolução. A população já revelava uma tendência a crescer, o que se esclarece mais definitivamente quando se verificam os resultados do primeiro censo oficial de 1872. A intenção primeira, no traçar do gráfico, é demonstrar que 56.000 habitantes, em 1855, era não somente um razoável contingente de população, como também, dentro das estruturas do século XIX, um período de evolução, sob o ponto de vista populacional. Apesar dos inexatos números totais dos censos e avaliações dos habitantes de Salvador, chega-se a conclusão que não houve nessa cidade uma sempre crescente população em taxas de percentuais semelhantes, elevando-se o número de habitantes de ano para ano.

Pelo contrário, a população da cidade estabilizou-se, ou regrediu mesmo, em faixas de tempo do século XVIII, e sua crescente ascenção, em números gradativos só se deu no século XIX. Daí a validade em traçar a seguinte curva gráfica, para confirmar o que dissemos.[18]

Gráfico. População de Salvador de 1705-1872

Quadro 4. População de Salvador – 1706-1872 (estimada)

ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
1706	21.601*	1748	34.669	1790	40.449	1832	49.721
1707	21.846	1749	35.061	1791	40.500	1833	50.016
1708	22.096	1750	35.459	1792	40.552	1834	50.312
1709	22.343	1751	35.860	1793	40.603	1835	50.611
1710	22.597	1752	36.266	1794	40.654	1836	50.911
1711	22.852	1753	36.677	1795	40.706	1837	51.212
1712	23.111	1754	37.093	1796	40.757	1838	51.516
1713	23.373	1755	37.513*	1797	40.809	1839	51.821
1714	23.638	1756	37.418	1798	40.860	1840	52.128
1715	23.906	1757	37.323*	1799	40.912*	1841	52.437
1716	24.176	1758	38.765	1800	41.154	1842	52.748
1717	24.450	1759	40.263	1801	41.398	1843	53.061
1718	24.727	1760	39.466	1802	41.644	1844	53.375
1719	25.007	1761	38.685	1803	41.890	1845	53.692
1720	25.291	1762	37.920	1804	42.139	1846	54.010
1721	25.577	1763	37.170	1805	42.389	1847	54.330
1722	25.867	1764	36.434	1806	42.640	1848	54.652*
1723	26.160	1765	35.713	1807	42.892	1849	54.842
1724	26.456	1766	35.007	1808	43.147	1850	55.034
1725	26.756	1767	34.314	1809	43.402	1851	55.226
1726	27.059	1768	33.635	1810	43.660	1852	55.418
1727	27.366	1769	34.591	1811	43.918	1853	55.611
1728	27.676	1770	35.573	1812	44.179	1854	55.805
1729	27.989	1771	36.584	1813	44.441	1855	56.000*
1730	28.306	1772	37.623	1814	44.704	1856	57.235
1731	28.627	1773	38.692	1815	44.969	1857	58.498
1732	28.951	1774	39.791	1816	45.236	1858	59.789
1733	29.280	1775	40.922*	1817	45.504	1859	61.108
1734	29.611	1776	40.724	1818	45.773	1860	62.456
1735	29.946	1777	40.527	1819	46.045	1861	63.834
1736	30.285	1778	40.330	1820	46.318	1862	65.242
1737	30.628	1779	40.135	1821	46.592	1863	66.681
1738	30.975	1780	39.941*	1822	46.868	1864	68.152
1739	31.326	1781	39.992	1823	47.146	1865	69.656
1740	31.681	1782	40.042	1824	47.425	1866	71.192
1741	32.040	1783	40.093	1825	47.706	1867	72.763
1742	32.403	1784	40.143	1826	47.989	1868	74.368
1743	32.770	1785	40.194	1827	48.274	1869	76.009
1744	33.141	1786	40.245	1828	48.560	1870	77.686*
1745	33.517	1787	40.296	1829	48.848	1871	91.656
1746	33.896	1788	40.347	1830	49.137	1872	108.137
1747	34.280	1789	40.398	1831	49.428		

* As populações com asteriscos foram obtidas dos Censos e Avaliações realizadas no período - as demais foram estimadas.

Taxas Geométricas de Incremento

1706 -1872

PERÍODO	TAXA
1706 - 1755	0,0113279240
1755 - 1757	-0,0025356699
1757 - 1759	0,0386394000
1759 - 1768	-0,0197867043
1768 - 1775	0,0284104680
1775 - 1780	-0,0048411338
1780 - 1799	0,0012650130
1799 - 1848	0,0059269320
1848 - 1855	0,0034869050
1855 - 1870	0,0220613900
1870 - 1872	0,1798200650

As taxas referentes aos períodos de 1755 -1757, 1759 -1768 e 1775 - 1780 foram negativas, isto indica um decréscimo da população.

Qual a razão, a origem desse decréscimo de população de 1755 até 1769? Devem ter existido causas para a explicação desse fenômeno demográfico. A descoberta e o crescente interesse na extração de diamantes na região das Lavras, teria levado pessoas para longe da cidade. Poderiam também ter se ocultado das avaliações, por não haver interesse em ser contados. Devido ao acréscimo dos impostos recaídos sobre a aguardente e o aumento da taxa que se pagava pela entrada dos escravos em Salvador, deliberação da Câmara da cidade que estabeleceu uma contribuição para a reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755, pode ter havido uma retração temporária no tráfico de escravos, diminuindo o fluxo de entrada na Bahia. Ou finalmente, em 1763, por ocasião da transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro a mudança de uma população burocrática e seus familiares, pessoas interessadas nos negócios do Estado, acompanharam o Governo Geral para sua nova sede, ocasionando em Salvador diminuição da população, aliás já menos crescida que a da cidade do Rio de Janeiro, por influência da mineração.

No outro espaço de tempo, de 1775 a 1780 encontramos a notícia de que o governador Manuel da Cunha Menezes transportou ao Rio de Janeiro dois regimentos da guarnição da praça da Bahia, pelo receio de uma invasão castelhana; tropas de transporte se preparavam em Cadiz para invadir a capital do Brasil. Verdadeira ou falsa a notícia, o fato é que a população masculina foi transportada ao Rio de Janeiro. O medo da invasão extendeu-se à Bahia, e Salvador também pareceu ameaçada, como se explica por carta de Martinho de Meio e Castro a Manuel da Cunha Menezes em 1776. Por outro outro lado, esse curto período aventado, era de recessão econômica; a oportunidade para fase de ressurgimento nos negócios e florescência no comércio surgiu em 1790, pelo colapso da produção francesa de açúcar nas Índias Ocidentais.

Justificativas do resultado do recenseamento de 1855

Uma das argumentações do Presidente da Província João Maurício Wanderley quanto à impossibilidade de Salvador ter apenas 56.000 habitantes era, como vimos, a quantidade de casas que existiam na cidade, nas dez freguesias urbanas. O Presidente dava uma média de 15 moradores a cada uma dessas casas, baseado em informações que recebera, e nas suas próprias observações. Entretanto, lançando-se mão do recurso de comparação entre o número apresentado de casas nas dez freguesias da cidade, na época do recenseamento de 1775, e por ocasião daquele de 1855, poderemos confrontar a média percentual dos habitantes das casas do primeiro, transpondo-se ao segundo. Por esse recurso, verificamos que os resultados apresentados no recenseamento de 1855, pelos inspetores de quarteirões e Juizes de Paz, eram admissíveis. Além do mais, nos quadros do censo nominativo dos quarteirões, aparecem muitas casas declaradas vazias, fechadas, em reconstrução, ou mesmo algumas onde não existiam habitantes, pois eram lojas, vendas, tendas ou tabernas. Outras ainda, em que os habitantes não estão relacionados por serem transitórios; ali se encontravam em casas alugadas, passando “as festas”.

Quadro 5. Quadro comparativo do número de casas em relação à população das freguesias, nos censos de 1775 e 1855

FREGUESIAS	1775 N. DE CASAS	1855 N. DE CASAS
S. Salvador da Sé	1.040	967
N. Sra. da Vitória	405	672
N. S. da Conceição da Praia	525	537
Sto. Antonio Além do Carmo	875	1.188
São Pedro Velho	1.251	1.573
Santana do Sacramento	1.022	1.243
Ssmo. Sacramento da Rua do Passo	285	272
N.S. de Brotas	172	35
Ssmo. Sacramento do Pilar	382	777
N. S. da Penha	365	1.043
TOTAL DE CASAS	6.322	8.307
POPULAÇÃO	40.932	56.000
CASAS: AUMENTO EM %	76%	
POPULAÇÃO: AUMENTO EM %	73%	

Quadro 6. Quadro comparativo do número de casas em relação à população das freguesias, nos censos de 1775 e 1855

	1775			1855	
FREGUESIAS	N. DE CASAS	N. DE HAB.	MÉDIA	N. DE CASAS	MÉDIA DE HAB
S. Salvador da Sé	1.040	8.946	8,6	967	8.316
N. S. da Vitória	405	1.592	8,9	672	2.620
N.S. da Conceição da Praia	525	8.017	15,2	537	8.162
Santo Antônio Além do Carmo	875	3.000	3,4	1.188	4.039
São Pedro Velho	1.251	6.680	5,3	1.573	8.337
Santana do Sacramento	1.022	4.170	4,0	1.243	5.071
Ssmo. Sacramento da Rua do Passo	285	2.075	7,3	272	1.986
N.S. de Brotas	172	1.073	6,2	35	217
Ssmo. Sacramento do Pilar	382	4.119	10,7	777	8.314
N.S. da Penha	365	1.260	3,4	1.043	3.546

Através desse raciocínio não chegaríamos nem mesmo a contar com uma população de 56.000 pessoas em Salvador no ano de 1855. A média aproximada de habitantes na cidade seria de 7 habitantes por casa. Percebendo-se quantas pessoas habitavam sós nas suas residências, ou estas se apresentavam vazias, em construção, em conserto, com pessoas não arroladas como habitantes, pois ali estavam transitoriamente, assim como as casas arruinadas ou desocupadas não se poderia prever uma generalização de 15 pessoas para cada casa. Engano do Presidente da Província, essa avaliação aleatória.

A população das freguesias

Para uma apreciação geral da população de cada uma das freguesias da cidade, não contamos com uma documentação homogênea, por nos faltarem, de algumas delas, as listas nominativas do censo de 1855, as quais substituimos por fontes de outra natureza. Podemos, no entanto, afirmar que, em cada uma das dez freguesias de Salvador, existiam camadas representativas de todos os segmentos da sociedade, em nenhuma delas encontrando-se somente um tipo de categoria social, evidenciando uma discriminação inexistente nas freguesias em geral, embora essa situação possa ser observada em número inexpressivo de quarteirões. A profissão mais generalizada e mais numerosa, masculina, conforme as listas de qualificação eleitoral era a de negociante. Naturalmente que estes abrangiam desde os pequenos aos grandes negócios. Apenas duas freguesias das dez, não contavam com a predominância dos negócios como profissão: a de Brotas, na qual os lavradores eram em maior número, e Penha, em que os pescadores, levavam vantagem sobre as demais, assim como a Vitória, na qual o número de pescadores era elevado.

Essas profissões primárias observadas nas freguesias citadas, denotam de certa forma a inferioridade social dessas regiões da cidade em face às outras sete, estas já com formas de supremacia quantitativa de segmentos superiores da sociedade. Contudo, a observação das listas nominativas pode proporcionar-nos mais detalhadamente uma certa ca-

racterização das categorias sociais predominantes em cada uma das freguesias; ou dos quarteirões, fosse das elites financeiras, e produtivas, fosse da presença maciça dos funcionários públicos, ou da grande classe média, dos artesãos, dos pequenos negociantes, da grande massa do povo, os livres ou escravos. Em algumas os senhores aliados aos grandes comerciantes, em outras os representantes dos poderes legislativo, judiciário e militar. O Clero, os funcionários ou simplesmente os viúvos ou viúvas que vivam de seus bens, proprietários ou gentes sem ofício conviviam, vizinhos mesmo de paredes meeiras, demonstrando que a cidade não era preconceituosa, nem sob o ponto de vista social nem racial.

Tentaremos um trabalho de identificação da população das freguesias, anotadas as inclinações de seus habitantes sob o ponto de vista de categorias sociais e profissionais que somente a determinação da existência ou não de casas de sobrado não nos forneceria um elemento conclusivo de verificação da importância da população, por serem estes, às vezes, divididos em diversos fogos.

A Sé e a desintegração social

Os habitantes da Sé[19] na observação que podemos constatar em cinco quarteirões, transformavam-se de uma população que fora de elite, e que ocupara a freguesia onde nascera a cidade, em gentes, na maioria, de camadas medianas da sociedade, ou mesmo de pequenas famílias pobres. Ali existiam ainda muitas viúvas que viviam "dos seus bens", isto é proprietárias que, na falta dos esposos, se faziam de chefes de famílias numerosas, abrigando nos seus sobrados os filhos e parentes, com escravaria para "todo o serviço". Esta fórmula "para todo o serviço" acobertava diversas interpretações. Poderiam ser escravos do serviço doméstico, ou escravos de aluguel, assim como aqueles empregados para mercar e vender doces ou frutas, ou os carregadores de cadeiras, ou mesmo os escravos "de ganho", que traziam rendas aos seus senhores. Fontes de renda, mas fontes de impostos, aos quais essas famílias empobrecidas ou alque-

bradas pela falta de chefe paternalista, pretendiam fugir, não saldando seus compromissos para com as posturas municipais. A maneira de classificação do censo, "escravos para todo o serviço", não constituía uma inverdade, nem afirmava nada com segurança, era uma fórmula vaga, sujeita a interpretações.

Os grandes sobrados, construídos para serem a sede de grandes famílias, se subdividiam em fogos pelos andares, transformavam-se de abrigo que haviam sido de senhores endinheirados e prósperos, em diversos lares, com famílias de mediana a inferior segmentação social, a começar pelas lojas, atingindo os últimos andares desses imóveis. Ainda encontramos, na Rua do Valongo, a residência urbana do Barão de São Francisco, que ali, entretanto, não se encontrava, e o inspetor-recenseador informava que a residência permanente do Barão era no seu Engenho, na Vila de São Francisco. No Cruzeiro de São Francisco, habitara o Visconde de Pirajá, e na rua Direita do Palácio encontramos discriminada uma casa do Barão de Jaguaripe, que, todavia, se apresentava como sendo apenas de sua propriedade, vazia, somente a loja alugada, mas não sua morada provisória. Esses poucos nobres senhores eram os remanescentes nos quarteirões daqueles que haviam habitado a freguesia da Sé, e dela estavam desertando. A maioria dos chefes de família da Sé, seus filhos, e mesmo seus agregados, era composta de pessoas empregadas no serviço público. Encontramos também uma curiosa aglomeração desordenada nos sobrados de dois ou mais fogos, quando os agregados têm profissões tão representativas quanto os donos da casa, e às vezes mais filhos, contando ainda com outros agregados e escravos.

Vários exemplos dessa maneira difusa de organização familiar, habitacional-urbana, são verificados como na residência do escrivão Germano Mendes Barreto, morador na rua do Pão-de-Ló, n. 28, com esposa e dois filhos, um caixeiro, outro estudante, três agregados e três escravos. Um outro agregado era guarda da Alfândega, Antônio José de Sousa Matos, e vivia na casa do escrivão, com mulher e cinco filhos. Em outro local da freguesia da Sé tinha morada o pintor Laureano Antônio da Mota, casado, pardo, com sua esposa Ursulina e sua filha Cândida. E em típicos agrupamentos viviam debaixo do mesmo teto três agregadas.

A primeira das quais com três filhos, um deles alfaiate, a segunda com um filho calafate. Como explicar essas aglomerações desordenadas, sobretudo quanto aos agregados? Sem vínculos de família, de profissão, vivendo às custas de pessoa de poucos recursos? Se contribuíam para a sobrevivência material da habitação, por que esse rótulo de **agregados?** Agregados eram, geralmente, pessoas livres que moravam de favor com uma família de mais posses, possivelmente tendo com elas laços de parentesco, próximo ou longínquo, prestavam-lhe pequenos favores, que iam da companhia até aos leves serviços domésticos.

Mas essa coexistência de agregados com filhos de profissões definidas, e naturalmente com alguma pequena renda é difícil de ser aceita, a não ser que se considere mera exploração dos bons sentimentos de alguém de bondade inata, livre de preconceitos, ou de alguém que, embora decaído socialmente, ainda conservasse os hábitos dos seus ancestrais e complacentemente tivesse o prazer de ver-se envolvido pela gratidão e louvores de agregados, não podendo passar sem eles.

As casas de dois ou mais fogos, na maioria das vezes eram grandes. Casas, como a de n. 17, no quarteirão 22, onde moravam um escrivão branco, casado, com seis filhos, tendo como agregado um irmão, empregado público – os Abreu Filho; as lojas estavam ocupadas por pessoas de cor, sem nenhuma ligação direta com as famílias principais do sobrado. A segunda família era a do desembargador José Emídio dos Santos Tourinho, branco, casado, com uma filha solteira, nove escravos, duas agregadas, filho casado, esposa, neto, e mais dois escravos do jovem casal.

No entanto, mais adiante, no número 23 do mesmo quarteirão, o empregado público João Borges Ferraz, branco, casado, habitava, com sua esposa e seus sete filhos, todo o sobrado, preenchendo o espaço material dessa morada, formando um agrupamento familiar dos mais tradicionais do século XIX.

Pelo que se pode observar, os cargos de empregados públicos e escrivães davam boas rendas, a ponto de poderem seus titulares viver com bastante conforto, em casas assobradadas, com bom número de escravos.

Na casa n. 49, encontrava-se um português, taverneiro, com uma agregada, uma crioula de nome Rita, e três filhos pardos. É a miscigena-

ção do branco recém-chegado à terra longínqua, que se faz presente à freguesia da Sé, existente, porém em toda a cidade, em maior ou menor escala, conforme as freguesias nas quais os portugueses se estabeleciam mais freqüentemente.

No fim da rua das Verônicas, não muito longe do Convento e Ordem Terceira do São Francisco, aglomeravam-se pardos, cabras e pretos, livres e libertos poucos escravos, com ocupações primárias de prestações de serviços autônomos, como "vende água", de três africanas livres, "vende lenha", "vende mingau", "tem venda na porta", "carrega cadeira", "de ganho", "rema saveiro". Esse pequeno núcleo primário de população em pleno coração da cidade, vem evidenciar o nível de vida de parte da população de Salvador, que dependia de sua infra-estrutura primitiva, principalmente daqueles que "vendiam água", significando que a freguesia mater da cidade ainda não contava, em 1855, com abastecimento de água acessível a toda a sua população, ou quem sabe, essa fonte, no miolo da Sé, fosse de raras qualidades intrínsecas, ou de pureza, para ser vendida, prática tolerada mais freqüentemente nas freguesias onde existiam "roças" ou chácaras. "Vende lenha" era também uma necessidade premente e primária da população da cidade, sendo um dos combustíveis necessários à própria vida cotidiana desta, mais rudimentar ainda que o "vende carvão", outro combustível já transformado da lenha, que eram os dois únicos conhecidos na Salvador do século XIX. As outras modalidades ocupacionais, embora curiosas, são perfeitamente normais. Todas as freguesias continham diversos tipos de pessoas, embora se pudesse observar nelas a predominância de certos caracteres de uma ou mais categorias sociais.

A Sé transformava-se. Sede de muitos moradores dedicados ao serviço público, representantes de antigas famílias que se sentiam mais seguras, resguardadas na grande máquina de estratificação social que eram os servidores da Província, melhor que arriscar-se na livre iniciativa, perigosa, principalmente quando exercida em alta escala. Preferível a mediocridade que o risco. Empobrecida a Sé, mas não tanto que não oferecesse o conforto de uma morada, casa ou andar de sobrado, no centro da cidade, próximo aos lugares onde seus habitantes exerciam as suas pro-

fissões, espectadores das festas de Salvador, das procissões, das solenidades dos templos. A Sé, portanto, nos meados do século XIX tendia a vulgarizar-se, os sobrados voltavam-se aos poucos para os irreparáveis. estragos materiais; seus habitantes entregavam-se à rotina, muitos se dedicavam a pequenos e seguros negócios. A população em número era ainda muito representativa, embora diminuída em sua altura social.

A Sé tinha o aspecto e posição de uma mulher envelhecida, gasta, incapaz de um gesto para alcançar um melhor posto ou posição na sociedade. Desiludida, deixava o tempo correr. Desintegração social e material do seu antigo **status**, era o que estava acontecendo à freguesia da Sé, nos meados do século XIX.

A Sé no seu vigésimo quarteirão, correspondente à rua Direita do Palácio, hoje Rua Chile, transformava-se também em freguesia de casas de comércio, atividade que até então fora exclusividade da freguesia de N. S. da Conceição da Praia. Essa afirmação vem dar mais força de expressão ao conceito de que a Sé passava por um período de desintegração, diante da finalidade com que fora criada. Tudo havia sido antes muito discriminado e estabelecido. A Conceição da Praia, a zona do comércio de todos os tipos, morada dos negociantes especialmente portugueses. A Sé, o centro administrativo, judiciário, religioso, legislativo e morada de grandes famílias dos senhores. No século XIX, porém, movimentos conjunturais da sociedade levaram o comércio também à Sé, os senhores a São Pedro, a morada dos grandes comerciantes ao Pilar. Em linhas gerais essas mudanças sucederam, e estão evidentes as tendências no recenseamento de 1855.

O quarteirão da Sé n. 20 apresentava-se tal como era caracterizada a freguesia. Diversas categorias sociais sobrepujando, entretanto, o comércio elitista. As casas comerciais se sucediam, às vezes vizinhas, às vezes espaçadas, gerenciadas a maior parte delas por estrangeiros. Em uma das primeiras casas relacionadas no quarteirão, estava a de um sapateiro italiano com sua loja, habitando o mesmo sobrado com a família Salvatore Centalani. Logo adiante uma tenda, mais além uma taverna, e logo próximo uma loja de charutos. Uma tenda de alfaiate no n. 21, outra de santeiro no n. 22. Entre os prédios de números 21 e 23 estavam uma loja de

calçados, tenda de sapateiros, um alfaiate, e, um tanto afastadas, outra loja de charutos e uma segunda loja de calçados. Uma pequena aglomeração contava com "uma loja de sapatos", "loja de tintureiro", "casa de alfaiate", "loja de sapateiro", "loja de capelista". Do outro lado da rua a "loja de Dominique Borel", que era chapeleiro ou perfumista, Riera, o cabeleireiro espanhol, que, no entanto, ali se classifica como negociante. O número 36 é mencionado como pertencente ao Barão de Jaguaripe, encontrando-se ali, na loja alugada, uma casa de fazendas e miudezas. Um depósito de "bixas", vinha acrescentar ao 20.° quarteirão da Sé um elemento sempre utilizado nas curas dos doentes com moléstias incertas. Eram as sanguessugas recomendadas pelos facultativos, e aplicadas pelos barbeiros, que uniam suas funções implícitas àquelas de dentistas e sangradores. Eram as pequenas sangrias muito a gosto da medicina de então. As duas últimas casas da rua Direita do Palácio eram ocupadas por uma fábrica de chapéus e um gabinete de pinturas.

Era também o quarteirão 20° da Sé a sede da morada do Presidente da Província, João Maurício Wanderley, que foi arrolado como branco, solteiro, de 39 anos de idade. Contava quatro escravos; sendo dois seus criados, e um agregado de 60 anos, preto e livre. A renda do Presidente era mencionada, como aliás a dos outros chefes de família ou donos de casa dos quarteirões. Constava de 2:400$000 (dois contos e quatrocentos mil réis) anuais. Pouco adiante, à distância de uma caminhada, habitavam duas francesas: Clara Nubreche, de 44 anos, viúva, e Josefina Nubreche, de 39 anos, solteira. Que fariam essas senhoras desacompanhadas, tão longe da terra natal, sem profissão mencionada, e sem a beleza da juventude? O comércio do quarteirão 20°, em resumo, estava desta maneira constituído: um escritório, treze lojas, cinco tendas, uma taverna, um depósito de bichas, uma fábrica de chapéus, um gabinete de pinturas. No vizinho quarteirão n. 21 existiam, embora não sendo apresentadas como casas comerciais, muitos moradores dedicados ao comércio, que talvez habitassem as casas onde exercessem seus ofícios. Detrás da Ajuda foram encontrados um chapeleiro, um alfaiate, um sapateiro; na rua Direita da Ajuda uma quitanda, uma venda e um profissional liberal, procurador de causas; na própria rua da Ajuda uma venda de molhados, um

alfaiate, a venda de propriedade de um espanhol, precursor, sem dúvida daqueles que iniciaram o comércio de molhados da cidade; um advogado, o profissional privilegiado a prestar serviços nesta região da cidade; uma quitanda existia na rua do Bacalhau; um sapateiro na rua do Aljube, e um talho de carne. Nessa mesma rua, um interessante professor de música, pardo e solteiro, que habitava o primeiro andar de um sobrado, com suas quatro irmãs pardas, um filho de doze anos e três filhas de variadas idades; completava a comunidade habitacional uma mulher de 19 anos, agregada e parda. Não tinham escravos, sinal de que a profissão não era muito rendosa.

Se, no entanto, esses estabelecimentos mencionados existissem realmente, e não fossem apenas as moradas daqueles que exerciam seus ofícios, podemos aventar a hipótese de que as ruas circunvizinhas da Direita do Palácio estavam, por sua vez, sendo ocupadas pelos comerciantes e escritórios de profissionais liberais, como, aliás, eram encontrados no mesmo local, esses habitantes na alvorada do século XX. Fica apenas a sugestão desta atividade profissional, pois não estão muito claras e definidas as informações do censo, daqueles que ocupavam essas ruas.

Apresentamos um resumo de habitantes de cinco quarteirões da freguesia da Sé,[20] o que nos dará margem para apreciar as percentagens de cada uma das categorias apresentadas:

Quadro 7. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia da Sé em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, elaborado pela Profa. Ivone Mattos, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO — ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	2,67	12,68	0,18	15,53	2,85	12,96	3,03	18,84	34,37
PARDA	1,19	9,65	0,65	11,49	1,10	15,90	0,28	17,28	28,77
CRIOULA	0,18	2,12	—	2,30	0,18	5,43	0,18	5,79	8,09
CABRA	—	1,38	0,18	1,56	0,18	3,41	0,18	3,77	5,33
PRETA	—	9,93	—	9,93	—	13,51	—	13,51	23,44
TOTAL	4,04	35,76	1,01	40,81	4,31	51,21	3,67	59,19	100,00

COR	SEXO — CONDIÇÃO % MASCULINO				FEMININO				TOTAL GERAL
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	15,53	—	—	15,53	18,84	—	—	18,84	34,37
PARDA	11,21	—	0,28	11,49	16,36	0,28	0,64	17,28	28,77
CRIOULA	1,29	—	1,01	2,30	4,23	0,09	1,47	5,79	8,09
CABRA	1,56	—	—	1,56	3,59	—	0,18	3,77	5,33
PRETA	2,58	0,83	6,52	9,93	3,08	1,10	8,73	13,51	23,44
TOTAL	32,17	0,83	7,81	40,81	46,70	1,47	11,03	59,19	100,00

COR	ESTADO CIVIL %				CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	5,52	25,64	3,21	34,37	34,37	—	—	34,37
PARDA	2,29	25,55	0,93	28,77	27,58	0,27	0,92	28,77
CRIOULA	0,36	7,55	0,18	8,09	5,52	0,09	2,48	8,09
CABRA	0,18.	4,79	0,36	5,33	5,15	—	0,18	5,33
PRETA	—	23,44	—	23,44	6,25	1,93	15,26	23,44
TOTAL	8,35	86,97	4,68	100,00	78,87	2,29	18,84	100,00

Podemos, através do quadro exposto, observar que os brancos eram individualmente uma categoria majoritária, se bem que uma ligeira maioria numérica, diante de cada uma das outras categorias raciais. Também uma outra informação, de que esses brancos não eram, na sua totalidade, elitistas, existiam muitos deles que ocupavam posições bastante inferiores sob o ponto de vista social, ou que mesmo eram agregados de pessoas de cor. Mas se reunirmos as outras categorias de cor, estas serão mais numerosas que os brancos, apresentando, pois, a freguesia da Sé, como, aliás, as outras dez da cidade, uma população mais inclinada a ser colorida de vários matizes, que iam do negro puro ao mais disfarçado dos pardos. A população também era, na sua maioria, livre. Nisso e em outras informações, os quarteirões da Sé se assemelham aos das demais freguesias, apresentando o interessante registro que seria somente repetido em um quarteirão de São Pedro: a renda dos comerciantes do 20° quarteirão.

A Vitória elitista

O panorama habitacional da freguesia da Vitória apresentava, sem sombra de dúvida, a aparência de uma freguesia de elite, principalmente porque nela tinham morada, desde a primeira metade do século XIX, os cônsules e os negociantes prósperos, tanto nacionais como estrangeiros. Podemos também afirmar, acerca da divisão do espaço urbano dessa freguesia, que os Juízes de Paz, votados para exercerem esse posto, tinham a faculdade de mudar a disposição dos quarteirões já estabelecidos anteriormente. Por isso, na documentação consultada variam os números dos quarteirões e sua localização.

Ser a Vitória a morada de preferência de estrangeiros, principalmente de alemães e ingleses, era observado pelo príncipe Maximiliano da Áustria, na sua visita à Bahia: "Do balcão do nosso Hotel (o hotel Février), pode-se observar, confortavelmente, os passantes que sobem da parte baixa da cidade, pela principal artéria da Bahia. É principalmente a colônia alemã que volta dos seus negócios, à tarde, e toma o caminho da Vitória, o quarteirão da elegância e do luxo".[21]

São identificados como moradores da Vitória, em variadas épocas no século XIX: Francisco Lang, Cônsul da Áustria e Toscana; Ricardo Latham, negociante inglês; Dr. Wurcher, médico alemão; Augusto Derscorsted, negociante; Luis Felipe Crocco, Cônsul do Chile; o Cônsul do Perú e grande negociante Joaquim Pereira Marinho; Jezler e Ratael Floquet, negociantes estrangeiros; Johnson Bielby, também negociante; Lutjens, Cônsul da Dinamarca e Lubek; Schino, Cônsul da Sardenha; João Henrique Lambeth, Cônsul de Bremen; João Oldach, negociante estrangeiro; Joaquim Jorge Monteiro, Vice-Cônsul da Baviera; Justiniano de Castro Rebelo, administrador da Mesa do Consulado; dois Gantois, um dito Cônsul Francês, o outro Carlos Eduardo Gantois; o Vice-Cônsul do Paraguai, Moncorvo.[22]

Em 1842, a Vitória contava 428 cidadãos elegíveis e votantes[23] e em 1851, 794 cidadãos qualificados no sistema eleitoral vigente. Em 1842, seus 29 quarteirões continham 2.107 fogos,[24] em 1855,672 casas.[25]

Como em todas as freguesias da cidade do Salvador, a Vitória contava com todos os tipos de habitantes, desde africanos libertos, possuidores de escravos, aos representantes de altas camadas sociais, profissionais liberais como os Drs. Wurcher e Paterson e o muito conhecido Dr. Souto, médico das elites, até mesmo da Condessa de Barral, responsável, em parte, pelo sucesso da sua maternidade. Somente se tornou mãe, orientada pelo conhecido clínico, assim constando da tradição.[26] Também nessa freguesia, grandes senhores ou grandes negociantes, com suas casas comerciais estabelecidas na cidade baixa, mantinham suas residências particulares em grandes vivendas com jardins, que chamavam "casas de campo". Entre esses, até 1839, quando morreu, José Cerqueira Lima, senhor de engenho e traficante de escravos, Joaquim Pereira Marinho, de sólidos empreendimentos comerciais e também traficante, Querino Antônio, um misterioso negociante relacionado com a Costa da África.

Para analisarmos a população da freguesia da Vitória, não contamos, infelizmente, com nenhum quarteirão das listas nominativas de 1855, mas a sorte ou o acaso nos levou ao encontro de outro tipo de censo, muito raro: a "Relação dos escravos africanos e nacionais residentes na freguesia da Vitória", que se apresenta como um censo às avessas. Vêm mencionados: os números das casas, dos quarteirões, os nomes dos escravos, a naturalidade ou nacionalidade, as idades, o sexo, as profissões e, finalmente, o nome dos senhores.[27]

Por intermédio dessa listagem, temos a informação de que a Vitória contava, nessa época, 1.116 escravos de 265 proprietários. O quarteirão onde existia maior número de servos era o 14°, correspondente à Ladeira da Barra, identificado através da casa de morada de Querino Antônio, situada nesse local. Temos da casa do negociante uma boa descrição:[28] era um sobrado de um andar, na estrada da Barra, com 80 palmos de frente, jardim que se estendia até o lado Sul, com sua gradaria e dois portões de ferro. O pavimento térreo tinha seis janelas envidraçadas e porta de entrada. Na frente, três salas, logo após dois quartos e uma tulha. A varanda era no fundo. As salas todas pavimentadas de mármore, e o restante da casa assoalhada e forrada. O primeiro andar, com sete janelas, continha também três salas, três quartos, sala pequena, varanda e um pequeno

quarto debaixo da escada que dava para o sótão. Neste, existiam uma saleta e três quartos. A casa apresentava também, no primeiro andar janelas envidraçadas. As paredes eram de caixa dobrada, e as dos repartimentos interiores de estuque. A cozinha se situava do lado de fora, no fundo, que era fechado pelos muros, formando um pátio com portão para a roça, que chegava à pancada do mar, em terreno de ribanceira. A casa, por isso, era edificada em um quadrado, formado de muralhas. Na roça estavam os arvoredos frutíferos e uma fonte. Em seguimento à frente da casa e jardins, estavam adjacentes as cocheiras e estrebarias e dois quartos de pedra e cal que eram cobertos de telha. Em seguida se estendia a cerca que fechava a roça na sua frente, sendo os lados delimitados pelas plantações de bambus. Para o trato e cuidados com sua casa e roça, Querino Antônio possuía, em 1849, 34 escravos. Eram cinco carpinas, três pedreiros, um marinheiro, quinze escravos do serviço da lavoura e dez do serviço doméstico. Vizinho de Querino Antônio, habitava o Capitão Vieira com seus quinze escravos do serviço doméstico; e João José da Silva com oito escravos da lavoura e dez do serviço doméstico; e Luis Salvador Gersent com oito escravos somente do serviço doméstico. José Augusto Pereira de Matos, também morador da mesma rua, era um senhor de escravos diversificados, e tudo indica que possuía um pequeno alambique doméstico, porque seis dos seus escravos eram alambiqueiros; esse mesmo senhor possuía treze escravos do serviço doméstico, um deles cozinheiro especializado, um carpina, um marinheiro, um tanoeiro, um alfaiate. João Henrique Lambeth na lista, mas J.H. Lamberth em outra fonte, era Cônsul de Bremen.[29] Habitava o mesmo quarteirão 14 da estrada da Barra, de n. 19, com seis escravos. Outros moradores que ali viviam tinham vários escravos, todos citados como de serviços domésticos.

Entre esses senhores: João José Muniz, João Oldach, Emílio Hegerman, o vigário Dr. Joaquim de Almeida, D. Jesuina Pereira da Costa Guimarães, Jorge Blandys, Júlio Marqueton (professor de dança) e Armando Joquet.

Através da referida lista podemos avaliar as escravas das freiras e recolhidas do Convento das Mercês, situado no 3° quarteirão da fregue-

sia da Vitória. Não eram exageradas as freiras no número de servas. Do próprio Convento, presume-se que eram apenas nove. Além dessas, a recolhida D. Adelaide Meneses de Castro, possuia três delas: uma quitandeira e duas do serviço doméstico. As Madres Carlota, Maria e Herculana tinham individualmente suas escravas, assim como a Madre Maria Bernardina da Pureza. Apenas a Madre Luisa tinha um escravo, com a profissão de carpinteiro, e somente o serviço do Convento contava com outro espécime masculino em meio aos seus serviçais.

No 6° quarteirão estava situada a fábrica de rapé de Meuron e Cia, nessa época administrada pelo suíço André Bonjour. Decididamente os capitais franceses de Meuron optaram pelo trabalho escravo. Não se utilizavam de assalariados, pelo menos até o ano de 1849. Existiam nessa fábrica 31 escravos, dos 18 aos 62 anos de idade, e eram todos, sem exceção, africanos. Nesse quarteirão, os escravos eram em número de 114. Entre seus proprietários destacavam-se Manuel Inácio de Melo, senhor de catorze escravos, Manuel Vilarinho com o mesmo número deles. No 8° quarteirão eram muitos os senhores estrangeiros: Ricardo Latham, Carlos Roger, José dos Santos Colona, Eduardo Pächer, Jezler, William Moir, Thomaz Dutton, Carlos Willino e Napier.

No quarteirão que correspondia à estrada da Vitória, eram seus habitantes verdadeiramente aquinhoados, com vivendas na rua mais elitista da cidade à sua época, cuja significação social, como morada, atravessou o século XIX e entrou pelo XX. No 11° quarteirão, Joaquim da Silva Machado, Pedro Bernardes, Vasco Carneiro de Campos, Justiniano de Castro Rebelo, o Dr. Jorge Ferreira Souto, Joaquim José Rodrigues, José Álvares Fontes, D. Maria Freitas, des. Antônio Cerqueira Lima, Carlos Eduardo Gantois, D. Luiza Sofia Lefever, D. Elisa Francisca Santana, D. Rita dos Reis, des. Francisco Gonçalves Moniz, ali habitavam com seus escravos.

Entre os senhores de escravos existiam alguns africanos libertos, como por exemplo Sofia, africana, com dois escravos também de origem africana; Felipa, africana liberta, com uma escrava africana, do serviço da casa; Carolina, liberta, agregada em casa de Manuel Vilarinho com uma escrava; D. Teresa de Jesus, Angola, possuidora de três escravos carrega-

dores de cadeira, um cozinheiro, duas ganhadeiras e outro escravo do serviço doméstico. Mais esclarecidamente, D. Teresa Pereira de Jesus, viúva, Angola; Manuel africano, senhor de um escravo baiano e pescador; Claudina Barbosa, liberta, com escrava africana para o serviço da casa; Francisca Salé, liberta, africana, com suas quatro escravas mulheres e dois homens do "serviço doméstico", todos africanos; Francisco de Sousa Jorge, liberto, com dois escravos também ditos do "serviço doméstico", africanos. Existiam também escravos hipotecados a José Antônio Costa; escravos da nação concedidos a Joaquim Giloeno, e a Joaquim José Veloso; uma mulher africana de nome Maria, que era livre, mas seus serviços arrematados por Emídio José de Matos; copeiro Carlos, de 36 anos, africano, alugado a E. Oltt; Alexandrina, 40 anos, do serviço doméstico, alugada a Joana Garcês.

Sem dúvida a lista dos escravos de 1849 é tentadora para um estudo mais aprofundado. Teremos, entretanto, que nos conter, para somente oferecermos uma apreciação mais aligeirada, mais condizente para quem apenas pretende realizar um apanhado da população das dez freguesias da cidade do Salvador. Sem sombra de dúvida, as camadas sociais estavam bem representadas na Vitória. A existência de grande número de senhores está bem clara pelo apreciável número de escravos. A presença maior dos senhores dava um significado elitista à freguesia. A grande existência dos escravos denotava a riqueza dos senhores, e a comprovação das suas profissões atestavam que a Vitória era sede de morada de grandes negociantes estrangeiros, como também de expressivos elementos nacionais. Admitindo-se como certa a afirmação de que, aos poucos, as modificações na conjuntura social da cidade, trariam para a Vitória a mais significativa elite de Salvador.

A Conceição da Praia - sede do comércio

Na freguesia da Conceição da Praia estavam estabelecidas as casas comerciais dos negociantes em grosso da cidade,[30] como Francisco Adães Vilasboas, Francisco José Godinho, Domingos Gomes Belo, Joaquim

Pereira Marinho, Manuel Belens de Lima, Tomaz Pedreira Geremoabo, Teodoro Teixeira Gomes, Emílio Crocco, Edward Holt, Johnson Bielby, Jonhston Napier, Jezler e quantos mais que ali exerciam o comércio e residiam em outras freguesias.

No entanto, também habitavam a Conceição da Praia muitos portugueses que tinham casas de morada no mesmo local do seu trabalho. No quarteirão 8° dessa freguesia, tinha residência Antônio de Sousa Santos Moreira, relacionado entre os negociantes estrangeiros filiados ao Tribunal do Comércio, e tendo como ramo de negócio "conta própria", descontos e comissões. Esse negociante português, de 40 anos em 1855, era casado com uma senhora baiana, branca, Rosa Ramos Moreira, tinha quatro filhos menores, de 2 a 10 anos de idade, e quatro escravos africanos. Agostinho Dias Lima, de 31 anos, também negociante português[31] era casado com a baiana Maria das Virgens Lima, de 36 anos, tinham quatro filhos e ele, uma filha ilegítima, parda; viviam com 10 escravas mulheres e dois homens, moradores os serviçais na casa do português negociante.

Outros habitantes da Conceição da Praia, portugueses e nacionais, tinham morada nesse 8° quarteirão, o único recolhido de censo de 55 dessa freguesia, como: Joaquim Batista de Sousa Leão, Matias Gomes de Sousa, Antônio de Oliveira, Antônio da Silva Guimarães, Domingos Dias Rocha, Francisco Aires de Carvalho, Manuel Dias da Costa, Félix José Marques, Francisco Rodrigues dos Santos, Manuel Lopes Veloso, Justino Severiano Paiva. O baiano José Soares da Rocha Leite era também mencionado como negociante. A profissão "negócio" era expressão usada indistintamente, tanto para portugueses e baianos ditos brancos, como para os pardos e pretos, homens e mulheres libertas, que, naturalmente, faziam algum pequeno negócio para sua sobrevivência. O quarteirão 8° continha várias costureiras. Uma delas, parda, era companheira do português Alexandre José de Oliveira; outra também parda, vivia em companhia de Francisco Paulo de Carvalho, de profissão "negócio" e pardo como sua companheira. Algumas costureiras são brancas e donas de casa. Encontramos uma curiosa associação: um português, tanoeiro, solteiro, convivendo com uma mulher preta, livre, mencionada como cozinheira, e dois escravos homens.

Era a Conceição da Praia uma das freguesias mais movimentadas da cidade, durante o dia. Na Praça do Mercado, que se localizava na Praça de São João, existiam duas quitandas para o abastecimento de gêneros: uma do lado de Santa Bárbara, onde se vendia carne seca do Rio Grande, "alguns cereais e verduras de toda qualidade", tendo no seu interior os "talhos" de carnes de todas as espécies: boi, porco, carneiro, e a parte externa rodeada de lojas de fazendas e de miudezas. A outra quitanda continha os gêneros que vinham do Recôncavo: inhames, cebolas, galinhas, perus, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas, tendo também no seu exterior algumas lojas de variadas mercadorias.

Duas lojas de livros se localizavam na Conceição da Praia, uma de Carlos Poggetti, a outra de Túlio Boccanera Lemos. Lia-se pouco na Salvador do século XIX, embora as bibliotecas fossem mencionadas nos inventários de prósperos médicos, negociantes e políticos.

As lojas de sombrinhas ou chapéus de sol eram duas, e tão propaladas nos almanaques da época, que pela aparência da divulgação do comércio todos compravam chapéus de sol, para abrigar-se dos seus ardentes raios. Na Praça de São João existia a de Podestá, com grande sortimento "de seda e paninho, para homens e senhoras", "como também bengalas de cana para senhores". Na rua Nova do Comércio, Massena também vendia chapéus de sol e "muito ricas" bengalas de cana e de barbatanas, chicotes e chicotinhos para homens e senhoras.

Na rua Direita do Comércio existia um grande estabelecimento de drogas importadas dos principais mercados da Europa. Encarregavam-se da implantação de estabelecimentos de farmácia com vasilhames de louças e de vidros modernos, "ao gosto de Paris". Recebiam as "verdadeiras pílulas da família preparadas no Porto, pelo legítimo José Ribeiro de Carvalho Reis", e outros "verdadeiros" remédios como a água inglesa de Lisboa, o anti-sifílitico de Lafecteur, os remédios Holoway, de Londres.

Nas Grades de Ferro, João Luís Pinto Coimbra vendia fazendas da moda: brins, alpacas, algodões, cassas, chitas, casimiras, damascos, filós, fustões, holandas, luvas e lençóis, toalhas grandes e pequenas, panos finos; também vestidos de seda com babados da moda imperatriz, da moda escoceza, de cassa com babados, de chita, de todas as qualidades, assim

como véus e zuartes. Outra loja de fazendas estava na Praça do Comércio, onde Manuel Pereira de Carvalho as vendia, finas e grossas. No Coberto grande, uma loja de miudezas de João do Prado Carvalho expunha a venda de brinquedos de todas as qualidades para crianças, violões, guitarras, e se comprometia em realizar qualquer encomenda de foguetes para as festas, não somente soltos como em girândolas, rodas, trancafios, tracarias e tudo mais.

Duas senhoras possuíam lojas de modas na Conceição da Praia: Madame Delfina Castelot, no Corpo Santo, e Madame Poisson, na rua da Louça. Na rua do Comércio, Guimarães e Costa ofereciam vinhos de todas as qualidades, tanto para a "tosse como para o pasto". Doces de todas as espécies, frutas tanto do país como do estrangeiro, queijos variados, chá Hysson, Pérola e Oxim. Além do mais eram oferecidos à clientela presuntos e outras carnes, licores, conservas de legumes, frutas secas e a louça onde eram servidas essas iguarias. Deveria ser essa casa Guimarães Costa, o paraíso da "gourmandise" de então, onde saciariam as saudades do paladar os estrangeiros que habitavam a cidade.

Na rua Nova do Comércio existia o hotel de Eduardo Mueller, e Francisco dos Santos Fertin, francês e morador do quarteirão n.° 8, possuía um hotel em Santa Bárbara, de nome **Todos os Santos.** Na rua da Alfândega, o inglês John O'Dwyer tinha sua casa de alfaiate e vendia toda espécie de indumentária masculina, como casacas e sobrecasacas, calças, coletes, paletós de variados tecidos.

Sinetes e selos de todas as qualidades encontravam-se na rua da Alfândega. Na rua do Corpo Santo estava o relojoeiro italiano Sílio Boccanera. No Largo de Santa Bárbara, Auguste Bonnet vendia seus sortimentos de chapéus, tanto de "pelo de seda", como os "de mola", por preços muito em conta, porque os recebia diretamente das fábricas de Paris. Nas Grades de Ferro, Ernest Pinot possuía fábrica e loja de jóias, brilhantes, ouro e prata, remetidos, em parte, sem intermediários da Europa, e por isso podia vendê-Ios por menores preços, "muito mais barato". Ainda no largo de Santa Bárbara, Camilo de Lelis Masson imprimia com muita rapidez e perfeição "quaisquer obras que digam respeito a arte tipográfica".[32]

Dessa freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, como, aliás, acontecia por toda a cidade, existem listas dos habitantes masculinos de cada quarteirão, com vistas aos seus alistamentos na Guarda Nacional. Nessas listas existiam as observações do comportamento dos cidadãos brasileiros, além dos elementos fornecidos de cor, idade, profissão e se pertenciam ou não àquela Guarda.[33]

Uma interessante relação, na medida em que os governantes temiam os contrabandos de armas de fogo, é a que levantaram dos negociantes residentes na Conceição da Praia, em cujos estabelecimentos se vendiam armamentos e mais petrechos de guerra.[34] Entre os 16 relacionados, encontramos com surpresa um dos maiores negociantes da Bahia, aquele que, no seu inventário, deixou grande liquidez de fortuna para a sua época: Francisco Adães Vilasboas, com a observação de que, no seu estabelecimento, além de armas de caça e pistolas, existiam diversas ferragens. Estavam os negociantes de armas concentrados na Fonte dos Padres, mas alguns fugiam ao comum, como Joao Andrews, no Beco do Funil (concunhado de Antônio Francisco de Lacerda); João André de Sousa e Rios Moreira e Cia., no Largo do Guindaste; Cipriano José da Costa, no Coberto; Francisco Adães Vilasboas e Manuel José Pereira de Araújo, na rua Nova do Comércio, e por fim Chuchu Frederico, no Corpo Santo. Geralmente misturavam no mesmo negócio as armas de caçar, as pistolas, os petrechos, as drogas, as ferragens. Dois deles acrescentavam nas observações: “vende às vezes armas, por hora não as têm”.

Acrescente-se ao quadro da Conceição da Praia, sob o ponto de vista populacional, os ganhadores, negros, escravos ou libertos, que se viam por toda a parte, especialmente debaixo das árvores, em poses lânguidas, à espera, sem nenhuma pressa, de uma oportunidade de usar suas forças para o ganho de alguns vinténs. Essa presença obrigatória dos negros à espera dos fardos foi objeto de observação de vários viajantes estrangeiros. Os negros com suas vozes ásperas, alguns corrompendo a língua portuguesa, ali se espichavam nas sombras, musculatura inerte, e o forte e peculiar odor de suor a expandir-se por onde passavam com a missão do seu ganho.

Nos termos de vistoria e alinhamento que são encontrados no Arquivo Municipal,[35] observa-se que a Conceição da Praia continuava nos

anos 50 do século passado a crescer. Crescia para o alto, quando pedia licenças para aumentar os andares das casas. Crescia para o mar quando demandava permissão para construir uma ponte de madeira no "novo cais das Pedreiras", em frente à propriedade de Joaquim Pereira Marinho, em ângulo reto com o cais em direção da baía de Todos os Santos. Requintavam-se, quando requeriam, a construir janelas de bacias de pedra, quando demandavam azulejar as fachadas das casas, improvisavam-se, pois, no século XIX, os moradores da Conceição da Praia, no estreito espaço físico que lhes cabia. Não mais almejavam o aumento de sua população, que decaía socialmente, mas o conforto e o luxo das casas comerciais e estrangeiras que ali eram estabelecidas. E, que, no entanto, não promoveram o desenvolvimento econômico do comércio, que merecia a Província.

É o seguinte o quadro da população do quarteirão 8° da Conceição da Praia:

Quadro 8. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia da Conceição da Praia em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO — ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	2,94	24,02	0,98	27,94	2,94	15,20	0,98	19,12	47,06
PARDA	0,49	6,37	—	6,86	—	8,82	1,47	10,29	17,15
CRIOULA	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CABRA	—	0,98	—	0,98	—	1,47	—	1,47	2,45
PRETA	—	15,69	—	15,69	—	17,65	—	17,65	33,34
TOTAL	3,43	47,06	0,98	51,47	2,94	43,14	2,45	48,53	100,00

COR	SEXO — CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	27,94	—	—	27,94	19,12	—	—	19,12	47,06
PARDA	6,86	—	—	6,86	8,82	—	1,47	10,29	17,15
CRIOULA	—	—	—	—	.—	—	—	—	—
CABRA	0,49	—	0,49	0,98	0,98	—	0,49	1,47	2,45
PRETA	2,45	—	13,24	15,69	8,83	—	8,82	17,65	33,34
TOT AL	37,74	—	13,73	51,47	37,75	—	10,78	48,53	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	5,88	39,22	1,96	47,06	47,06	—	—	47,06
PARDA	0,49	15,19	1,47	17,15	15,68	—	1,47	17,15
CRIOUL A	—	—	—	—	—	—	—	—
CABRA	—	2,45	—	2,45	1,47	—	0,98	2,45
PRETA	—	33,34	—	33,34	11,28	—	22,06	33;34
TOTAL	6,37	90,20.	3,43	100,00	75,49	—	24,51	100,00

Na freguesia da Conceição da Praia os brancos se bem que ainda individualmente superiores em número, já quase rivalizavam com os pretos também em quantidade apreciável. Os livres eram muito mais numerosos que os escravos. Os casados ocupavam uma ínfima percentagem.

A grande classe média em Santo Antônio

Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, seus habitantes tinham pronunciada inclinação para a lavoura, se bem que a profissão "negócio", fosse de todas a que alcançava, indiscutivelmente, maiores índices em números. Vamos encontrar nessa freguesia muitos libertos e escravos ocupados em serviços" da lavoura das roças, especialmente no 2° distrito de Santo Antônio. Um deles, o 8° [36] continha raros brancos, a maioria dos habitantes era de pessoas de cor, dedicadas aos serviços primários do amanho da terra. O 11° quarteirão do mesmo distrito não contava com nenhum branco no pequeno espaço que ocupava. Todos os habitantes eram de cor, a maioria deles se consagrando à lavoura. De todos os quarteirões encontrados na cidade é aquele que se apresenta como primário quanto à profissão de seus habitantes, o que demonstra claramente uma inferiorização sócio-étnica definida. Deveriam ali existir pequenas ou medianas "roças", onde os proprietários e seus filhos lavravam a terra e as mulheres eram lavadeiras. Uma população de gente de cor, na maioria pretos e pobres. Existiam apenas três escravos, e um total de 51 pessoas abrigadas em 18 casas e 19 fogos. Tinham 6% de escravos, 33,3% de liber-

tos e 60,7% de livres, não se constituindo esse quarteirão um refúgio de libertos, mas de pessoas de cor, livres, sem posses, que ali se concentravam. O quarteirão 11° do 2° distrito de Santo Antônio constitui uma exceção no aspecto social da cidade pela discriminação que apresenta, sem similar. Mesmo havendo uma predominância de brancos, como existia, aliás, em um quarteirão da freguesia do Pilar, esses não dispensavam os escravos de cor, diluindo as manchas de cor branca que pudessem aparecer em um mapeamento racial da cidade. No caso, do 11° quarteirão de Santo Antônio é uma sombra realmente negra no contexto racial de Salvador. De certo modo, é novamente exceção o quarteirão 11°, por ter somente 18 casas, quando a exigência era de 25, habitadas para cada quarteirão, preceito a que deveria obedecer o Juiz de Paz da freguesia, na sua delimitação.

No quarteirão 34,[37] uma das representativas comunidades era composta da família de José Francisco Tupinambá, de 56 anos, branco, viúvo, negociante. Com ele habitavam as filhas Rosa Maria, Urmênia Maria, Joaquina Maria, Ana Maria e Inácia. O único filho varão, Antônio Lourenço Tupinambá, era estudante. Na casa, a presença indicativa de uma agregada, com um filho, de nome Luís José Tupinambá. Agrava-se o caso quando percebemos as idades dos filhos legítimos do negociante - Ana Maria de 9 e Inácia de 2 anos e a idade de 6 anos do filho da agregada, que nascera em vida da esposa de Tupinambá. Casos como este não deveriam ser raros no século XIX, ou mesmo nos começos do século XX, mas ainda é chocante a situação da esposa, em face da afronta da agregada. Tupinambá tinha 11 escravos, sendo, assim, uma pessoa abastada, alguns do serviço da lavoura, habitando de certo em alguma roça, outros de ganho, uma lavadeira e uma cozinheira. O nome Tupinambá foi, evidentemente, mudado por ocasião da guerra da Independência na Bahia, quando muitos patriotas querendo demonstrar a aversão que sentiam aos portugueses, trocaram seus nomes lusos por outros bem brasileiros. Assim surgiram sobrenomes de sons indígenas, ou de frutas e madeiras tropicais como: Cajá, Mussurunga, Jenipapeiro, Mandacarú, Peroba, Jambo, Jambeiro, Baraúna, Embiruçú, Camacã, Cajaíba, Araponga, Anhangá, Curupeba e Japiaçú, recolhidos de diversas listas do censo ou de qualificação eleitoral.

O quarteirão 18 da freguesia de Santo Antônio era, sem sombra de dúvida, um dos quarteirões elitistas daquela freguesia. Ao todo, eram 275 habitantes, dos quais 36,8% eram brancos; 19,1% eram pardos; 27,6% crioulos; 3,5% cabras; 13% pretos; eram livres 62,6%, e escravos 37,4%. A maior parte dos escravos, ao contrário das outras freguesias, era de crioulos e não de pretos. Escravos já de segunda geração, nascidos na Bahia, provavelmente conhecedores de ofícios artesanais, ou mulheres especializadas em serviços domésticos, educadas para trabalhos dentro das casas dos senhores. O que possivelmente Ihes dava maior valor como peças. As mais avantajadas unidades familiares eram: o negociante branco Francisco José Monteiro de Carvalho, brasileiro adotivo; o empregado público aposentado Antônio Tavares Itapajipe; Faustino Joaquim da Costa, empregado público; o negociante Francisco Pereira de Carvalho, também brasileiro adotivo; Ladislau da Rocha Lima, brasileiro, branco, casado, de profissão "negócio"; João José de Carvalho, com as mesmas características do antecedente; o médico, casado, brasileiro, branco, Dr. Matias Moreira Sampaio; a viúva Rosa Marcelina de Almeida, branca e proprietária; João Francisco dos Reis, casado e estudante do 5° ano de medicina; D. Ana Joaquina Lourenço de Carvalho, viúva e proprietária; Salvador Aires de Almeida Freitas, solteiro, branco, estudante, que habitava com mais quatro irmãos, dois estudantes como ele próprio e dois na escola. Educavam-se os irmãos com a assistência de 12 escravos, indicando a origem rural da família, fossem seus pais senhores de engenho, ou abastados fazendeiros. Ainda encontramos no 18° quarteirão Manuel lnácio Lisbôa, empregado público, branco e casado; o capitão João Jorge Pegado Serpa, viúvo, cujos ascendentes remontavam ao século XVIII; Manuel José Espínola, português, branco, comerciante, com mulher, um filho e 19 escravos, sendo 11 deles do serviço da roça. João Ladislau da Rocha Lima contava com uma fábrica, na freguesia de Santo Antônio.

Geralmente são indicativos de maior ou menor fortuna o número de escravos das famílias. A maior ou menor quantidade de escravos ou sua ausência, poderá servir como indício da prosperidade ou da pobreza dos chefes de família recenseados. Mesmo a presença quantitativa de escravos em uma morada servia de indicativo de mais posses para as

famílias que os reservavam ao serviço doméstico, e de menor fortuna aquelas que os empregavam para rendas, alugando-os ou mandando-os às ruas mercar doces e confeitos, pastéis ou bolos, preparados em suas casas, ou vender frutas variadas de suas roças. Constitui-se, também, um indicador da existência de uma população de categorias sociais menos elevadas da classe média quando, nos lares, a mulher declara uma profissão. Geralmente, as mulheres das mais altas camadas da sociedade não a mencionavam, e não tinham mesmo uma profissão. Ela se apresentava nas listas do censo logo após o nome do esposo, e a referência é somente como "sua mulher". Sendo viúva, ou a dona-de-casa, ou a chefe de família, a mulher era classificada como: "proprietária, vive dos seus bens". Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, porém, a mulher comparece às listas do censo de diversos quarteirões declarando uma profissão definida, significando que a maioria das famílias seria de mediana categoria.

Das profissões de mulheres declaradas no censo de Santo Antônio, a mais comum era a de costureira. Sendo dispendiosas as confecções, o que se preparava em matéria de roupas era através das costureiras e dos alfaiates. Por isso, surgiram núcleos de confecções artesanais de roupas, e mesmo de bordados, que em parte se localizaram na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, pela freqüência com que a profissão vem mencionada em certos fogos, combinada com a dos alfaiates, profissão esta exclusivamente masculina. É constante a menção da família nas quais o elemento feminino se dedicava às costuras, algumas mulheres para o seu sustento, outras para o auxílio do orçamento familiar, outras sendo até profissionais e empregando outras mulheres nesse mister. No quarteirão 16 dessa já mencionada freguesia, eram múltiplas as costureiras, as esposas e filhas dos chefes de famílias, ou mesmo as donas-de-casa com suas filhas e agregadas. Outras profissões de mulheres são declaradas tais como: ganhadeiras, engomadeiras, amas de leite e lavadeiras. Algumas se iniciavam em pequenos negócios ou tinham quitandas ou vendas.

Nota-se que geralmente as mulheres lutavam pela sobrevivência, sendo interessante sobressair o aspecto de como o elemento feminino contribuía significativamente para o sustento da família, na classe média urbana no século XIX.

Em algumas das unidades familiares vamos encontrar a profíssão masculina de tecelões freqüentemente unida à atividade de costura das mulheres. Outros, supomos, teriam sido assalariados da fábrica de tecidos de algodão de Paulo Pereira Monteiro, no Queimado, na mesma freguesia.

No quarteirão n° 13 está expressa uma interessante situação. Ali, vivia uma parda de nome Maria Joaquina do Rosário, viúva, costureira, habitando com os filhos. A filha praticava a mesma atividade da mãe; entretanto, seus dois filhos, Antônio de Castro Lima e Ernesto José Gonçalves, freqüentavam a escola. Era esse o caso típico da mulher sendo sacrificada para dar lugar à ascensão social da família, através do elemento masculino.

Mendigos, homens ou mulheres, não eram numerosos. A estrutura social primitiva da cidade, seu pouco desenvolvimento tornava seus habitantes menos impessoais. Mesmo os que aqui são chamados mendigos, são arrolados em uma morada, significando que, sobre eles existia um teto, que os abrigava. Encontramos em Santo Antônio um elemento masculino de quem se afirmava quanto à profissão: "nenhuma", sendo ele, entretanto, pobre e agregado. Também no quarteirão 18, uma situação rara: uma mulher, Maria Joaquina do Amor Divino, solteira, branca e proprietária, de 43 anos, que tinha um agregado e com ele vivia sozinha. Era um suíço, de 49 anos, solteiro, branco, J.D. Godoy ou Goden.

Estranha atitude de uma mulher solteira e branca, na Bahia do século XIX.

Embora contando com a presença de negociantes portugueses, adotivos ou brasileiros, de empregados públicos e mesmo médicos, a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo era tipicamente de medianos segmentos sociais. Já o havia sido no século anterior, mantendo-se essa mesma característica no século seguinte. Como todas as outras freguesias, porém, compartilhava da tendência de ter minorias diversas, pois era sede da morada de, pelo menos, dois grandes negociantes do século XIX: Pedro Rodrigues Bandeira e Antônio Pedroso de Albuquerque.

Seguem-se os quadros parciais de oito quarteirões da freguesia de Santo Antônio, com as percentagens já apresentadas anteriormente da Sé e da Conceição, para efeitos comparativos.

Quadro 9. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia de Santo Antonio Além do Carmo em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO — ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRO	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	2,50	7,42	0,37	10,29	2,72	8,74	0,88	12,34	22,63
PARDA	1,25	12,42	0,14	13,81	1,40	15,50	1,25	18,15	31,96
CRIOULA	0,07	7,27	0,37	7,71	0,07	9,64	0,07	9,78	17,49
CABRA	—	2,28	—	2,28	—	2,57	0,15	2,72	5,00
PRETA	—	9,99	0,07	10,06	0,07	12,72	0,07	12,86	22,92
TOTAL	3,82	39,38	0,95	44,15	4,26	49,17	2,42	55,85	100,00

COR	SEXO — CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	10,29	—	—	10,29	12,34	—	—	12,34	22,63
PARDA	12,86	0,22	0,73	13,81	17,20	0,22	0,73	18,15	31,96
CRIOULA	3,38	0,14	4,19	7,71	3,75	0,81	5,22	9,78	17,49
CABRA	0,88	0,07	1,33	2,28	1,54	0,44	0,74	2,72	5,00
PRETA	1,32	2,42	6,32	10,06	1,91	2,87	8,08	12,86	22,92
TOTAL	28,7	2,85	12,57	44,15	36,74	4,34	14,77	55,85	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	5,22	16,16	1,25	22,63	22,63	—	—	22,63
PARDA	2,65	27,92	1,39	31,96	30,06	0,44	-1,46	31,96
CRIOULA	0,14	16,91	0,44	17,49	7,13	0,95	9,41	17,49
CABRA	—	4,85	0,15	5,00	2,42	0,51	2,07	5,00
PRETA	0,07	22,71	0,14	22,92	3,23	5,29	14,40	22,92
TOTAL	8,08	88,55	3,37	100,00	65,47	7,19	27,34	100,00

Pelos quadros acima, podemos constatar que a freguesia de Santo Antônio contava com menos brancos que as demais. A percentagem individual de brancos era menor até em relação aos pardos somente, aproximando-se do número exclusivo dos pretos. Também os escravos eram numerosos, havendo concentração deles na freguesia.

São Pedro - os senhores e os profissionais liberais; ainda os funcionários públicos

A freguesia de São Pedro Velho,[38] em meio às camadas de categorias sociais diversas, como estavam disseminadas por toda Salvador, é aquela que reune maior número de profissionais liberais, como médicos e advogados, como também empregados públicos e desembargadores, e servindo ainda de residência provisória de senhores de engenho, quando em suas temporadas pela cidade. Encontramos, nessa freguesia, exemplos de moradores que merecem ser mencionados. O desembargador João José de Oliveira Junqueira e seu filho advogado habitavam um dos primeiros quarteirões da freguesia de São Pedro. O pai foi ministro do Império e ligado à Condessa de Barral, a quem muito interessava a política baiana. Manuel Pinto de Sousa Dantas, o conselheiro Dantas, foi também ministro do Império e era na Bahia o patrono do partido liberal, tendo sido Presidente da Província da Bahia e de Alagoas. Era morador do quarteirão n. 33 de São Pedro, quando aparece com 30 anos, bacharel, casado. Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha morador do 7° quarteirão, 30 anos, casado, advogado, jornalista e destacada personalidade na Corte. Pedro Manuel Alves Moreira Vilaboim, 23 anos, solteiro e médico, deveria ser ligado por laços familiares a Manuel Pedro Vilaboim, político baiano radicado em São Paulo; como também Augusto Gonçalves Martins, de 26 anos, seria irmão do Visconde de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins. Augusto era arrolado como proprietário, solteiro. O general Luís da França Pinto Garcez, oficial avulso de 1ª classe, morador do Areal de Cima, era solteiro, com 66 anos.

Entre os negociantes gostaríamos de fazer menção a Teodoro Teixeira Gomes, que se dedicava à exploração dos meios de transporte da cidade, assim como, Antônio Francisco de Lacerda, morador da Piedade, grande negociante também envolvido com negócio de tráfego urbano, e sendo um dos construtores do elevador que tomou seu nome.

No primeiro quarteirão onde se localizava a rua de São Pedro do lado impar, existia a residência provisória do Barão do Paraguaçú, Antô-

nio Moniz Barreto de Aragão, pois sua residência permanente era no seu engenho. Bem em frente, o Barão do Rio de Contas, Francisco Vicente Viana, possuía abastada morada, também de ocupação provisória.

Torna-se evidente que, nessa época, a freguesia de São Pedro abrigava grande parte da elite intelectual e social da cidade. Seus sobrados ainda não eram tão subdivididos em fogos como já estavam os da Sé; nem seus moradores eram em grande parte imigrantes estrangeiros que comerciavam, como sucedia na Vitória, embora representados em São Pedro Velho.

Tomemos, como exemplo, o quarteirão 22° de São Pedro, onde vamos encontrar muitas casas térreas e os sobrados pouco divididos. O de número 81 desse quarteirão era residência do médico Francisco de Azevedo Monteiro e sua família. O chefe da família de 33 anos, era branco, casado com a baiana também branca, Teresa Maciel Monteiro. Tinham apenas dois filhos, mas ali também moravam quatro tutelados do casal, de sobrenome Sobral, e quatro escravos. Em sobrado próximo vivia um ourives, Antônio de Araújo Guedes, viúvo, de 40 anos, com três filhos e sua mãe, todos brancos, assim como uma agregada de 22 anos. Dois escravos eram do serviço doméstico. Uma das maiores famílias do mencionado quarteirão era a do Des. Joaquim Teixeira Peixoto Abreu de Lima, pernambucano de 54 anos, casado com Luísa Justiniana Abreu de Lima, natural de Porto Alegre, com nove filhos. A mais velha com o mesmo nome da mãe, havia nascido no Rio de Janeiro, os seis seguintes em Pernambuco, os dois últimos na Bahia. Tinham sete escravos, alguns com profissões: boleeiro, alfaiate, pedreiro.

No quarteirão 20° encontramos uma casa de sobrado dividida em fogos. É o número 26, onde moravam João Antonio de Sampaio Viana, de 43 anos, casado, português, branco, juiz de direito, e sua mulher Maria Guilhermina de Seixas Viana. Tinham três filhos homens, o mais velho dos quais advogado, o segundo caixeiro, o terceiro, de 15 anos, estudante. Possuíam apenas uma escrava africana e um agregado caboclo originário da “Aldeia”. A família do juiz de direito habitava o 1° andar, o 2° andar era vago, e na loja do sobrado existia uma casa de negócios. A casa de n. 32, também um sobrado, abrigava duas famílias: uma na loja, onde se aglomeravam pretos e crioulos libertos, a outra, no andar, era do ne-

gociante português Domingos Rodrigues de Barros, com mulher, 4 filhos, 10 escravos e uma agregada. Imaginemos como se vivia em andar de sobrado, uma família numerosa, existindo fatalmente ali uma cozinha para o preparo das refeições diárias e o escoamento das águas de limpeza e do despejo. Situação como essa não deve espantar o habitante da cidade de hoje em dia, porque tal estado subsiste nos recantos mais pobres de Salvador, ainda sem solução. Apenas não são casas de sobrado, em ruas centrais, mas térreas e localizadas em pontos remotos.

Voltando à freguesia de São Pedro no século XIX, temos a presença de dois negociantes no 20° quarteirão, que ocupavam dois sobrados. Ambos portugueses, ambos casados com baianas. O primeiro com dois filhos apenas, o segundo com sete. Antonio Ribeiro Pinto era o primeiro, que habitava um sobrado de um só fogo. Miguel Ferreira Dias dos Santos, o outro, no sobrado n. 36, tinha companhia no andar superior: o sueco David Lud Grim com esposa baiana, três filhos, uma criada, uma escrava e um escravo. Em duas casas térreas, estavam as famílias de Guilherme Gomes Pereira, português, viúvo, e Joseph Schleier, casado com Maria Schleier, ele alemão, pianista, ela suíça.

O quarteirão n. 11 da freguesia de São Pedro apresentava a presença de quitandeiras, o que faz supor ali existir um certo mercado de abastecimento, desde que as mercadorias comestíveis de Salvador, provenientes das quitandas, eram mercadas pelas ruas. Na Travessa do Portão foram encontradas três quitandeiras, e na sua vizinhança, expressivamente denominada rua da Quitanda Velha, eram oito. Novamente, temos que aventar suposições e fazer conjeturas acerca do comportamento dessas quitandeiras de cor em relação aos seus fregueses, escravos ou libertos, ou brancos decaídos, imperando a sujeira nas suas quitandas, com os produtos meio apodrecidos, outros recentemente chegados das hortas que abundavam nos vales, ou recém-vindos do Recôncavo.

Nesse mesmo quarteirão 11, na residência de um seminarista e de um sacristão, vamos mais uma vez encontrar a existência de um criado crioulo, e uma criada mulata. Não são escravos. Essa presença de assalariados dentro dos fogos é muito raro. Um outro exemplo verificado é na freguesia da Vitória, quando um criado de Jones Selafina aparece como

senhor de um escravo africano, “do serviço da casa”. Não são, evidentemente, os únicos exemplos, outros existem, mas não com freqüência. Esse nome de criados e criados em casas pobres como essa do seminarista, terão, realmente o significado de assalariados, ou serão alguns humildes agregados, que trabalhavam a troco de agasalho e refeições? Ou já seria a consciência de que o trabalho escravo já deveria ser considerado odioso?

O quarteirão n. 17 da freguesia de São Pedro nos traz a surpresa de verificar que o comércio se iniciava nas suas ruas, e, com ele, geralmente, começava a desagregação das elites, que se distanciavam das zonas comerciais e procuravam as puramente residenciais. Ali, nesse quarteirão, estavam: uma loja de cera, pertencente ao major Manuel José Vieira; uma loja de Francisco Batista Correa; uma botica fechada; uma loja de funileiro, de Tranquilino de Souza Reis; uma venda de molhados, de João Antônio de Vasconcelos e João Espínola da Cunha; uma loja de calçados, pertencente a Baldoino de Abreu Bahia; a loja do barbeiro Cândido Sales; outra loja de calçados, de propriedade de José Domingos Soares de Oliveira, que antes, em 1854, a possuía na rua do Duarte, na freguesia da Sé, sinal talvez de que o comércio se prolongava pela de São Pedro. Outra associação de João Antônio de Vasconcelos em casa de molhados, desta vez com Francisco José Espínola de Sousa Sardo. Os donos das vendas ou das lojas não eram arrolados nos seus estabelecimentos comerciais. Se morassem na mesma rua, compareciam com seus parentes no local de duas casas de morada. Quando não habitavam no quarteirão, vinha a observação: “não dá-se o rol neste quarteirão”. Ficava ele situado “por detrás de São Pedro”.

Com esse elemento da existência do comércio que já se estendia pela freguesia de São Pedro não reformularemos a concepção de ser esta uma das mais elitistas freguesias da cidade, mas poderíamos prever que, em breve, perderia essa característica.

Mas seria correto considerar decadente uma freguesia, quando outras camadas sociais inferiores da população preenchiam o espaço vago daquelas de mais altas categorias que se ausentavam? O termo “decadência”, referindo-se à pobreza, não seria mal aplicado? Quando “decadên-

cia" pode existir perfeitamente com outros enfoques, apresentando-se em outras categorias mais aquinhoadas pela fortuna, e, quem sabe, até mais freqüentemente?

Fica, porém, a comprovação das mudanças conjunturais que haviam atingido a Sé, e que começavam a efetuar-se em São Pedro, embora ainda em seu apogeu elitista, em 1855.

Seguem os totais e os quadros da população de São Pedro, em nove quarteirões.

Quadro 10. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia de São Pedro em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO - ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	4,28	13,76	0,61	18,65	4,41	14,68	2,63	21,72	40,37
PARDA	0,67	4,22	—	4,89	0,86	9,42	0,73	11,01	15,90
CRIOULA	0,31	5,26	—	5,57	0,55	10,15	0,06	10,76	16,33
CABRA	0,06	0,73	0,06	0,85	—	1,47	—	1,47	2,32
PRETA	0,12	10,83	0,06	11,01	0,24	13,77	0,06	14,07	25,08
TOTAL	5,44	34,80	0,73	40,97	6,06	49,49	3,48	59,03	100,00

COR	SEXO - CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	18,65	—	—	18,65	21,72	—	—	21,71	40,37
PARDA	4,34	0,06	0,49	4,89	10,09	0,31	0,61	11,01	15,90
CRIOULA	2,63	—	2,94	5,57	5,26	0,06	5,44	10,76	16,33
CABRA	0,49	—	0,36	0,85	0,98	0,06	0,43	1,47	2,32
PRETA	0,85	0,92	9,24	11,01	2,45	2,57	9,05	14,07	25,08
TOTAL	26,96	0,98	13,03	40,97	40,50	3,00	15,53	59,03	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	8,69	28,44	3,24	40,37	40,37	—	—	40,37
PARDA	1,53	13,64	0,73	15,90	14,43	0,37	1,10	15,90
CRIOULA	0,86	15,41	0,06	16,33	7,89	0,06	8,38	16,33
CABRA	0,06	2,20	0,06	2,32	1,47	0,06	0,79	2,32
PRETA	0,36	24,60	0,12	25,08	3,30	3,49	18,29	25,08
TOTAL	11,50	84,29	4,21	100,00	67,46	3,98	28,56	100,00

Na freguesia de São Pedro é elevada a percentagem de brancos e de casados. Os livres são geralmente brancos, a percentagem de escravos é expressiva, pelo fato de serem os habitantes da freguesia pessoas de maiores posses.

Santana dos artífices e dos artistas; alguns senhores[39]

Da freguesia chamada SS. Sacramento de Santana não conseguimos registros do século XIX que nos permitissem avaliar com bastante profundidade, sua população. Das listas nominativas de 1855, nenhuma foi encontrada de Santana. Contamos, portanto, com outras fontes para apurar os tipos de pessoas que habitavam essa freguesia, criada por alvará da Mesa de Consciência e Ordens, no governo do Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, em 20 de julho de 1679.

A freguesia de Santana foi chamada, vulgarmente, durante cerca de 65 anos, de freguesia do Desterro, pois a Matriz se abrigava na Igreja de N. Sra. do Desterro, em torno da qual as religiosas Clarissas construíram o seu convento. Na verdade a Igreja, e as terras em volta dessa. haviam sido um legado de Pedra Gonçalves de Matos e Maria da Guerra Soares à Irmandade de Nossa Senhora do Desterro, em 1686, a qual, por sua vez, assinou escritura de aforamento dessas terras à madre abadessa e demais religiosas do Convento. Pagavam as religiosas pelo foro, através do encargo que tomaram de cantar todos os sábados de cada semana, para sempre, a ladainha de N. Sra., a qual era executada antes, pelos músicos, que recebiam para tal fim a quantia de 400$000 anuais.[40] Somente quando a matriz foi transferida da igreja do Desterro, com breve trânsito pela igreja da Saúde, para a atual igreja de Santana, foi, que a freguesia tomou realmente o nome com o qual foi criada.

Em 1738, a freguesia dita do Desterro tinha "mais de duzentos moradores", e eram citados os nomes de seus distritos, que atravessaram os séculos: Palma, Tingui, Pólvora, Jenipapeiro, Alvo, Caquende.[41]

Segundo Carlos Ott, a população de Santana, nos séculos XVII e XVIII era de mediana categoria, composta de pequenos comerciantes, oficiais mecânicos, pedreiros, carpinteiros, escultores e artistas, pintores e ourives.[42]

No século XIX, porém, essa população já se havia diversificado. Logo após a Independência do Brasil, os responsáveis pelo poder administrativo da Província da Bahia, mandaram, através de ofício, que se fizesse um censo dos portugueses residentes na freguesia de Santana,[43] para que houvesse um exato conhecimento da conduta, estado, idade e ocupação dos cidadãos dessa nacionalidade, moradores naquela freguesia. Realizado pelo vigário de Santana, o censo dos portugueses cuja profissão mais difundida era de comerciante, foi urgente, por determinação do Presidente da Província, naturalmente visando a expulsar os indesejáveis. Todavia, quando em 21 de maio de 1831, logo após a abdicação de D. Pedro I, dando-se cumprimento ao art. 2° do ato do mesmo ano, que mandava deportar os portugueses da Bahia, já não era mais visível o ardor brasileiro contra os lusos, os ânimos haviam esfriado, em conseqüência do que um, pelo menos, dos juízes de paz se deu por doente, privado de poder exercer "as funções do seu emprego".

Em 1847/48, em lista de qualificação eleitoral,[44] vamos encontrar a freguesia de Santana habitada por artistas, artífices, negociantes, como também pelas pessoas das mais altas categorias da cidade, como, por exemplo, dois ex-Presidentes da Província: Honorato José de Barros Paim e o Visconde do Rio Vermelho, Manuel lnácio da Cunha e Meneses, na época com 62 anos, senador, casado, e seu grupo familiar em outras residências vizinhas. Entre esses, reconhecemos João Tomaz Navarro de Andrade, casado com d. Perpétua Gertrudes, filha do Visconde, e Francisco Marques de Araújo Góes, fidalgo, juiz de direito, casado com d. Constança Perpétua, também filha do mesmo Visconde.

Na freguesia de Santana habitava o médico alagoano dr. Alexandre José de Melo Morais,[45] com 30 anos, casado, escritor, que doaria à Biblioteca Pública 506 volumes para enriquecer o acervo daquela instituição; o dr. Joaquim Batista Rodrigues Vilasboas, bibliotecário; o médico dr. Demétrio Ciriaco Tourinho, que se distinguiria como jornalista; dois

grandes senhores de engenho e comerciantes: Tomaz Pedreira Geremoabo e Joaquim Alves da Cruz Rios. Os lentes de Medicina do 1.° ano, Vicente Ferreira de Magalhães, residente no Largo da Palma, Justiniano da Silva Gomes, lente de fisiologia do 3.° ano, dr. Malaquias Álvares dos Santos lente substituto de ciências acessórias com casa atrás do Muro das Freiras; o secretário da Faculdade de Medicina, dr. Prudêncio José de Sousa Brito Cotejipe, atrás dos quartéis da Palma.

Destacava-se ali também o Liceu, que era um estabelecimento de ensino público da cidade, de instrução secundária. Conferia aos seus estudantes o grau de bacharel em letras. Estava localizado no hospício da Palma no Largo do mesmo nome. O Diretor do Liceu dr. Manuel Pedro Moreira de Vasconcelos, habitava no Campo da Pólvora assim como seu professor de Contabilidade, Antônio Joaquim Damásio, que tinha residência na mesma freguesia, atrás dos quartéis. O professor de música, Domingos da Rocha Mussurunga, morava na Ladeira da Palma.

O Quartel das Forças Armadas era alocado em Santo Antônio da Mouraria, na freguesia de Santana, e no mesmo habitava o Comandante das Armas, o Marechal de Campo José Joaquim Coelho, cavaleiro fidalgo, e seu ajudante de ordens, Felisberto Augusto de Sousa, morador próximo ao Quartel. Na Palma existia um Corpo de Guarnição Fixa do Comando das Armas em um Quartel comandado pelo Major D. José Baltazar da Silveira, fidalgo cavaleiro, residente no Desterro. Nesse mesmo Quartel da Palma estava uma companhia destacada do Batalhão de Infantaria, e vários alferes residiam na mesma freguesia.

Entre os oficiais da 1ª linha, reformados, estavam Francisco José da Silva, residente no Castanheda, D. Luis Baltazar da Silveira, morando na rua da Garapeira; D. Braz Baltazar da Silveira e Francisco da Costa Branco, na Lapa, eram Coronéis reformados.

O Hospital Regimental estava situado no Quartel da Palma, daí talvez a verificação da existência de tantos médicos na freguesia.

Do Batalhão de Caçadores da Guarda Nacional, moravam em Santana o tenente Coronel Manuel José de Almeida Couto, fidalgo cavaleiro residente no Desterro; da 1ª companhia desse Batalhão, era o Capitão Manuel José Freire de Carvalho Júnior, com morada no Largo da Palma.

Outros muitos componentes da Guarda Nacional habitavam essa freguesia.

Era do Conselho de Instrução Pública o Padre João Querino Gomes. Tinham aulas particulares, primárias e secundárias, vários professores, entre os quais José Lourenço dos Santos Cajá, na Ladeira da Palma.

A Caixa Econômica, tinha como Presidente o Dr. Quirino José Gomes, que residia no Caquende. Entre os administradores do Teatro São João, era morador de Santana o "fiel do guarda-roupa", Querino Antônio do Espírito Santo, e pelo menos outros participantes dos espetáculos de Teatro, como um ator e um "ponto".

A freguesia de Santana era também a sede de morada de muitos músicos, entre os quais Manuel Ferreira Baião, pai do escultor Domingos Pereira Baião, e de outros, professores, suplentes de Câmara Municipal, como, por exemplo, Joaquim José de Almeida Galvão, o Inspetor de Quarteirão Manuel da Silva Friandes e sua família.

Poderíamos, porém, dizer que, abstraindo-se os elementos de superior categoria, habitantes de Santana, e os militares que ali tinham morada, talvez fosse essa a freguesia na qual os habitantes mais se inclinassem às artes. Existiam, sem dúvida, na cidade, espetáculos musicais, e não mais somente música de igreja, e grande número de músicos residiam na referida freguesia. Ali encontramos escultores, e pessoas que não apenas trabalhassem na administração do Teatro, como também que atuassem no palco. Além do ator e do ponto já mencionados, verificamos em lista dos doentes curados de febre amarela, em 1849, uma "cômica", d. Antônia da Silva Cardoso.[46] Professor de música era Lourenço José de Aragão, residente atrás do muro das Freiras, e de desenho e pintura era Francisco da Silva Romão, também retratista a daguerreótipo, na rua da Castanheda. O muito conhecido pintor João Francisco Lopes Rodrigues também morava em Santana. Existia, portanto, ali um núcleo de pessoas dedicadas às artes.

Em listagem posterior à comentada, e mesmo além da época cronológica que nos propusemos estudar, o "Alistamento de Eleitores da freguesia de Santana",[47] encontramos dados que nos fornecem a visão de que Salvador era uma cidade passível de variados tipos de ascensão social, fosse pela instrução, fosse pela fortuna. Vemos que eleitores, de filiação

dita "desconhecida", ocupavam aparentemente lugares bem distintos no meio social daquela época, pela renda que apresentavam, a fim de compor a lista eleitoral. É bem possível que devido a essa ascensão individual, a sociedade elitista de Salvador, do século XIX, colocou certas barreiras, com a finalidade de impedir o ingresso nas camadas mais altas da sociedade de pessoas talvez de cor, que estavam naquele momento competindo profissional e economicamente com outras já estratificadas como elitistas, mas que a passos largos perdiam suas posições nessas altas categorias. Os acontecimentos aos quais fazemos referência já ocorrem no final do século XIX, e esses métodos quase inconscientes de defesa, as elites utilizaram para que não perdessem o controle político e administrativo da Província. Apesar de decaídos economicamente, os senhores conseguiram manter-se prestigiados, não obstante todos os embates que haviam sofrido, desde a guerra da Independência na Bahia, e de todas as dificuldades que enfrentaram na criação de um novo e livre país.

O Passo – freguesia tradicional

A freguesia do Passo, tão próxima à da Sé e dela desmembrada, deveria ser, quanto às características, uma extensão da primeira freguesia da cidade; entretanto, tal situação não foi verificada. Pelos três quarteirões do censo de 1855, podemos observar que a freguesia do Passo ainda guardava certos critérios que haviam sido da Sé, em época anterior à fase da desintegração pela qual estava passando. Encontramos na freguesia do Passo grandes famílias, seus chefes paternalistas com profissões liberais, ou com negócios, ocupando toda uma casa de sobrado.[48] E como já foi nesse estudo registrado várias vezes, encontramos também pessoas de cor, donos de casas, com profissões que dependiam do seu esforço físico para adquirir o necessário para a própria sobrevivência e da família, ou de seus grupos. Também encontramos várias famílias com fogos nas casas de sobrado de diversos andares, padres, estudantes e pessoas de profissões inferiores. Ou vamos observar, porque próximo à Escola de Medi-

cina, um número razoável de médicos. Geralmente os médicos não eram de grandes posses; pelo menos na freguesia do Passo, possuíam poucos ou mesmo nenhum escravo. Encontramos os exemplos do Dr. Cândido José de Barros, médico homeopata, que vivia no Passo com sua mulher Francisca Amélia da Costa e três filhos. O Dr. José Antônio de Freitas, residente no 6° quarteirão do Passo, com 24 anos, com sua esposa Isabel Leopoldina, de 19 anos, e um filho de 16 meses. Na mesma morada ainda se encontravam a mãe do médico, D. Maria Joaquina, dois irmãos, empregados públicos, um dos quais era casado, a mulher deste, uma agregada, parente da família pelo sobrenome que usava. Nenhum escravo. Toda a família era branca. Tivemos ocasião de verificar, porém, que a família quando de origem rural, isto é, fosse descendente de proprietário de terras ou de engenhos, os médicos traziam dessas propriedades alguns escravos para os servir. Temos disso um precioso exemplo no lar do Dr. Antônio José Alves, casado com D. Clélia Brasilia de Castro Alves.

Diretamente ligada a proprietários de terras no interior da Província, tinham, em casa oito escravos para o serviço doméstico. São os pais do poeta Castro Alves, moradores da Rua do Passo n. 37, com os filhos relacionados no censo nominativo: José Antônio de Castro Alves, de 9 anos, Antônio Frederico de Castro Alves, de 8 ano, o nosso poeta maior, Guilherme de Castro Alves, de 3 anos, e Elisa de Castro Alves, de 2 anos. O chefe da família, Antônio José Alves, tomava parte nas reuniões promovidas por um grupo de médicos em suas residências, nas quais se aplicavam em estudar as doenças tropicais, e comparar suas observações sobre essas moléstias. Esse grupo chamou-se depois de Escola Tropicalista Baiana. Tomaram parte nele os Drs. Otto Wucherer e Patterson, o primeiro de ascendência alemã, o segundo inglês, e o Dr. José Francisco da Silva Lima, português de nascimento, mas chegado ao Brasil em tenra idade.

Ainda no 6° quarteirão habitava o Dr. Luís Lopes Batista dos Anjos, que era casado, sem filhos, e contava em sua casa com duas agregadas e três escravos. No quarteirão n. 4 morava o Dr. João Batista Guedes, casado, sem filhos, com uma escrava do serviço da casa, um sapateiro, e dois agregados sendo uma lavadeira e um músico. Esses médicos não provinham de famílias de proprietários de terras, nem suas esposas, e

provam, aliás, que a medicina, se bem que muito requisitada, não era profissão que desse fortuna em bens materiais, embora os médicos fossem muito conceituados e respeitados.

De certo modo, a freguesia do Passo também se aproximava das estruturas sociais de Santo Antônio Além do Carmo, com a qual se limitava, porque no seu quarteirão n. 3 as mulheres declaravam as suas profissões, como as de quitandeiras e costureiras. Tantas eram essas quitandeiras no quarteirão n. 3, em número de 17 em 27 casas e 47 fogos, que aquele local era indubitavelmente um dos pontos de abastecimento da cidade.

Existia grande número de colégios e aulas particulares pela cidade,[49] e foram registrados aqueles que estavam localizados na freguesia do Passo. Colégios: o Santa Isabel com as professoras D. Perpétua Maria da Silva e d. Maria Joana da Silva, situado na Ladeira do Rosário, n. 12, 1° andar. O Colégio da Providência, sendo responsáveis as irmãs Maria, Antoinette e Estefânia, situado no Largo do Pelourinho, n. 27. O Colégio da Fraternidade, de d. Carolina Celestina de Barros, na Rua do Passo, n. 36. A aula primária de Manuel Elói Pontes, no Taboão, n. 7; a aula secundária de latim, de frei Manuel de Santa Escolástica, no Convento do Carmo. A única escola superior existente na cidade, que era a de Medicina, pressupunha o saber do latim, devido à nomenclatura usada na época, indicando moléstias ou remédios.

Vários números totais da população da freguesia do Passo são encontrados na documentação do século XIX. Em 1855-1856 são 1.140 homens e 1.539 mulheres, ao todo 2.679 habitantes[50]. Em 1862, eram 837 homens e 1.145 mulheres, dando um total de 1.982 pessoas[51] e, em 1872, foram indicados 1.570 homens e 2.054 mulheres, 3.624 no total[52].

Quanto ao número de casas e de fogos temos resultado computado do ano de 1868. Ao todo seriam 11 quarteirões, com 334 propriedades de casas e 733 fogos.[53]

Passando aos negociantes do Passo observamos que a presença deles é pontilhada pelos quarteirões, sobretudo dos medianos. No 3° quarteirão, encontramos Francisco Beléns de Lima, citado no Almanaque de 1854, como comerciante nacional, e, como julgamos, irmão de Manuel Beléns

de Lima. Ali vivia em sua morada acompanhado de 8 escravos, um dos quais caboclo, o que consistia raridade. Paulino da Cunha Orovio, seu vizinho de quarteirão, era português, branco, casado com Maria Rosa da Cunha Orovio, parda, sem filhos. Mas existiam em sua casa três caixeiros portugueses, considerados como agregados, e um agregado baiano, além de 5 escravos. Desses, um era cangueiro. Esse nome cangueiro tinha o significado de que poderia suportar a canga ou fardos, suspendendo-os nos ombros. Os outros escravos de Orovio eram quitandeiras. Era Orovio um negociante de inferior qualidade pela qualificação dos seus escravos.

No quarteirão n. 4, Manuel Pereira da Silva Reis, brasileiro adotivo, casado com a baiana d. Maria Joaquina Pereira da Silva, era pai de cinco filhos, dos quais dois já se dedicavam aos negócios, e um era estudante de primeiras letras. Existia na casa um caixeiro português de 12 anos, Domingos de Oliveira Bastos, e oito escravos, três do serviço da casa, uma lavadeira e um sapateiro.

No 6° quarteirão, Luís Antônio de Castro Jr. também português e negociante, era casado com a baiana D. Inês da Silva Castro. Tinham dois filhos e quatro escravos. Já o baiano Cláudio Tibúrcio Moreira, casado e branco, vivia em sua morada com mulher e nove filhos, sem escravos, nem agregados. Manuel Gonçalves Vasco, negociante português, tinha residência com dois irmãos. Antônio e Francisco, dois caixeiros portugueses e seis escravos, dos quais não se menciona a profissão. Manuel José Pedrosa era brasileiro adotivo, casado com uma baiana, toda a família branca, quatro filhos, possuia oito escravos, sem especificação de habilitação.

É digno de apreciação o português que vinha ao Brasil para criar raízes e integrar-se na sociedade de Salvador. Casavam-se com brasileiras, ou traziam suas esposas, adaptavam-se facilmente a possuir e explorar o trabalho escravo. Moravam a princípio em sobrados, onde, nas lojas, faziam os seus negócios ou tinham as suas vendas. Traziam de Portugal, sobrinhos ou parentes afastados, ou mesmo rapazes das vizinhanças de sua freguesia natal, que se transformavam em caixeiros de lojas ou auxiliares do seu comércio, muitos deles casando-se com as filhas do patrão, envolvendo-se familiarmente já com brasileiras e adaptando-se em definitivo ao país.

Outros, como o aqui citado Manuel Gonçalves Vasco, vinham ao Brasil inteiramente decididos a reunir um pecúlio e voltar a Portugal. Não casavam, a maioria das vezes uniam-se transitoriamente a mulheres de cor, e nos seus testamentos reconheciam filhos ilegítimos tidos e havidos "por fragilidade humana". Alguns foram bem sucedidos na volta à Portugal; muitos, entretanto, embora reunindo fortuna adaptaram-se à maneira de viver nos trópicos, não chegando a integrar-se no contexto social de Salvador, vivendo marginalizados, afastados do convívio dos seus conterrâneos, mantendo com eles apenas relacionamento comercial.

Os negociantes da freguesia do Passo, já relacionados acima, pela observação do número de escravos que possuíam e suas ocupações, eram de mediana categoria social, e mesmo o que era casado com mulher parda pertencia a idêntico segmento da sociedade dos seus companheiros.

Algumas viúvas e proprietários compõem com muitos artífices, pequenos negociantes, e, oficiais mecânicos, grande parcela dos habitantes do Passo, população de características semelhantes às da Sé e de Santo Antônio Além do Carmo, com as quais se limitava. Seriam, sem dúvida, os seus habitantes voltados para a religião – suas festas de santos, procissões, e muitos deles tomariam parte na importante Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos, situada na igreja da mesma no Pelourinho.

Segue o quadro da população de três quarteirões no Passo.

Quadro 11. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia do Passo em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO - ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	3,47	11,33	0,45	15,25	3,63	9,51	2,27	15,41	30,66
PARDA	0,60	8,01	0,30	8,91	0,91	10,88	0,15	11,94	20,85
CRIOULA	—	7,55	—	7,55	—	10,28	0,15	10,43	17,98
CABRA	—	2,42	—	2,42	—	1,20	—	1,20	3,62
PRETA	0,15	10,88	—	11,03	0,15	15,71	—	15,86	26,89
TOTAL	4,22	40,19	0,75	45,16	4,69	47,58	2,57	54,84	100,00

COR	SEXO - CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	
BRANCA	15,25	—	—	15,25	15,41.	—	—	15,41	30,66
PARDA	7,25	—	1,66	8,91	10,12	—	1,82	11,94	20,85
CRIOULA	2,26	—	5,29	7,55	4,83	—	5,60	10,43	17,98
CABRA	0,60	—	1,82	2,42	0,60	—	0,60	1,20	3,62
PRETA	3,48	—	7,55	11,03	4,68	—	11,18	15,86	26,89
TOTAL	28,84	—	16,32	45,16	35,64	—	19,2 0	54,84	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	7,10	20,84	2,72	30,66	30,66	—	—	30,66
PARDA	1,51	18,89	0,45	20,85	17,37	—	3,48	20,85
CRIOULA	—	17,83	0,15	17,98	7,09	—	10,89	17,98
CABRA	—	3,62	—	3,62	1,20	—	2,42	3,62
PRETA	0,30	26,59	—	26,89	8,16	—	18,73	26,89
TOTAL	8,91	87,77	3,32	100,00	64,48	—	35,52	100,00

Brotas e as roças: rural e urbana

Não tivesse a comissão de 1854 incluído na demarcação da região urbana da cidade para o lançamento da décima parte da freguesia de Brotas,[54] não teria a mencionada freguesia composto a lista das dez, existentes no século XIX na cidade do Salvador.

A freguesia de Brotas era mista, pois urbana e suburbana. Existiam pequenas aglomerações populacionais como em Boa Vista, ou no local onde se erguia a Igreja de N. Sra. de Grotas, como era antes chamada, ou Brotas, mais recentemente.

Em outros locais bem afastados, a freguesia de Brotas ia limitar-se com o mar alto, o oceano, onde pequeno número de habitantes se reunia nas Armações do Gregório, dedicados principalmente à pesca de armação. Ali já era mais rarefeita a população.

Não foram encontrados muitos elementos que nos permitissem avaliar, com justeza, a população de Brotas, nem desta, as camadas inferiores e superiores da sociedade. Das duas listas de qualificação eleitoral encontradas,[55] pode deduzir-se que se habitava em roças, e, na sua grande

maioria, viviam ali pessoas simples e de cor. Identificamos, entretanto, Tomaz da Silva Paranhos, e D. João Baltazar da Silveira, empregado público, o negociante Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos, o Capitão Tristão da Cunha Meneses, filho do Visconde do Rio Vermelho, em lista de 1848, proprietários de profissão, Joaquim Inácio, com 31 anos, e Tristão, com 26. Na lista de 1868, está presente o Barão do Rio Vermelho, também filho do Visconde José Félix da Cunha e Meneses.

Na freguesia de Brotas, em época anterior ao censo de 1855, ou mesmo das mencionadas listas de qualificação eleitorais, existia um interessante juiz de paz[56] que mantinha seguida correspondência com a presidência da Província, e que nela usava de linguagem muito popular, deixando entrever o que se passava na freguesia de Brotas. Os principais litígios que aconteciam em Brotas eram entre pessoas sem educação e pretensiosas, como, por exemplo, sobre um destes, escrevia o juiz: "Tudo quanto é mulher o adora, pelos enfeites e cheiros próprios de militar", reclamando de seu comportamento nas festas populares do Bonfim e da Lapinha. Ainda acerca de um dos seus "fregueses", dizia o juiz que aquele cidadão[57] não queria seguir o que dizia São Paulo aos corintos, na sua **Epístola,** que ele podia tudo porque era senhor dos seus vícios. Reclamava do ar soberbo daquela pessoa, de sua volubilidade, indignado de ser ele admitido em casas honradas e que, praticava contra um seu amigo atos indignos, esperando na estrada suas mulatinhas e crioulas para as conduzir a um "mau fim".

Queixava-se o juiz das ações praticadas por negros forros, que induziam os que eram escravos a afastar-se dos seus senhores e os acolhiam para trabalhar nas suas roças e culturas. O juiz de paz gabava-se de haver devolvido mais de 400 escravos aos seus legítimos donos.[58]

Referindo-se ainda a um dos seus "fregueses", de nome Antônio da Silva Quaresma, dele dizia o juiz: "Sendo soldado do Batalhão da Torre no ano da guerra de 1821, desamparou suas bandeiras, formando causa comum com a cáfila madeiral", sua ação fora nefasta durante a época da Independência, queimando casas e destruindo roças, arrancando mandiocas.[59]

Todos os ofícios do juiz são repassados de casos e cenas referentes a roças, a roubo de frutas, aos pomares esbulhados, aos vadios, aos negros

fugidos e, enfim, suas enérgicas ações contra as reuniões de candomblés que se davam na freguesia de Brotas. Quanto a esses "diabólicos usos" do seu distrito, o juiz dava muitos detalhes em seus ofícios. Descreve mesmo uma incursão ou batida para a prisão dos pretos que publicamente adoravam seus deuses no sítio do atual Acupe. Ora, não era compreensível que se permitisse aos pretos africanos, que vindo de suas terras para a nossa e se educassem na religião cristã, continuassem a apostatar, mostrando por uma face o catolicismo e por outra adorando os seus deuses. Na casa do Acupe foram encontrados objetos do culto ancestral dos escravos, dispostos sobre uma mesa, todos guarnecidos de fitas e búzios, uma grande caixa "da Costa". Dançavam ao som dos atabaques, guarnecidos de búzios, e outros dormiam. Os que foram em diligência, quebraram tudo: o deus Vodum, as cuias, os instrumentos. Já havia três dias que realizavam aquele festejo, "com estrondo".[60] Apesar das diligências, o juiz de paz tinha opinião formada acerca da justiça que se deveria praticar em relação aos pretos, que deviam ter seus instantes de divertimento. Esses momentos tinham lugar por ocasião de casamentos, exigindo-se que fossem na forma e costumes do Brasil, e não à maneira africana. Os pretos, eram, porém, muito exagerados quando se reuniam, e logo tomavam partidos, uns davam vivas a D. João, outros a D. Pedro, e a muito custo se acomodavam. Quando se reuniam eram sempre multidões, como, em uma festa que realizaram no Engenho Velho, e em um só dia mataram e comeram um boi. Além do mais, reunia-se gente de "todas as cores", e assim tinham começo as "sublevações".[61] Vê-se bem a preocupação da união dos grupos raciais, que, tanto nas reuniões de candomblé, como nas festas comuns, se davam naturalmente, o que muito preocupava o grupo racial dito branco e dominador.

No registro Eclesiástico de Terras da Freguesia de Brotas, entre as terras, terrenos, roças, fazendas e engenhos registrados, estão aqueles, por herança da Viscondessa do Rio Vermelho fronteiros à igreja de Brotas. Era a fazenda da Pituba, em terras aforadas à casa de Niza e que se limitava a leste com o mar. Completava as propriedades dessa senhora, na freguesia de Brotas, o engenho Santo Antônio, também foreiro à mesma casa, com três frentes: a estrada das Armações, a ponte sobre o Rio Camarogipe, e a estrada real do Cabula.[62]

Em Brotas estava também localizada a roça da Torre, com 226 braças de frente, de Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque. Por fim a Quinta das Beatas, que era de propriedade do Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões.

O Pilar, sede dos comerciantes portugueses

A população da freguesia do Pilar era, como todas, diversificada socialmente, na medida em que os habitantes mais próximos à freguesia da Conceição da Praia eram de segmentos inferiores da sociedade, ocupando sobrados de diversos andares e em cada um desses vivendo uma família. Um verdadeiro contraste com o quarteirão mais distante do Pilar, que se apresentava com núcleos familiares elitistas, e mesmo com a aparência de ali existir discriminação racial ou social.

De modo geral, os habitantes do Pilar, na maioria dos seus quarteirões, distinguiam-se por serem portugueses ou brasileiros adotivos, negociantes em grosso, e mesmo alguns haviam sido traficantes de escravos.[63]

O quarteirão n° 4 dessa freguesia era justamente aquele vizinho à Conceição da Praia, situado no Cais Dourado e rua Direita do Pilar. É um quarteirão tumultuado, no qual, em trinta casas existiam 91 fogos e habitavam 540 pessoas. Os moradores desse quarteirão se amontoavam pelas casas de sobrado, dividindo-as pelas lojas, os andares que eram dois ou três, raros de quatro pisos, mas contavam com sótãos e sobre-sótãos. Todas essas pessoas, que variavam de qualidade, eram de profissões menos qualificadas, os homens remadores de saveiros ou artesãos, as mulheres costureiras, rendeiras, engomadeiras, quitandeiras. Em meio a essa população que se amontoava pelos andares do quarteirão 4° do Pilar, encontramos exemplos de muitos brancos, até mesmo de portugueses mal sucedidos nas suas profissões, que ocupavam um lugar inferior nas categorias sociais da cidade. Existia, porém, um português negociante que viera ao Brasil como outros, a fim de montar uma indústria extrativa, apenas para amealhar uma fortuna, e voltar à sua pátria. Isso afirmamos

por encontrá-lo somente com um sócio e três caixeiros portugueses em sua residência. Era Francisco Ferreira da Silva, estabelecido com negócio de refinar açúcar na rua do Pilar, no qual empregava a força dos seus 18 escravos africanos: minas, bornons, ussás.

A freguesia do Pilar já desde o século XVIII era o local onde se situavam os curtumes que tratavam da courama, que era, com freqüência, um dos produtos de exportação da Província da Bahia. Ali vamos encontrar pessoas de profissões relacionadas com o couro, como matéria-prima, entre os quais um surrador de couros, habitante do 9° quarteirão, em Água de Meninos - Manuel Rodrigues Gomes, brasileiro, adotivo, com mulher, três filhos e dois escravos, ditos em litígio. Em outros quarteirões habitavam pacíficos "correeiros", ou coureiros, como aquele que morava no 10° quarteirão, com mulher, três filhos e sete escravos em partilhas, ocupando um andar, o 1° do sobrado n° 14.

No sobrado n° 127 habitava o brasileiro adotivo Domingos Pereira Espinheira com sua família. Ele, dono de uma loja de fazendas ou tecidos, por isso negociante, de 61 anos, com sua esposa D. Margarida Moreira Espinheira, oito filhos, um sobrinho português, de ofício caixeiro. Ali também habitavam dois agregados: uma mulher branca e um rapaz pardo, alfaiate, nove escravos e sete escravas. A família Espinheira, de origem portuguesa, era não somente numerosa no Pilar, mas todos os chefes prósperos negociantes, ocupando grandes sobrados com crescidas famílias. Dividindo o sobrado 135 com o capitão de 1ª linha da 2ª Companhia de Caçadores do Quartel de Água de Meninos, Joaquim Pinto Paca, casado com D. Elisa Walenstein, um outro Espinheira se apresenta: Antônio Martins Espinheira. Também negociante, casado com D. Maria Bárbara da Conceição Espinheira, 4 filhos, 18 escravos africanos, e 3 escravas africanas do serviço doméstico. Era português, da cidade do Porto, "alambiqueiro", daí a existência dos 18 escravos incorporados à família, pois na sua própria morada deveria existir o seu negócio. José Pereira Espinheira Junior era morador do 10° quarteirão, negociante matriculado no Tribunal do Comércio como brasileiro, tinha sua casa de negócio na rua do Comércio, mas habitava, com a família, na freguesia do Pilar, onde foi recenseado. Casado com D. Engrácia de Araujo Espinheira,

morava em sobrado com dois filhos, dois agregados (mãe e filho), sete escravas e três escravos para o serviço doméstico. Apenas um pouco adiante, no mesmo quarteirão, ocupava um 2° andar do sobrado José Alves Espinheira, português, casado com D. Ana Bárbara da Conceição Espinheira, três filhos, três parentes caixeiros, duas amas de leite, e mais todos os componentes de uma grande família. Era alambiqueiro, como seu parente. Possuía oito escravos do alambique e seis escravos ditos "marítimos".

Outros negociantes portugueses se sucedem, como Francisco Ferreira, na rua do Pilar, matriculado no Tribunal do Comércio, estabelecido em sua residência na casa de sobrado n° 41 do 10° quarteirão, com sua esposa Luisa Francisca, 8 filhos, um cunhado e uma agregada de importante sobrenome daquele século: Francisca Rosa Barros Paim. Ali habitavam seus seis escravos e duas agregadas crioulas.

São inúmeros os moradores do Pilar que merecem um especial destaque, pela maneira como se apresentam suas famílias, seus escravos e seus agregados. No sobrado 14 do 10° quarteirão havia duas famílias: no primeiro andar o já citado *"correeiro"* Francisco Claro, no 2° andar o caixeiro Joaquim Ludgério Monteiro, casado, com dois filhos, sendo um mudo; no 3° andar uma viúva com o filho tipógrafo e duas filhas. No sobrado 18 com dois fogos': no 1° piso um marceneiro branco, solteiro, amasiado, com dois filhos; no 2° andar um ourives, casado, com escravo e agregado. No n° 16 existia uma loja onde moravam pardos, e no andar uma viúva com 70 anos, um filho casado de profissão artista, dois netos: um bauleiro, outro artista como o pai.

Ocupando o sobrado 24 desse mesmo quarteirão, estava o português José Mário de Sousa Castro, com sua mulher Leonor Oliveira de Sousa Castro, dois caixeiros portugueses, 6 escravos homens e 3 escravas mulheres.

Na rua da Muganga, onde se localizava o quarteirão 12, existiam casas térreas ou de sobrado, ocupadas por pequenas famílias, raras exceções eram observadas. Entre essas a morada de Venceslau Miguel de Almeida, brasileiro adotivo, negociante, casado com D. Maria Aciolo de Almeida, dois filhos, 14 escravos. Negociante também matriculado no

Tribunal do Comércio, Venceslau Almeida tinha sua casa comercial no Corpo Santo, e residência no Pilar. Na mesma rua residia a viúva proprietária, Joana Dias do Sacramento, com três filhos, um caixeiro, 9 escravos e uma agregada. É a mulher viúva sucedendo ao falecido marido nos negócios, auxiliada pelos parentes, até que crescessem os filhos para substituí-la. No mesmo local, o negociante Manuel Eleutério Alves, casado com D. Ana Joaquina, três filhos, dez escravos e dois agregados.

O quarteirão 13 correspondia à rua Direita do Noviciado, em frente à Jequitaia.[64] Ali observamos a presença de um suíço, Jacques Jacob, cuja originalidade consistia em ser amasiado com uma preta liberta, tendo dela quatro filhos pardos, participando da mesma moradia uma agregada liberta e dois escravos. Nesse mesmo quarteirão existia a casa do estudante José Honório Coelho, que ali residia com cinco irmãs e 16 escravos, evidenciando a sua origem rural, escravocrata. O alfaiate Joaquim José da Silva Pimentel, que era pardo, *assim* como toda a família, mulher, filhos, cunhado e estudante, denotava prosperidade, pois ocupava duas casas do quarteirão; João Francisco Régis e Antônio José Guimarães eram negociantes, o último também de família paternalista, mulher, filhos, sobrinhos, agregados e 11 escravos. E, finalmente, José Dias Lima, sócio e gerente de seu irmão Agostinho Dias Lima, possuíam uma fábrica de sabão onde empregavam o trabalho escravo. Nessa fábrica existiam 25 escravos africanos, duas pardas e duas africanas todas libertas, deveriam ocupar-se no serviço doméstico. Nas últimas casas do quarteirão 14, sito na rua da Mangueira, vivia em um beco adjacente, um pardo, José Joaquim Pereira, negociante, com esposa, quatro agregados e 11 escravos.

O 20° quarteirão da freguesia do Pilar por ser todo especial, merece um destaque nos estudos de famílias, pois oferece uma rara curiosidade, talvez única da cidade do Salvador: seus núcleos familiares eram somente compostos de pessoas de cor branca, na maioria estrangeiras.

Pelo exposto, pode afirmar-se como verdade incontestável que o Pilar era, em parte, residência de muitos portugueses ou brasileiros adotivos, onde se instalavam com suas famílias, ou onde moravam no local dos seus negócios. Nessa época de 1855, o Pilar assim se apresentava, mas as mudanças não demorariam a atingí-lo, e grandes transformações

em sua população foram de logo observadas: os grandes negociantes portugueses iriam afastando-se para a Penha, à medida que os negócios e o comércio alcançassem o Pilar, que foi então totalmente ocupado pelo mesmo tipo de população que observamos no seu 4.° quarteirão, vizinho à Conceição da Praia.

O resumo da população dos quarteirões 4°,9°,10°,11° 12°, 13°, 14° e 20° do Pilar vem a seguir:

Quadro 12. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia do Pilar em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO - ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	3,73	10,70	0,85	15,28	3,14	10,55	1,64	15,33	30,61
PARDA	1,30	7,71	0,05	9,06	1,54	13,79	1,04	16,37	25,43
CRIOULA	0,15	5,08	—	5,23	0,20	6,57	0,05	6,82	12,05
CABRA	—	2,94	—	2,04	0,05	2,44	0,10	2,59	4,63
PRETA	0,05	14,19	0,05	14,29	0,05	12,84	0,10	12,99	27,28
TOTAL	5,23	39,72	0,95	45,90	4,98	46,19	2,93	54,10	100,00

COR	SEXO — CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	15,28	—	—	15,28	15,33	—	—	15,33	30,61
PARDA	7,86	—	1,20	9,06	15,48	0,35	0,54	16,37	25,43
CRIOULA	1,94	0,25	3,04	5,23	2,59	0,35	3,88	6,82	12,05
CABRA	1,29	0,05	0,70	2,04	1,64	—	0,95	2,59	4,63
PRETA	1,29	0,80	12,20	14,29	1,59	1,44	9,96	1.2,99	27,28
TOTAL	27,66	1,10	17,14	45,90	36,63	2,14	15,33	54,10	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	6,87	21,25	2,49	30,61	30,61	—	—	30,61
PARDA	2,84	21,50	1,09	25,43	23,34	0,35	1,74	25,43
CRIOULA	0,35	11,65	0,05	12,05	4,53	0,60	6,92	12,05
CABRA	0,05	4,48	0,10	4,63	2,93	0,05	1,65	4,63
PRETA	0,10	27,03	0,15	27,28	2,88	2,24	22,16	27,28
TOTAL	10,21	85,91	3,88	100,00	64,29	3,24	32,47	100,00

A Penha - afastada das freguesias centrais

A freguesia da Penha, por ocasião do recenseamento de 1855, era lugar de repouso e de "passar as festas", onde a grande maioria da população ainda se ocupava de profissões primárias extrativas, mormente a pesca.

Aliás, a freguesia da Penha, em 1837, era objeto de interessante questão entre o juiz de paz e a Câmara Municipal.[65] A postura n. 57 proibia que andasse solto, dentro da cidade o gado vacum, lanígero e cavalar, o que acontecia na região da Penha. Ora, dizia o juiz de paz: "Este distrito não fica dentro da cidade". Ademais a postura n. 58 somente permitia a criação pastoril em lugares de lavoura, quando o gado fosse criado dentro de cercados. Retrucava o juiz de paz: "Este distrito não é lugar de lavoura". Através desses informes, bem se observa que o juiz de paz da Penha permitia francamente a criação de gado à solta e que os animais andavam livremente nessa freguesia pelas ruas e praças soltos nos terrenos baldios.

A Penha ficava, entretanto, dentro do perímetro urbano da cidade. Suas casas pagavam décimas. Seus 19 quarteirões localizados em 15 ruas, 2 travessas, 4 becos, 3 ladeiras, indicavam uma pobre urbanização; mas ali existiam 6 sobrados de 2 andares, 117 de um andar, e 920 casas térreas, que, evidentemente, se localizavam em lugar ainda necessitado de maiores cuidados do poder administrativo da Província, no abrir e calçar ruas, exigindo maiores desvelos o já crescente número de casas.

Era urbana a Penha, tanto que, em 1837, ali se observavam cenas de rua como aquela da qual era vítima a Sra. D. Luísa Frox, insultada publicamente pela preta Maria Luisa.[66] Saindo a defendê-la, o delegado Vicente Oliveira, a preta o ameaçou e desobedeceu à lei, a ponto de "meter a mão" na cara do delegado. Mandada presa para o Trem de Artilharia, o comandante a soltou, voltou ela novamente a atacar a senhora.

A observação da muito deteriorada documentação do censo de 55 da Penha,[67] nos faz verificar que ali moravam pessoas modestas, pobres, tanto brancas como de cor. Mas a maioria era de pessoas livres. As profissões eram de gente simples, os homens pescadores, as mulheres costureiras, ganhadeiras, lavadeiras ou vendedoras de mingau. Uma das mais interessan-

tes profissões da Penha é a do homem do qual se informa: “vida de maré”. Vida incerta, essa, de existência dependente do que lhe trazia “a maré”.

A cor branca, especialmente na Penha, não tinha, em absoluto, o significado de ser elitista. Carpinteiros, alfaiates e pescadores eram brancos, como também os negociantes. Por exemplo: uma viúva, branca, de 72 anos de idade, apresenta a profissão de ganhadeira. Através desses dados, podemos ter a idéia de que a Penha era refúgio da população branca e pobre da cidade. Era uma minoria representativa e realmente de cor branca, porque não poderia impor esse dado de qualidade ao recenseador. Raros eram os estrangeiros que se estabeleciam na Penha. Vindos ao Brasil, com a precípua intenção de enriquecimento rápido e fácil, a freguesia da Penha não lhes oferecia, nessa época, oportunidade para quem aqui aportava com essa intenção, provando que o lugar de morada influiria no relacionamento do estrangeiro sem proteção.

Em meio, porém, a uma população de pescadores, habitava um dos representantes das maiores fortunas da Província e um dos mais representativos nomes do século XIX na Bahia: o Visconde da Torre. Estava arrolado no 16° quarteirão da freguesia da Penha, na lista eleitoral de 1851 como proprietário.[68] Sua residência era o Solar do Coronel, hoje desaparecido, de fachada ornamentada por estreitos arcos, dez ao todo, correspondentes as mesmas dez janelas fronteiras do casarão. A casa senhorial, sombreada pelas árvores frondosas, em meio a largo terreno de roça, seria residência urbana ou provisória do Visconde? Acreditamos que estando na cidade o Visconde se instalasse na Penha, e sua importância econômica e política para ali atraísse aqueles que desejavam estar com ele, o que, sem dúvida, dava destaque à freguesia.

Quadro 13. Quadro dos percentuais de população encontrados na freguesia da Penha em 1855, especificando: estado civil, qualidade e condição, conforme dados obtidos na pesquisa

COR	SEXO - ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEIRA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	3,75	12,06	0,27	16,08	3,49	12,06	1,07	16,62	32,70
PARDA	1,34	10,19	0,27	11,80	1,61	14,74	0,27	16,62	28,42
CRIOULA	—	6,43	0,27	6,70	—	10,19	0,27	10,46	17,16
CABRA	—	6,70	—	6,70	0,27	4,29	0,27	4,83	11,53
PRETA	—	2,68	—	2,68	—	6,97	0,54	7,51	10,19
TOTAL	5,09	38,06	0,81	43,96	5,37	48,25	2,42	56,04	100,00

COR	SEXO - CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	16,08	—	—	16,08	16,62	—	—	16,62	32,70
PARDA	11,26	—	0,54	11,80	16,62	—	—	16,62	28,42
CRIOULA	5,36	—	1 ,34	6,70	8,85	0,27	1 ,34	10,46	17,16
CABRA	6,16	—	0,54	6,70	4,83	—	—	4,83	11,53
PRETA	1,34	0,27	1 ,07	2,68	0,81	2,95	3,75	7,51	10,19
TOTAL	40,20	0,27	3,49	43,96	47,73	3,22	5,09	56,04	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO%			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	7,24	24,12	1,34	32,70	32,70	—	—	32,70
PARDA	2,95	24,93	0,54	28,42	27,88	—	0,54	28,42
CRIOULA	—	16,62	0154	17,16	14,21	0,27	2,68	17,16
CABRA	0,27	10,99	0,27	11,53'	10,99	—	0,54	11,53
PRETA	—	9,65	0,54	10,19	2,15	3,22	4,82	10,19
TOTAL	10,46	86,31	3,23	100,00	87,93	3,49	8,58	100,00

Quadro 14. Total geral percentual da população das freguesias

COR	SEXO - ESTADO CIVIL %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO	TOTAL	CASADA	SOLTEI RA	VIÚVA	TOTAL	
BRANCA	3,42	11,56	0,54	15,52	3,36	11,61	1,94	16,91	32,43
PARDA	1,05	8,21	0,18	9,44	1,20	13,09	0,79	15,08	24,52
CRIOULA	0,15	5,24	0,08	5,47	0,22	8,10	0,10	8,42	13,89
CABRA	0,01	1,94	0,04	1,99	0,06	2,34	0,10	2,50	4,49
PRETA	0,05	11,18	0,04	11,27	0,10	13,22	0,08	13,40	24,67
TOTAL	4,68	38,13	0,88	43,69	4,94	48,36	3,01	56,31	100,00

COR	SEXO - CONDIÇÃO %								TOTAL GERAL
	MASCULINO				FEMININO				
	LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	TOTAL	LIVRE	LIBERTA	ESCRAVA	TOTAL	
BRANCA	15,52	—	—	15,52	16,91	—	—	16,91	32,43
PARDA	8,59	0,06	0,79	9,44	14,12	0,24	0,72	15,08	24,52
CRIOULA	2,41	0,10	2,96	5,47	4,10	0,28	4,04	8,42	13,89
CABRA	1,24	0,03	0,72	1,99	1,82.	0,09	0,59	2,50	4,49
PRETA	1,62	1,00	8,65	11,27	2,59	1,82	8,99	13,40	24,67
TOTAL	29,38	1,19	13,12	43,69	39,54	2,43	14,34	56,31	100,00

COR	ESTADO CIVIL %			TOTAL	CONDIÇÃO %			TOTAL
	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO		LIVRE	LIBERTO	ESCRAVO	
BRANCA	6,78	23,17	2,48	32,43	32,43	—	—	32,43
PARDA	2,25	21,30	0,97	24,52	22,71	0,30	1,51	24,52
CRIOULA	0,37	13,34	0,18	13,89	6,51	0,38	7,00	13,89
CABRA	0,07	4,28	0,14	4,49	3,06	0,12	1,31	4,49
PRETA	0,15	24,40	0,12	24,67	4,21	2,82	17,64	24,67
TOTAL	9,62	86,49	3,89	100,00	68,92	3,62	27,46	100,00

Ao fecharmos o quadro do total geral de percentual da qualidade e estado da população de Salvador em 1855, não podemos furtar-nos do ensejo de elaborarmos algumas evidentes observações. As mulheres eram mais numerosas que os homens. As mulheres viúvas sobreviviam com maior freqüência aos esposos. A população solteira era expressiva, pelo fato de ser muito quantificada, existindo porém dentro da sua contagem as crianças e os escravos, os quais não se uniam pelo matrimônio. Somente foi reconhecido um exemplo de casal de escravos, nas listas do censo de 55.

Os índices de brancos são superiores àqueles das outras gamas de qualidade, inferiorizados apenas pelo total dos pardos, crioulos, cabras e pretos. Os pretos e os pardos vinham a seguir na percentagem da população e, depois, os crioulos. Os cabras eram os menos numerosos.

A população dita preta, quase na sua totalidade africana, não era escrava de forma abrangente. Tendo os pretos um percentual de 24,67%, os escravos representavam 17,64% e os libertos 2,82%, ficando um remanescente de 4,21 % de população preta livre.

Ser branco significava ser livre. Não foi computado nenhum branco escravo. Embora houvesse entre tantas nuances de cor, certamente algu-

ma parda de tom de pele tão apurado que oferecesse dúvidas à indicação do recenseador, mas que seria parda apenas pela sua condição de escrava. Sendo escrava não poderia jamais ser branca, mesmo que a gama de qualidade se apresentasse mais clara do que muitos dos brancos contados pelos inspetores de quarteirão.

Quadro 15. Quadro geral do percentual da população livre, liberta, escrava - Censo de 1855%

FREGUESIAS	LIVRES	LIBERTOS	ESCRAVOS
Sé	78, 87	2,29	18,84
Conceição da Praia	75,49	—	24,51
Santo Antonio	65,47	7,19	27,34
São Pedro	67,46	3,98	28,56
Passo	64,48	—	35,52
Pilar	64,29	3,24	32,47
Penha	87,93	3,49	8,58
MÉDIA GERAL PONDERADA	68,92	3,62	27,46

Quadro 16. Quadro geral do percentual da população branca, parda, crioula, cabra e preta - Censo de 1855%

FREGUES IAS	BRANCOS	PARDOS	CRIOULOS	CABRAS	PRETOS
Sé	34,37	28,77	8,09	5,33	23,44
Conceição da Praia	47,06	17,15	—	2,45	33,34
Santo Antonio	22,63	31,96	17,49	5,00	22,92
São Pedro	40,37	15,90	16,33	2,32	25,08
Passo	30,66	20,85	17,98	3,62	26,89
Pilar	30,61	25,4 3	12,05	4,63	27,28
Penha	32,70	28,42	17,16	11,53	10,19
MÉDIA GERAL PONDERADA	32,43	24,52	13,89	4,49	24,67

População livre, população escrava, população branca, população de cor

Ao avaliar-se a composição populacional de uma cidade como Salvador, com múltiplas facetas raciais, são de suma importância algumas verificações prioritárias sobre o contingente humano que se apresenta na coloração dos vários graus de mestiçagem. Verificaram-se as percentagens da qualidade, pretendendo saber-se através desse primeiro contato, os índices de população branca, da de cor, ou daquela que é livre, liberta ou escrava. Por tais elementos, teremos informações às quais não poderemos dar o significado de absolutamente seguras, devido a falhas da documentação, mas pelo menos serão bastante sugestivas. Ficaremos cientes do número de brancos, provavelmente elitistas, e aventaremos a ascensão social das gentes de cor, ocupando espaços em altas categorias, pela inexistência material de um maciço grupo de raça branca, ou mesmo medianamente branca, ou aparentemente branca. Por outro lado, vamos observar, gradativamente, um permanente aumento da população livre, em detrimento da escrava. E verificaremos o processo de mestiçagem das gerações, tendo um significado de ascensão social pela depuração da cor. São as hipóteses formuladas.

Se a cidade do Salvador não apresentava uma crescente urbanização e grande desenvolvimento populacional, na primeira metade do século XIX, existia nela, sem dúvida, uma intensa movimentação das populações das camadas inferiores, em direção à conquista de melhores posições nas categorias sociais mais elevadas. E é certo afirmar-se que existia muito mais intenso o desejo de ocupar um lugar de destaque em meio às elites de Salvador, entre aqueles situados nas camadas inferiores da população, do que entre os de mais alta categoria, que perdiam frequentemente essas posições. O que dá à cidade um contexto e estrutura social de extrema mobilidade, diluindo a estratificação dos grupos.

Embora houvesse todo esse processo de ascensão social, não existia, porém, entre os grupos de qualidade (pardos, crioulos, cabras, pretos) uma consciência de associação racial.[69] Não havia também o sentimento

de segregação racial. O pardo que adquirisse uma cor tão clara que pudesse passar por branco, desprezava de maneira convincente o seu anterior agrupamento de cor, passando a ser "mais branco" que os brancos. Com o crioulo que passasse por pardo, situações semelhantes ocorriam.

Verificamos na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, famílias de pardos nas quais os chefes patriarcais eram pessoas de profissões artesanais, mas cujos filhos não prosseguiam na mesma atividade dos pais eram classificados **estudantes** no censo nominativo[70] demonstrando a existência de um meio de ascensão social através da instrução, condizente com a camada mais elevada que pretendiam atingir. Esse futuro profissional liberal, se casado com mulher branca, daria uma geração que, provavelmente, se distanciaria do avô pardo, aquele que provera com o fruto do trabalho manual a educação do filho, proporcionando seu ingresso no mecanismo de ascenção social.

Investigando o percentual da população livre e população escrava, em recenseamentos de datas diversas temos o seguinte resultado:

Quadro 17. População livre, população escrava, libertos

	População Livre	População Escrava	(Libertos)
Censo de 1775[71]	58%	42%	—
Censo de 1855[72]	68,92%	27,46%	3,62%
Censo de 1870[73]	78,8%	21,2%	—
Censo de 1872[74]	88,4%	11,6%	—

A população escrava decrescia em número. Provavelmente, uma situação que somente tinha lugar em regiões urbanas e não rurais. Mas o processo de extinção da escravatura já se delineava pelos anseios da própria estrutura social, como o alertar da consciência do escravo em relação à injusta posição que ocupava na mais baixa camada de estrato social, e seus esforços para escapar a esse destino. Por outro lado, já se faziam sentir na cidade os efeitos das leis de extinção do tráfico.

Através do quadro do censo de 55, dos livres, libertos e escravos das freguesias, vemos que o maior número de escravos existia no Pilar, seguindo-se o Passo e São Pedro. Por outro lado, a Penha era que mais contava com pessoas livres, e sua percentagem de escravos é a menor entre as freguesias.

Se contássemos com os dados das freguesias da Vitória, Brotas e Santana, veríamos que a primeira teria grande número de escravos, aproximando-se de São Pedro; as duas últimas teriam uma composição social semelhante a Santo Antonio Além do Carmo, conquanto, na freguesia de Santana, não fossem tão numerosas as roças.

Explica-se o maior índice de escravos na freguesia do Pilar devido à existência ali de negócios dos portugueses ou brasileiros adotivos, que empregavam mão-de-obra escrava, ou mesmo pequenas fábricas, como, aliás, já foi exposto.

A surpresa da verificação é com a quantidade de escravos existentes no Passo, a qual só poderemos explicar aventando a existência, nessa freguesia, de famílias patriarcais de grande porte, pois ali não se praticava o comércio grossista, nem existiam incipientes fábricas que explorassem o trabalho servil não assalariado.

Quando se verifica o panorama da população branca e da população de cor, o aspecto é muito diverso:

Quadro 18. População branca e populaçõa de cor

	População branca	População de cor
Censo de 1775	30%	70%
Censo de 1855	32,43%	67,57%
Censo de 1872	30,9%	69,1%.

A insistência nos arredores de 30% de população branca e 70% de população de cor, vem ter confirmação através de Thales de Azevedo[75], quando aprecia dados de mortalidade da cidade do Salvador em percen-

tagem dos tipos étnicos: desde o ano de 1897 até o ano de 1938 a percentagem de brancos era entre 32 e 33%. Como explicar tal constância na percentagem de brancos? Vemos pelo quadro das disposições raciais das freguesias que, individualmente, o branco era em maior número que qualquer outro grupo racial, mas que esses de cor, reunidos, superavam em maioria os brancos.

Teria o Governo Provincial influído em alguma ação desagregadora de grupos que se formavam nas camadas sociais e raciais da população? A proibição de reuniões, de danças, de batuques, as posturas municipais multando e enfraquecendo economicamente a população negra e crioula, teriam tido essa intenção maior? Não é improvável. Certamente, através dos referidos artifícios é que a maioria de cor – não foi bem sucedida nas revoltas que iniciou contra as elites de Salvador. A falta de solidariedade interna dos grupos foi sempre incentivada pelo poder administrativo, o que, se por um lado ocasionou o malogro das revoltas, por outro lado criou uma das razões mais plausíveis e fortes para a miscigenação da população da cidade. Egressos de grupos urbanos encontravam na falta de solidariedade um fator de desagregação de qualquer tipo de conglomerado fosse esse social, racial ou econômico.

Mesmo entre os 30% de brancos, que representavam na verdade as elites dominantes, havia a interpenetração racial, pois figuravam naquele percentual os pardos-claros que detinham posição de mando. Felizmente a mobilidade social renovava, assim, essas elites, criando sempre a esperança fundamentada de uma ascensão dos grupos menos favorecidos.

Os escravos de raça preta-africana tinham poucas opções de ascensão social. Sua grata esperança era comprar uma carta de alforria, a qual, se lhe dava uma condicional liberdade, no seu comportamento, lhe trazia outros deveres para com a municipalidade. Os escravos alforriados ou os libertos eram olhados com desconfiança pelas outras camadas da população. Negros libertos ou forros eram sempre ligados à idéia de insubordinação ou de revolta.

Os libertos, homens e mulheres, eram sujeitos a uma taxa de 10$000 (dez mil réis) anuais.[76] Se no correr do tempo se endividassem para com a Fazenda Provincial, teriam a opção de pagar suas dívidas em três meses ou retirar-se do Império do Brasil, e não mais voltar.[77]

É evidente a preocupação com os forros. O que faria uma população, mesmo uma pequena minoria negra e livre a não ser conspirar contra os brancos, seus antigos senhores? Uma população que em parte mantinha uma atividade ocupacional, mas que também vivia pelas ruas perambulando? A inquietação dos governantes acerca dessa camada livre, recém-saida da escravidão, transformava-se em leis. Se denunciassem qualquer conspiração ou insubordinação dos seus companheiros libertos ou escravos, os forros não somente ficavam isentos do imposto de 10$000, como receberiam 100$000.[78] Ficou isento dos impostos provinciais o africano liberto Duarte Mendes,[79] em atenção "aos serviços por ele prestados por ocasião da insurreição de 1835". E a preta Sabina da Cruz,[80] nagô e liberta, também é isenta de impostos, mas somente em 1846, testemunha que fora das acusações contra os revoltosos malês.

Os forros que trabalhassem em fábricas de açúcar ou de algodão seriam isentos do pagamento do imposto, apresentando documentação e responsabilizando-se pela sua conduta o dono da fábrica, sendo necessário ter moradia conhecida, dentro mesmo do local do trabalho.[81]

O forro não tinha direito de alugar casas, nas quais eram proibidos de serem inquilinos aqueles que não tivessem autorização especial do juiz de paz. Para mercar, para carregar cadeiras, como para trabalhar em alvarengas, os forros pagavam impostos suplementares à municipalidade.[82]

Diante dessas proibições e contenções é de admirar que o negro liberto, além de alcançar amealhar os mil réis para pagar sua carta de alforria, ainda conseguisse economizar alguma quantia ou bens que deixavam explícitos em testamentos. Era muito clara a lei que dizia não ser permitido aos forros ter bens de raiz,[83] como muito claro ficou o desrespeito a essa lei, não somente em testamentos e inventários post-mortem, como também pelo arrolamento que deles fizeram em 1847.[84] Esse "mapa demonstrativo do número de africanos libertos", reclamava o cumprimento de uma lei provincial pela qual os africanos eram obrigados a registrar-se anualmente na polícia, para tirar seus títulos de residência, somente sendo, em 1844, alterado esse dispositivo legal.

Eram os libertos de 1847 em número de 2.508, sendo 993 homens e 1.515 mulheres. E, assim, eram distribuídos pelas freguesias.

Quadro 19. Quadro dos libertos em 1847

1847 - LIBERTOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
S. Salvador da Sé	148	208	356	14,2%
N. S. da Vitória	74	77	151	6%
N. S. da Conceição da Praia	90	128	218	8,7%
S. Antonio Além do Carmo	155	268	423	16,8%
São Pedro Velho	138	201	339	13,5%
Santana do Sacramento	126	177	303	12,1%
S.S. Sacramento Rua do Passo	86	137	223	8,9%
N.S. de Brotas	71	100	171	6,8%
S.S. Sacramento do Pilar	88	168	256	10,2%
N. S. da Penha	17	51	68	2,8%
TOTAL	993	1.515	2.508	

Sendo, em 1848, a população de Salvador avaliada em 54.652 habitantes, os libertos da cidade formavam um grupo minoritário da população: cerca de 4,6%. A profissão à qual mais se dedicavam era a de ganhador, que totalizava a número de 666 (26,5%), destacando-se aqueles que se encontravam nas freguesias da Pilar e de Santana, 125 na primeira, 116 na segunda. Através do mesmo mapa tomamos conhecimento de que esses africanos libertos possuíam mais de 600 escravos e mais de 50 propriedades, entre casas, roças e terrenos. A primeira propriedade, entretanto, a ser adquirida pelo forro era o escravo, o primeiro sinal de que havia alcançado um **status** mais elevado, podendo transferir para seu escravo aqueles trabalhos braçais que até então lhe eram atribuídos como obrigação.

Procurando conhecer as relações entre os alforriados ou libertos e os escravos que adquiriram após obter sua carta de liberdade, era de se presumir que havendo sido escravo e conhecidas as agruras dessa camada inferior da sociedade, teriam para com sua propriedade humana uma certa solidariedade; para com aqueles que ainda não haviam conseguido romper o jugo do cativeiro. Para nossa surpresa encontramos exemplos demonstrativos de que em absoluto o ex-escravo não se diferençava do senhor branco. Ao contrário. A ignorância talvez o levava a praticar requintes de crueldade para com aqueles infelizes irmãos de cor, revelando que ser "senhor" não importava na cor da pele, mas era um estado de consciência do poder

sabre a "coisa" que consideravam sua propriedade. Vítima de terríveis castigos era Rosa, preta, africana, nagô, da mesma nação que sua "senhora", Maria da Conceição Trezentos, que fazia na sua serva "as mais insolentes sevícias de judiarismo". A tal ponto que perdeu uma parte da "beiço superior", cortado que foi por sua senhora com uma faca de escamar peixe. Socorrida pelo juiz de Paz da Vitória, quando Maria da Conceição a levava em direção às Armações, para castigá-la livremente, já que fora denunciada pelos vizinhos, que não suportavam os gritos da escrava, Rosa apresentava um horroroso espetáculo de nudez, aferrolhado seu corpo pelas correntes e cepa, totalmente ferida e ultrajada[85].

Esses maltratos de escravos eram, todavia, já reprimidos, e dispositivos do Código Criminal[86], defendiam o escravo de correções que fossem além do rigor e chegassem à crueldade e à barbaridade. Defendidos foram não somente Rosa, cuja senhora cumpriu pena de prisão, como também o escravo de um francês de nome Auguste Claire, cruelmente morto pelo senhor a pancadas e açoites, sendo preso o francês nas cadeias da Relação. Claire morava em uma casa da rua de João Pereira, na freguesia de São Pedro, local onde fora morto Alexandre, escravo da nação nagô, encontrado em um quarto e próximo a ele os instrumentos do seu suplício: vários tipos de cordas e correias, e uma mordaça de pau que foi a causa da morte do preto, que jazia nu, morto por sufocação.[87]

Podemos facilmente imaginar uma Salvador do século passado, escura, iluminada apenas pela luz fraca de lampiões; em certas casas, senhores e senhoras aumentando em suas mentes mal formadas e prepotentes as faltas da seus escravos urbanos, maltratavam-nos, castigavam-nos. Os lamentos dos servos abafados ou pungentes e soturnos, ecoavam pelas ruas na escuridão. Tão desesperados ficavam que tentavam ou mesmo punham em prática o suicídio. Em parte por não existir para eles uma luz no seu caminho, em parte por vingança: privar o senhor de uma propriedade que ele considerava como parte de seus bens.

Geralmente aqueles que maltratavam escravos eram pessoas ignorantes e violentas, mas um caso houve em Santo Antônio Além do Carmo, durante o qual foi levantado um inquérito contra Manuel Belens de Lima por haver torturado seu escravo a ponto deste suicidar-se. Essa atitude

em relação a um importante senhor, já demonstrava um começo de proteção contra lamentável situação que se apresentava nas relações entre o senhor e o escravo.

De modo geral, embora alguns dos senhores fossem tão cruéis para com suas propriedades humanas, outros, entretanto, protegiam seus escravos. Entre, esses, aqueles que pertenciam às mais poderosas famílias de Salvador, que tinham mesmo uma consciência da importância que lhes conferia o poder dos seus "senhores" e comportavam-se de modo diferente dos escravos das pessoas mais humildes e pobres. Eram até arrogantes, tinham muitas regalias. Quando presos por alguma contravenção à lei, logo mencionavam o nome do seu "senhor", o que, por vezes, intimidava o autor da prisão.[88] Esses escravos das famílias importantes de Salvador, pelos altos cargos que ocupavam seus chefes paternalistas, ou pela força dos seus patrimônios, eram de uma altivez insuspeitada. Não respeitavam nem mesmo outros brancos, principalmente quando estes eram tratados na casa dos seus senhores com "displicência" e "pouco apreço" da mesma maneira os tratavam aqueles arrogantes escravos.

Certamente que a escravidão do homem pelo homem essa instituição degradante cujas nefastas conseqüências sempre se evidenciaram, era uma terrível situação, e com certeza a discriminação e o preconceito racial derivaram ainda da idéia do preto escravo, do preto como uma camada inferior, secularmente dominada. Mas existia também, no Brasil, outro tipo de servidão em condições quase tão graves quanto a dominação material do homem: era o escravo mental. Era o servilismo tanto entre os escravos, no sentido da sobrevivência material e física, como entre os senhores em relação aos seus superiores hierárquicos. Sentimos, através da documentação consultada, que o povo da cidade ainda não se havia conscientizado, mesmo depois da Independência, de que o Brasil era um país livre e a vassalagem em relação às autoridades da Província ainda se abrigava no coração e nos hábitos de muitos baianos. As denúncias que chegavam ao conhecimento dos juízes de paz, algumas eram realmente procedentes, outras apenas suspeições. Era sempre o receio, o medo da autoridade, fosse ela militar, religiosa ou administrativa. Mas, finalmen-

te, era um povo que havia passado 322 anos como colônia portuguesa, e estava praticamente começando com um país e uma nacionalidade recém-independentes.

Da parte das autoridades, ao mesmo tempo em que sentimos o esforço despendido para a organização do Império do Brasil, também observamos a insegurança nas atitudes dos governos provinciais da Bahia, como se estivessem tateando as forças sociais e econômicas da população, tomando medidas nem sempre definitivas, aceitando situações inapeláveis, como o caso da moeda falsa, por exemplo, e o combate, nem sempre bem sucedido, ao porte de armas entre as camadas inferiores da população. Os levantes de escravos do século XIX, e as idéias republicanas aqui presentes, eram realmente temidas pelos administradores, pois delas já haviam sofrido as conseqüencias. O roubo de escravos e sua conseqüente venda, assim como a fabricação de dinheiro falso, eram crimes combatidos, sem nenhuma esperança de ser contidos. Se existiam ladrões de escravos, é que haviam compradores de escravos roubados. Se fabricavam dinheiro falso, é que existiam aqueles que se encarregavam de passá-lo.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, nota-se a despeito das falhas da documentação, que os administradores da Província procuravam velar sobre a população de Salvador e proporcionar o seu bem-estar. Mandavam fazer listas de homens avaliando o seu comportamento. Interessavam-se em recuperar para um trabalho ocupacional aqueles indivíduos bêbados, vadios, arruaceiros, para tirá-las das vias públicas e levá-los a uma útil ocupação. A prostituição era combatida. Era preso o homem que fosse encontrado nas casas das mulheres de "má vida". Zelavam pela instrução pública. Procuravam com insistência contar os excepcionais: cegos, mudos, surdos. Interessavam-se pela saúde pública. Chegavam a fazer listas dos barbeiros-dentistas-sangradores e das aparadeiras ou parteiras, fundavam hospitais.

A população branca, na sua maioria, não na sua totalidade, evidentemente, pertencia à elite da cidade, evidenciando-se que nem todo branco pertencia à pequena camada privilegiada, mas a cor branca facilitava o seu ingresso em categorias mais altas do que àquelas em que haviam nascido.

Capitalizavam-se duas situações para uma almejada ascensão, visando-se alcançar o cume de pirâmide social: ser branco e ser rico. O branco sem bens materiais, ao adquirí-los, ou pelo seu próprio esforço ou por alianças matrimoniais bem sucedidas, poderia vir a ser de elite. Nesse seu caminho, para alcançar uma mais alta posição mais rapidamente, poderia sem prejudicar-se fazer uma concessão: unir-se pelo matrimônio a uma mulher parda e rica. O pardo, que chegasse a reunir grande fortuna por meio de sua intelectual atividade ou comercial, dar-se-ia ao luxo de casar com mulher branca e pobre. Como escreve Julius Naeher:

> Uma mocinha branca das melhores famílias não se casa é verdade com um negro, mas, em certas circunstâncias pode casar-se com um culto mulato; as relações matrimoniais, contudo, de um branco com uma mulata são muito comuns.[89]

Esses casamentos interraciais conduziam a população de Salvador à miscigenação cada vez mais acentuada, aparecendo um tipo difícil de ser classificado: o "branco" da Bahia. São elementos de caracteres raciais mais inclinados para brancos, gozando de privilegiada situação na sociedade, com árvores genealógicas traçadas pelos estudiosos locais, e que provavelmente em gerações passadas, contavam com antepassados mestiços. "Fiquei não pouco admirado de ver entre esses, os mais bizarros mestiços, desde os mulatos amarelos tosteados até o puro sangue português, estavam, nessa pequena sociedade, representando toda a gama da mestiçagem". "Acham-se entre esses peregrinos, dos quais encontramos alguns grupos, todas as raças de cuja mestiçagem entre si, não se podem facilmente, imaginar as íntimas relações que, no Brasil, um orgulhoso europeu, de pele branca, convive com os, para nós, horripilantes negros". Essas são passagens do observador Julius Naeher, quando de sua visita ao Brasil, mais especialmente à Bahia.[90]

Os brancos puros ou os estrangeiros, tanto portugueses como de outras nacionalidades, são classificados nos títulos de residência que tiravam na polícia, como "brancos alvos". Mesmo esses, depois de alguns anos de permanência nos trópicos, já adquiriam uma cor amarelada, perdiam o rosado das faces, tornavam-se mais pálidos.

Em Salvador, portanto, não se poderia jamais afirmar que tenha havido ou haja racismo ou segregação racial. Existe, sim, um disfarçado pre-

conceito racial, o mais estranho que se possa imaginar. Preconceito que surgiu entre os próprios mestiços na sua ânsia de ascensão social através das depurações de cor. Dois exemplos podemos citar, comprovando que para pertencer às elites deviam os baianos aparentar ser brancos: um mulato rico, unido pelo casamento a uma mulher estrangeira, pretendia passar por branco, mudando o timbre e a inflexão da voz, para convencer aos estranhos de sua estirpe européia.[91] Um outro mulato, também rico, ocupando elevada posição na sociedade era tão humilhado pela cor da pele, que chegou a descorá-la por efeitos de ácidos.[92] Esses elementos afastavam-se dos seus irmãos pardos, não somente para não contrair com eles vínculos de matrimônio, mas também se afastavam do seu convívio social, excluindo-os das festividades e comemorações em que pudessem ter ocasião a presença de representantes dessa camada racial.

Determinação da cor era observada nas listas de 1855, pois era determinada a **qualidade** do recenseado, o que em princípio já constituía uma discriminação. Nas listas de qualificação eleitoral não havia discriminação de cor, nem era essa mencionada, mas havia discriminação social, porque aqueles situados socialmente nos segmentos inferiores da sociedade não votavam, como os criados, os forros, os de baixa renda, os dependentes.

Vamos encontrar alguns sinais de segregação racial em Salvador tão somente nas irmandades religiosas. Não havendo na cidade separação de raças, as irmandades, que eram encaradas como associações de apoio social aos irmãos, eram locais de segregação racial, principalmente nas camadas mais altas da população, haja vista o compromisso da Santa Casa de Misericórdia, que somente hoje em dia tem sido desrespeitado. Mas finalmente que apoio social davam as irmandades religiosas aos habitantes da cidade, a não ser algum sentimento de importância que conferia ao indivíduo pertencente a esta ou aquela irmandade, e uma certeza para aqueles de cor escura de que teriam um sepultamento decente, acompanhado dos irmãos, dobres de sinos, missas encomendadas que fossem rezadas e a que os associados assistissem contritamente.

Em vida dos irmãos, a função social das irmandades ainda está para ser estudada. Discriminação social também observada nessas associações,

pois mesmo nas irmandades de pretos, os escravos não eram aceitos como participantes dessas associações, e quando recebidos como associados, não recebiam apoio material nos momentos necessários.

"A ajuda aos irmãos dependia sempre da forma como os mesmos haviam agido anteriormente", como especificava a Irmandade de São Domingos, que para atendê-los devia a Ordem observar:

"Qualidade e necessidade do irmão, e ao préstimo de que foi para a dita Ordem, e se pagou pontualmente aos seus anuais enquanto pôde".[93]

Distinções, o uso de roupas vistosas nos dias de festas, participação nas procissões dos seus santos padroeiros levando tochas acesas, desfilando pelas ruas da cidade, acusavam um sentimento de destaque e importância aos homens de cor. E às mulheres também, pois as irmandades ofereceram uma abertura feminista. Em uma sociedade em que a mulher era segregada, retirada e considerada inferior, eram, entretanto, aceitas nas irmandades, sendo portanto uma esperança de melhores dias em uma sociedade refratária ao elemento feminino.

Dos irmãos exigiam mais do que davam. Esmolas freqüentes e dotações testamentárias. As funções das irmandades, à primeira vista, tinham mais a ver com os cuidados e o luxo que envolviam os cultos religiosos, o zelo com que preparavam suas festas, as encomendas de mais outras imagens de santos.

Por intermédio das verificações procedidas podemos abordar entre componentes étnicos da população de Salvador o seu interrelacionamento racial e social, que se processava de certa forma através da ascensão, fundamentada na cor e na riqueza. Através dessas observações, poderemos chegar a mais uma hipótese sobre a estagnação de Salvador como cidade. A falta de solidariedade dos grupos não oferecia uma base estrutural para o desenvolvimento maior de Salvador, em qualquer sentido, fosse social, fosse econômico. Assim, uma sociedade fragmentada, sem vínculos fortes de união de grupos, foi presa fácil em mãos dos estrangeiros que aqui vieram com mero intuito mercantilista; ou do próprio mercado estrangeiro, comandando a economia de fora para dentro, com graves danos para sua capitalização e desenvolvimento autóctone.

Notas

[1] Lei provincial n. 112, de 9 de março de 1840.

[2] ARQUEB. S.H. Polícia-Relação dos fogos e habitantes da freguesia de São Pedro -1835, cx. 2.070, maço 5.685. Mencionado por AZEVEDO Thales - *Povoamento da Cidade do Salvador,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasiliana, v. 281, 1955 p. 243. O total de fogos dessa freguesia era de 2.079, de almas 5.394. Dos nascidos no Brasil: homens livres 1.082, escravos 188; mulheres livres 2.257, escravas 178. Dos estrangeiros homens 193, mulheres 183. Dos africanos: homens libertos 64, escravos 474; mulheres libertas 181, escravas 594. O resumo vem assinado pelo vigário da freguesia de São Pedro.

[3] ARQUEB. S.H. 'Série Juizes de Paz, maço 2.690, consulta do juiz de paz da freguesia de Santana, datada de 1842, ao Presidente da Província sobre a dúvida que havia em computar no todo da população da sua freguesia, as pessoas que habitavam no Convento de Santa Clara do Desterro.

[4] MAGALHÃES, João José de Moura-*Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no 1.° de março de 1848.* Bahia, Tip. João Alves Portela, 1848, p. 24.

[5] WETHERELL, *op. cit*. p. 98-99.

[6] WANDERLEY, João Maurício - *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no 1.° de março de 1855.* Bahia, Tip. de A. Olavo de França Guerra e Comp. 1855. p. 33-34.

[7] A.H.U. Carta do Arcebispo D. José Botelho de Matos. Doc. n. 2.010.

[8] ACCIOLl DE CERQUEIRA E SILVA, Inácio - *op. cit*. v. V, p. 370-376

[9] ARQUEB. S.H. Cartas do Senado a Sua Majestade, 1746-1822.

[10] CALDAS, José Antônio, *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia...* Ed. fac-similar. Bahia, Tipografia Beneditina Ltda, 1951.p.65

[11] COSTA, P. Avelino de Jesus. *População da cidade da Bahia* em 1775, in: Atas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Coimbra, 1965, p. 191-274, seis estampas. Nessas estampas de números 2 e 3, o recenseamento de Manuel da Cunha Megeses.

[12] *Idem*, *Idem*. p. 273 - Carta de Manuel da Cunha Meneses.

[13] *Idem*, *Idem*. estampa n. 2.

[14] *Idem*, *Idem*.

[15] *Idem*, *Idem*. p. 273

[16] ACCIOLl DE CERQUEIRA E SILVA, Inácio - *Memórias Históricas e Políticas da Bahia,* v. 111, p. 83

[17] VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas. Bahia,* Imprensa Oficial do Estado, 1921. Livro 2. Quadro entre as páginas 676-677.

[18] Gráfico baseado nos seguintes censos e avalíações: 1706 - AHU Carta do Arcebispo, doc. 2010 R. 6 freguesias Fogos: 4.226 Almas: 21.601

1755 - AHU idem como fontes

R. 9 freguesias

Fogos: 6.719

Almas: 37.513

1757 - Manuel de Oliveira Mendes

R. 9 freguesias

Fogos: 6.817

Almas: 37.323

1757 - Recenseamento Eclasiástico Accioli v. V, p. 370-376

R. 9 freguesias

Fogos: incompletos

Almas: 34.422

1759 - Recenseamento do Conde dos Arcos nas "Instruções para o Marquês de Valença", Accioli V, p. 343 R. 9 freguesias

Fogos: 6.782

Almas: 40.263

1759 - Recenseamento de José Antonio Caldas, *Notícia Geral desta Cidade* 6.63

R. 9 freguesias

Fogos: 6.752

Almas: 40.263

1768 - Recenseamento Eclesiástico mencionado por Manuel da Cunha Meneses Atas I, Coimbra, p. 191-274 R. 10 freguesias

Fogos: 7.345

Almas: 33.635

1775 - Recenseamento de Manuel da Cunha Meneses AHU. Doc. 8750

R. 10 freguesias

Fogos: 7.080

Almas: 40.922

1780 - AHU C.A. 30, Doc. n. 10.319, Recenseamento do Marquês de Valença.

R. 10 freguesias

Fogos: 6.617

Almas: 39.941-

1799 – Vilhena v. II – quadro p. 480-481

R. 10 freguesias

Fogos: 7.080

Almas: 40.912

1848 – *Fala do Presidente da Província João José de Moura Magalhães,* Bahia, Tip. João Alves Portela, 1848, p. 24

R. 10 freguesias

Fogos:

Almas: 54.652

1855 – *Fala do Presidente da Província João Maurício Wanderley,* Bahia, Tip. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, mapa em anexo n. 31

R. 10 freguesias

Fogos: 8.309

Almas: 56.000

1870 – Presidência da Província – Recenseamento, Arqueb – maço 1.602.

R.

Fogos:

Almas: 77.686

1872 – Recenseamento Oficial em *A Província da Bahia,* de Manoel Jesuino Ferreira, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875, p.32

R. 11 freguesias

Fogos: 15.115

Almas: 108.137

[19] É de 1851 a "Nova divisão dos quarteirões da subdelegacia do. Curato da Sé":

1° – Toda a rua direita das Portas do Carmo até sair do terreiro.

2° – Largo do Pelourinho, Maciel de Baixo até a esquina que desce para São Miguel.

3° – Beco do Mota, ladeira do Ferrão, Maciel de Cima até sair em São Domingos.

4° – Toda a Ladeira de São Miguel, rua deste, até a divisão com a freguesia de Santana.

5° – Beco do Açouguinho em seguimento ao Maciel de Baixo continuar por este até sair no Cruzeiro de São Francisco.

6° – Toda a rua da Laranjeira e do Hospital da Ordem 3." de São Francisco descendo por essa até a divisão com a freguesia de Santana.

7° – Ladeira da Ordem 3." de São Francisco até sair no Convento e Largo deste de um e outro lado até a casa do Visconde da Torre.

8° – Ladeira de São Francisco das Verônicas até a loja do sobrado da viúva Dormund.

9° – Rua do Bispo até o Palácio do Arcebispo.

10° – Largo do Terreiro, rua Direita do Colégio até chegar a casa queimada onde fai o cartório do Miranda.

11° –: Rua da Oração a sair a rua do Tijolo, Ladeira do Saldanha a sair a ladeira de São Francisco.

12° – Beco do Seminário, Rua dos Ossos, Beco dos Campelos até o sobrado fronteiro ao Palácio do Arcebispo.

13° – Rua do Paço de José Pires, voltando a Rua do Saldanha até a esquina da casa pegada ao sobrado do Saldanha.

14° – Rua Direita da Misericórdia, principiando da esquina da Casa de Moeda e voltando pela igreja da Sé a Rua de D. José, até a esquina da Ladeira do Saboeiro.

15° – Ladeira do Tijolo até a esquina da Ladeira que sobe para a Rua da Oração.

16° – Todo o caminho novo até a casa de Luís Pereira.

17° – Toda a Ladeira da Praça principiando da Loja do Frêxo até Guadalupe, onde divide com a freguêsia de Santana.

18° – Toda a Rua do Saboeiro, ladeira que sobe para o Saldanha e a que vai para a roça dos Carvoeiros.

19° – Largo da Praça, a saber, Casa da Câmara, Palácio, Relação, Casa da Moeda, escadinha da Relação, a Ladeira da Misericórdia até dividir com a freguesia de N.S. da Conceição da Praia.

20° – Toda a Rua Direita do Palácio até o Teatro.

21° – Rua de N.S. da Ajuda, Ladeira do Aljube até sair atrás da Sé.

22° – Rua do Pão de Ló até a do Ximenes.

23° – Ladeira do Galvão, Vassouras, Tira-Chapéu, Valongo, Escadinha do Vidal, resto da ladeira detrás do Palácio até o Pau da Bandeira.

24° – Rua dos Carvoeiros, até a esquina da Praça, todo o beco do Chagas e deste até sair a ladeira do Guadalupe.

25° – Da esquina do beco Chegar na Rua dos Capitães até o beco de Santa Clara, beco do Galeão, Rua dos Capitães até a botica do Aduce.

26° – Escadinha de d. Maria Pires em seguimento ao Brocó até extremar com a freguesia de São Pedro, na rua do Curriachito até a quitanda de São Bento.

ARQUEB S.H. – Presidência da Província – Polícia – Caixa n° 2.316.

Os quarteirões da Sé recolhidos por nós do censo de 1855 são os sequintes:

ARQUEB. S.H. Apendice da Presidência da Província – Cx. 5.006 – 8° quarteirão, 20° quarteirão, 21 ° quarteirão, 22° quarteirão e 23° quarteirão

[20] Os quarteirões da Sé: 8.°,20°,21°,22°,23°.

[21] MAXIMILIANO DA ÁUSTRIA (Ferdinand Joseph Maximilian von Oesterreich), Esboço de Viagem. Bahia 1861, Impresso como manuscrito, Viena, Tipografia Nacional e da Corte, 1861 (Título Original: *Relse Sklzzen*) Bahia 1860. Wien, 1861 Trad. Antonieta da Silva Carvalho (prof. adj. da UFBa) Revisão: Carmem da Silva Medeiro;; (prof. adj. da UFBa). Versão datilografada. 328p.

[22] *Almanaque administrativo mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1855.* Bahia: Tip. de Camilo de Lelis Masson & Cia, 1854, e o *Almanaque Administrativo e industrial da Bahia para o ano de 1857.* Bahia: Tip. de Camilo de Lelis Masson & Cia, 1857.

[23] ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário, maço 2.783

[24] Lista de fogos da freguesia da Vitória; esses 2.017 fogos provavelmente estavam também localizados fora da área urbana da cidade.

[25] WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa... no 1 o de março de 1855.* Bahia: Tip. de A. Olavo da França Guerra e Cia. 1855. Quadro 31.

[26] Tivemos conhecimento desse fato através de descendentes de pessoa que frequentou os célebres "salões" do Dr. Souto, que habitava na estrada da Vitória. Iam além os "disse que me disse" da época: que o pai do Visconde do Barral era o próprio dr. Souto.

[27] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Subdelegados, cX.79

[28] ARQUEB. S.J. *Inventário de Querino Antônio.* maço 1.492 doc. 1

[29] *Almanaques* administrativos mercantis e industriais de 1854 e 1857, *op. cit*.

[30] Mapa dos comerciantes matriculados pelo Tribunal do Comércio da Bahia. ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Secção Judiciário, maço 2.182.

[31] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

[32] As considerações acerca da Conceição da Praia foram também retiradas dos *Almanaques* supra citados.

[33] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

[34] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Polícia - caixa 2.316

[35] A.M.S. (Arquivo Municipal) Termos de Vistorias e Alinhamentos de 1854-1855.

[36] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Recenseamento - maço 1.602.

[37] Os quarteirões de Santo Antônio Além do Carmo:

Quarteirão 13 - Arqueb. S.H. - Presidência da Província - Governo - Qualificação - maço 2.815.

Quarteirão 15 Arqueb. S.H. - Governo - Recenseamento, maço 1.605.

Quarteirão 16 - Arqueb. S.H. - Presidência da Província - Governo - Qualificação, maço 2.815.

Quarteirão 18 - Arqueb. S.H. - Presidência da Província - Recenseamento, maço 1.602.

Quarteirão 23 -Arqueb. S.H. - Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço f602.

Quarteirão 34 - Arqueb. S.H. - Governo -Recenseamento, maço 1.602.

[38] Os elementos colhidos para a freguesia de São Pedro foram em parte dos *Almanaques* mencionados, em parte dos quarteirões de São Pedro:Quarteirão 1 - Arqueb. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

Quarteirão 11 - Arqueb. S.H: Recenseamento - A.PR. cx. 5.006

Quarteirão 12 - Arqueb. S.H. *Idem*, *Idem*.

Quarteirão 14 - Arqueb. S.H. *Idem*, *Idem*.

Quarteirão 15 - Arqueb. S.H. Presidência da Província - Estatística, maço 1.549.

Quarteirão 17 - Arqueb. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

Quarteirão 18 - Arqueb. S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.815.

Quarteirão 20 - Arqueb. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

Quarteirão 22 - Arqueb, S.H. *Idem*, *Idem*.

[39] Para a freguêsia de Santana contamos com as fontes:

Lista de qualificação eleitoral- Arqueb - Presidência da Província -Judiciário -Qualificação -1848 - maço 2.825.

[40] ARQUEB. S.J. Livro de Notas dos Tabeliões n°5 fls 152 v.

[41] ARQUEB S.H. Ordens Régias, v. 32, doc. 45A

[42] OTT, Carlos. *Atividade Artística nas Igrejas do Pilar e de Santana da Cidade do Salvador, Bahia,* Publicações da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBa, 1979, p.164.

[43] ARQUEB S.H. Presidência da Província - Religião - Vigários, cx. 1.939, maço 5.213.

[44] ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judíciário - Qualificação - 1848, maço 2.825.

[45] Almanaques supra citados.

[46] ARQUEB. S.H. Saúde - Epidemias.

[47] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Qualificação, maço 1.602.

[48] Os quarteirões da freguesia do Passo são: 3°, 4°, 6°- ARQUEB, Presidência da Província - Governo - Recenseamento-1855, maço 1.602.

[49] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Subdelegados - cx: 2.320.

[50] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Governo - Qualificação, maço 2.814.

[51] ARQUEB. S. H. A - PR cx. 5.002

[52] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602. Esse resultado difere do total publicado do recenseamento de 1872 em apenas 12 habitantes.

Para o censo de 1872 foi consultado:

Ferreira, Manuel Jesuino. *A Província da Bahia, apontamentos.* Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875, p. 32-39.

[53] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Polícia, maço 2.325

[54] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Governo - Câmara de Salvador, cx. 594, março 1.401.

"Na freguesia de Brotas servirá de limites para o mesmo fim todo o terreno que vai pela estrada do Matatu desde a casa de Tomás de Sousa Paranhos inclusive, até a cidade; e na estrada de Brotas desde a casa da Boa Vista inclusive, em direção ao mesmo ponto da cidade".

[55] ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.825.

ARQUEB. S. H. Presidência da Província - Qualificação, maço 2.821.

[56] Era o juiz de paz Antônio Gomes de Abreu Guimarães.

[57] ARQUEB. S. H. Presidência da Província, Juízes de Paz, cx. 1.047

[58] ARQUEB. S.H. Presidência da Província, *Idem*, *Idem*.

[59] ARQUEB. S.H. *Idem*, *Idem*.

[60] ARQUEB. S.H. *Idem*, *Idem*.

[61] ARQUEB. S.H. *Idem*, *Idem*.

[62] ARQUEB. S.H. Registro Eclesiástico de Terras: Freguesia de Brotas.

[63] ARQUEB. S.H. Quarteirões do Pilar:

Presidência da Província - Recenseamento, cx. 5.006

Presidência da Província - Governo, Recenseamento, maç.o. 1.602.

Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.808

Lista de qualificação eleitoral da freguesia do Pilar

Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.814.

[64] Foram identificados pequenos mapas dos quarteirôes do Pilar, assinados pelos inspetores dos quarteirões dessa freguesia:

Em 1849 eram assim identificados os quarteirões do Pilar:

1° - Rua do Comércio, Praça do Comércio, Rua do Julião, Beco da Carne Seca, Beco Central.

3° - Rua Direita do Cais Dourado, parte do Cais, Beco do Cais Dourado.

4° - Rua do Cais Dourado, Rua Direita do Pilar.

5° - Rua Direitado Pilar. Esse quarteirão tinha no seu âmbito a igreja do Pilar, o Trapiche Barnabé, o Hospício do Pilar.

6° - Rua do Xixi.

7° - Rua Direita dos Coqueiros.

8° - Rua Direita da SSma. Trindade, onde estava situado o Quartel de Água de Meninos.

9° - Ladeira da Soledade e Água de Meninos.

11° - Rua de São Francisco de Paula.

12.° - Rua da Munganga.

13° - Rua Direita do Noviciado em frente a Jequitaia.

14° - Rua da Mangueira e um beco da mesma rua.

15° - Rua do Bom Gosto.

16° - Rua do Bom Gosto, compreendendo a Casa da Correção e a Fábrica de Tecidos de Domingos Gomes Ferreira, no Engenho da Conceição.

17° - Beco da rua da Vala para a rua do Imperador - Rio do Pântano.

18° - Rua da Mangueira, beco da fortaleza da Jequitaia, rua da Vala.

20° - Rua da Calçada.

21° - Rua da Calçada.

Este levantamento foi feito para dar contas das condições de higiene da freguesia do Pilar. ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Polícia - Subdelegados, caixa 79.

[65] ARQUEB - Presidência da Província - Juizes de Paz, caixa 1.051, maço 2.688.

[66] ARQUEB - Presidência da Província - Juízes de Paz caixa 1.047, maço 2.680.

[67] ARQUEB. S.H. - Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

[68] ARQUEB - Presidência da Província - Qualificação - freguesia da Penha 1851; maço 2.822.

[69] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raizes do Brasil.* 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1977, p. 22.

[70] *Idem*, *Idem*. p. 28.

[71] COSTA, Avelíno de Jesus. *op. cit*. quadros.

[72] Quadro do presente trabalho às fls.

[73] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Governo - Recenseamento, maço 1.602.

[74] FERREIRA, Manoel Jesuino. *A Provincia da Bahia, apontamentos.* Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1873. p. 32-33.

[75] AZEVEDO, Thales. *Elites de Cor:* Estudo de ascenção social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955, p. 52.

[76] Lei n. 9, de 13 de maio de 1835, art. 8.

[77] Lei n. 420 de 7 de junho de 1851, art. 7.

[78] Lei n. 9 de 13 de maio de 1835, art. 9.

[79] Lei n. 344 de 5 de agosto de 1848, art. 7.

[80] Lei n. 405 de 2 de agosto de 1850, art. 7.

[81] *Idem*, *Idem*., requisitos da Lei.

[82] *Idem*, *Idem*., art. 18.

[83] *Idem*, *Idem*., art. 17.

[84] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Polícia - CX. 5.004.

[85] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Juizes de Paz, cx. 1.048, maço 2.682.

[86] Lei de 26 de outubro de 1831, previstas as condenações nos artigos 280 e 202 do Código Criminal.

[87] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Juízes de Paz, cx. 1.048, maço 2.682.

[88] ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Judiciário -Juizes de Paz, cx. 1.051, maço 2.688 "Quando me apareceram logo me intimaram que vinham da parte do Visconde de Pirajá"...

[89] NAEHER, Julius - *Terra e Gente da Provincia Brasileira da Bahia* (mimeografada a tradução) - Leipzig, 1881. Tradução de Deoclécio Leite de. Macedo. Introdução e notas de Pedro Calmon, p. 121.

[90] *Idem*, *Idem*., p. 121, p. 112.

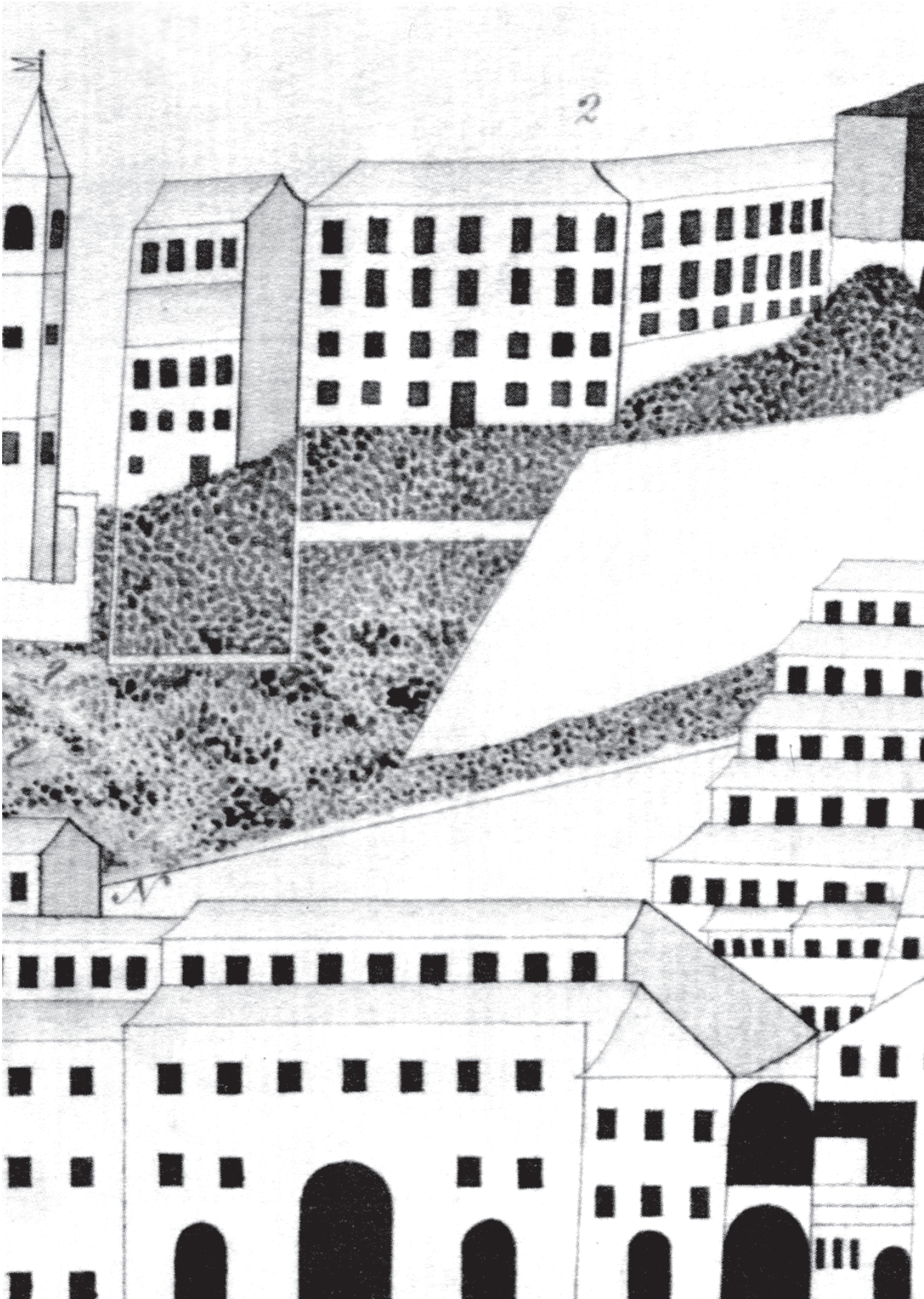
[91] OLIVEIRA, Dr. J. B. de Sá. *Evolução Psiquica dos Baianos,* Bahia, Tipografia Baiana, 1898, p. 21.

[92] *Idem*, *Idem*. p. 21.

[93] MARTINEZ, Socorro Targino. *Ordens Terceiras: Ideologia e arquitetura.* Dissertação para mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1979, p. 120.

Capítulo III

O universo familiar, a profissionalização

2

O universo familiar

Como sempre, o primeiro e mais importante tipo de associação natural que aparece na sociedade é a família. A ligação do homem e da mulher e a proteção à prole, até que esta, provavelmente, constitua novas famílias, é uma união baseada em interesses recíprocos e ajuda mútua; mas o elo afetivo que une as famílias subsiste, às vezes, à separação material, espacial, tornando-se o mais forte dos vínculos. Menos otimista nos informa George Duby:[1] "Na realidade, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam".

Há que se considerar a sociedade como uma realidade que tem vida; como tal, sujeita a transformações, modificações. Sendo organismo vivo, a sociedade, composta de seres com inteligência e consciência, tem um pensamento coletivo, originando tendências, reflexões e ações semelhantes de grupos e segmentos em suas manifestações de toda ordem. A sociedade brasileira exibe sua especificidade, embora estando em constante conflito e mobilidade, não são muito freqüentes nela a observação de grandes movimentos de mudanças conjunturais ou mesmo estruturais.

Essas mudanças se deram muito lentamente. Na sociedade brasileira do século XIX, por exemplo, era predominante a base familiar, levando-se em conta também a existência do vínculo familiar, sem o registro eclesiástico do casamento religioso, reconhecido pelo poder civil. No entanto, nos países europeus a instituição familiar era mais estruturada do que nas sociedades em formação, como a brasileiro-baiana.

A família, com o passar do tempo, tornou-se naturalmente monogâmica, fortalecida por injunções místicas e da preservação de bens através de gerações, embora sempre fosse a monogamia masculina mais aparente do que real. A família ocidental e patriarcal, segundo a tradição do século XIX, implantou-se no Brasil através do colonizador português.

Família pressupõe casamento. Os primeiros casamentos observados na Bahia, foram aqueles celebrados pelo capelão da armada de Martim Afonso de Sousa na igreja da Vitória, próxima ao povoado do náufrago português Diogo Álvares. Suas duas filhas, nascidas da índia Catarina, casaram-se com portugueses: Madalena com Afonso Rodrigues e Felipa com Paulo Rodrigues Adorno.

Durante o Governo Geral era grande a falta de mulheres, não somente as brancas, como também as de cor. Viviam os portugueses freqüentemente em escandalosa mancebia, e os padres da Companhia, para amenizar tais pecados, batizavam as índias amaziadas, com o intuito de suavizar as severas faltas cometidas.[2]

Em 1551, vieram nove órfãs de origem honrada para casarem com os portugueses da colônia, dando-se-lhes, através de ofícios públicos, um dote esponsalício. Assim aconteceu com mais nove aqui chegadas na época de Duarte da Costa. Formaram essas órfãs os núcleos familiares mais antigos, mencionados por Jaboatão no **Catálogo Genealógico.** Citando uma donzela que entrava para freira, dizia Jaboatão: “Bisneta de Catarina Lobo, uma das irmãs que mandou a Rainha D. Catarina em 1552”.[3]

Já em 1663, em carta do Conselho Ultramarino, encontra-se o seguinte: “Que a 2ª razão é que aquele Estado (o Brasil) é muito fecundo em partos femininos, como se vê que estão as casas cheias de filhas a quatro e cinco e é o maior número em cada família, sem haver em muitas delas um só filho...”.[4] Nessa data, portanto, era muito diferente a situa-

ção da raridade de mulheres, e, muito ao contrário, segundo também as informações do Senado da Câmara para o Conselho, as mulheres já eram mais numerosas que os homens.

Em 1775 estabelecia-se o número: os homens eram 8.403, as mulheres 10.537, e a população escrava 14.695, perfazendo o total populacional de 33.635.[5]

Nas percentagens que levantamos do recenseamento de 1855, a população masculina era de 43.69% e a feminina de 56.31%.

A família paternalista do século XIX

Na Europa do século XI e XII, iniciou-se a indivisão do patrimônio dos cônjuges. Este costume embora atenuado no século XIII, não retirou do pai de família a autoridade que se fortaleceu pelo direito da primogenitura. A partir do século XIV a mulher continua perdendo seus direitos dentro da família; o domínio do marido e pai cada vez se torna maior, ela e os filhos sempre a ele submissos.

No Brasil, copiou-se o modelo português. Para a indivisão dos patrimônios familiares, criou-se o morgado, que eram bens vinculados aos filhos mais velhos, o que seria um direito de elite, a conservação da nobreza de uma família através de uma grande herança. O costume de, na escritura esponsalícia, nos **Livros de Notas dos Tabeliões** do século XVIII, dotar-se o noivo com os bens da noiva, dava ao pai de família completa autoridade não somente sobre sua esposa, como também sobre seus bens e seus filhos.

A sociedade da Bahia no século XIX dizia-se patriarcal, e na verdade encontramos uma série de lares polinucleares, aqueles em que o filho ou a filha casavam, mas continuavam tão ligados à autoridade paterna ou sem bens para se proverem, que moram no mesmo lar, participando da mesma mesa.

Entretanto é necessário que se faça, de logo, uma primeira distinção entre as famílias brasileiras patriarcais do século XIX: a rural e a urbana. Aquela mais arcaica, de um patriarcalismo indiscutível, rude, primitivo.

Não havia como fugir das intransigências do chefe do clã familiar. Nas cidades, porém, já se matizava a autoridade do patriarca, que começava a ser posta em dúvida, discutida, disfarçadamente, quando não abertamente solapada, mas em grupos minoritários. O patriarcalismo urbano já se encaminhava para uma autoridade nuançada, atenuada, em oposição aos rigores do patriarcado rural, sufocante.

Sendo a sociedade brasileira urbana uma congregação complexa de grande variedade de elementos conflitantes nas relações sociais básicas, é certo que esses elementos vão dificultar o aparecimento mais freqüente da família em todos os segmentos sociais, mais especialmente entre aqueles estratos inferiores.

Quando se evoca a existência das famílias dos antepassados pelos habitantes de Salvador dos dias de hoje, são relembradas apenas as famílias numerosas, com muitos filhos, parentes pobres, tutelados, um verdadeiro aparato formando um grupo familiar em extensão, ocupando materialmente grandes casas assobradadas, algumas até de três andares. Esse conceito firmado na lembrança daqueles que rememoram os ancestrais é, entretanto, representativo apenas de uma minoria na cidade.

Mesmo não representando numericamente a grande maioria na sociedade de Salvador, a família nessa cidade, formalmente constituída como organização social e econômica que era, é das estruturas mais importantes para um estudo aprofundado, sobretudo porque, até quase a última década do século XIX, ainda contava com um elemento, pouco comum às famílias ocidentais em geral. Era a presença do escravo. Esse elemento servil, que era parte da família extensiva, forma um dos aspectos mais interessantes nesse estudo. Fonte de riquezas ou de rendas para uns, fonte de preocupações ou desapontamentos para outros, os escravos podiam causar, pelas suas atitudes de passividade, resistência, agressividade ou espírito de colaboração, ações muito influentes para o enquadramento das famílias em diversos segmentos sociais. Além disso, veio do escravo negro da África a origem dos entrelaçamentos inter-raciais que se multiplicaram em Salvador.

Cada sociedade pode conter, no seu âmbito, um conceito de família que assim se distingue:

1 - Família Nuclear - constituída do pai, da mãe e dos filhos.

2 - Família Extensiva - a família constituída dos pais, filhos, netos e demais pessoas - parentes, agregados, escravos.

Na sociedade de Salvador do século XIX, observava-se na família extensiva um grande número de elementos representativos de segmentos inferiores, em permanente contato com aqueles de categorias superiores, demonstrando basicamente a existência de uma certa fluidez nas estruturas familiares. Como poderemos explicar esse íntimo contato dentro das mesmas casas, em convívio diário e continuado, a não ser pelas grandes influências culturais exercidas mutuamente entre os segmentos superiores e inferiores da sociedade de Salvador? É certo que as distâncias entre as categorias sociais se faziam mais presentes no meio rural que no urbano. Os diversos segmentos sociais da cidade tiveram mais oportunidades de exercer influências culturais uns aos outros, que no campo, onde apenas escravos escolhidos e separados dos trabalhadores braçais tinham acesso aos senhores. Na cidade, em alguns casos, verifica-se a presença da imposição dos mais fracos aos mais fortes socialmente, rendendo-se estes a uma vontade mais constante, firme e decidida, daqueles que **serviam**, mas que se sabiam indispensáveis à vida familiar do século XIX. Uma situação somente observada no meio urbano, jamais no rural. Os abusos se verificavam, a autoridade paternalista se diluia. Os escravos, muitas vezes, nem dormiam em casa dos senhores. E muitos desmandos eram cometidos, enfraquecendo o poder do senhor urbano. Dentro dos membros da própria família, já existiam elementos que desafiavam o poder do patriarca.

Vemos, por exemplo, no testamento de Francisco Adães Vilas Boas,[6] rico comerciante, estabelecido com negócios de ferragens que por duas vezes demonstrava, no texto, o enfraquecimento do poder patriarcal dos chefes de família da cidade. Sua filha Carolina Otávia casara-se contra sua vontade com Manuel Frederico Chiappe, havendo o comerciante tentado contra ela uma ação para deserdá-la, considerada procedente pelos Tribunais, mas havendo sido reabilitada pelo testamento. Um outro filho, de nome Francisco, escapava ao controle paterno, levantando dívidas a “duríssimas condições”, e figurando de “medianeiro” para o casamento

de outra filha de Adães, recebendo favores do pretenso noivo. Por fim, ao discutir com o pai, alterou-se de tal maneira que atentou contra sua vida.

A mulher, a esposa, a escrava, a cria, já usavam de subterfúgios para atenuar o autoritarismo do esposo, do senhor. A posição da mulher era muito curiosa: disfarçadamente mandava, sem parecer estar mandando, participava da administração dos negócios do marido, sem que este percebesse; a família muitas vezes obedecia a ela, talvez mais do que ao chefe paternalista. Sem alardes, a mulher usava as armas da insinuação, da perseverança, do trabalho diário e contínuo, da constância dos seus objetivos, que eram as únicas que lhes restavam, já que não era aparentemente voz ativa na família.

Senhoras idosas e sem compromissos familiares podiam afeiçoar-se a uma das suas crias, filha de suas escravas, acabando por lhe proteger distintamente, dando-lhe carta de alforria e até lhe concedendo certos bens. Essa cria à qual nos referimos foi educada com extremos cuidados, e casada por sua senhora com um homem de sua qualidade, isto é, um pardo. Entretanto, Rita seduziu ou foi seduzida por um comerciante português, de nome Inocêncio José da Costa, ao qual chamavam de "Cebola", e, de conivência, assassinaram o marido de Rita e casaram secretamente. Afirma Brás do Amaral que Rita Cebola, como era chamada a parda, era intermediária dos negócios que seu marido Inocêncio fazia com o Des. Câmara, por meio de presentes que a mulata proporcionava à esposa do magistrado.[7] Usava desmedido luxo, esperdiçava riquezas. Rita Cebola exercia imenso poder sobre o comerciante. As pessoas que precisavam dos seus favores eram induzidas a lhe presentearem de modo soberbo.

Reproduzimos aqui a descrição do aparato com que se revestia uma romaria de Rita Cebola ao Bonfim.[8] No dia dessa promessa, a rua de sua morada amanhecia envolta em odores ativos e agradáveis, que vinham através de espessas fumaças aromáticas. As janelas e portas logo se enchiam de pessoas, que dali esperavam ver a mulata sair da casa luxuosa do comerciante português. Ia ela acompanhada de três grupos de lacaias, constando cada um de dez mulheres. As do primeiro grupo eram brancas, alugadas por alto preço ("brancas sem brio" segundo o comentário do observador da época); as do segundo grupo eram pardas e as do terceiro pretas gêges. Em seguida aparecia a figura de Rita, ornada com luxo e magnificência;

vestido de seda bordado a ouro e a pérola, sapatos bordados, toucado riquíssimo. As lacaias brancas usavam também ricos vestidos de seda. As pardas e as gêges que eram escravas, usavam o pitoresco traje das negras baianas: saia, camisa bordada e beca, todas muito luxuosas.

Esse exemplo citado vem comprovar que, até mesmo uma mulher parda, nascida escrava, poderia atenuar o poder patriarcal, subindo momentaneamente a escala social, usando para essa mudança táticas e recursos milenares, exclusivamente femininos.

Ainda sobre a transformação ocorrida no comportamento das mulheres no século XIX, da esposa submissa ao marido, a autoridade do pai representando segundo a Igreja o poder de Deus, podemos afirmar que no século XIX já existiam resistências à obediência desses preceitos. A própria Igreja já condenava e denunciava os excessos do poder do cônjuge. Encontramos exemplificação dessas mudanças no libelo de divórcio de Teodora Inês Peçanha Martins, Condessa de Pedroso de Albuquerque, filha do Visconde de São Lourenço. Se bem que apoiada no prestígio familiar e político dos Martins, a poderosa e orgulhosa Teodora obteve o divórcio, que, na realidade, era apenas o desquite do Conde de Pedroso de Albuquerque, acusando-o de abandono do lar, libidinagem e de manter um "serralho" no seu Engenho Capimirim, em Santo Amaro. Apesar de registrar todas essas acusações no processo, ainda conseguiu do Conde uma partilha amigável de bens, herdando do sogro Antônio Pedroso de Albuquerque, comendador e traficante, valiosas propriedades. Anos após interditou o próprio filho, e impediu-o de deixar legado a duas filhas ilegítimas, aliás, adulterinas. Teodora Martins foi no século XIX o exemplo da mulher independente, voluntariosa, fazendo valer seus direitos de modo cruel, mas respeitável.[9]

A população casada, solteira, viúva

Realizando-se um levantamento geral da amostragem, à qual tivemos de que nos conformar, pela absoluta inexistência de fontes completas do recenseamento de 1855, conseguimos identificar 7.334 habitantes

da cidade, que representam, praticamente, 13% do total de sua população. Destes, poderemos indicar as percentagens dos casados, solteiros e viúvos. Nesse quadro, apuramos que a proporção de casados era nitidamente inferior à de solteiros. Mas apenas essa indicação de casados e solteiros evidentemente é falha, pois entre os últimos estão os menores de idade que não podiam casar, e os escravos que tinham filhos e não casavam. Sobre o casamento de escravos, a doutrina não confirmava a prática. Segundo a Igreja e as Constituições do Arcebispado, os escravos podiam "receber-se em matrimônio". Requeria-se que fossem nascidos no país e, sendo africanos, que soubessem a doutrina cristã e que entendessem a obrigação do santo matrimônio. Se assim não fosse, os párocos não os casariam. Como também, mesmo havendo suspeita de que escravos africanos fossem anteriormente casados em sua terra, na sua religião, poderiam unir-se em matrimônio cristão, dispensando-os a Igreja ao casamento anterior.[10]

Na prática, não foi encontrado nenhum escravo casado. Foram identificados alguns casais ilegítimos, em que a mulher, a mãe dos filhos naturais, era uma escrava, mas foram casos esporádicos.

Quadro 19. Quadro de Percentual dos Casados, Solteiros, Viúvos

FREGUESIAS	TOTAL DE HABITANTES	CASADOS	SOLTEIROS	VIÚVOS
Freguesia da Sé	1.088	8,35	86,97	4,68
Freguesia da Conceição da Praia	206	6,37	90,20	3,43
Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1.361	8,08	88,55	3,37
Freguesia de São Pedro Velho	1.635	11,50	84,29	4,21
Freguesia do Passo	662	8,91	87,77	3,32
Freguesia do Pilar	2.009	10,21	85,91	3,88
Freguesia da Penha	373	10,46	86,31	3,23
MÉDIA GERAL	7.334	9,12	87,15	3,73

O número de solteiros da cidade em 1855, haja vista a constância desse por todas as sete freguesias identificadas, era em média 80%, mais exatamente 87,15% de solteiros, 9,12% de casados e 3,73% de viúvos.

À primeira vista, parece pequena a incidência de casados, se bem que existissem muitos núcleos familiares ilegítimos que estariam em meio aos solteiros. Dos 9,12% que apuramos, 6,63% eram de brancos, 2,03% de pardos, 0,25% de crioulos, 0,08% de cabras e 0,13% de pretos. A maioria dos casados era de brancos, dado esse que vem aventar a possibilidade de que as uniões familiares legítimas eram de característica elitista. Seriam realmente esses brancos casados, altamente colocados nas categorias sociais da cidade? É de notar-se porém que existiam, declaradamente, habitantes casados de outros matizes de cor, especialmente os pardos, como também os crioulos, e uns poucos cabras e pretos.

Tomando a proposição que nos parece nesse momento verídica, de que as uniões matrimoniais declaradas sucediam mais nas camadas de elite da cidade, vemos que São Pedro comparece com a maior percentagem de casados. O que, aliás, está acorde com o pressuposto de que São Pedro, em 1855, era uma das mais importantes e elitistas das dez freguesias. O Pilar, que vem a seguir, era morada de altos comerciantes portugueses, da burguesia da cidade, revelando a veracidade de que as uniões matrimoniais eram realizadas também por injunções econômicas. Na freguesia da Penha, entretanto, existe uma falha na contagem. Muitas mulheres se diziam casadas, assim como os homens, e, na realidade, os seus cônjuges não compareciam como habitantes da mesma casa. A Penha era uma freguesia pobre, cuja característica era ter o maior índice de livres, o que provavelmente favorecia a inclinação para o matrimônio, ou uniões ilegítimas.

Os casamentos sucediam com mais frequência entre as famílias mais bem dotadas financeiramente, ou mais bem colocadas em altos níveis sociais, se bem que famílias pobres, livres e libertas também fossem unidas pelo casamento. A incidência dos pretos casados era pequena, maior entretanto que a dos cabras.

Os chefes dos fogos

Tomamos como ponto de referência, para a constatação da existência dos "chefes de família", o primeiro nome que aparece nos fogos distintos da

lista nominativa de 1855. Alguns deles são realmente de chefes de família, pela condição paternalista que apresentam: casados, logo em seguida aparecendo o nome de "sua mulher", os filhos, os agregados, os escravos. Outros, entretanto, que não apresentam essas declarações, foram também considerados como tal, apenas por terem seus nomes em primeiro lugar na descrição dos habitantes dos fogos. Essas percentagens já são mais realistas que do primeiro quadro de casados, solteiros e viúvos. Os casados representam 27,5%, os solteiros 59,1%, os viúvos 13,4%. Os livres 92,1%, os libertos 7,8% e os escravos 0,1%: esclarece-se que a percentagem de escravos não é uma afirmação de que fossem formalmente casados, mas que apenas figuravam em primeiro lugar na apresentação de um fogo. Os brancos eram 48,3%, os pardos 28,4%, os crioulos 8,2%, os cabras 3,1% e os pretos 12,0%.

Verificando-se que os brancos vêm representar, individualmente, quase a metade dos chefes de família, somos levados mais uma vez à verificação momentânea de que haveria sempre uma tendência a grande valorização de brancos como etnia individual ou como um ponto de referência no ápice da pirâmide social. Os brancos, apesar de numericamente inferiores ao conjunto de outras categorias raciais, evidentemente dominavam a cidade, até mesmo na contagem dos chefes de família.

Seria a percentagem de 48,3% de chefes brancos afirmativa de que a cidade, do ponto de vista familiar, fosse elitista? **Ser Branco** era como viemos afirmando um dos almejados "status", a serem alcançados, especialmente pelos pardos disfarçados. Os 28,4% de pardos confessados e o pequeno índice de crioulos e cabras, vem dar maior significado à presença dos pretos como chefes de família, ou dos fogos. Seus 12,0% eram os representantes da massa anônima que se congregava entre as pessoas dos mais baixos segmentos sociais, sem dúvida com pequenas exceções.

As famílias e os agrupamentos familiares

Na intenção de estudar mais profundamente a infra-estrutura familiar de Salvador, faríamos uma primeira distinção elementar dos agrupamentos que existiam pelos fogos:

1 - Família legítima
2 - Família ilegítima
3 - Viúvos ou Viúvas
4 - Mães solteiras
5 - Remanescentes de famílias (irmãos, irmãs, parentes)
6 - Pessoas unidas pela profissão
7 - Pessoas sós, ou pessoas sós com escravos e agregados
8 - Pessoas unidas pela mesma raça, por serem libertos, outros em casas de pensão, em quartos alugados, e as casas de tolerância.

Além das famílias legítimas, as famílias ilegítimas continham todos os elementos do núcleo familiar. Embora esses últimos não fossem abençoados pela Igreja, constituiam um vínculo: neles existiam pai, mãe, geralmente filhos, e outros elementos considerados como a família em extensão, os agregados, os escravos. Nos outros tipos de fogos aqui mencionados, faltavam sempre pessoas imprescindíveis à existência do núcleo, que se poderia constituir em uma família. Entre os viúvos, o pai ou a mãe. Entre as mães solteiras, o chefe paternalista estava ausente ou semi-ausente. Os restantes eram simples aglomerações sem nenhum sentido familiar, a não ser, de certa forma, os remanescentes de famílias.

Encontramos nessas aglomerações o grupo mais problemático e conflitante. Nele talvez estivesse toda a camada inferior da sociedade, inconformada com o *status quo*. Agrupamentos. Certo que juntos, por alguma razão. Talvez porque fossem libertos, talvez porque tivessem o mesmo ofício, talvez porque fossem vagamente aparentados, ou fossem da mesma raça, mas juntos, sem formar famílias. Sem a presença de pais, mães, filhos. Eram adultos, homens e mulheres, unidos por alguma razão que a observação dos documentos, às vezes, não revela. Deviam ser essas aglomerações o fermento social da cidade. Seria de onde surgiriam as revoltas, as inconformidades, as intolerâncias, como também o medo, a necessidade de proteção.

Para identificação e contagem desses tipos diferentes de grupos, teremos que mergulhar ainda mais na documentação, para dela serem retiradas as informações.

Muitos outros tipos de abordagens ou hipóteses, para o estudo das estruturas familiares de Salvador, têm seu fundamento em várias indagações.

O número de escravos que possui uma família, a pouca incidência, ou a ausência deles. O grande número de escravos em uma família em extensão, seria sempre significativo de que essa pertencesse a uma categoria superior? Que significado havia quanto ao número de agregados existente em meio à família? E o prolongamento destes quando se verifica a existência de elementos ligados ao agregado, como esposa e filhos?

A observação das estruturas familiares não será, é óbvio, obrigatoriamente uma apreciação apenas das famílias de segmentos superiores da sociedade, embora haja a suspeita de que a família em Salvador tenha tido cunho geral elitista. Mas deverão ser apreciadas pelo seu grande significado social as famílias de categorias médias e inferiores.

O problema do relacionamento racial dentro dos vínculos familiares parece-nos digno de melhor desenvolvimento nessas observações, no sentido de melhor compreensão. Sendo o chefe da família, ou do grupo, homem preto ou crioulo, havendo agregados, pardos ou brancos, como apreciar o relacionamento do inferior sob o ponto de vista racial, porque mais escuro de pele, tendo dele dependentes pessoas "superiores" nesse aspecto? Que tipo de vínculo existia entre um chefe preto-liberto vivendo só com sua escrava crioula ou parda. De senhor para escrava? De homem para mulher?

Existiria alguma espécie de segregação familiar, fosse racial, fosse social, nas diversas freguesias, nos inúmeros quarteirões? Alguma rua se distinguiria por abrigar pessoas de uma mesma raça, ou exclusiva de categorias superiores ou inferiores da sociedade? Difícil seria estabelecer a existência de uma segregação racial, social, sobretudo entre os segmentos superiores dessa sociedade, pois que, podendo ser os núcleos familiares brancos de elite, nas mesmas casas conviviam pessoas de diferentes raças e categorias sociais, como os escravos e os agregados.

Quando o senhor estrangeiro, por faltar-lhe a responsabilidade e não querer repartir sua herança com brasileiros, mesmo assim se unia à mulher escrava e dela tinha filhos, "por fragilidade humana", teriam algum direito ou **status** esses descendentes ilegítimos?

Nos casamentos ou uniões ilegítimas inter-raciais de brancos com pretos ou pardos, ou crioulos com pretos ou pardos e cabras, em múltiplas combinações de raças, que existiam na matizada população de Salvador, qual a qualidade que prevalecia nos filhos dos casais inter-raciais?

Como encarar ou qualificar uma estrutura familiar de trabalho? Toda uma família empenhada em ofícios de um ramo artesanal definido, como, por exemplo: o chefe da família alfaiate, a mulher e as filhas costureiras, o filho alfaiate aprendiz?

Quanto à motivação que nos leva a indagar se existiria na cidade algum ponto onde fosse observado algum indício de segregação racial ou social, temos uma resposta na cuidadosa observação de uma parte dos documentos. Em um quarteirão da freguesia do Pilar, o n. 20.°, situado na Calçada do Bonfim,[11] foram encontrados, na totalidade dos núcleos familiares, sinais evidentes de que praticamente pertenciam a elevado segmento social e eram compostos de pessoas brancas.

Nesse quarteirão, as casas eram divididas por dois becos, e os moradores, há muitos anos, costumavam trazer sempre limpas, tanto as ruas como as testadas de suas casas, obedecendo a preceitos higiênicos; apenas em um terreno baldio existia água da chuva estagnada.

Muitas casas desse quarteirão n. 20, do Pilar, estavam vazias. Ali existiam: açougue, venda, telheiro. Mas naquele espaço material, habitavam famílias abastadas. Dez dos chefes de família indicavam sua profissão: eram negociantes. Outros definiam-se como doutor em medicina, retratista, boticário, empregado público, e dois não mencionavam ofícios. Além do que, dois dos chefes de família eram mulheres. Existiam, portanto, 18 fogos no quarteirão. Embora fossem 39 casas, a maioria apresentava-se desocupada. Dos 16 chefes de famílias, 10 eram portugueses, quatro baianos, 1 italiano e 1 prussiano. Das mulheres chefes de família, 1 era portuguesa e 1 prussiana, ambas viúvas.

Do tamanho dos fogos, conforme o número de pessoas que ali habitavam, temos as seguintes informações: fogos com 1 único habitante, dois. O de Francisco Behrens, de profissão negócio; e de Amâncio Mendes de Oliveira, de profissão retratista. Fogos com cinco habitantes: D. Carolina Damansson, viúva prussiana, com uma filha; José Maria Peres,

homem viúvo, com duas irmãs; e Francisco Rodrigues Nunes, retratista, com mulher, um filho e dois agregados pretos. Com seis habitantes: o negociante José Rodrigues Guimarães, com sua mulher, uma filha, dois caixeiros e um escravo. Com nove habitantes: D. Benito Derezano, italiano, com esposa, dois filhos, 1 agregado e 4 escravos, sendo 2 crias e 2 do serviço doméstico. Com 10 habitantes: Antônio Bernardo Pereira de Carvalho, viúvo com uma filha e 8 escravos do serviço doméstico. Com 13 habitantes: o negociante Ricardo Silvério de Carvalho, com mulher, três filhos e oito escravos; assim como Antônio Pereira Lisboa, com sua mulher, três filhos e oito escravos, entre estes duas crias. Com 15 habitantes: Antônio Gomes dos Santos, sua mulher, uma filha, 10 escravos, dois deles crias; e o negociante Manuel José dos Reis, viúvo, dois filhos, uma agregada e 11 escravos, quatro crias entre esses. Com 17 habitantes no lar, vivia o negociante estrangeiro matriculado no Tribunal do Comércio, de nome Bernardo Dias Lima, com sua mulher, cinco filhos e dez escravos pretos, assim como distintamente entre estes uma cria parda com o nome do senhor. Eram 19 os habitantes do lar do Dr. em Medicina Tito Adrião Rebelo, também mencionado no **Almanaque de 1854**; seu núcleo familiar era muito reduzido, somente sua mulher, pois não tinha filhos, vivia com o casal uma sobrinha da esposa, dezesseis escravos, dois com ofício, e entre esses quatro crias. Domingos José Antônio Rebelo era empregado público, em lar de 20 pessoas, com sua mulher, dois filhos, uma tutelada, uma agregada preta, 11 escravos do chefe de família e três escravos da tutelada, entre estes uma cria. Eram 22 pessoas que habitavam o fogo do negociante estrangeiro matriculado Jacinto Fernandes da Costa. Vivia esse negociante com sua mulher, três filhos, dois agregados e 15 escravos, ditos do serviço doméstico. Os 26 habitantes do fogo que tinha como chefe D. Maria Inácia de Jesus Neto possuía certas peculiaridades. Como afirma Flandrin,[12] as autoridades civis ou religiosas às vezes designavam como chefe da família um indivíduo na realidade submisso a um outro membro do fogo. É o caso de D. Maria Inácia, já de idade avançada, e que embora senhora de 14 escravos, entre esses uma cria, vivia, com o filho ou genro, em sua casa, com sua mulher e seis escravos do serviço doméstico. Faziam ainda parte da família ex-

tensiva dois pretos livres e uma agregada parda, menor. O último fogo composto de 28 pessoas era do negociante Vitorino do Amaral Botelho, com sua mulher, três filhos, seis parentes, uma parda livre, dois caixeiros e quinze escravos, um deles cria.

Diante do que foi exposto, ficamos sabendo que casais com um filho existiam cinco, com dois filhos, três, com três filhos, quatro, e com cinco filhos, somente um. Pelo menos nesse quarteirão, cujos habitantes na maioria, pertenciam à burguesia da cidade, a família não se evidenciava com prole numerosa.

Trinta e quatro filhos de todas as idades e 18 crias escravas, além de umas poucas pardas menores e agregadas, fazem da nova geração do quarteirão do Pilar um pequeno número, percentual muito baixo daqueles que iriam dar origem a novos habitantes: 34,2%.

O número de escravos não era proporcional ao número de filhos. O doutor em Medicina Tito Adrião Rebelo, Diretor do Hospital de Monte-Serrat, e sem filhos, possuía 16 escravos, somente dois poderiam ser de ganho, com os ofícios de carpina e pedreiro, os demais eram do serviço doméstico.

O maior número de escravos estava localizado em residência onde não era completo o núcleo familiar. A mencionada chefe de família viúva de nacionalidade portuguesa: D. Maria Inácia de Jesus Neto, cujo filho ou genro, casado, se dedicava aos negócios.

Arrolada nessa residência a presença de uma agregada de cinco anos, Marcolina, parda e livre, o que fez suspeitar ser ela filha do cabeça do casal e de alguma das escravas. Três dos 22 escravos eram auxiliares nos negócios; os restantes, do serviço doméstico.

Duas famílias de origem estrangeira não tinham muitos escravos. O italiano D. Benito Derezano ou Derizano, de 32 anos, casado com a baiana de 23 anos, Brasília Derizano, com dois filhos, Jacinto e Benito, de 2 e 3 anos, tinham em casa uma agregada cabra e quatro escravos, na realidade apenas duas africanas, porque os outros dois eram crias, de cinco e sete anos; D. Carolina Darmansson, de 60 anos, viúva prussiana com sua filha solteira, também Carolina, de 28 anos, tinha duas escravas africanas e uma cria de 6 anos.

Não somente a nacionalidade, mas a profissão, determinava o menor número de escravos por motivos econômicos obviamente. Tal sucedia com o retratista Francisco Rodrigues Nunes, de 24 anos, casado com D. Carolina Bezerra Nunes, com um filho de um ano e duas escravas. Enquanto o funcionário público, Domingos José Antonio Rabelo, de 36 anos, casado com Maria Valença Rabelo, de 34 anos, com dois filhos homens, de dez e treze anos, e uma tutelada de doze, possuía 11 escravos do serviço doméstico, e a tutelada Maria Augusta Carolina Guedes mais quatro, o que perfazia um total de vinte pessoas na casa. Os empregados públicos não pertenciam em absoluto à categoria das pessoas de modestas posses da cidade, pois pertenciam aos clãs familiares que haviam sido provavelmente abastados. O cargo de empregado público era aparente ou oficial. Na verdade, viviam de algumas "rendas particulares, ou, como os médicos, tinham apoio de propriedades rurais da família, como denota a família em extensão de Domingos Rabelo.

No sobrado 85 habitava um viúvo de 54 anos, com dois filhos solteiros: um rapaz de 22 anos e uma moça de 18. Era ali agregada uma D. Eufêmia Maria da Conceição, de 30 anos, solteira, parda e livre, que sem eufemismos deveria prestar alguma livre e espontânea colaboração para o bem-estar do viúvo, e ainda, deveria comandar os 11 escravos de sua casa, entre os quais quatro crias.

Em sobrado vizinho, de número 83, dois fogos existiam de viúvos portugueses: José Maria Peres, de 72 anos, e Antônio Bernardo Pereira Carvalho, de 65 anos. O primeiro habitava com duas irmãs em avançada idade e um casal de escravos. O segundo com uma filha de 20 anos, solteira, e oito escravos.

Nesse mesmo quarteirão 20° do Pilar, habitava Frederico Behrens, de 28 anos, prussiano e solteiro, absolutamente só, e dedicado aos negócios, assim como o baiano Amâncio Mendes de Oliveira, de 26 anos, branco, solteiro, boticário.

A concentração nesse quarteirão n. 20 do Pilar, de famílias de cor branca e de alto nível de rendas, é uma constatação que se evidencia no seguinte quadro:

Quadro 20. Chefes de Familia do Quarteirão 20° do Pilar

HOMENS					MULHERES				
Brancos	Pardos	Crioulos	Cabras	Pretos	Brancas	Pardas	Crioulas	Cabras	Pretas
16	—	—	—	—	2	—	—	—	—
HOMENS BRANCOS					**MULHERES BRANCAS**				
Casados	Solteiros	Viúvos			Casadas	Solteiras	Viúvas		
11	3	2			—	—	2		
NACIONALIDADE					**NACIONALIDADE**				
Portugueses	Baianos	Italianos	Prussianos		Portuguesas	Baianas	Italianas	Prussianas	
10	4	1	1		1	—	—	1	

Era pois, sem nenhuma dúvida, o quarteirão 20° do Pilar aquele onde se poderiam observar núcleos familiares em convergência racial e social. Entretanto, a presença do elemento servil e pessoas de cor, convivendo com os núcleos familiares, não leva à conclusão de que o quarteirão fosse de brancos, porque ali se observam como brancos 18 homens, 14 mulheres, 34 filhos, os parentes agregados: 1 irmão, 2 irmãs, 1 sobrinha, 1 tutelada, 4 caixeiros portugueses, num total de 73 pessoas. Enquanto, por outro lado, vamos encontrar 9 agregados de cor e 143 escravos, perfazendo um total de 152 pessoas de cor. No quarteirão que podemos afirmar ser de elite social, devido à presença dos escravos, vamos percentuar 31,5% de brancos e 68,5% de pessoas de cor, sendo 64,4% de escravos e 35,6% de livres.

É esse um exemplo típico do aspecto social e racial da cidade. Os núcleos familiares de brancos (mesmo um negociante ali arrolado com morada temporária, não fez exceção: era português, casado com mulher branca, sem filhos – Francisco Godinho, (aliás um dos homens de negócios mais importantes da praça da Bahia) misturavam-se nas mesmas residências com pessoas de cor, que lhes serviam ou lhes proporcionavam rendas, em contato próximo diário.

Concentração, também, de estrangeiros porque, dos 16 chefes de família, 12 são estrangeiros, apenas 4 são baianos. Concentração de ho-

mens ricos, como denota o percentual de 64,4% de escravos, a maioria do serviço doméstico, demonstrando que não tinham necessidade de alugar os escravos para renda. Dos estrangeiros, a maioria de portugueses, o que vem confirmar a anterior afirmação de que os mais sólidos comerciantes portugueses viviam no Pilar, àquela época.

Era o 20° quarteirão do Pilar, convergência portanto de brancos, altamente colocados nos segmentos sociais da cidade, mas jamais segregação de brancos porque eles já não dispensavam o serviço dos de cor, típica maneira de viver das colônias, fossem portuguesas, inglesas, holandesas ou francesas. O clima desfavorável, o trabalho entregue aos serviçais pretos ou mestiços, uma vida material que se acentuava, quanto mais se adiantava o século, e as desconfianças acerca do poder espiritual, tomavam corpo e se desenvolviam. Corrompiam-se as famílias, relaxavam-se os costumes. Se tal situação era observada entre as famílias de elite, bem se pode imaginar o que sucedia entre as dos inferiores segmentos sociais.

O estudo da família e das organizações familiares que dividiremos em grupos toma por base essencialmente o núcleo da família.

Os núcleos familiares e os agrupamentos por fogos

Realizamos um levantamento para a determinação do percentual das famílias legítimas, ilegítimas, de viúvos ou viúvas, de mães solteiras. Como, também, os remanescentes de famílias, irmãos ou parentes; vivendo sob o mesmo teto. Consideramos ainda outros mais unidos pela profissão e as pessoas sós, ou aquelas que, sozinhas, tinham escravos e agregados; ou mesmo as que moravam nos mesmos fogos por outras razões: por serem pessoas da mesma raça, por serem libertos, por serem hóspedes de pensões, ou viverem em casas de tolerância, todos porém indicando ou indiciando situações próprias da estrutura social de então.

Com essas verificações, poderemos chegar a conclusões bastante elucidativas: os grupos divididos e apurados. Vê-se, por exemplo, que a maior percentagem recai na família legítima, com um total geral de 24,04%. Resultado, porém, unilateral. A freguesia que contava maior número de

famílias legítimas era São Pedro, o que vem mais uma vez fortalecer a convicção de que ela era naquela época uma das freguesias elitistas da cidade. São Pedro conta 29,68% de famílias legítimas e apenas 9,19% de famílias ilegítimas, 17,67% de viúvos/as, 10,25% de mães solteiras, 2,83% de remanescentes de famílias, 3,53% de pessoas unidas pela profissão, 15,54% de pessoas sós: ou fossem absolutamente sós ou com escravos e agregados, e de 11,31 % de aglomerações, pessoas unidas por outras razões, entre elas a identidade étnica.

Em relação às famílias legítimas, depois de São Pedro é o Pilar que vem comparecer com maior número delas: 29,47%, logo em seguida o Passo, com 25,66%. Os novos números distinguem sempre essa freguesia, também considerada de elite em 1855. Santo Antônio Além do Carmo é a seguinte, com 22,50%; a Sé logo após, com 16,37%, a Conceição da Praia e a Penha com 13,64% cada uma. Melhor explanação está no quadro abaixo:

Quadro 21. As Freguesias
Comparações das familias legitimas, ilegitimas, viúvos, viúvas, mães solteiras remanescentes de famílias, juntos pela profissão, pessoas sós ou sós com escravos, reunidos por outras razões. Média ponderada.

FREGUESIAS	Famílias Legit.	Famílias ilegit.	Viúvos ou Viúvas	Mães Solteiras	Remanesc. de Familias	Juntos pela Profissão	Pessoas Sós ou c/ Escravos	Reunidos p/outras razões	T. de Hab. encontrados	T. Geral. dos Agrupam.
Sé	16,37	11,50	14,16	13,72	3,99	6,64	24,77	8,85	1.088	226
Conceição da Praia	13,64	6,82	11,36	9,09	2,27	25,00	18,18	13,64	206	44
Santo Antônio	22,50	17,50	13,50	10,50	5,50	5,00	12,00	13,50	1.361	200
São Pedro	29,68	9,19	17,67	10,25	2,83	3,53	15,54	11,31	1.635	283
Passo	25,66	9,73	15,93	10,62	9,73	1,77	18,59	7,97	662	113
Pilar	29,47	14,90	13,58	9,27	2,65	8,28	13,57	8,28	2.009	302
Penha	13,64	28,41	11,36	15,91	3,41	6,82	13,63	6,82	373	88
MÉDIA	24,04	13,62	14,56	11,07	4,08	6,30	16,37	9,96	7.334	1.252

Três tipos de agrupamentos: famílias legítimas, famílias ilegítimas e mães solteiras vêm ser o que podemos afirmar o universo dinâmico sob o ponto de vista populacional da cidade. Tinham possibilidade de uma atuação de forças, sob o ponto de vista demográfico e social, proporcio-

nando de certo modo combinações raciais ou étnicas variadas, possibilitando o surgimento dos tipos mestiços sempre em procura da ascensão social. Esses três grupos significavam 48,8% da população encontrada em 1855. Os restantes 51,2% eram compostos de viúvos/as, restos de famílias, pessoas juntas pela profissão etc., constituindo um grupo estático, sem possibilidade de grandes mudanças; raramente poderia ocorrer o aparecimento de uma nova geração em meio ao grupo estático da cidade. Se bem que este grupo pudesse contribuir para uma atividade econômica artesanal e que em raras ocasiões surgissem dentro dele ligações efêmeras e sem duração, que possibilitariam o aparecimento de elementos de sua descendência.

Poderíamos também especular sobre os grupos de famílias legítimas junto com os de viúvos/as, que significavam 38,8%, e compará-los aos grupos de famílias ilegítimas, unidos aos das mães solteiras que correspondiam a 24,7%. Essas percentagens vêm dar uma nova visão da constituição familiar de Salvador que, por ser uma cidade de pessoas em maioria pobres, era um pressuposto de que ali imperassem as uniões ilegítimas, o que na verdade não foi comprovado.

Possibilidades de caldeamento racial, ou miscigenação, eram mais observadas em meio às famílias ilegítimas e mães solteiras.

A família legítima

A família legítima começava pelo casamento. A legislação portuguesa havia, em 1784, no reinado de D. Maria,[13] determinado que, em face dos graves abusos que se praticavam nos contratos esponsalícios e por não haver leis que os regulassem, era necessária uma providência. Os casamentos se faziam pela vontade dos noivos, às vezes por impulsos de paixões desordenadas. Casavam por promessas, pactos e convenções clandestinas, nascendo por isso as obrigações matrimoniais, já em meio ao vício e à desordem; sendo, sem dúvida, a causa primordial de escândalos que perturbavam a paz das famílias. A Igreja havia previsto, no Concílio

de Trento, que os casamentos se contraíssem publicamente, com solenidade de preferência do primeiro domingo do Advento até a Epifania, se fossem realizados em casa do noivo e levada a noiva à casa do noivo com acompanhamento, realizando-se um banquete.

Porém, em nenhum tempo do ano seria proibido celebrar-se o matrimônio na própria igreja, em presença do pároco, ou de outro sacerdote com licença sua. As promessas formalizadas seriam os matrimônios registrados nos livros apropriados. Esse era o casamento pelas leis canônicas.[14]

O casamento religioso era reconhecido pelo poder civil, mas o regulamento das leis do Império previa para a realização dos esponsais uma escritura pública lavrada pelos tabeliães, assinada pelos contraentes e pelos seus pais ou tutores. Por exemplo, no contrato esponsalício declarado no livro das escrituras dos tabeliães de notas:[15] "Escritura de contrato antenupcial de dote que fazem Dr. Salustiano Ferreira Fróes e dona Adelaide Sangen Schwartz passa a regular pelas condições seguintes:". A escritura era realizada em 2 de setembro de 1863, "em virtude da faculdade que Ihes permite a Ordenação dos Livros quarto, título quarenta e seis."[16] Os cônjuges haviam contratado unir-se em casamento segundo as leis da Igreja, e não querendo que houvesse entre eles a comunhão de bens, faziam a escritura, onde declaravam solenemente que esta não existiria, mesmo no caso de haver filhos. Em 1842[17] uma "Escritura de casamento pela qual segundo o direito comum se dota a si dona Mariana Josefa de Magalhães, com assistência de seu pai e tutor nato, Manuel José de Magalhães, para haver de receber-se à face da Igreja com Domingos Pereira Castro Aguiar, concebido da maneira seguinte:". Era também um contrato esponsalício de separação de bens, quando D. Mariana assegura para ela a herança da mãe falecida e da avó, excluindo destas cláusulas, apenas, os rendimentos do dote, assim como os bens adquiridos na constância do casamento, que se comunicariam entre os cônjuges como se casados fossem por "**carta d'ametade**".

Os contratos esponsalícios eram registrados nos **Livros de Notas**, quando já estavam os cônjuges comprometidos a se receberem na forma do Concílio Tridentino.

Nesses dois contratos aqui expostos, no primeiro pretendeu a separação de bens o esposo, no segundo, a esposa, filha de um negociante com heranças havidas e por haver. A preocupação com o aspecto material do casamento era evidente no século XIX, significando que as inquietações em relação ao matrimônio de pessoas de elite tinham vinculações religiosas, econômicas, sociais e raciais.

Referindo-nos a estas preocupações sociais, estaremos não somente lembrando a união de casais pertencentes ao mesmo segmento da sociedade, assim como a própria solenidade do casamento que obedecia a certos ritos.

Somente nos foi dado encontrar uma descrição de casamento realizado no campo, mas que pode dar idéia de como eram as solenidades matrimoniais de então.[18]

> Ao raiar do dia designado para o casamento, tudo estava em movimento na nossa vivenda.
>
> Os cavaleiros e amazonas que chegavam em animais de preço, bem ajaezados, com lacaios agaloados, porque nesse tempo havia luxo nos trajes de montaria e nos arreios dos cavalos, em que não escasseava a prata; os carros em que vinham as crianças e senhoras que não gostavam de andar a cavalo, tudo enfim vinha aumentar o alegre alvoroço da casa.
>
> A cerimônia foi efetuada por ocasião da missa: era o usual. Lembro-me de alguns casamentos a que antes assisti. Para a noiva era um verdadeiro suplício. Ao lado do noivo, como em exposição, com os olhos baixos, sem falar nem rir para não incorrer em censuras.
>
> O traje da noiva trazido do Rio pelo Monsenhor,[19] (era seu pai, que a reconheceu por escritura pública, Monsenhor Silveira, de Estância, deputado geral, fundador da imprensa sergipana, figura de grande talento), destacava-se dos que eu conhecia, pelo amplo véu. Até então usavam aqui uma **écharpe** de "blond" (i.p.I.) que, colocada com a grinalda ao redor da cabeça, caía nas costas. A grinalda (da noiva) era feita de flores de escamas de peixe. As flores e os botões que também tinham aparência de flores de laranjeiras, pareciam feitas de prata.
>
> Quando Emília, vestida de noiva, apareceu à porta do seu quarto, estava realmente bela.
>
> Seus grandes e lindos olhos eram mais brilhantes, sua tez mais corada que de ordinário. Sobre seus bandós negros, frisados, ostentava-se a capela de

> argêntea cor, donde pendia o amplo véu diáfano que a envolvia como em vaporosa nuvem. O vestido de seda lavrada tinha nas mangas e no corpete, rendas de seda branca e no peito brilhava um grande ramo de flores iguais às da grinalda.

A noiva sorriu no encontro com o noivo. Foi-lhe aconselhado que não risse assim com os olhos levantados, que não era de bom modo esta atitude. Depois da cerimônia acompanhada de música e antes mesmo do jantar, dançaram, o que foi levemente escandaloso para as senhoras que viviam no campo. Não podendo ser uma quadrilha, foi um "scotisch" acompanhado da música que dispunham: a flauta, a rabeca e o violão.

A mesa de jantar apresentava-se lauta. Nas extremidades dos assados enrolavam-se papéis cortados, presos por fitas. Os convidados sentaram-se à mesa, os noivos na cabeceira e alternavam-se homens e mulheres ao redor. Eram levantados seguidamente brindes aos noivos, eram cantadas músicas. Depois da primeira mesa, outros convidados menos importantes também sentavam-se para uma segunda que era de agregados e compadres. Tudo ali se fazia muito convenientemente. Embora às vezes, o dono da casa perguntasse ao grupo dos agregados se algum deles queria sentar-se à primeira mesa, estes sempre preferiam ficar para a segunda, sentindo-se ali mais à vontade. Levantada a segunda mesa, foram servidos os doces. As alvas toalhas foram completamente cobertas de compoteiras e pratos, tendo ao centro magnífica fogueira de cartuchos, entre os quais se elevava um ramo de aljofar. Os pratos eram recobertos de papéis cortados a tesoura, parecendo renda ou barafunda.

Novamente dançaram e nos intervalos as jovens cantavam algumas modinhas.

Assim iniciava-se o núcleo da família legítima com essas solenidades, embora fossem somente observadas nos segmentos superiores e médios da sociedade do século XIX.

Voltando-se ao quadro elaborado, é evidente a importância da família constituída com bases legítimas nos meados do século XIX. Já foi aventado que, de todos os grupos, é aquele mais numeroso isoladamente, chegando a uma média geral de 24,1% do total dos agrupamentos encontrados.

Também é importante a observação de que, no âmbito da família legítima, era muito raro o casamento inter-racial, e a predominância no número de casais de cor branca era inegável. Existiam entre os casais legítimos os pardos, os crioulos, os cabras, os pretos, mas é uma realidade incontestável que o núcleo da família legítima era predominantemente de brancos.

Quanto às exceções, as poucas uniões inter-étnicas foram sem dúvida encontradas, como por exemplo: na freguesia da Sé um homem pardo de nome Manuel José Estrela, de profissão "lente aposentado",[20] casado com Rosa Maria, mulher branca, portuguesa, e a presença de dois filhos pardos: o professor de francês José Carlos Frederico Estrela e Amália Eugênia Estrela, de 25 anos. Também estão registrados um Procurador de causas, branco, casado com uma mulher parda, outro homem pardo casado com mulher branca, quatro filhos brancos, três escravos e uma agregada; um homem crioulo casado com mulher preta, com um filho crioulo e outro preto.

É assinalável que o relacionamento inter-racial de pardos e brancos paderia resultar em descendentes pardos ou brancos, conforme o elemento pardo fosse mais ou menos inclinado à cor escura.

Essas observações vão se reportando às outras freguesias, com poucas exceções. Na da Conceição da Praia, todos os casais legítimos são brancos. Em Santo Antônio Além do Carmo, somente três casais legítimos inter-raciais de brancos, casados com mulheres pardas e filhos pardos; em São Pedro, dois deles são identificados, sendo que um casal é de homem português, branco, casado com mulher parda e filhos pardos, e homem pardo casado com mulher branca; no Passo somente um português casado com mulher parda; no Pilar, quatro casais inter-raciais, de brancos com pardas; na Penha não foram encontrados casamentos inter-étnicos. Foram, portanto, identificados cerca de 4,6% de matrimônios inter-raciais no âmbito das famílias legítimas, o que vem também provar a seriedade com que se implantava uma família no século XIX. Não somente interesses econômicos e sociais eram levados em conta, como igualmente eram avaliadas as especulações que poderiam surgir, se houvesse casamentos entre as diferentes etnias.

Verificamos, portanto, uma primeira premissa em relação à família legítima: a maioria dos núcleos era de brancos, existindo porém casamentos abençoados pela Igreja em outras gamas de qualidade. Procuramos investigar se a grande maioria ou a totalidade daqueles brancos casados era de elite, o que parecia, a princípio, já que ser branco era não somente um símbolo de ascenção racial, mas também social. Tal hipótese, entretanto, não correspondia à verdade. Nem todos os que se apresentavam como brancos, com núcleos de componentes brancos na sua família legítima, eram de elite. Essa importante verificação vem afastar a primeira idéia de que a família, por ser branca, pertenceria com exclusividade à elite social da cidade, e vem reforçar uma outra observação de que, na realidade, embora fosse importante, a cor não era de maneira absoluta um indicativo único de nível social.

São encontrados chefes de família legítima brancos com mulher e filhos brancos cujas profissões deixam entrever uma modéstia não suspeitada. Anteriormente, vínhamos sempre indagando se, na verdade, ser branco já seria sinônimo de pertencer às mais elevadas categorias sociais de Salvador. A família legítima de núcleo branco, segundo a documentação encontrada, era sem dúvida de elite, mas não exclusivamente. Poderia, em muitos casos, ser bastante despretenciosa. Ferreiros, marítimos, carpinteiros, funileiros, remadores de saveiros, alfaiates, surradores de couro, estivadores, chapeleiros, pintores, fogueteiros, padeiros, copeiros de vapor, calçareiros eram brancos, tinham filhos brancos, formando um núcleo familiar que, sem a indicação da profissão, mais parecia ser de elite.

Outro reconhecimento é a presença do estrangeiro tomando parte na família legítima, especialmente os portugueses, muitos deles já se tornando adotivos ou naturalizados. No total geral da família-legítima, o português casado na maioria das vezes com brasileira, representava 23,6%, e os estrangeiros de outras nacionalidades casados com suas compatriotas, como italianas, franceses, hamburgueses, representavam 4,7%. Enquanto aqueles núcleos de família que apresentavam a cor escura correspondiam a uma percentagem de 23,3%. Os núcleos de famílias brancas baianas era o maior índice do grupo das famílias legítimas: 46,1%; aqueles sem informação representavam 2,3%.

O universo familiar de brancos, pardos, crioulos, cabras e pretos, objeto dessas investigações, dão-nos outros dados que merecem ser mencionados. Entre os núcleos da família de cor, as profissões se delineam inferiores, com raras exceções. Geralmente, entre os casados pardos e crioulos, seus chefes de família são: sapateiros, charuteiros, pintores, carpinteiros, açougueiros (talho de carne), remadores de saveiros, pedreiros, tanoeiros, serviço do curral, carpinas, fogueteiros, alfaiates, marceneiros, alvarengueiros, ourives, canteiros, seleiros. As profissões dos pretos africanos libertos e casados eram de barbeiros e cangueiros. Existiam poucas famílias de cor preta, mas mesmo sendo em número reduzido, era significativa a sua presença no universo familiar da cidade, uma prova de que a instituição familiar era existente nas camadas menores da população.

No mundo da família legítima, declarada casada, que aos poucos se vai desvendando, muito mais importante e numerosa que a tradição transmitiu, os brancos não são, como vimos, necessariamente de elite; nem os pretos, organizados como um grupo familiar, absolutamente, têm características de ralé. Os pretos de segunda geração, chamados crioulos, têm agregados e escravos, contam na família com a declaração de que moram junto ao casal a mãe liberta; protegiam afilhados, tinham escravos de ganho, como aqueles pretos de Angola da Freguesia do Passo, cujo "chefe" apresentava a profissão de "cangueiro".

Geralmente, o primeiro elemento da família extensiva além do núcleo pai, mãe, filhos, parentes, é o agregado. Em seguida, os primeiros escravos que são domésticos. Os escravos de ganho pertencem a núcleos familiares socialmente reconhecidos como de segmentos médios. As famílias de níveis superiores ou de elite eram proprietárias de bom número de escravos do serviço doméstico, provando que tinham outros recursos ou bens, que lhes davam "status social", sem precisar recorrer à renda diária do serviço do escravo.

A propriedade escrava para as famílias das categorias superiores era uma exibição de luxo e riqueza. Vários exemplos podem ser citados, além dos já mencionados negociantes do 20° quarteirão da freguesia do Pilar, com tantos escravos discriminados para o serviço doméstico. No quarteirão n. 23 da Sé, um casal de meia idade, Manuel da Silva Baraúna

e D. Delfina Maria Baraúna, vivia com parentes próximos ou afins, como habitantes da casa, e possuiam 12 escravos do serviço doméstico. No quarteirão n. 18 de Santo Antônio Além do Carmo, o negociante português adotivo, Francisco Pereira de Carvalho, casado com Joaquina Marcelina Pereira, núcleo familiar composto de oito pessoas e a mãe da esposa, sendo todos brancos. Era sua família extensiva composta de três agregadas crioulas do serviço doméstico e 12 escravos, apenas dois homens, também do serviço doméstico, como eram declarados. No mesmo quarteirão, o negociante Manoel José Espínola casado com D. Maria José Seabra Espínola, com apenas um filho de três anos, Manuel José Espínola Filomênio, possuia 11 escravos do serviço da roça e oito escravos do serviço doméstico, além de um agregado. O negociante português Vicente José de Paula, morador na freguesia de São Pedro, na rua do Cabeça, casado com a baiana, branca, Eufrásia Vieira de Paula, com apenas uma filha, tinha dez escravos.

Sem levar em consideração a freguesia da Vitória, da qual não foi encontrado um único mapa de população de um quarteirão, podemos afirmar que já era menos freqüente a existência do escravo como um meio de provar grandes posses, ou exibição de riqueza e luxo. No Pilar, por exemplo, abstraindo-se a rara composição racial, social e econômica do 20° quarteirão, os grandes comerciantes que ali viviam, possuidores de grande número de escravos, os empregavam, contudo, nos seus negócios de armazéns, estivas, alvarengas, sendo senhores de poucos escravos do serviço doméstico.

O número de filhos na família legítima variava intensamente. A maior parte delas com apenas um filho. Foram encontradas duas famílias com 10 filhos e quatro com nove. Não era, portanto, tão freqüente a numerosa prole quanto afirmava a tradição.

É uma realidade incontestável aquela que revela a grande importância da família legítima na sociedade de Salvador, no século XIX. Veja-se que pouco a pouco se foram patenteando essas descobertas, os contornos da família legítima foram-se definindo, verificando-se a realidade de que os laços familiares eram de grande importância em Salvador, nos meados do século XIX. Vê-se que não somente os descendentes dos

fundadores da cidade ou os grandes comerciantes, representantes da burguesia local, formavam famílias com a bênção da Igreja e contratos registrados nos **Livros de Nota dos Tabeliães**. Mas também entre a grande massa anônima do povo de todos os matizes de cor, estava assimilada a idéia, provavelmente subconsciente de influências religiosas, da importância do sacramento do matrimônio, assim como da posição social da família legítima. Esses conceitos atingiam brancos pobres e ricos, pessoas pardas, crioulas, cabras e pretas que se ligaram pelo casamento.

É em meio a essa família legítima extensiva que vamos encontrar os fogos polinucleares, isto é, aqueles formados de parentes ou filhos dos chefes de família, não sendo em absoluto agregados, mas um núcleo dentro de outro núcleo: pai, mãe e filhos em legítimo parentesco com o chefe de família. Geralmente um dos cônjuges era filho do chefe paternalista. Na Sé, em casa de um escrivão branco, uma segunda família com cinco filhos; na casa de um desembargador, outra segunda família com um filho e dois escravos; em casa de um advogado, a irmã do chefe com um filho legítimo; no fogo de um remador de saveiros, uma parenta com dois filhos. Em Santo Antônio Além do Carmo, na casa de um pintor pardo, casado com mulher branca, a filha casada, o genro e dois filhos. Em São Pedro, no lar de um caixeiro português casado com mulher baiana, um filho casado e a nora. Esses são lares em que, na família em extensão, vamos encontrar mais um núcleo familiar. Outrossim, dezenas de lares abrigavam mães dos esposos ou esposas, irmãs, sobrinhos, outros mencionados vagamente como parentes.

Os lares polinucleares não eram, entretanto, muito numerosos, o que vem reforçar a idéia inicial de que a cidade tendia, em geral, mais para um paternalismo atenuado do que para o patriarcalismo sufocante.

A família ilegítima

Consideramos o núcleo da família ilegítima aquele que aparece nas listas nominativas apresentando como solteiros homens e mulheres que,

vivendo sós, ou com filhos, sob o mesmo teto, indicavam haver entre eles uma relação profunda, principalmente quando são mencionados "seus filhos", embora jamais "sua mulher".

> A condição de amázia - ou concubina, rapariga de casa posta, moça, amiga, manceba - implica na existência de subtendido acordo entre a escolhida e o protetor; um corpo de obrigações mútuas, direitos, regalias, vantagens.[21]

Consideramos, assim, a família ilegítima aquela que aparece nas listagens do recenseamento de 1855, tendo como chefe um homem solteiro, com a presença de uma mulher, da qual se percebe claramente ser sua amante, e, principalmente, a presença dos filhos, aproximando esse núcleo ao da família legítima, já que todos os elementos da família estão presentes: o pai, a mãe, a prole.

À primeira vista, nota-se que o chefe da família ilegítima não dava grande apreço à esse núcleo familiar. A mulher aparece, muitas vezes, designada como agregada; para auxiliá-la nos serviços domésticos raramente existiam outros agregados. Quando tinham escravos, sempre eram em pequeno número; os agregados apareciam com maior freqüência que os escravos.

É entre as famílias ilegítimas e as mães solteiras que mais se observam as uniões dos diversos tipos étnicos, proporcionando a mestiçagem. Entre as famílias ilegítimas, encontram-se todas as composições étnicas possíveis, que deram origem às variadas gamas de tipos mestiços observados na cidade do Salvador. Vejamos os exemplos: branco com parda com filhos pardos e brancos; branco e crioula com filhos cabras; branco e cabra com filhos pardos; branco com preta e filhos pardos; pardos e crioulas com filhos pardos ou cabras; pardos e cabras com filhos pardos ou cabras; pardo com preta com filhos pardos ou cabras; crioulo com preta africana com filhos crioulos; preto com parda com filhos pardos; branco com africana com filhos crioulos; pardo com mulher branca com filhos brancos; africano e crioula com filhos pardos.

É um traço geral, observado na família ilegítima, principalmente na branca, a dissimulação. Em primeiro lugar, nas muitas ocasiões em que a mulher, a companheira, a mãe dos filhos do chefe vem rotulada como agregada. Em segundo, uma preocupação evidente daquele chefe de esconder sua respon-

sabilidade de sustentar o lar, de não comprometer seu patrimônio material com a família ilegítima, observação concluída pelo pequeno número de escravos do serviço doméstico que aparecem e do fato de a mulher procurar ter uma profissão, assim como do menor número de filhos presentes à listagem. Não pretendia o chefe da família ilegítima dispender grandes somas com uma família pela qual não se responsabilizava perante a Igreja, o que, para ele, significava viver em pecado. Os filhos resultantes dessas ligações logo se iniciavam em profissões artesanais.

Não contava com escravos a maioria das famílias ilegítimas, e os próprios membros da família realizavam os serviços domésticos ou caseiros. Podiam contar com agregados que ali existiam, às vezes com filhos. Eram, na maioria, todos pobres, mas a simples união os beneficiava. Uns e outros se protegiam mutuamente. A presença da agregada branca foi encontrada. Entre outros exemplos: na família ilegítima de um remador de saveiros, pardo, unido a uma mulher cabra, foi verificada a existência de uma mulher branca, agregada, com filha branca.

A família ilegítima que demonstrava melhor nível econômico era a do Pilar. Ali se encontrava mais amiúde a preocupação de ter escravos de ganho, da mulher ter agregadas costureiras que lhe auxiliassem nesse lavor, uma delas mesmo com agregada rendeira.

Algumas dessas uniões ilegítimas já possuiam características definitivas de um matrimônio, e já marchavam para um reconhecimento religioso de reparação. Aguardavam apenas uma formalidade para tornar-se legítima. Guardamos um exemplo inédito de uma família ilegítima de Santo Antônio Além do Carmo, que vem contrariar todas as constantes que foram encontradas no traçar dos seus quadros.

É a união de Domingos Guedes Cabral, homem branco do Rio Grande do Sul e Faustina Maria do Nascimento, mulher parda, baiana, ele empregado aposentado. Tinham seis filhos pardos e dez escravos.

A dimensão dos lares das famílias ilegítimas era menor que das legítimas, fato evidente e comprovado. Encontramos, nos fogos dessas últimas, alguns que alcançavam um bom número de pessoas, até cerca de 36; enquanto, entre as famílias ilegítimas, o maior número encontrado de habitantes do mesmo fogo foi de 12 pessoas.

É sobretudo entre a família ilegítima que iremos observar a união mestiça dos portugueses. De acordo com a tradição, era voz corrente que os homens desse povo se uniam, preferencialmente, às mulheres pretas. Não tivemos condições de realizar uma observação direcionada à união do português com a escrava. Apesar do levantamento exaustivo, continuaram absolutamente dissimuladas essas uniões, a não ser quando declarada a existência dos descendentes em testamentos com o reconhecimento de filho procriado. O filho resultante da ligação do senhor com a escrava era relacionado na listagem como cria, o que torna muito vagas as afirmações de que esses laços existiam. O filho da escrava e do Senhor teria cor mais clara, em raras vezes é liberto e conservado no fogo como agregado.

Em relação ao estabelecimento do português em união ilegítima, de casa posta, com amante e filhos, podemos chegar à rápida avaliação: 70% dos portugueses eram unidos ilegitimamente com mulheres pardas, 20% com crioulas, isto é, mulheres pretas nascidas na Bahia, e 10% com mulheres africanas.

Devido a extremas condições de mestiçagem existente na família ilegítima, somente chegamos a uma conclusão discriminativa dos **núcleos das famílias legítimas** e dos **chefes das famílias ilegítimas.**

Quadro 22. Núcleos de famílias legítimas e chefes de famílias ilegítimas

NÚCLEOS DE FAMÍLIAS LEGÍTIMAS

	SÉ	CONCEIÇÃO	ST.o ANT.o	S. PEDRO	PASSO	PILAR	PENHA	Média Aproximada
BRANCOS	67,5%	100%	68,8%	77,1%	79,3%	74,1%	91,6%	79,7%
PARDOS	27,0%	—	13,3%	12,0%	17,2%	22,5%	8,4%	14,4%
CRIOULOS	5,5%	—	2,2%	6,1%	—	3,4%	—	2,4%
CABRAS	—	—	—	1,2%	—	—	—	—
PRETOS	—	—	—	3,6%	3,5%	—	—	1,1%
S/I	—	—	15,5%	—	—	—	—	—

CHEFES DAS FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS

	SÉ	CONCEIÇÃO	ST.o ANT.o	S. PEDRO	PASSO	PILAR	PENHA	Média Aproximada
BRANCOS	23,0%	66,6%	22,9%	27,0%	20,0%	53,4%	20,0%	33,2%
PARDOS	57,7%	33,4%	42,9%	42,3%	20,0%	30,0%	36,0 %	37,4%
CRIOULOS	3,9%	—	8,6%	11,5%	.10,0%	6,6%	12,0%	7,5%
CABRAS	7,7%	—	2,8%	3,8%	—	—	16,0%	4,3%
PRETOS	7,7%	—	17,1%	15,4%	50,0%	10,0%	16,0%	16,6%
S/I	—	—	5,7%	—	—	—	—	0,9

Quanto às profissões dos chefes das famílias ilegítimas, as dos brancos eram: negócio, vendeiro, taverneiro, empregado no Arsenal da Marinha, caixeiros, marceneiros, proprietários, empregados públicos, tecelões, alfaiates, empregado aposentado, estivador, polícia, padeiro, doutor em Medicina, cirurgião, médico, alambiqueiro, pintor, tamanqueiro, catraeiros, artífices, marítimos, ferradores, remadores, dono de quitanda, mascates, pescadores, carpinteiros.

Doutor em Medicina era Francisco Inácio Salvador Cardim, unido a Guilhermina Maria de Aquino; o cirurgião dr. Francisco de Paula Santa Rita, unido a Rosa Sabina da Glória, com cinco filhos; o médico residente no Passo, dr. Cândido José de Barros, homeopata, branco e solteiro, morando com Francisca Amélia da Costa e três filhos: Cândido José de Barros, Virgiliana Cândida de Barros e Augusto Flávio de Barros. Esta era também uma união ilegítima, que somente necessitava da bênção da Igreja, um matrimônio de reparação.

Desses três doutores estabelecidos com família ilegítima, podemos afirmar que não tinham escravos, e que os dois primeiros contavam com uma agregada nos seus fogos, auxiliares dos serviços domésticos, como deveria ser.

A prole da família ilegítima era, evidentemente, menos numerosa que aquela da família legítima, embora, como esta, a maioria dessas uniões tivesse apenas um filho. Entre outros números, os maiores encontrados foram quatro famílias com cinco filhos, e seis famílias com seis filhos; excluindo-se naturalmente aquela citada de Santo Antônio Além do Carmo, que constitui a exceção.

As profissões dos chefes da família ilegítima, que se apresentavam como sendo de cor, eram as seguintes: pintor, protocolista, pedreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, ganhador (profissão tipicamente de habitante de cor preta), músico, charuteiro, remador de saveiro, pedestre, carpina, capataz, jornaleiro, lavrador, embarcado, ferreiro, carregador de cadeira, acendedor de lampiões, cangueiro, latoeiro, funileiro, dono de quitanda, remador de caravela, espingardeiro, pescador, servente, calafate.

Grande número de mulheres, companheiras dos chefes das famílias ilegítimas, também exerciam profissões compatíveis com a função

doméstica. Eram elas: ganhadeiras (geralmente de cor preta), costureiras, quitandeiras, engomadeiras, sendo a profissão de costureira a mais numerosa, auxiliadas por agregadas da mesma profissão.

A relação percentual do escravo e as famílias legítima e ilegítima pôde ser determinada: os escravos da família legítima eram 3,1% por família, e os da ilegítima não chegavam à unidade: 0,46%.

Que tipo de comportamento teriam os chefes de famílias constituídas com esposa e filhos, em relação às suas companheiras? As investigações nos trouxeram informações curiosas. Como suspeitávamos, a monogamia masculina era geralmente aparente, como deduzimos através de cartas dirigidas ao juiz de paz de Santana.[22]

Escrevia a esposa, através do pai que ainda exercia essa função paternalista, mesmo após o casamento da filha, firmando-lhe petições e cartas, "que seu marido por causa de uma concubina Desidéria de tal, poucos meses depois de casado começou a conduzir-se com notáveis desconchavos vivendo sempre em oposição aos seus mais sagrados deveres, deixando-se cativar por aquela paixão desordenada".

Respondia o marido José de Moura Rosa: "Sou agremente acusado por algumas fraquezas de que nenhum **homem é isento**, pelas quais mereço ser desculpado por todo **varão discreto**". "Ninguém mais digno de censura é o meu acusador (**o sogro**) que sem consultar primeiro a sua consciência culpada, me argúi delitos em que igualmente peca". Que deveria seu sogro lembrar-se haver caído nas mesmas tentações, e que, por vezes, sua própria esposa ia tirar-lhe das casas das amantes. E que por isso chegava a espancá-la de tal forma que ela gritava "aqui d'El Rei !", acudindo-lhe soldados à porta, e demais parentes a socorrê-la, causando a maior celeuma.

Com essas observações passaremos ao estudo daqueles lares onde não mais existiam os núcleos familiares compostos de pai, mãe e filhos, não menos importantes, porém, para uma geral compreensão da estrutura social da cidade do Salvador.

Viúvos e viúvas

No universo urbano de Salvador, os viúvos/as atingiam um percentual de 14,7%, índice maior que a família ilegítima. Sendo aqueles os representantes do remanescente da família legítima, poderíamos afirmar com justeza e precisão que 38,8% representavam, na cidade, um percentual da legitimidade da família: a família casada pela Igreja, como assim mandava o Concílio Tridentino, e a elite familiar, tendo-se anteriormente ajustado nos contratos celebrados e anotados pelos tabeliães. Os pobres, aqueles que nada tinham para contratar ou dividir, casavam-se pela Igreja, sendo este matrimônio reconhecido pelo poder civil. Assim, encontramos modestas famílias casadas, brancas ou de cor, espalhadas pelos quatro cantos da cidade, assim como viúvos e viúvas. Não deveriam ser muito freqüentes os segundos e terceiros casamentos devido à legislação de 1769, do Rei D. José, sendo as leis portuguesas respeitadas no Brasil, até depois da independência.[23]

A lei promulgada[24] obedecia às instâncias dos repetidos rumores e queixas dos súditos portugueses da ruína e deteriorização de fortunas, devido a casamentos de viúvos que, havendo-se a princípio estabelecido com numerosa sucessão, prejudicavam gravemente os filhos, quando contraíam o segundo matrimônio. Estabeleceu a lei que o pai de família que pretendesse casar pela segunda vez, somente poderia fazê-lo depois do inventário de todos os bens, determinadas as legítimas de seus sucessores, assim como respeitados fossem os morgados, se houvesse.[25]

Não fazia por menos com as viúvas o virtuoso e sábio Rei D. José, que afirmava serem para elas ainda mais prejudiciais as "desordens causadas",[26] se contraíssem segundas núpcias pois se deixavam levar pelos vadios e cobiçosos, "que não buscam o estado do matrimônio para santos fins, que a Igreja ensina", mas sim, para administrarem os bens de suas consortes, dilapidando-os ou usurpando-os, dando sensíveis prejuízos aos órgãos. E, assim, legislava o Rei que todas as mulheres viúvas que tivessem filhos ou netos e desejassem contrair novas núpcias, que se nomeasse para os sucessores, através da Mesa do Desembargo do Paço, um administrador honesto, e que fossem proibidas as tutorias.

Conhecida essa legislação, poderemos dela deduzir que obedeceria a muitas exigências um novo casamento a ser contraído pelos viúvos e viúvas que habitavam na cidade.

Na verificação total do seu número, maior era a quantidade das mulheres, que representavam cerca de 73,6%, que a dos homens, com um percentual de 26,4%. A mulher, ao que tudo indica, era longeva, suportava melhor os embates da vida, resistia à morte. Sendo levantada a hipótese da percentagem dos viúvos/as de cor branca ou mestiça, o remanescente da família legítima haveria de apresentar-se com as mesmas características da qual se originaram: 65,0% de brancos, 20,6% de pardos, 5,6% de crioulos e 3,8% de cabras, assim como de pretos, e 1,2% sem indicação de cor.

A maior parte do remanescente da família legítima era localizada em São Pedro; nada mais lógico, pois ali também o eram as famílias vinculadas pelo casamento. Em seguida, em ordem decrescente, o Passo, a Sé, o Pilar, Santo Antônio Além do Carmo, a Conceição da Praia, a Penha.

No universo dos viúvos e viúvas, assim como existia a diversificação de cor, os segmentos sociais também eram variados, apreendidas essas informações pelas profissões apresentadas, pelo número de escravos e agregados que apareciam nos lares dos viúvos, e também pela combinação do dado de qualidade com os outros já mencionados.

Como é natural, existiam viúvos e viúvas de grandes posses, de estratos médios e inferiores da sociedade. Apreciamos a existência daquelas que eram quitandeiras, sem escravos, amparando filhos, até mesmo os netos, contando apenas com o manso auxílio da agregada, assim como estão presentes as viúvas de posses, que afirmavam ser proprietárias, ou que viviam dos seus bens, geralmente com escravos de ganho. As viúvas, mesmo aquelas que anteriormente à viuvez haviam sido parte da mais alta categoria da cidade, geralmente decaíam na escala social, pelo fato de não ser mais a consorte do representante de uma grande fortuna. Ao lhe morrer o marido, as heranças tinham que ser repartidas; se o casamento não houvesse sido por **carta d'ametade**, apenas lhe restava o usofruto da terça, ainda que não houvesse bens que não fossem hereditários. As casas comerciais se liquidavam com a morte do cabeça do casal. Embora

independentes e gozando de uma liberdade insuspeitada em meio às mulheres do século XIX, as viúvas, mesmo ricas, na maioria das vezes desciam degraus da escala social.

A dimensão dos lares das viúvas era variável, como temos visto entre as famílias legítimas e ilegítimas. Na freguesia da Sé, por exemplo, uma mulher branca, viúva, habitava um lar de 16 pessoas. Eram seus os quatro filhos brancos, mas ali existia um casal de pardos com cinco filhos. Para ajuda do serviço doméstico, contava com três agregadas, uma das quais com um filho.

Em Santo Antônio Além do Carmo, as viúvas apresentavam as mais variadas profissões. Eram costureiras, viviam da lavoura, negociavam, eram donas de casa, como também proprietárias; viviam de negócios ou dos seus bens. Em lar de 14 pessoas, uma mulher branca, viúva, dizendo-se proprietária, mãe de quatro filhos (as três filhas costureiras e o filho alfaiate), possuía nove escravos. Esses cativos, ao que parece, deveriam ser aquilo que a viúva denominava "propriedade", três deles eram arrieiros, escravos que se empenhavam em guiar animais pelas ruas, transportando cargas.

Nessa mesma freguesia, vamos encontrar o lar de uma viúva cabra, de nome Inocência Maria de Santana Gonçalves Lino, com um filho solteiro e **estudante**, Jesuino Estanislau Gonçalves Lino. Apreciemos o contraste: a viúva branca, proprietária, tinha filhos com profissões artesanais. A viúva cabra, intitulando-se "negócio", mantinha o filho como estudante, preparando-se para a escalada social. No lar da viúva cabra existiam várias costureiras, seis ao todo, assim como um marceneiro e um alfaiate. Possuía Inocência Maria treze escravas, todas mulheres africanas, mencionadas como "do serviço doméstico". Qual seria o **negócio** da viúva cabra Inocência Maria? Seria costura, ou alugava quartos ou confeccionava doces para serem vendidos pelas ruas? Representavam força de trabalho livre as seis costureiras, o alfaiate e o marceneiro. Representavam o trabalho escravo as treze africanas. E desse conjunto de trabalho livre e escravo, d. Inocência retirava o produto do seu **negócio**. A viúva cabra era senhora de um lar empresa, onde todos se congregavam em trabalho diuturno, produtivo, e provavelmente compensador, já que

d. Inocência mantinha o filho afastado do burburinho do "negócio", concentrando-nos estudos, um dos atalhos dos caminhos da ascensão social.

Em São Pedro, as viúvas não mencionam freqüentemente sua profissão, sinal que eram de elite e continuavam sendo parte de uma família que lhes dispensava proteção, as amparava e, naturalmente, as tolhia. As viúvas brancas de São Pedro eram, dentre todas as freguesias, aquelas que mais tinham escravos e agregados. Entre as pardas, não eram observados esses apoios domésticos da escrava e da agregada, embora às vezes tivessem até cinco filhos. A mesma situação aparece entre as crioulas. É possível que em São Pedro a sociedade já estivesse mais sedimentada, e houvesse mais segregação de grupos sociais, estando sempre afastados os ricos dos pobres, os brancos dos de cor.

Uma exceção foi apresentada em São Pedro. Tendo perdido o consorte, uma mulher preta, em lar de seis pessoas, vivia com dois filhos e três escravos de ganho com ofícios. A constância do trabalho fez provavelmente com que, mesmo após a perda do companheiro, conseguisse criar e orientar a família.

No Passo, uma viúva crioula e proprietária, d. Maria Luisa dos Santos, tinha duas filhas solteiras de 21 e 18 anos, dois filhos estudantes, Marcelino dos Santos Lima e Sinfrônio dos Santos Lima, de 17 e 14 anos, respectivamente, um outro filho de primeiras letras, Boaventura dos Santos Lima, além de uma filha menor de nome Bernardina. Todos crioulos. D. Maria Luisa possuia dez escravos, sete dos quais africanos e, entre esses, apenas dois eram declarados ganhadores. Dos demais escravos, três eram menores e os restantes do serviço doméstico. Proprietária de escravos seria a viúva crioula Maria Luísa, e deles retirava seus proventos para a educação dos descendentes.

Que soma de sacrifícios não seria exigida de uma mulher que ficasse viúva ainda jovem, para conseguir amparar e criar os filhos? Nem todas teriam a sorte nem o espírito empreendedor da viúva do Passo, ou mesmo da outra viúva mencionada, de Santo Antônio Além do Carmo. Muitas, para assegurar a sobrevivência, iniciaram os filhos, ainda muito jovens, em diversos ofícios artesanais e rentáveis, como filhas costureiras, filhos tecelões, funileiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, seleiros,

sapateiros, caixeiros. Outras, assemelhando-se à viúva do Passo, conseguiram ter filhos estudantes, estudantes de medicina, advogados, médicos, escultor, tipógrafo.

Eram, entretanto, viúvas aquelas mulheres, únicas na cidade, que poderiam exercer, com independência, a autoridade familiar, como, entre as que haviam almejado ser meeiras, ou senhoras de fortuna apreciável, mantinham independência econômica, apenas ameaçada pelos filhos que atingiam a maioridade. As viúvas ricas foram as únicas mulheres no século XIX que puderam exercer negócios de alto nível, a maior parte das vezes herdados dos maridos, dando-lhes continuidade, especialmente quando os filhos menores eram mantidos sob sua tutela, e elas não contraíam novo matrimônio. As casas comerciais mantinham sua integridade, capitalizadas, não ameaçadas.

D. Maria Ramos Guimarães, viúva de traficante, que em futuro próximo desposaria o Dr. Antônio Alves, habitava a travessa do Areal de Cima, em São Pedro, com 16 escravos africanos, 11 homens e 4 mulheres, prova de que uma mulher, **viúva** e **só**, poderia ser respeitada e acatada pelos seus 16 escravos. Força moral, material e mental aceita sem reclamos pelo elemento servil, que naquela viúva apenas via a autoridade, sem fraqueza de mulher, sem debilidade de solidão.

Não poderemos deixar de acrescentar que as mulheres que abraçavam o estado de religiosas, sendo freiras, em relação à subserviência à qual estavam submetidas as mulheres casadas, também gozavam de relativa independência, especialmente aquelas que, através de procuradores, faziam negócios.

Reportando-nos à última das freguesias, a Penha, nela se verificou que todas as mulheres viúvas apresentavam profissões, ou de ganhadeiras ou de costureiras. Quase não tinham escravos, poucos agregados estão presentes, e os filhos também seguiam as inclinações maternas de trabalho, com profissões artesanais.

Está evidenciado que as investigações se inclinaram mais para as viúvas, no interesse de procurar determinar como sobreviveram à perda do chefe de família, mas não poderíamos encerrar as observações desses remanescentes de família legítima, sem nos reportarmos aos viúvos e

sua maneira de viver. Em sociedade escravocrata, contando além do mais com o concurso de parentes ou pessoas pobres que acorriam aos lares dos viúvos, especialmente aqueles com filhos menores, na ânsia de um pequeno proveito material, que eram os agregados, os viúvos contavam com mais facilidades na vida cotidiana do que as viúvas, sempre empenhadas em negócios, preocupadas ou interessadas na estabilidade social que poderiam proporcionar a seus filhos.

Os viúvos residentes na freguesia de São Pedro, por exemplo. Dois deles chegaram a ter seus lares. de grandes dimensões, com 17 e 18 pessoas. O primeiro de profissão farmacêutico, José Agostinho da Silva, morador na rua de São Pedro n. 27,[27] onde estava localizada sua botica. Ali vivia com cinco filhos: Guilhermina, Olavo, Pedro Celestino, Rodofiana, Emília, uma provável agregada Adelaide Augusta da Costa, quatro pardas livres, alguns escravos de cor, entre os quais duas cabras menores. Os únicos elementos masculinos da família eram: o chefe José Agostinho, de 45 anos, e seus filhos: Olavo de 15, Pedro Celestino, de 10. Presume-se que as cabras menores fossem filhas do chefe da família. O segundo, de profissão negócio, era o português originário do Porto, Gabriel Gomes Pereira. Declarando-se viúvo, era, entretanto, unido maritalmente com a baiana, branca e solteira, Ana Rita da Assunção, de quem tinha dois filhos. Eram habitantes do mesmo fogo a agregada Francisca Xavier dos Anjos e 13 escravos: 6 homens, dois deles menores e crioulos, e sete escravas mulheres. Eram sete escravos africanos e seis nascidos na Bahia.

Em lar de um ourives pardo, viúvo de 44 anos, Antônio de Araújo Guedes, estavam presentes seus três filhos, a mãe do chefe de família, que era branca, uma **agregada** parda de 22 anos, Leolinda do Amor Divino Silva, e dois escravos. Na rua do Aciòli n. 16, em casa térrea, morava Manuel Joaquim Dourado, caixeiro de 50 anos, com três filhas, Virgínia Carlota, Eufrosina Cândida e Judite Rosa, solteiras e brancas, e uma agregada crioula de 50 anos.

Alguns viúvos da freguesia do Pilar, estes brancos, chegavam a ter 15 e 22 pessoas nos seus fogos, entre filhos, agregados e escravos, sendo a maioria desses dos serviços dos trapiches. No quarteirão n. 4, Pedro

Antônio Barbosa, viúvo português de 70 anos, estabelecido no cais Dourado, n. 78, "negociante adotivo e matriculado", ali possuia um trapiche onde vivia com um escravo sapateiro, uma escrava africana do serviço doméstico e 17 africanos cativos do serviço do trapiche. Além desses, a habitual agregada, liberta, preta de 55 anos. Na rua Direita do Noviciado, Francisco Marques de Oliveira, viúvo, baiano, pardo e espingardeiro morava com uma filha solteira de 23 anos, e seu irmão José Gonçalves dos Santos Marques, carpina, casado, com sete filhos. Nesse fogo existia uma única escrava africana de 70 anos, de nome Esperança. José Galdino da Maia, também morador no Noviciado e viúvo, era branco, baiano, empregado público, com um filho caixeiro, várias filhas brancas já passadas da idade do casamento, outras tantas agregadas e duas escravas. Com esses exemplos, temos chegado a uma verificação de que, além de melhor segurança econômica, os viúvos também dispunham de melhor conceito social, eram mais livres, poderiam ser mais generosos, dispunham de companhia, principalmente das agregadas.

As mães solteiras

Entre as mães solteiras, cujo índice geral na cidade, de 11,07% era também observado, como na família ilegítima, a miscigenação bastante freqüente.

As mães solteiras, computadas no quadro geral dos grupos, não representam, na realidade, o total geral dessas mulheres existentes na cidade. O dado de avaliação aqui apresentado de 11,07% entre os grupos aventados foi encontrado nas mães solteiras que se responsabilizavam pelo lar, que eram chefes de família, quando, entretanto, existia grande quantidade daquelas que se encontravam pelos fogos, tomando parte ou não naquelas famílias que se reuniam, formando os lares, ou aglomerações, assim como as agregadas que prestavam pequenos serviços, neles se abrigando com seus filhos. Outras eram amásias dos chefes, solteiros, casados, viúvos, e a presença do filho não reconhecido ficava registrada.

E, principalmente, estamos somente nos limitando à existência comprovada e evidente da mãe solteira **livre**, sem a idéia de considerar a **escrava**, o que, na verdade, constituía uma situação real e comum, embora negada à mulher cativa. O fruto dos amores da escrava, fosse com quem fosse, não lhe pertencia, mas ao seu senhor, que dessa forma possuiria mais uma cria, além do que a escrava não era responsável pela educação e proventos para seus filhos, mas o senhor era dono do destino da criança.

A mãe solteira, como está sendo considerada neste estudo, é a mulher sem vínculo familiar, fosse legítimo ou ilegítimo, mas que, em suas próprias casas, assumia a presença do filho ou filhos. A maioria das vezes, teria de angariar meios para o seu sustento, e assim declarava sua profissão. Poderia também ser sustentada por alguém, amásio, amante, amigo, concubino que não aparecia na listagem, que teria uma responsabilidade oculta e por isso sem duração conhecida, provavelmente de curto tempo. A quantidade real e total das mães solteiras que se disseminava pelos lares de Salvador, filhas de casais legítimos ou ilegítimos, de viúvos ou viúvas e de outros grupos ainda não estudados, mas principalmente da grande leva de agregadas, que trocavam seus serviços e sustento dos seus filhos pelo abrigo que lhes ofereciam as casas modestas, a troco de seu trabalho doméstico diário, ainda está por ser conhecido. O seu levantamento, bastante numeroso, nos tomaria bom tempo para chegar a uma conclusão, que já sabemos ser de grande dimensão.

Não foi sem razão que Thales de Azevedo afirmou:

> Certa falta de agressividade do nosso povo, ou pelo menos o seu conservadorismo, sem dúvida uma das raízes do **enigma baiano,** pode derivar do fato de ser a população da cidade do Salvador em grande parte ilegítima, criada sem pai e sujeita à exclusiva tutela da mãe, de avó, tia ou madrinha.[28]

Quanto aos filhos das cativas, hipótese aqui levantada, somente em 28 de setembro de 1871 era reconhecida a liberdade dos que nasciam das escravas, e foi recomendado aos párocos a obrigação de ter livros especiais para o registro de nascimento e óbitos daqueles rebentos. Para garantir a liberdade das pequenas crias que poderiam ter ocultadas a sua existência, omitindo-se os seus registros de batismo, proibia-se a qualquer sacer-

dote secular ou regular, administrar o primeiro sacramento aos filhos livres das escravas, sem licença do pároco, a não ser em perigo de vida. Revogavam-se as licenças já anteriormente concedidas para serem batizados em oratórios particulares.[29]

Com essa medida tentava-se, através do prestígio da igreja, influir na consciência dos senhores de escravos, que os deveriam iniciar na religião cristã, obrigatoriamente batizando-os, com o conhecimento do pároco e seu conveniente registro. O fato de serem batizados e não serem registrados os seus batismos poderia ocorrer, para encobrir a existência da cria e esta não livrar-se do estigma da escravidão. Com essa resolução, estava assegurada a liberdade da criança, mas isso não lhe dava o direito de paternidade reconhecida. Nem o senhor, nem o escravo reconheciam publicamente seus filhos, a não ser poucos deles **in extremis** o primeiro, e somente se fosse liberto, o segundo.

O estudo da mãe solteira, incluída nas estruturas sociais, representando chefes que ocupavam os fogos de Salvador, quanto à cor ou qualidade, apresentava-se deste modo: as brancas 29,3%, as pardas 34,3%, as crioulas 15,0%, as cabras 6,4%, as pretas 12,9% e 2,1 % sem indicação de qualidade. Quanto à maneira de morar, encontramos 33% de mães solteiras que viviam somente com os filhos, maiores ou menores, com ou sem profissões, mas somente com o apoio deles.

As outras teriam em seus fogos os parentes, os agregados mais freqüentes, e os escravos mais raros.

No Beco do Tira Chapéu, freguesia da Sé, três mulheres moravam no mesmo fogo, duas das quais mães solteiras e uma viúva. A chefe da família era Elísia Joaquina de São José, de 26 anos, parda, solteira, com dois filhos menores, pardos, de sobrenome Albuquerque. Gertrudes Maria de São José era branca, de 42 anos, com filho branco, José Plácido de Sousa, dito **escolástico**, e finalmente a viúva Ana Florinda do Amor Divino, de 50 anos, branca, com um filho, Antônio Pereira de Carvalho. Completava os habitantes desse fogo o africano Jacinto, liberto, de 70 anos.

No 1° andar de sobrado na Rua do Pão de Ló, n. 112, habitava d. Maria Luísa dos Prazeres, com as filhas Henriqueta, e Maria Caetana e o filho Epifânio, escrevente. Ali estavam arrolados 4 netos da chefe de fa-

mília, sem especificação de qual dos seus filhos descendiam, embora todos fossem solteiros, pardos e livres.

Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, as mães solteiras enunciavam as profissões, a maior parte delas costureiras.

Uma, de profissão costureira e parda, tinha filho na escola e uma agregada à qual denominava ama. Outra, ainda também dedicada à costura, era preta, com filha e neta da mesma atividade artesanal, declaradas nas listas do censo. Uma terceira, parda com filho pardo, contava apenas a presença da agregada costureira.

Ser mãe solteira era, como estamos verificando, um exemplo a ser repetido pela filha: mais uma mãe solteira de Santo Antônio Além do Carmo, parda, vivia com a filha parda e dois netos da mesma qualidade, a neta de profissão costura e o neto na escola. No lar existiam duas agregadas costureiras.

Existia, ao que parece, uma sutil diferença entre as enunciações das profissões "costuras" e "costureiras", sendo esta última em grau superior à primeira. Outras profissões mencionadas pelas mães solteiras eram de: ganho (de uma nagô), engomadeira, negócio, dona de casa, lavradora com filha lavadeira, quitandeira.

Quanto às profissões, desta forma percentuavam-se as mães solteiras: sem indicação de profissão - 61,0%: costureiras ou costuras - 23,5%; negócio - 5,1%; ganho - 3,7%; quitandeiras e engomadeiras - 2,2%; lavradoras - 1,5%; lavadeiras - 0,8%.

O conjunto das mães solteiras apresentava-se em relação ao número de filhos da seguinte maneira: 47,8% com um só filho; 29,7% com dois filhos; 10,1% com três filhos; 6,5% com quatro filhos; 2,2% com cinco filhos; 3,0% com seis filhos e 0,7% a exceção, com oito filhos.

No quarteirão 17, por exemplo, de São Pedro, onde as mães solteiras eram brancas na maioria, vamos encontrar: o lar de Rita Germana Lopes Mesquita, baiana, branca, costureira, solteira, com dois filhos: Carolina Cândida Lopes Mesquita e Manuel Tito Rodrigues d'Oliveira, quatro escravos menores, ou crias, uma agregada cabra liberta e uma agregada branca, costureira. No mesmo quarteirão, na mesma rua, do lado oposto, vivia a africana solteira Sofia de Sales, de profissão negócio,

com seu filho Cândido de Sales, casado com Edwiges Manuela Conceição. Eram todos pretos, e na verdade o chefe da família já seria o filho Cândido, barbeiro, com renda de 300$000 anuais, com sua loja de barbeiro aberta na mesma casa onde moravam.

Na casa n. 1 da Rua do Hospício de Jerusalém, habitava uma d. Carlota Barbosa do Espírito Santo que aparecia como chefe de família. Era branca, solteira, com 35 anos, e trazia como habitante do seu fogo, a mãe, d. Maria de Santana, solteira de 52 anos, e mais 8 escravos, dos quais cinco menores, sem menção de profissão. Na Rua do Acióli, Alexandrina de "Offreo", parda e solteira, tinha cinco filhas pardas, uma agregada crioula, além de dois homens brancos que habitavam seu fogo: Guilherme Augusto de Miranda, empregado da polícia, e Manuel da Santa Rosa, marceneiro, provavelmente alugavam quartos no fogo.

Não somente pela apreciação das chefes de família, mães solteiras, como pela existência de grande número delas nos lares, sem aparecerem nas percentagens aqui estabelecidas, vemos que existia na cidade do Salvador um clima propício às ligações naturais desde os primeiros séculos da colônia. A descendência de dois dos maiores morgados da Bahia, a Casa da Ponte e a Casa da Torre se fizeram através de filhas naturais. Garcia d'Ávila, o primeiro, casado com Mécia Rodrigues, não tivera filhos. Mas sua descendente predileta, herdeira de sua casa, promanara de uma índia a quem atribuíra nome cristão. Sua filha era Isabel d' Ávila, de quem houve os descendentes de seu Morgado. Antônio Guedes de Brito, o grande senhor de sesmarias, de cuja fortuna se faria o Morgado da Casa da Ponte, não teve filhos do seu casamento legítimo, mas de uma senhora da família Dormondo nasceu uma filha natural de nome Isabel Maria Guedes de Brito, da qual descenderia a neta Joana, de triste história.

Não é explícita a legislação sobre as mães solteiras. Pelo contrário, a mãe solteira não é mencionada nos antigos códigos, esses preocupando-se mais com os filhos gerados; os filhos ilegítimos eram naturais ou espúrios. Os filhos naturais seriam aqueles cujo pai e também a mãe, na época em que foram gerados, não tinham parentesco nem outro impedimento para se casarem. Quando houvesse impedimento, os filhos seriam espúrios, que poderiam ser **danados,** como os filhos **sacrílegos** de

religiosos ou religiosas, **adulterinos,** de homem ou mulher casadas, **incestuosos** de parentes em grau proibido.[30] A filiação natural materna provava-se pela certidão de batismo, que produziria efeito de habilitação. Não haveria nesse caso de filiação materna necessidade de provas ou título de reconhecimento, a não ser em caso de dúvida ou de ocultação da maternidade. Não parece que, de maneira geral, as mães solteiras de Salvador ocultassem a sua maternidade, a não ser em casos de moças da sociedade elitista, em meio à qual os códigos de moralidade fossem mais severos. O que se verifica, acerca da mãe solteira na cidade, é uma aberta conscientização do papel exercido por esta, e a preocupação com meios para que seus filhos fossem criados e amparados, encaminhados em profissões ou levados para serem educados em colégios, principalmente os filhos homens, em detrimento das filhas mulheres.

Não consta que houvesse, apesar dessa situação de numerosas mães solteiras, generalizados maus costumes, imoralidade e falta de respeito às convenções. A mãe solteira, que tivesse seus filhos de um só homem, convivia com outras pessoas do seu meio social, não elitista, sem ser discriminada. Discriminadas eram aquelas "debochadas", que tivessem filhos de vários homens, e cujos costumes afrontassem os vizinhos e conhecidos, que vivessem de casa aberta, dando festas e recebendo visitas em horas extemporâneas.

A sociedade de Salvador, no amplo sentido, assimilava a mãe solteira, aceitava-a na medida do seu comportamento de respeito em relação aos seus contemporâneos. E a mãe solteira se amoldava às exigências que lhes eram impostas, acomodando suas ações conforme as demandas da consciência social. Ser mãe solteira não constituía uma situação de imoralidade, mas decorrente de costumes da época, da atitude patriarcal do homem, e de sua ausência no respeito que devia às suas esposas, acrescendo-se ao fato aqui mencionado, sem a devida ênfase, à existência do maior número de mulheres do que o de homens na cidade do Salvador.

A mãe solteira, de origem elitista, não era aceita em seu meio social; pelo contrário, era repudiada por isso, as poucas que existiram, ocultaram essa condição. Embora a sociedade elitista pudesse abrigar em suas casas, em condição inferior, a mãe solteira, ou desse a essas oportunida-

des de exercerem junto às suas famílias profissões de seu ganho, reprovavam essa atitude da mulher livre, não fazendo o mesmo em relação às escravas, cujas faltas desse tipo consideravam normais, em vista da ignorância e falta de firmeza na formação moral das servas, que acreditavam ter sido a origem desse pecado.

O maior número de mães solteiras era verificado, relativamente, na Sé, e o menor, também relativo, no Passo. Existiam em ordem decrescente em São Pedro, no Pilar, em Santo Antônio Além do Carmo, na Penha, na Conceição da Praia. Acreditamos que a mãe solteira se deslocasse da sua freguesia de origem e se transportasse a uma mais longínqua, onde firmasse raízes e mantivesse relacionamento com os vizinhos de quarteirão.

Quanto ao número de escravos em suas casas, era sem dúvida de média inferior, contudo existiam, entre as mães solteiras, assim como os agregados: 0,7% de escravos, 0,5% de agregados, números ínfimos.

As mães solteiras, relegadas ao esquecimento pelos antigos códigos, aceitas com certas reservas pela sociedade, eram ignoradas pela Igreja, se bem que as convertidas e arrependidas pudessem até mesmo, algum dia, integrar-se nos serviços religiosos, e transformarem-se em "beatas".

Em alguns poucos lares, existiam homens solteiros que, sem a presença da mulher, viviam com seus filhos. Essa rara situação deveria ter lugar, quando a mãe solteira abandonava o filho reconhecido aos cuidados de seu pai. Gostaríamos de registrar que foram encontrados pais de modestas posses que se responsabilizavam por seus descendentes, como aqueles da Sé, de profissões: vende mingau, carpinteiro, serralheiro, este último com um filho pardo e um escravo.

Alguns empregados públicos, tanto em São Pedro, como no Pilar, também apoiavam seus ilegítimos, e essa situação não era vexatória para o homem, ao contrário, era digna de louvores, por não haver abandonado o fruto de seu pecado.

Remanescentes de famílla

Aqueles que moravam com irmãos ou irmãs, pais ou mães, sobrinhos, tias, netos, primas, foram considerados como restos de famílias. Quando se casavam os filhos, quando morriam os pais, a família ficava reduzida. A situação mais normal eram irmãs habitando com irmãos casados, sendo por estes sustentadas, ocupando naquela nova família extensiva um lugar pouco importante, conforme o montante de seus bens particulares, ou conforme as inclinações sentimentais. Uma dessas irmãs, vivendo em lar de irmãos, poderia ser considerada e respeitada se fosse endinheirada e tivesse propensão para ligar-se em afeições aos sobrinhos, o que poderia bem mudar sua situação de dependência no lar fraterno.

O irmão mais velho, na falta do pai, era responsável pelas irmãs solteiras, que deveriam, em princípio, transferir-se para aquele lar, onde viveriam uma situação de dependência, sendo sustentadas pelas rendas do irmão, do qual, às vezes, aliviava as despesas, fazendo doces ou bordados, receitas herdadas dos seus ancestrais. Com esses reduzidos proventos, conseguiam um pequeno "dinheiro de bolso", com o qual se vestiam modestamente e davam presentes aos sobrinhos.

No entanto, em 1855, a sociedade modificava-se. As irmãs, quando solteiras, procuravam viver juntas e de alguma profissão ou herança, tinham escravos ou agregados, sem precisar sujeitar-se a uma posição de quase submissão na família extensiva fraterna.

Encontramos em Santo Antônio Além do Carmo um lar extensivo de restos de famílias, composto de 10 irmãos, oito mulheres de 24 a 27 anos e dois homens de 15 e 16 anos. A chefe de família era Silvana Maria da Paz Bahia com as irmãs: Carolina Francisca Maria, Maria Rufa, Jesuina, Umbelina, Leocádia, Eufrosina, Alexandrina, e os irmãos Silva Bahia, Domingos Cursino e Joaquim Bernardino. Tinham 14 escravos e 8 crias também escravas do serviço doméstico. Das mulheres não se declinava a profissão, mas os homens eram estudantes. Sendo assim, deduzimos que as escravas e escravos, eram, sem dúvida, "de ganho" ou empregados em algum rendoso ofício.

No 20° quarteirão de São Pedro Velho, que estava situado na rua de João Pereira, viviam as irmãs Maria Augusta, Eduvilges, Vivânia, Carolina e Ana de Carvalho, todas brancas, a primeira delas, a chefe, teria sido casada ou seu marido estaria fora, as demais solteiras, com seus dois irmãos Antônio e Tiburtino Ferreira de Carvalho, o primeiro de profissão negócio, e o segundo, músico. Dois escravos, Benvinda e Horácio, e uma agregada branca, Joana Batista Pereira, completavam a família extensiva dos irmãos.

Muitas vezes pela falta do elemento masculino na família, ou por independência em relação a este, existiam lares nos quais a filha aparece como chefe, e a mãe, fazendo parte do núcleo de restos de famílias. Na falta do esposo e pai, a mãe viúva iria procurar apoio na filha, já que toda a vida fora amparada e reverenciada, não se sentindo em condições de assumir a chefia do lar.

No Pilar, na rua do Noviciado n. 61, habitava uma família composta de irmãos, todos brancos e solteiros, que teriam, sem dúvida, origem rural, pelo número de escravos que existiam no fogo. Era José Honório Coelho com as irmãs Virgínia, Carolina, Odócia, llisia e Maria Honória. José Honório tinha 20 anos e era estudante; a mais jovem das irmãs, de quatro anos. Acompanhavam-nos 12 escravos pardos e africanos maiores de idade, e quatro crias, também escravas.

Os restos de família tinham pouca representatividade no conjunto de agrupamentos da cidade, significando apenas 4,08% no percentual total dos habitantes dos fogos. Existiam mais em Santo Antônio Além do Carmo do que em qualquer outra freguesia, seus escravos representavam 2,4% por fogo, embora muitos lares não contassem com escravos, outros tantos os tinham em demasia para os serviços externos, assegurando uma renda certa e pronta.

Juntos pela profissão

Ao começarmos a separar das aglomerações aqueles que moravam no mesmo fogo, pela identidade de profissão, sem parentesco, deparamos, com surpresa, que existia na cidade do Salvador um mercado produtivo de artesanato livre, assim como de prestação de serviços.

Entre a população masculina, distinguiam-se entre o primeiro grupo, o de produção, os sapateiros, os alfaiates, os marceneiros. Os do segundo grupo, de prestação de serviços, eram negociantes, donos de vendas de molhados com seus respectivos caixeiros, assim como taberneiros, barbeiros, ganhadores.

As mulheres eram costureiras, engomadeiras, quitandeiras e ganhadeiras.

Eram alfaiates Januário Calmon Araújo, pardo, solteiro, proveniente de Santo Amaro, que trabalhava no seu lar em companhia de mais dois colegas de profissão, um pardo e outro branco, com uma agregada de 30 anos e uma afilhada. Tinha loja de barbeiro José Domingues dos Santos, solteiro e africano, com três agregados também barbeiros, livres, e mais um aprendendo a profissão. Quatro libertos eram aprendizes. Eram, portanto, nove homens, todos barbeiros de profissão ou seus aprendizes. Não foram encontrados escravos.

Em terceiro andar de sobrado, vivia Joana Maria da Silva, costureira, com mais quatro agregadas, dedicadas às costuras. No fogo de Maria Olalia de Paiva, cinco agregadas exerciam a mesma atividade de costureiras.

Sem dúvida, era um tipo de comportamento ou maneira de viver emergente. Estava surgindo um grupo de homens livres que, unidos em torno de seus colegas artífices, os convocavam para exercer profissões artesanais, sem que houvesse a participação do escravo. Basta dizer que, desse grupo emergente, o escravo significava 0,3% por fogo. A maior parte deles pertencia aos negociantes e seus caixeiros, e as poucas costureiras que ainda não se haviam conscientizado da menor significação da compulsiva idéia de comprar escravos como uma afirmação de estabilidade econômica. E que, pelo contrário, aquele grupo ao qual pertenciam, de livres que produziam, era muito mais importante do que procurar fazer parte da sociedade escravocrata.

Existiam em todas as freguesias os conjuntos de artesãos e daqueles que proporcionavam serviços, mais especialmente no Pilar, na Conceição da Praia, em Santo Antônio Além do Carmo. Quase nada significava no Passo.

Sem dúvida, não tinham ainda consciência de quanto era valiosa essa produção livre, modesta, realizada com as próprias mãos de chefes dos lares e seus agregados, que se empenhavam na realização de um trabalho artesanal

que poderia modificar a sociedade em que viviam, pela dispensa do trabalho servil. Mas a existência desse grupo está patenteada ao serem extraídas as informações da documentação do censo. Esses artifícios, unidos aos que já existiam dos lares-empresa, formaram uma força de trabalho que seria de grande importância para o desenvolvimento social e econômico da cidade.

Pessoas sós e pessoas sós com escravos

Era comum encontrar-se em Salvador pessoas que habitavam sós, em casas térreas ou em andares de sobrado, ocupando pequeno espaço material e social. Existiam em todas as freguesias computadas nesse estudo, homens e mulheres, brancos, pardos, crioulos, cabras e pretos, das mais variadas profissões desde advogados até vendedores de lenha, e uma mendiga, vivendo sós. Esse dado de pessoa única no lar é encontrado na Inglaterra[31], representando 5,7% da população de uma cidade, quando em Salvador a pessoa que morava só significava o percentual de 10,3% da população, sem levar em conta aqueles outros que moravam em núcleo de família composto de uma só pessoa, mas acompanhados de agregados e escravos, ambos representando 16,4% entre os grupos apresentados.

Qual o fator primeiro que levaria uma pessoa a querer habitar só; se nos reportarmos apenas aos que se apresentam no fogo como único habitante? A primeira razão nos parece ser a pobreza.

Salvador era, sem dúvida, uma cidade de imensos contrastes: vales e montanhas, brancos, mestiços e pretos, senhores e escravos, pobres e ricos. Assim como se encontravam pessoas vivendo sós, existiam aqueles fogos de numerosa família extensiva, símbolo da situação escravista da sociedade brasileira, e mais especialmente da baiana, cujas raízes se encontravam mais na antiguidade do que em outros períodos da História.[32]

Entre as pessoas absolutamente sós, que presumimos terem moradas em quartos alugados, em lojas de sobrados, em sótãos, sobresótãos e porões, como em pequenas casas térreas, os homens eram mais numerosos que as mulheres. Aqueles representavam 53% e estas 47%. Os homens brancos tinham percentual de 20,1% e as mulheres brancas apenas11 ,8%;

os pardos homens 14,3%, as mulheres pardas 7,6%, os crioulos masculinos 6,8%, as crioulas femininas 5,0%; os cabras homens e mulheres indicavam a mesma percentagem: 1,7% cada; os pretos homens 10,0% e as pretas 21,0%. Das pessoas sós entre os homens, eram em maior número os brancos, e entre as mulheres predominavam as pretas.

As pessoas que habitavam exclusivamente sós tinham profissões que exerciam fora do lar. Isso lhes dava a oportunidade de estar sempre em contato com o seu meio social e participar da força de trabalho da cidade. Entre os homens, encontramos: pescadores, lavrantes, ganhadores, alfaiates, barbeiros, carpinas, chapeleiros, confeiteiros, cozinheiros, corretores, caldereiros, cortadores de carne, ferreiros, funileiros, lojistas, marceneiros, ourives, pedestres, pintores, remador de escaler de consulado, sapateiros, taberneiros, torneiros, vendedores de lenha, advogados, empregados públicos, caixeiros, negociantes. Entre as mulheres: costureiras, charuteiras, ganhadoras, mendiga, negociantes, quitandeiras.

Muitas das mulheres pretas deveriam ser libertas recentemente, o que ainda lhes trazia certa dificuldade de ambientar-se àquela sociedade de livres, onde se deveriam inserir. Deixemos, porém, de lado, aquilo que não nos informa a documentação, que pode sugerir várias interpretações, mas que não pode ser documentado.

As freguesias que mais apresentavam pessoas sós, ou sós com escravos, eram: a da Sé, a de São Pedro e a do Pilar. Alguns eram deficientes físicos, como um demente que habitava Santo Antônio Além do Carmo, branco, mas acompanhado de duas escravas e um agregado; outros encontramos vivendo sem companhia, cego de um olho, curto de vista.

Na Sé vivia um desembargador, branco, casado, na ausência da esposa, pois era originário de Minas Gerais, acompanhado de uma escrava congo; o presidente da Província João Maurício Wanderley vivia sem mais pessoas do seu núcleo familiar, no Palácio dos Governadores, na Rua Direita do Palácio, com quatro escravos e um agregado de cor.

Em casa térrea da Rua do Rosário de João Pereira morava Justino José Fernandes, nessa época com 37 anos, solteiro, português, de profissão negócio na listagem do censo, mas agiota, como sabemos através de farta documentação. Sua casa de negócio era chamada o “Banco do Justino”. Morava com seis escravos africanos: cozinheiro, lacaio, três carregadores de cadeira.

No quarteirão n. 18 de São Pedro habitava o vigário Gratuliano José da Silva Porto, com duas escravas crioulas, uma cria e dois escravos pretos.

Reunidos por outras razões

As aglomerações deste grupo não formam nem famílias nem remanescentes de famílias, nem mesmo se uniam por exercerem profissões semelhantes. Como características gerais, encontramos poucos traços. Alguns pertenciam à mesma raça: eram pardos, crioulos ou pretos. Em outros lares, observamos a incidência geral de libertos.

Entre esses fogos estão os lares onde se alugavam quartos; outros que poderiam ser casas de tolerância, outros mais de pessoas modestas, como aquele chefe do lar que era carregador de cadeiras, de cor preta, vivendo com três mulheres de sua raça que vendiam água, e mais um homem preto, alfaiate.

Em Santo Antônio Além do Carmo, uma chefe dizia-se de profissão negócio, era cigana e branca. Conforme informações de Salgueiro[33], os ciganos vieram degredados de Portugal para a Bahia em 1718, devido ao escandaloso procedimento que tinham naquela Corte. A princípio instalaram-se na Palma, que tomou o nome de Mouraria. Esta raça, tendo em muito crescido e, pequeno este bairro para contê-la, fora transferida para Santo Antônio Além do Carmo, onde ainda ali foi verificada a presença desta família em 1855. Os demais componentes do fogo eram também ciganos, com duas mulheres costureiras, um homem sapateiro, outro alfaiate, e uma mulher negociante, todos, enfim, da mesma grei.

Na travessa do Areial de Cima, em loja de sobrado, são encontradas algumas mulheres jovens e desacompanhadas. No 18.° quarteirão de São Pedro, sete mulheres, a mais velha delas com o nome de Elena Maria, as demais Maria de São Domingos, Ana Joaquina, Firmina Geralda, Francisca Romana, Maria de Santana, Mariana de Santana, são jovens e desocupadas e livres, o que faz pensar que exerciam o "nefando" comércio da tolerância, da prostituição.

No quarteirão n. 9 do Pilar, em casa de sobrado, encontramos também indícios de que ali funcionava uma casa semelhante. Joaquina

Leopoldina Nápolis era de 45 anos e parda, com sete agregadas: Maria Afra Valentina, parda, como a seguinte, Afra de Napolis Massa, e as crioulas Juliana Luísa, Saturnina Felizarda, Rosa de Lima, Joana Luisa, Maria de Assunção. Eram escravas nagôs Gertrudes e Umbelina, a crioula Felicidade, e os nagôs Pedro, Requião e Antônio, também escravos. O núcleo de moradores livres não declinava as profissões.

No beco da ladeira atrás do Palácio habitavam, em muitos fogos, pretos africanos, libertos, a maior parte de profissão ganhadores. Poder-se-ia aventar a possibilidade de constituirem esses africanos um "canto" nagô, grupamento de certo número de negros da mesma nação, que se ajudavam e apoiavam. É de notar-se a evidente preocupação de apoio que impulsionava a população da cidade, especialmente as camadas inferiores, dos mesmos grupos raciais, ainda não contaminados pela ambição da escalada social.

Os habitantes por fogos

Essa indicação, cujo levantamento se tornou possível através da lista nominativa de 1855, dá-nos a informação de que os fogos da cidade do Salvador tinham de um a trinta e seis habitantes (Quadro 23). Os mais numerosos eram aqueles que contavam com apenas dois moradores. De um a seis habitantes, a percentagem é de dezena, os seguintes são de unidade ou fração. Não foram incluídos os lares daqueles que habitavam a freguesia da Penha, entretanto, a amostragem já é bem sugestiva, com seis freguesias das listas do censo.

Até com onze a treze habitantes por fogo existiam numerosas famílias; de treze a trinta e seis, no entanto, eram raros aqueles que apresentavam a família em tão largas proporções. Acreditamos, porém, que de onze a treze pessoas por fogo já significaria, para um europeu, uma casa de grandes dimensões. Na Bahia e no Brasil, a presença quase ostensiva do escravo na família extensiva, a existência da família de cunho paternalista aumentava o índice do número de habitantes por fogo, que, em média, era elevada: 8,8% de habitantes vivendo no mesmo lar.

Sendo o escravo e o agregado aqueles que, principalmente, formavam a família extensiva, além dos núcleos familiares, procuramos chegar

a uma idéia da presença ou ausência desses fâmulos nos lares. A constatação acerca dos escravos foi surpreendente. Existiam 65,7% de lares **sem escravos** (Quadro 24), e dos restantes, estavam em maioria aqueles fogos onde somente existia **um escravo**. O panorama da presença do escravo nos lares da cidade é muito curioso, e até lares de 26 escravos foram computados, mas esses grandes números somente foram verificados em fábricas de sabão e refinação, em lugares onde os escravos trabalhavam no negócio do senhor, ou no serviço da lavoura de roças. Nem mesmo naquelas casas, onde o escravo era empregado no "ganho", eram eles tão numerosos quanto nas primeiras hipóteses.

Nas listas do censo, não existe uma certa constância no designar o agregado (Quadra 25). Por exemplo, as mães viúvas dos chefes de família ou mesmo daquelas de suas esposas, as irmãs, as sobrinhas, os caixeiros, em alguns fogos são considerados agregados, mas em outros lares assim não são designados.

Agregados podiam ser parentes muito pobres, dependentes dos chefes de família, que auxiliavam ou prestavam pequenos serviços domésticos. Outrossim em muitos lares já se observava a substituição do escravo pelos agregados de cor: cabras, mulatos, crioulos, que serviam de companhia às viúvas e mães solteiras, faziam serviços domésticos, davam recados, costuravam.

Os agregados tinham uma vida, às vezes, bastante livre, em relação às pessoas do fogo em que viviam. Tinham filhos, poderiam ter algum negócio próprio. A necessidade de proteção unia-os às famílias que os acolhiam e, por outro lado, como não podiam manter-se financeiramente independentes, nas freguesias centrais de Salvador, onde o aluguel de quarto, de casa térrea ou de andar de sobrado, era por demais dispendioso, adaptavam-se às famílias por interesse. Seu recurso de mudança para outros bairros seria o amparo de outra família mais afortunada e mais disposta a conceder-lhes outras vantagens. Não somente as famílias melhor situadas na escala social tinham agregados. Ao que se depreende, famílias pobres acolhiam agregados, que ali dispunham de maior liberdade de ação e eram tratados em pé de igualdade.

Grande número de agregados era do sexo feminino, em muitas ocasiões ligadas aos seus senhores por laços maiores que o simples paren-

tesco, compadrio ou prestação de serviços. Eram indicadas, como agregados, as amantes declaradas do chefe de família, com filhos referidos nas listas onomásticas. Nessas ocasiões é que se podia claramente notar o poder do senhor patriarcal, reduzindo a posição da mulher, mesmo concubina, mas que era a mãe dos seus filhos.

Ser agregado não era muito importante entre as camadas sociais da cidade. Daí termos notado que, nas listas nominativas, em muitas ocasiões, pessoas evidentemente agregadas não eram qualificadas como tal, e naturalmente, pelo cuidado do inspetor do quarteirão, ou do próprio chefe de família, que não desejavam melindrá-las, rotulando-os de agregados.

O Quadro n. 25, que trata dos números de agregados por fogos, demonstra que esses não existiam nos lares da cidade, na percentagem de 75,8%. O maior número de agregados encontrados por fogos foi o de 9, mas em casos muito raros.

A estrutura social de Salvador

A família foi, sem dúvida, como estamos verificando, a base celular da sociedade de Salvador no século XIX. Não mais a família patriarcal, mas a paternalista, embora os componentes femininos dos núcleos familiares, sobretudo os de elite, tivessem seu comportamento ainda bastante restrito, confinando-se as suas atividades nos limites domésticos das casas de morada. A casa era realmente o mundo da família. Casas térreas, casas assobradadas, casas de sobrado, desde as mais simples às mais elaboradas, ali era o universo feminino da família. As ruas, para as mulheres, eram o domínio das menos afortunadas. Quem sabe se, por isso, deram menos atenção às ruas? A estrada da Vitória, um dos bairros elitistas de Salvador, quando chovia, transformava-se em lamaçal.[34] As ruas centrais foram, como já vimos, calçadas em várias datas do século XIX. Mesmo saindo às ruas, as mulheres o faziam quase enclausuradas em cadeiras, pregando suas cortinas com alfinetes para não serem vistas.

O desejo dos habitantes da cidade, era, em geral, ingressar no mundo das famílias, ou viver em torno dos seus núcleos, e dos clãs familiares, parti-

cipando da vida social da cidade, através de seus protetores. Por outro lado, as viúvas e mães solteiras participavam do sentimento familiar, evidenciando-se a preocupação que demonstravam em relação aos filhos, como exemplo característico do tipo de vínculo de família, que era a proteção à prole.

Definindo-se os relacionamentos familiares, chega-se à conclusão de que a família era um **mini-mundo** da sociedade de então. Observando-se a sua estrutura, encontram-se em geral todos os elementos básicos da sociedade local do século XIX.

A união familiar era pregada, como vemos na recomendação em codicilo de José Cerqueira Lima, a 7 de setembro de 1839:

> Muito e muito recomendo a todos os meus filhos em geral (legítimos e ilegítimos) e peço a cada um em particular, que evitem o mais possível os exemplos dos irmãos que se esquecem de quando, mútua e recíprocamente, se devem por todas as Leis Naturais e Sociais; seguindo com dedicação e indubitável preferência os daqueles que se tratam com a maior benevolência, amizade, beneficência e tolerância, bem certos e convencidos de que a boa harmonia e aliança dos irmãos é, e não pode deixar de ser, eficaz e muito propícia à felicidade das famílias, em todas as gerações.

Raça e posição social não era binômio integrado. Embora a ascensão social fosse mais fácil para os brancos, não era impossível para aqueles de cor. A mistura de raças fazia-se com grande fluidez. Geralmente aqueles que pertenciam às categorias intermediárias apresentavam-se mestiços, como artesãos, pequenos negociantes, não havendo porém, jamais, impedimento definitivo para que as pessoas de cor ascendessem socialmente e ocupassem lugares de destaque na sociedade. Em Salvador não se conheceu a separação por castas, a não ser a do escravo, que ainda assim, tinha suas possibilidades de mobilidade, através da carta de alforria.

Temos que concordar, entretanto, que a mobilidade social era dirigida no sentido de se considerarem brancos, porque estes eram os senhores, eles ocupavam posições de mando, e alcançá-la através da fortuna era o intento maior dos menos favorecidos. O preconceito social era disfarçado, mas existente. No entanto, aceitavam-se como participantes da sociedade da época, de elite, os mestiços mesmo escuros que houvessem ascendido socialmente através da instrução e do dinheiro. O preconceito racial era mais observado em relação às uniões matrimoniais.

Nem todos os habitantes da cidade sentiam essa ânsia de progredir na escala social. Muitos viviam em perfeita conformidade, no ambiente em que haviam nascido, satisfeitos com suas próprias alegrias, felizes com a realização de suas modestas esperanças. Outrossim, aqueles que já ocupavam as mais altas categorias de elite entravam nas lindes da dissipação: o jogo, o desperdício, a indiferença, a negligência, aquilo que os levou a perder suas anteriores posições, conferidas pela fortuna, tanto deles, como dos antepassados, continuando, embora, a ser respeitados pela família e pelos contemporâneos.

O que, na estrutura social da cidade do Salvador, impediu que esta urbe houvesse participado do processo de evolução urbana e econômica e continuasse por tanto tempo estagnada?

Em primeiro lugar, o núcleo estático da cidade que representava cerca de 51,27%. Em segundo, a **conformidade**, do preto, do mestiço, acostumados a uma servilidade secular. A sociedade escravocrata, com 27% de escravos em meio à população da cidade, nos meados do século XIX, e 15% no final do século, não a inclinava a uma posição evolutiva, socialmente falando. A interiorização da família, a falta de comunicação entre os clãs familiares poderia também incluir-se entre as causas remotas do processo involutivo. A ausência do chefe paternalista em muitos fogos da cidade agravava, dentro de sua pseudo-família, a não existência de um desempenho mais ambicioso por parte de seus descendentes. O medo da autoridade civil, da autoridade eclesiástica, motivo pelo qual se uniam as famílias em torno do clã, pessoas em torno de famílias, sem outro desígnio maior a não ser a proteção nos momentos difíceis, de qualquer tipo de pressão pelo comportamento ativo ou ideológico do indivíduo, não facilitou o desenvolvimento da cidade; pois forças dinâmicas colocadas e dimensionadas no intuito de conseguir a proteção, pelo medo que arrasava e conspurcava as consciências, poderiam ser mais bem aproveitadas no sentido de serem substituídos pela ambição que proporcionasse uma ativação econômica, e, por igual, mais mobilidade social. A dominação do mais fraco pelo mais forte, provada pelos numerosos lares de grande família extensiva, retirava o espírito de iniciativa do indivíduo. Essas razões trazem sua contribuição para a compreensão de que as es-

truturas da sociedade de Salvador não deram a essa cidade maiores facilidades para seu desenvolvimento autóctone, permitindo-lhe, ao contrário, e como sempre estivemos afirmando, acentuarem-se suas características de economia e de sociedade reflexas.

Quadro 23. Habitantes por Fogos

	SÉ	S.PEDRO	ST.o ANT.o DO CARMO	PASSO	CONCEIÇÃO DA PRAIA	PILAR	Média Aproximada
01	18%	8,0%	8,4%	4,5%	14,3%	8,8%	10,3%
02	19,3%	14,5%	15,0%	23,2%	9,5%	9,4%	15,1%
03	14,1%	14,8%	14,1%	12,5%	11,9%	10,8%	13,0%
04	10,5%	12,4%	11,5%	8,0%	14,3%	10,8%	11,2%
05	10,5%	9,6%	8,1%	10,7%	21,4%	12,4%	12,1%
06	9,5%	10,0%	11,0%	5,3%	14,3%	11,1%	10,5%
07	2,8%	8,0%	8,1%	5,3%	7,1%	8,4%	7,0%
08	3,6%	5,9%	4,5%	5,3%	2,4%	4,9%	4,4%
09	2,7%	3,4%	3,5%	5,3%		5,5%	3,4%
10	3,6%	2,4%	3,5%	2,8%		3,9%	2,7%
11	2,7%	2,0%	0,9%	6,3%		1,3%	2,2%
12	0,9%	2,0%	1,7%	4,5%		1,6%	1,7%
13	1,2%	0,7%	2,6%	0,9%		1,6%	1,3%
14		0,7%	1,7%	1,8%			0,7%
15		1,4%				1,6%	0,5%
16		1,0%	0,4%	0,9%			0,3%
17		1,4%	0,4%			1,3%	0,5%
18		0,7%	0,9%	0,9%		1,6%	0,7%
19			0,4%		2,4%	0,3%	0,5%
20		0,7%		0,9%		0,3%	0,3%
21			0,4%		2,4%	0,3%	0,5%
22			0,4%			1,4%	0,2%
23			0,4%	0,9%		0,3%	0,2%
24		0,4%	0,9%			0,3%	0,2%
25							
26						0,3%	0,06%
27			0,4%			0,6%	0,1%
28							
29						0,6%	0,1%
30							
31			0,4%			0,3%	0,1%
32							
33							
34			0,4%				0,07%
35							
36						0,3%	0,06%

Quadro 24. Número de Escravos por Fogos

	SÉ	S.PEDRO	ST.o ANT.o	PASSO	CONCEIÇÃO	PILAR	PENHA	Média Aproximada
0	70,%	60,2%	66,0%	51,8%	69,0%	60,1%	83,1%	65,%
1	6,5%	9,4%	10,0%	10,0%	11,9%	9,5%	10,5%	9;7%
2	8,3%	7,7%	5,7%	7,2%	7,1%	6,9%	4,2%	6,7%
3	6,0%	5,7%	4,8%	4,6%	2,4%	3,6%		3,9%
4	7,2%	3,7%	2,6%	7,3%	2,4%	5,2%		4,1%
5	1,2%	2,7%	1,7%	7,3%		3,4%	1,1%	2,5%
6	0,4%	1,7%	0,9%	2,7%	2,4%	0,7%	1,1%	1,4%
7	0,4%	2,0%	0,9%	3,7%		0,7%		1,1%
8		2,1%	0,9%	2,7%		1,6%		1,0%
9		2,3%	1,3%	0,9 %		0,3%		0,7%
10		0,8%	0,9%	0,9%		1,3%		0,6%
11		0,8%	0,9%			1,6%		0,5%
12			0,9%		2,4%	0,3%		0,5%
13		0,3%	0,9%			0,3%		0,2%
14						1,3%		0,2%
15				0,9%	2,4%	0,7%		0,6%
16		0,3%				1,0%		0,2%
17								
18		0,3%	0,4%			0,3%		0,1%
19			0,4%					0,05%
20						0,3%		0,04%
21						0,3%		0,04%
22								
23			0,4%					0,05%
24						0,3%		0,04%
25						0,3%		0,04%
26			0,4%					0,05%

Quadro 25. Número de Agregados por Fogos

	SÉ	S.PEDRO	ST.o ANT.o	PASSO	CONCEICÃO	PILAR	PENHA	Média Aproxim ada
0	72,7%	70,9%	67,6%	74,7%	88,0%	62,8%	93,9%	75,8%
1	15,6%	16,4%	18,3%	10,8%	7,2%	15,0%	2,1%	12,3%
2	5,2%	7,7%	4,8%	8,1%	4,8%	9,8%	2,0%	6,0%
3	3,5%	1,7%	4,3%	5,5%		8,2%	1,0%	3,5%
4	1,4%	2,0%	1,7%	0,9%		2,6%		1,2%
5	0,4%	1,0%	2,1%			1,3%	1,0%	0,8 %
6	0,4%	0,3%	0,4%					0,1%
7	0,4%					0,3%		0,1%
8	0,4%		0,4%					0,1%
9			0,4%					0,1%

A profissionalização

Apesar de crermos deficientes as listas de qualificação eleitoral e sobre elas estabelecermos certas restrições, contudo as preferimos como fonte que nos possibilite dar uma idéia geral do universo profissional da cidade do Salvador, pois com estas facilmente conseguimos determinar a ocupação de um contingente de cerca de 12.000 pessoas em período de 29 anos. As listagens nominativas do censo de 1855, além de apresentarem números absolutos inferiores (7.334), não eram todos os "contados" representativos de atividades profissionalizantes definidas, pela presença de mulheres, crianças, escravos, sem que deles sejam esclarecidos os ofícios, além dos "outros muitos", que não tinham declinadas as profissões. Essa foi a razão que nos levou a tomar como base documental, as listas de qualificação eleitoral para determinar a profissionalização de Salvador, e verificarmos, em grandes linhas, as tendências profissionalizantes da cidade.

Por outro lado, pela primeira vez abandonamos a ordem cronológica da criação das freguesias para adotarmos um outro critério, também temporal, da data da lista de qualificação, que proporciona melhor observação do crescimento, ou declínio, dos percentuais dos ofícios dos cidadãos de Salvador.

Resultantes da qualificação para as eleições primárias, em Salvador, são as listas eleitorais compostas dos cidadãos votantes. Não era simples o processo das eleições no período imperial, no qual eram elaboradas as listas dos cidadãos que apenas escolhiam os privilegiados votados e, estes, sim, os verdadeiros eleitores dos membros da assembléia provincial, o que tornava a votação complexa e facciosa.

A técnica eleitoral apresentava-se, portanto, realmente deficiente, as listas poderiam ser modificadas com freqüência, e nem sempre o partido político não governista acompanhava com interesse e sucesso as modificações que surgiam na qualificação dos cidadãos. A presença do "cabalista" nos consistórios das matrizes, onde se realizavam as escolhas dos cidadãos qualificados e votados, permitia a inclusão de nomes nas relações,

conforme sua parcialidade. A determinação de que o cidadão votante tivesse, no mínimo, renda líquida de 100$000 por ano (lei n. 387 de 19 de agosto de 1846),[35] já trazia grande redução à lista de qualificação eleitoral, pelo menos no que se refere às profissões ditas primárias. Entretanto, no momento da necessidade de mais votos para se alcançar bons resultados na escolha dos cidadãos votados, não vacilaram as comissões instaladas nas sacristias das matrizes em arregimentar os desocupados, ou os moradores mais próximos, colocando-os no arrolamento das listas de qualificação, com a função de sufragar o pré-escolhido cidadão votado, cuja eleição periclitava. Esse comportamento pode ser verificado quando se encontram percentuais desproporcionalmente elevados em algumas profissões, que emergem de algumas das listagens.

Nao nos cabe, porém, ajuizar a maneira pela qual se realizavam as eleições primárias, no século XIX; apenas é nossa intenção procurar conhecer a profissionalização do universo urbano, pois apesar das discrepâncias, essas listas nos dão uma idéia geral das grandes linhas das profissões masculinas, livres, embora a legislação tenha limitado o rol primário de votantes.

Eram votantes todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos, e os estrangeiros naturalizados, tendo, pelo menos, um mês de residência permanente na freguesia onde fossem arrolados.

Eram impedidos de comparecer à lista de qualificação os menores de 25 anos, exceto os que fossem casados, oficiais militares, bacharéis e clérigos, que podiam votar aos 21 anos de idade. Os filhos que habitavam com os pais não votavam, assim como os criados, sendo evidente que não se contavam entre esses os caixeiros e os guarda-livros; os religiosos, qualquer que fosse a sua comunidade claustral, também não votavam; e especialmente, como já foi anteriormente afirmado, aqueles que não tivessem renda líquida anual de pelo menos, 100$000. Ainda não exerciam o direito do voto primário as praças da Marinha e do Exército, assim como as da força policial paga e os marinheiros dos navios de guerra.[36]

A listagem dos cidadãos votantes das freguesias seria feita por quarteirão, os nomes enunciados por ordem alfabética, enumerados do primeiro ao último. Alinhados ao nome do votante vinham as informações

da idade (pelo menos provável), profissão e estado, isto é, se casado, solteiro ou viúvo. As listagens eleitorais não mencionavam a cor do cidadão votante e, pelo menos nesse aspecto, não indicavam nenhuma discriminação racial; sabemos que as listas refletiam na verdade a miscigenação racial existente na cidade pela comparação que fizemos com as pessoas arroladas no censo de 55.

Pelas informações registradas, colhidas das listas eleitorais, vimos que existia a designação da profissão do cidadão votante; donde a nossa intenção de realizar uma avaliação geral da profissionalização da cidade através das listas eleitorais. Foram encontradas a qualificação das seguintes freguesias: da Penha, em 1839[37]; da Conceição da Praia e de Santo Antônio Além do Carmo, em 1846[38]; de São Pedro Velho, em 1847[39]; de Brotas e de Santana, em 1848[40]; da Penha e da Vitória, em 1851[41]; da Conceição da Praia, em 1852[42]; de Santo Antônio Além do Carmo, em 1853[43]; de São Pedro Velho, em 1857[44]; do Pilar, em 1859[45]; da Conceição da Praia e da Sé, em 1862[46] e, finalmente de Brotas em 1868[47]. Do Passo, somente foi encontrada a informação contida no resumo do censo, datando o documento de 1856[48].

Na observação das profissões ditas primárias, de lavradores e pescadores, chegamos às seguintes conclusões: lavradores em quantidades expressivas entre os votantes, eram encontrados em nítida maioria na freguesia de Brotas: 23,54%, em 1848 e 20,96%, em 1868; em proporções bem mais modestas existiam lavradores nas freguesias de Santana, Vitória e Santo Antônio Além do Carmo. Os pescadores se localizavam em números significativos na Vitória, em 1851, em Brotas, em 1848, decrescendo essas proporções, entretanto, em 68, fenômeno que diferenciava esta última freguesia daquela da Penha, a terceira, colocada na quantidade de pescadores que, de 1839 a 51, por pouco não duplicara em crescimento. A presença dos pescadores era observada em quase todas as freguesias, com exceção das de Santo Antônio, da Sé e do Passo, naturalmente porque não banhadas pelo mar.

Quanto aos artesãos e seus serviços, eram altamente quantitativos. Encontrados freqüentemente em todas as freguesias, distinguiam-se pelas altas percentagens de algumas ocupações. Os alfaiates, por exemplo,

que localizamos em altos percentuais em Brotas, Santo Antônio e na Sé, estavam, entretanto, presentes por toda a cidade; os carpinteiros, disseminados pela Salvador do século XIX, concentravam-se nas freguesias mais pobres, como na Penha, mas também existentes em altas proporções em São Pedro Velho, um dos locais mais elitistas de Salvador. Os ferreiros e os marceneiros eram profissões que também se encontravam em todas as freguesias da cidade; os sapateiros apenas não comparecem no primeiro censo da Penha; os pedreiros e os pintores são de comparecimento integral nas listagens das freguesias; e os calafates, profissão ligada aos saveiros e outras embarcações também são freqüentemente encontrados nos diversos pontos da urbe. As profissões artesanais eram freqüentes, diversificadas e numerosas.

Nas lides da administração, o empregado público é assiduamente observado nas listagens, presente com maior intensidade em São Pedro Velho e na Sé, como em Santo Antônio Além do Carmo, em Santana do Sacramento, comparecendo todavia nas demais. Os padres também habitavam todas as freguesias, com números menos significativos que os anteriores mencionados, visto que as comunidades religiosas, mesmo masculinas, não votavam. Seu maior número estava em Santana, logo em seguida em Santo Antônio, na Sé, na Conceição da Praia. Não apareciam em Brotas.

Entre as profissões liberais, os boticários-farmacêuticos e os cirurgiões-médicos representavam os maiores índices, certamente pela existência na cidade da Escola Médico-Cirúrgica, e a imediata criação do curso de Farmácia. Concentravam-se os médicos em São Pedro, em 1857, na Conceição da Praia, em 1846, na Sé, em 1862, e no Passo conforme constatado em 1855. Os advogados e os bacharéis eram ainda raros e concentravam-se os primeiros na maioria, embora de pequenos índices, na freguesia da Sé. Os professores estavam disseminados pela cidade, embora os "lentes" estivessem participando da minoria profissionalizante.

Na área do comércio e da indústria, os negociantes formavam o mais importante grupo, podemos mesmo afirmar que, no contexto urbano, as profissões predominantes, isoladas, eram os pescadores e os negociantes. Destes, fazemos especial menção aos da Conceição da Praia, em 1846,

com os percentuais de 40,19%, caindo este índice, no meado do século, em 1852, para 19,7% e reagindo, em 1862, para 20,0%. Os negociantes compareciam com igual intensidade nas outras freguesias, com ligeira exceção para as de Brotas e de Santana. Na Penha, os 24,40% de 1839 se transformaram em 10,10% em 1851. A freguesia de São Pedro equilibrava-se nos percentuais de negociantes com 20,46% em 1847 e 20,09% em 1857. Santo Antônio Além do Carmo oferecia à observação 19,89% em 1847 e 21,23% em 1853. Do Pilar, somente logramos a informação de 21,30% em 1859, justamente no tempo em que os existentes na Conceição da Praia tendiam à redução.

Os marítimos, náuticos, assim como os saveiristas e remadores alcançavam seus maiores índices percentuais na Conceição da Praia e no Pilar, na segunda metade do século XIX; eram atividades marítimas e portuárias no intercâmbio com o exterior, com as Províncias e o Recôncavo.

Dentre as profissões ligadas às artes, encontramos presente em todas as freguesias a ocupação de músico; também existentes as de artista, ator, cantor, compositor, entalhador, escultor, mestre de dança, retratista, santeiro, violeiro e outras. Mais uma vez se delineia a afirmação anterior sobre a freguesia de Santana, freqüentes nela, em proporção maior que nas outras, as ocupações relativas às artes.

Entre as funções incluídas no item "outros", os proprietários dão os maiores percentuais apontados: naturalmente neles inclusos aqueles donos de roças, pois são discriminados como existentes em maior quantidade em Santo Antônio Além do Carmo, em Brotas, na Vitória e em Santana. O Pilar e a Conceição da Praia são os menos aquinhoados na numerosa existência dos proprietários, ligados seus habitantes ao comércio e às atividades marítimas, confinadas as freguesias em estreitas faixas de terra junto ao mar, o que impossibilitava a existência das roças. Segundo apreciação já anotada, eram os proprietários, aliás não profissionais, os que viviam de rendas derivadas de imóveis, roças ou casas. Na Conceição da Praia, trabalhavam os negociantes que ali não residiam, arrolados nas listas de qualificação na freguesia de morada. O Pilar, entretanto, era residência de negociantes portugueses, proprietários de casas, escravos, pequenas indústrias, mas que preferiam denominar-se

negociantes, de onde vinham as rendas para o seu sustento, e, por vezes, de numerosas famílias extensivas.

Volvendo-nos à apreciação das grandes inclinações profissionais da população de Salvador, encontramos um povo voltado para o comércio ou o **negócio**, como o chamavam. Obtivemos dados de que o negociante era sem nenhuma dúvida majoritário sobre qualquer outro tipo de profissão no tempo estudado. Como já tivemos ocasião de afirmar, somente na Penha e na Vitória, em 1851, em Brotas, em 1848 e 1868, os pescadores sobrepujaram em quantidade os negociantes, pois esta última freguesia se estendia à orla marítima, do Rio Vermelho à Itapuã. O grande e o pequeno tipo de negócio se irmanavam sob o mesmo título: "Profissão-negócio". Aliando-se a importância dos pescadores à dos carpinteiros, que também construíam barcos, à dos saveiristas, remadores e dos marítimos e naúticos, observamos outra grande tendência: a importância que davam ao mar que envolvia a cidade, e aos transportes marítimos.

Os artesãos e os serviços artesanais eram, sem dúvida, os grandes rivais dos negociantes. Sua quantidade era apreciável, se bem que, muito diversificada, não apresentando por isso uma força de grupo, embora muito representativos no seu todo. A observação antes mencionada da desunião interna dos grupos sociais deveria forçosamente atingir a totalidade daqueles que exerciam com as mãos os seus ofícios, ou dos que trabalhavam nos serviços artesanais.

Artesãos e negociantes, contudo, formavam o binômio principal da profissionalização de Salvador. Produção e comércio ligados aos transportes marítimos tornavam esta cidade mercantilista nas décadas de 30-60, no século XIX, em núcleo de atraso ocupacional, não respeitada pelas grandes potências européias, que já começavam politicamente a exercer o imperialismo industrial e, portanto, conservada como presa de espoliação econômica, pronta para sofrer, em breve, a grande crise que iria surgir, logo após, na década de 70. Seguem-se os quadros comparativos da profissionalização. O resumido e os detalhes. Verifica-se que, especialmente na freguesia de Brotas, em 1868, as profissões eram muito concentradas, e não diversificadas como nas anteriores. O que denota, sem dúvida, um atraso em relação às demais. A freguesia de Santana demons-

trou, além de inclinação à concentração de pessoas ligadas às artes, local onde existiriam roças, pelo número de lavradores apresentados, combinando esse dado com o percentual dos proprietários.

Quadro 26. Quadro do resumo das atividades profissionais existentes nas freguesias, de 1839-1868, elaborado pela Profa. Ivone Mattos, conforme números obtidos pela pesquisa

Profissões e/ou Atividades	ANO – FREGUESIA %															
	1839	1846		1847	1848		1851		1852	1853	1856	1857	1859	1862		1868
	Penha	C. da Praia	Santo Ant°	São Pedro	Brotas	Santana	Penha	Vlt.	C. da Praia	Santo Ant°	Passo	São Pedro	Pilar	C. da Praia	Sé	Brotas
1.1. Lavrador	—	0,32	2,81	0,20	23,54	0,13	—	7,08	—	4,93	1,25	—	—	—	—	22.92
1.2. Pescador	15,21	4,11	—	2,10	24,65	0,13	27,48	29,51	8,13	—	—	0,14	0,81	3,45	—	15,18
2.1. Artesão	33,58	21,85	33,22	33,33	26,60	29,85	27,66	27,55	18,27	34,70	18,68	28,11	28,12	28,81	35,55	29,30
3.1. Serviços Artesanais	8,70	4,12	4,88	5,09	3,04	7,49	7,22	7,20	4,21	7,48	—	5,75	14,46	7,64	11,11	8,18
4.1. Adm. Pública	6,03	4,74	11,24	16,47	0,83	17,64	5,58	6,34	1,90	8,23	1,78	20,02	2,54	4,07	17,55	4,40
5.1. Igreja	0,97	1,58	1,88	1,10	—	2,50	0,63	0,51	0,84	1,85	0,71	1,26	0,31	0,16	1,85	0,46
6.1. Def. Nacional	1,21	5,69	2,82	5,49	—	4,32	1,02	2,92	4,22	1,35	0,53	3,80	1,12	2,05	0,85	1,82
7.1. Prof. Liberal	3,14	6,96	2,82	4,88	0,83	5,12	2,04	2,54	2,53	3,93	1,43	9,69	0,91	0,80	5,29	0.90
8.1. Com. e Indust.	24,40	46,20	22,14	24,25	9,70	20,19	19,09	10,05	24,06	22.49	21,89	4,54	26,47	29,57	19,61	1123
9.1. Transp. e Comunic	2,17	2,22	0,94	2,40	0,28	2,36	3,51	1,03	33,74	2,36	—	3,51	24,14	19,71	2,76	0.30
10.1 Artes	1,45	1,26	2,62	1,60	0,13	6,31	0,40	1,39	0,42	2,11	1.33	2,10	0,61	1,26	3,90	0,91
10.1 Outros	3,14	0,95	14,63	3,09	9,70	3,96	5,37	3,88	1,68	10,57	52,40	4,08	0,51	2,48	1,53	4,40
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 27. Quadro detalhado da profissionalização de Salvador

Profissões e/ou Atividades	ANO — FREGUESIA — %														
	1839	1846		1847	1848		1851		1852	1853	1857	1859	1862		1868
	Penha	c. da Praia	Santo Antônio	São Pedro	Brotas	Santana	Penha	Vitória	C. da Praia	Santo Antonio	São Pedro	Pilar	C. da Praia	Sé	Brotas
1.1. Lavrador	—	0,32	2,81	0,20	23,54	0,13	—	7,08	—	4,93	—	—	—	—	22,12
1.2. Pescador	15,21	4,11	—	2,10	24,65	0,13	27,48	29,51	8,13	—	0,14	0,81	3,45	—	15,18
2.1. Alfaiate	6,04	5,38	6,94	5,19	9,14	7,00	6,00	6,57	3.60	9,23	5,77	7,02	6,72	9,04	6.01
2.2. Anzoleiro	—	—	—	0,20	—	—	—	—	—	—	0,14	—	—	—	—
2.3. Armeiro	—	—	0,19	—	—	—	0.41	0,12	—	0.12	0,14	0,31	—	—	—
2.4. Bauleiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,12	—	0.10	0,16	—	—
2.5. Caldeireiro	—	0,63	0,19	0,20	—	—	—	—	0,21	0,12	—	0,10	—	0,08	—
2.6. Capoleiro	1,45	—	—	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2.7. Carpinteiro	15,94	5,70	8,63	13, 17	6,09	8,55	8,47	8,63	5,73	8,25	5,91	4,99	5,32	5,67	9,12
2.8. Chapeleiro	0,24	0,32	1,13	0,40	—	0,13	—	0,12	0,42	0,37	0,14	0,21	0,32	0,23	—
2.9. Charuteiro	—	—	—	—	—	0,13	—	—	0,42	0,37	0.56	0,10	1,72	1,00	0,61
2.10. Colchoeiro	—	—	0,56	0,50	—	0,13	—	0,12	—	—	0.28	—	0.16	—	—
2.11. Cordoeiro	0,48	—	—	—	—	—	0,41	—	—	0,12	—	—	—	—	0,15
2.12. Coronheiro	—	—	0,19	—	—	—	—	—	—	—	—	0,21	—	—	—
2.13. Cravador	0,24	—	0,19	0,10	—	0,13	—	—	—	0,12	0,14	—	—	—	—
2.14. Dourador	—	—	—	0,20	—	—	0,20	—	—	—	0,14	—	—	—	—
2.15. Empalhador	—	—	—	0,30	—	0,13	—	—	0,21	—	0,84	0,10	0,78	0,38	—
2.16. Encadernador	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,15	—
2.17. Espingardeiro	—	—	0,75	—	—	0,13	—	—	—	0,37	—	0,10	—	—	—
2.18. Ferrador	—	—	—	0,10	—	—	—	—	—	0.12	0,14	—	—	—	—
2.19. Ferreiro	4,35	0,95	1,50	1,20	0,28	0,52	3,10	1,48	1,27	2,34	0,98	2,85	1,25	1.61	0,16
2.20. Fogueteiro	0,24	—	1,13	0,50	—	0,13	0,20	—	—	0,87	0,28	—	—	—	—
2.21. Funileiro	1,21	0,32	0,75	0,10	—	0,13	0,41	0,12	0,42	0,24	0,70	0,51	0,32	1,76	—
2.22. Laloeiro	0,97	—	0,94	0,40	—	0,13	0,41	0,25	—	0.87	0,28	1,02	0,46	0,38	0.46
2.23. Lavrante	—	—	0,19	—	—	0,13	—	—	—	0,12	—	0,21	0,16	—	0,61
2.24. Marceneiro	0,73	3,43	1,88	2,49	1,11	3,15	0,63	1.36	2,61	3,08	4,08	3,97	5,63	5,59	3,95
2.25. Ourives	1,45	0,32	2,44	2,69	4,16	3,15	1,65	2,70	—	2,22	3,09	1,02	0,78	1,76	3,03
2.26. Polieiro	—	0,32	—	1,10	—	0,13	—	0,12	0,21	—	0,84	—	0,32	—	—
2.27. Relojoeiro	—	—	0,56	—	—	—	0,20	—	—	0,24	—	0,21	0,16	0,08	—
2.28. Sapateiro	—	3,16	3,19	3,39	5,82	4,35	3,51	4,94	2,33	3,82	3,66	3,77	3,91	7,20	2,88
2.29. Seleiro	0,24	—	—	0,10	—	—	0,20	—	—	0,50	—	0,10	—	—	—
2.30. Serrador Serreiro	—	—	—	—	—	0.26	—	—	0.21	—	—	0,31	—	0,08	—
2.31. Serralheiro	—	—	1,31	0,70	—	0,26	0,63	0,12	0,21	0,37	—	0,10	—	0,08	0.15
2.32. Tamanqueiro	—	0,32	—	—	—	0,13	—	—	—	0,24	—	—	—	0,08	—
2.33. Tanoeiro	—	0,95	0,56	0,20	—	0,92	1,03	0,90	0,42	0,24	—	0,71	0,32	0,23	0,61
2.34. Tecelão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,12	—	—	0,16	—	—
2.35. Torneira	—	—	—		—	0,13	0.20	—	—	0,12	—	0,10	0,16	0,15	0,30
3.1. Barbeiro	—	0,32	—	—	—	0,13	—	—	0,21	—	0,14	0,92	—	0,31	0,15
3.2. Bolieiro	—	—	—	—	—	0,13	—	—	—	—	—	0,10	—	0,08	—
3,3. Cabouqueiro	—	—	—	—	—	0,26	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3.4. Calafate	—	0,95	—	0,50	0,55	0,39	1,86	0,12	1,27	0,24	0,84	0,71	0,78	0,61	0.30
3.5. Canteiro	1,45	—	0,19	0,10	—	—	—	—	0,21	—	—	0,21	1,72	—	—
3.6. Capataz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,24	—	0,10	1,09	—	—
3.7. Carvoeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,38	—
3.8. Construtor	—	—	—	0,20	—	—	—	—	0,21	—	—	—	—		—
3.9. Corrieiro	—	—	—	0,20	—	0,13	0,20	0,38	—	—	0,28	0,82	—	0,23	0,15
3.10. Estivador	—	0,63	—	0,10	—	—	—	—	0,21	0,12	0,14	3,05	—	—	—
3.11. Feitor	—	—	—	0,10	—	0,39	—	—	—	—	0,14	—	—	—	—
3.12. Impressor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,16	—	—
3.13. Jornaleiro	—		—	—	—	—	—	—	—	0,12	—	1,93	—	—	0,15
3.14. Padeiro	—	0,32	0,19	0,30	—	—	0,20	—	0,63	0,12	—	—	—	—	—
3.15. Pedreiro	5,56	1,26	2,81	1,89	1,38	3,43	4,33	5,67	0,84	4,06	2,11	5,30	1,09	5,36	5,61
3.16. Pintor	0,97	0,32	1,12	1,10	1,11	2,24	0,63	1,03	0,42	1,97	1,26	1,12	0,93	2.30	1,61
3.17. Polidor	—		—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,10	0,16	—	0,15
3.18. Servente	—		—	—	—	—	—	—	—	0,12	—	—	—	0,61	—
3.19. Surrador Couro	—	—	0,19	—	—	—	—	—	—	0,12	—	—	—	—	—
3.20. Taberneiro	—	—	0,19	—	—	—	—	—	—	—	—	0,10	—	0,08	—
3.21. Tipógrafo	0,72	0,32	0,19	0,60	—	0.26	—	—	0,21	0,37	0,84	—	0,62	0,84	—
3.22. Trabalhador	—	—	—	—	—	0,13	—	—	—	—	—	—	1,09	0,31	—
4.1. Aferidor	—	—	—	0,10	—	—	0,20	—	—	—	—	—	—	—	—
4.2. Ajudante de Intendente	—	0,63	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4.3. Aposentado em Adm. Pública	—	—	—	—	—	0,13	0,41	—	—	—	—	—	—	—	—
4.4. Avaliador	—	—	—	0,20	—	—	—	—	—	0,12	0,28	—	—	0,08	—
4.5. Bibliotecário	—	—	——	—	—	0,13	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4.6. Carcereiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,24	—	—	—	—	—
4.7. Censor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,99	—
4.8. Coletor	—	—	—	—	—		—	—	—	—	—	—	—	—	—

Profissões e/ou Atividades	ANO — FREGUESIA— %														
	1839	1846		1847	1848		1851		1852	1853	1857	1859	1862		1868
	Ponha	C. da Praia	Santo Antonio	São Pedro	Brotas	Santana	Penha	Vitória	C. da Praia	Santo Antonio	São Pedro	Pilar	C. da Praia	Sé	Brotas
4.9. Desembargador	0,24	—	—	0,90	—	0,26	—	0,38	—	—	0,70	—	—	0,31	—
4:10. Empregado Público	5,07	3,16	8,44	12,77	0,83	11,22	2,48	4,85	1,48	6,03	16,52	2,24	2,50	9,96	3,95
4.11. Empregado em Obras Públicas	—	0,32	0,19	—	—	0,13	—	—	—	0,50	—	—	—	0,84	—
4.12. Escrevente	—	—	—	0,20	—	1,71	0,63	—	—	0,24	0,28	—	0,16	1,15	—
4.13. Escriturário	—	—	1,12	0,20	—	—	0,20	—	—	0,12	0,14	—	—	—	—
4.14. Escrivão	0,24	—	0,37	0,20	—	0,26	0,20	0,25	0,21	0,12	0,56	—	0,16	1,00	0,15
4.15. Faroleiro	—	—	—	—	—	—	—	0,38	—	—	—	—	—	—	—
4.16. Fiel	—	0,32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,15	—
4.17. Fiscal	0,24	—	0,19	0,30	—	0,52	0,63	0,12	—	—	—	—	—	—	—
4.18. Intendente	—	0,31	—	—	—	—	—	—	0,21	—	—	—	—	—	—
4.19. Guarda da Alfândega	—	—	—	0,30	—	1,58	—	—	—	—	—	—	0,93	—	—
4.20. Juiz	—	—	—	—	—	0,13	—	0,12	—	—	0,28	—	—	0,15	—
4.21. Oficial de Justiça	—	—	0,37	0,10	—	0,39	0,63	0,12	—	0,24	0,42	—	—	0,38	0,15
4.22. Oficial de Registro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		0,46 .	—
4.23. Pregoeiro	—	—	0,19	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4.24. Procurador	—	—	0,37	1,00	—	0,79	0,20	0,12	—	0,62	0,84	—	0,16	1,00	0,15
4.25. Protocolista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,10	—	—	—
4.26. Secretário do Governo	—	—	—	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4.27. Tabeliáo	—	—	—	—	—	0,26	—	—	—	—	—	0,10	—	0,08	—
4.28. Zelador	0,24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,10	0,16	—	—
5.1. Arcebispo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,08	—
5.2 Cônego-Padre-Sacerdote	0,97	1,58	1,88	0,90	—	2,24	0,63	0,51	0,84	1,73	1,26	0,31	0,16	1,01	0,40
5.3. Sacristáo	—	—	—	0,20	—	0,13	—	—	—	0,12	—	—	—	0,08	—
5.4. Sineiro	—	—	—	—	—	0,13	—	—	—	—	—	—	—	0,08	—
6.1. Alferes	—	—	0,19	1,59	—	1,32	—	0,38	0,21	0,12	—	—	—	—	1,67
6.2. Brigadeiro	—	—	—	—	—	—	—	0,12	—	—	—	—	—	0,08	—
6.3. Capitáo	—	—	0,19	0,80	—	0,79	—	0,51	0,84	—	0,14	—	0,32	0,08	—
6.4. Chefe de Policia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6.5. Coronel	—	—	0,19	0,10	—	0,52	—	0,12	0,21	0,12	0,14	—	—	—	—
6.6. Empregado do Arsenal	—	3,16	—	—	—	—	—	—	1,48	—	—	—	—	0,08	—
6.7. General	—	—	—	0,10	—	—	—	—	—	—	0,14	—	—	—	—
6.8. Major	—	—	0,19	0,50	—	0,39	—	0,51	—	—	—	—	—	—	—
6.9. Marinheiro	—	0,95	—	—	—	0,13	—	—	0,21	—	—	—	0,32	—	—
6.10. Militar	0,97	0,63	0,75	0,40	—	0,13	0,41	—	—	—	1,69	1,12	0,16	0.08	—
6.11. Oficial	0,24	—	1,31	0,10	—	0,13	0,20	0,38	—	0,99	1,69	—	—	0,15	0,15
6.12. Policia	—	—	—	0,10	—	0,13	—	—	—	—	—	—	—	0,38	—
6.13. Reformado	—	0,63	—	0,60	—	0,39	0,41	—	—	0,12	—	—	—	—	—
6.14. Sargento	—	—	—	—	—	—	—	—	0,21	—	—	—	—	—	—
6.15. Tenente	—	0,32	—	1,20	—	0,39	—	0,90	1,06	—	—	—	1,25	—	—
7.1. Advogado	—	—	—	0,50	—	0,39	—	—	—	—	1,26	0,10	—	1,68	0,30
7.2. Agente	—	—	0,19	—	—	—	—	—	—	0,74	0,14	—	—	—	—
7.3. Bacharel	0,24	—	0,19	0,40	—	—	0,20	0,25	—	0,12	0.98	0.10	—	—	—
7.4 Boticário-Farmacêutico	0,24	0,95	0,75	0,69	—	0,13	0,20	—	—	0,50	0,98	11,10	—	0,31	—
7.5. Clrurgião-Médico	1,45	2,21	0,94	1,79	0,28	2,24	0,20	0,64	1,27	1,35	4,79	0,61	0,16	2,45	0,15
7.6. Corretor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,14	—	0,16	—	—
7.7. Diretor de Colégio	—	0,31	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7.8. Doutor	—	—	—	—	—	—	—	0,64	—	—	—	—	—	—	—
7.9. Doutor em Leis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7.10. Empregado	—	2,21	—	—	—	0,52	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7.11. Enfermeiro	—	0,32	—	—	—	—	—	—	0,42	—	—	—	0,16	0,08	0,15
7.12. Engenheiro	—	0,32	—	—	—	—	—	—	—	0,12	0,28	—	—	—	—
7.13. Estudante	—	—	—	—	—	0,26	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7.14. Lente	—	0,32	—	—	—	0,13	—	0.12	—	0,12	—	—	—	—	0,30
7.15. Professor	1,21	0,32	0,75	1,50	0,55	1,45	1,44	0,77	Ó,84	0,93	1,12	—	0,32	0,77	—
8.1. Capelista	—	—	—	0,20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8.2. Caixeiro	—	6,01	1,12	3,39	—	5,15	—	—	4,67	1,10	0,84	1,42	8,76	4,37	0,61
8.3. Guarda-livros	—	—	0,75	0,10	—	0,26	0,20	—	0,21	0,12	0,56	0,31	—	—	—
8.4. Industriário	—	—	0,19	—	—	—	—	—	—	—0,12	—	0,10	—	—	—
8.5. Livreiro	—	—	0,19	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	0,78	0,15	—
8.6. Lojista	—	—	—	—	—	1,18	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8.7. Negociante	24,40	40,19	19,89	20,48	9,70	13,60	18,89	10,05	19,18	21,15	20,14	24,84	20,03	15,09	10,62
9.1. Armador	—	—	0.56	0.10	—	0.66	—	—	0.21	0,50	0,56	0.10	0,62	0,77	—
9.2. Despachante	—	—	0,19	0.90	—	0.79	0.63	1.03	0,42	0,50	1.55	—	0,16	0,38	0.30

Profissões e/ou Atividades	ANO - FREGUESIA- %														
	1839	1846		1847	1848		1851		1852	1853	1857	1859	1862		1868
	Penha	C. da Praia	Santo Antônio	São Pedro	Brotas	Santana	Penha	Vitória	C. da Praia	Santo Antônio	São Pedro	Pilar	C. da Praia	Sé	Brotas
9.3. Embarcadiço	—	—	0,19	0,80	0.28	0,52	—	—	—	—	—	—	—		—
9.4. Escrivão da Armada	—	—		—	—	—	—	—	—	—	—	—	0.16		—
9.5. Maquinista	—	—	—	—	—	—	—	—	—			0.21	—		—
9.6. Marítimo-Náutico	2.17	1,90	—	0.60	—	0,13	2.68	—	24.20	0.74	1,26	7,74	2.19	0,46	—
9.7. Piloto	—	—	—	—	—	0.13	—	—	0.42	0.12	—	—	0,16	—	—
9.8. Postihão	—	—	—	—	—	0.13	—	—	—	—	—	—	—	0,15	—
9.9. Prático	—	—	—	—	—	—	0.20	—	—		—	—	0.62	—	—
9.10. Saveirista Remador	—	0.32	—	—	—	—	—	—	8.4	0,50	0.14	16.09	15,80	1.00	—
10.1. Artista	—	—	0.19	0.10	0,28	0,26	—	—	—	0.62	0,84	0,10	0.46	0,69	0.61
10.2. Ator Cômico	—	—	—	—	—	0.13	—	0.12	—	—	—	—	—	—	—
10.3. Cantor	—	—	—	—	—	—	—	0,51	—	—	—	—	—	0,69	—
10.4. Compositor	—	0,31	—	0,10	—	0,79	—	—	—		0,14	—	0,32	0,08	—
10.5. Entalhador	—	—	0,56	—	—	0.52	0,20	—	—	—	—	—	0.16	—	—
10.6. Escultor	—	0.31	0.37	—	—	0.66	—	—	0,21	0.50	—	—	—	0.15	—
10.7. Guarda de Teatro	—	—	0.19	0,10	—	0.13									—
10.8. Mestre de Dança	—	—	0,19	—	—	—									—
10.9. Músico	0,97	0.32	0.56	1.00	0.55	3.43	0,20	0,64	0.21	0.87	0,98	0.41	0.32	2.14	0,30
10.10 Ponto de Teatro	—	—	—	—	—	0.13	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10.11. Retratista	—	0,32	—	0,30	—	—	—	—	—	—	0.14	—	—	0,15	—
10.12. Santeiro	0,46	—	—	—	—	0,13	—	—	—	—	—	—			—
10.13. Violeiro	—	—	0.56	—	—	0.13	—	0,12	—	0.12	—	0.10			—
11.1 Mestre	—	—	—	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—			—
11.2 Patrão	—	0,63	—	—	—	—	—	—	0,84	—	—	—	1,55		—
11.3 Proprietário	3,14	0,32	14.63	2,99	9.70	3.96	5,37	3,88	0,84	10.57	4,08	0.51	0.93	1.53	4,40
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Notas

[1] DUBY, Georges. *La Societé aux XI^e et XIII^e slécles dans la région Mâconnaise,* 1953. Citação em ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro, Zahared. 1978. Tradução de Dora Flaksman, da3a. ed, pela Ed. du Seuil, Paris, 1973, p. 213.

[2] AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador. op. cit*. p.13.

[3] JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. *Catálogo Genealógico das Principais Famílias...* R. do Inst. Geog. e His. da Bahia, e do Inst. Genealógico da Bahia, 1-4 (1945-1948).

[4] A.H.U. Na lista de D. Luísa da Fonseca. doc: 3.140.

[5] COSTA, Pe. Avelino de Jesus. *População da cidade da Bahia em 1775. In: Atas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,* Coimbra, 1964, v. 1, p. 191-274, com 6 estampas, estampa 3.

[6] ARQUEB S. J. maço 7.216, doc. 3.

[7] SILVA, Accíoli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia,* anotadas pelo Dr. Brás do Amaral, v. III, p. 222: "Que o des. Câmara também fazia negócios por intermédio de uma mulata rica intitulada *Cebola,* que constava ter se casado ocultamente com o negociante Inocêncio José da Costa"[...].

[8] Memórias de O. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt.

[9] Inventários, partilhas e processo de divórcio encontrados na Seção Judiciária do ARQUEB, acerca dos descendentes de Antônio Pedroso de Albuquerque.

[10] CAMPOS, Joaquim Cajueiro. *Doutrina-da Constituição-Synodal.* Bahia;-tip. do C. Mercantil de R. Lessa & Cia, 1847, p129-9.

[11] ARQUEB S. H. Presidência da Província, Judiciário - Qualificação maço 2.808.

[12] FLANDRIN, Jean Louis. *Familles, parenté, maison, sexualité...* Paris, Hachette. Le Temps les hommes. 1976, p.116.

[13] SILVA, Antônio. *Coleção da Legislação Portuguesa.* 1775-1790. Lisboa, Tipografia Maigrense, 1828, p. 360.

[14] CAMPOS, Joaquim Cajueiro. *op, cit*, p.101-135.

[15] ARQUEB S. J. Livro de Notas da Capital, n. 372, fls. 32-3.

[16] Chama-se aqui a atenção de que, em 1863, ainda vigoravam as Ordenações Filipinas como legislação brasileira.

[17] ARQUEB S. J. Livro de Notas da Capital, n. 272, fls. 265v.

[18] Memórias de D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt.

[19] DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal em Sergipe.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 31 "Monsenhor Silveira de Estância" [...].

[20] Manuel José Estrela, lente de cirurgia da Escola médico-cirúrgica.

[21] AMADO, Jorge. *Teresa Batista Cansada de Guerra.* São Paulo, Martins, 1972, p. 119.

[22] ARQUEB S.H. Presidência da Província, Judicário, Juízes de Paz. 1827-1837, maço 2.688,

[23] *Coleção de Leis, decretos e alvarás* que compreende o feliz reinado de El Rei Fidelíssimo D. José. O I, Lisboa, Of. de Antônio Galhardo, 1761-69, p. 504-513.

[24] *Idem*, *idem*.

[25] *Idem*, *idem*.

[26] *Idem*, *idem*.

[27] ARQUEB S.H. Presidência da Província. Recenseamento, maço 1.602.

[28] AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador,* p. 212-213.

[29] ARQUEB S.H. Arcebispado, maço 5.206. Circular para a fiel observação da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, assinado pelo Conde de São Salvador.

[30] FREITAS, Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis.*

[31] CHAUNU, Pierre. *A História como Ciência Social.* Rio de Janeiro. Zahar, p.472.

[32] FLANDRIN, Jean Louis. *op. cit*. p. 66.

[33] SALGUEIRO, F. S. Moreira. *Notícia das Igrejas da Capital da Bahia.* Anais do Arquivo do Estado da Bahia, 46: p.47.

[34] SILVA LIMA, José Francisco (dr.). *A Bahia de há 66 anos.* Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia XV. 93-117 p. 115.

[35] SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império.* Brasília, Senado Federal, 1979, p. 211.

[36] *Idem*, *idem*. p. 211-212.

[37] Penha -1839 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.814.

[38] Conceição da Praia -1846, ARQUEB S.H. Presidência da Província Judiciário - Qualificação, maço 2.825. Santo Antônio Além do Carmo -1846, ARQUEB S.H. Presidência da Província -Judiciário - Qualificação, maço 2.825.

[39] São Pedro Velho - 1847, ARQUEB S.H. Presidência da Província Qualificação, maço 2.825.

[40] Brotas - 1848, ARQUEB S.H. Presidência da Província - Qualificação maço 2.825.

[41] Penha -1851, ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.822.

[42] Vitória - 1851, ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiário - Qualificação, maço 2.810.

[43] Santo Antônio Além do Carmo -1853 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.806.

[44] São Pedro Velho - 1857 ARQUEB. S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.821.

[45] Pilar -1859 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.814.

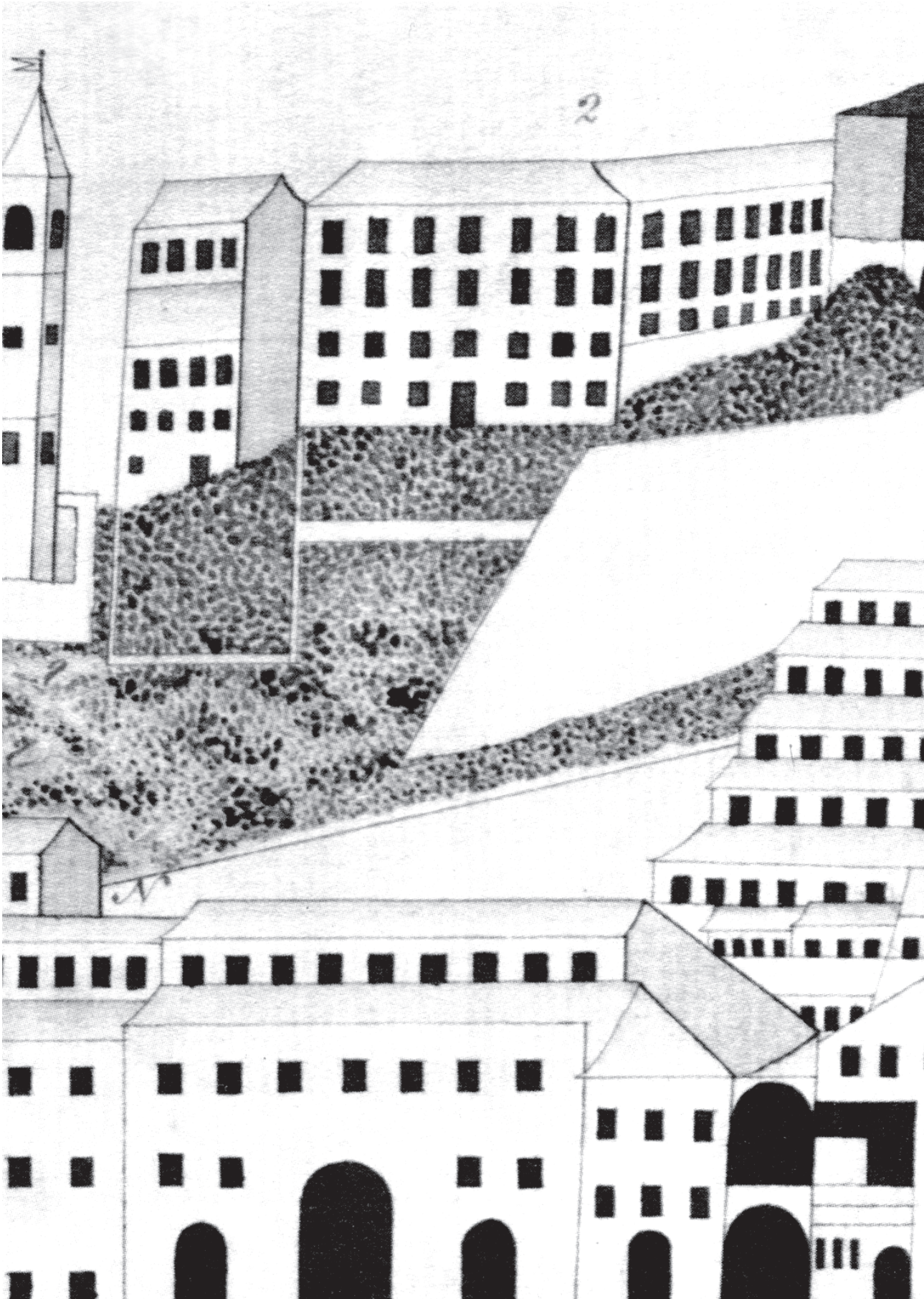
[46] Conceição da Praia - 1862 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.M8 Sé -1860 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.808.

[47] Brotas - 1868 ARQUEB S.H. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação, maço 2.821.

[48] Resumo do recenseamento realizado na freguesia do Passo, ARQUEB S.H. Presidência da Província - Governo - Qualificação, maço 2.814.

Capítulo IV

As epidemias. O *cholera morbus* e a febre amarela como fatores de involução populacional da cidade do Salvador

2

As epidemias. O *cholera morbus*

A historiografia européia dá grande atenção ao estudo das epidemias no passado. Os trabalhos realizados por Elisabeth Carpentier e Goubert *et alli* procuraram conhecer os movimentos de longa duração ocasionados pelas epidemias, a perda material da prosperidade e mesmo a falta de confiança moral entre os grupos sociais. Tal situação foi principalmente observada nos séculos XIV e XV. Os períodos da História pós epidêmicos eram reconhecidos por longos declínios econômicos, alta de preços, a terra abandonada sem cultivo. Sinais de mudanças e alterações foram observados sob o ponto de vista social, quando o povo descontente se revoltava contra os governantes, ocasionando transformações na ordem social e econômica estabelecida, e mudanças entre aqueles que compunham o Estado. A grande epidemia conhecida dessa época foi a *Black Death* que assolou toda a Europa com perda de vidas considerável. Em cem anos a população reduziu-se à metade e cerca de mil vilas desapareceram.

Além do que efeitos psicológicos foram observados, como a insegurança e o constante pavor da morte levaram o homem aos excessos de misticismo e a uma morbidez insana.

Fundamentados nesses estudos das grandes epidemias na Europa, foram feitas indagações relativas ao cólera na Bahia,[1] de cunho social e

econômico. Em que tipo de conjuntura a epidemia se teria manifestado? Em período de depressão ou de prosperidade? A epidemia seria causa ou conseqüência de um dado momento conjuntural? Ou dele independia? A epidemia teria influído na organização espacial da cidade? Ela encontrava ou gerava fome? Em que tipo de clima social se manifestava? De paz, tensão ou crise? Quais as camadas da população ceifadas? Qual a faixa etária atingida? O sexo, feminino ou masculino? Trouxera a epidemia alguma modificação na composição racial ou social nas áreas nas quais teve mais atuação? E o regime de governo, permanecera o mesmo?

São realmente indagações fundamentais, para um surto epidêmico de mais longa duração que aquele observado na Bahia, nos meados do século XIX, que não chegou a modificar estruturas sociais e políticas, mas atingiu as conjunturas demográficas, econômicas e mentais.

Visando a estudar os surtos epidêmicos do século XIX, no sentido de verificar se eles contribuiram na involução da população da cidade do Salvador, encontramos, de alguma forma, a mesma barreira criada pela falta de elementos seriados que nos fornecessem dados gerais para um estudo aprofundado das epidemias, embora algumas das respostas àquelas indagações já possam ser formuladas pela descoberta de documentação, não obstante incompleta sobre o assunto, concernente à cidade que nos prende a atenção.

Naturalmente que a preocupação maior de quem adota como tema os surtos epidêmicos de Salvador, é de conhecer, tão profundamente quanto permita a documentação, o mal do cólera que atacou esta cidade nos meados do século XIX, mais precisamente no ano de 1855. E, na impossibilidade de voltar-se totalmente para o estudo baseado nos métodos da historiografia moderna, procurar fazê-lo também sob o ponto de vista tradicional, buscando rever, pelo exame da documentação levantada, o ambiente de medo que se apossou da cidade, medo de que muitos anos depois ainda se ressentia, quando era retomada a lembrança do que acontecera na época do surto epidêmico. Como, por exemplo, uma carta do cônego João José de Miranda[2], em 1861 "mesmo quando a mão do Senhor tem descarregado sobre essa cidade os flagelos de sua divina justiça, sendo aliás a freguesia da Sé uma das mais perseguidas nesta oca-

são". E, em documentação oficial, com a designação de médicos e estudantes de medicina[3], instruídos para alertarem os poderes públicos de qualquer sinal evidente da moléstia, não somente em Salvador, como também em outras cidades e vilas do interior da Província.

Era como se o século XIX, na Bahia, houvesse se dividido ao meio; um anterior, outro posterior à grande epidemia de **chólera morbus** que nela se desencadeou, trazendo como conseqüência o medo e o pânico. Dezenas de anos após, ainda se falava "no tempo da epidemia", e comentários sobre a peste atravessaram gerações. Sempre ficou uma indagação do que, na realidade, se passou durante aquele ano de horror da peste epidêmica.

Antes do calamitoso surto de **chólera morbus,** a situação de salubridade da cidade era sempre periclitante. Grande parte da população estava convivendo, havia séculos, com certas doenças endêmicas: a febre amarela, da qual houvera um surto epidêmico em 1850, as febres tifóides, as afecções cutâneas e o mal das bexigas[4], se bem que para essa última já existissem as vacinas, sendo mais ou menos controlada pelo Conselho de Salubridade, criado pelo Governo da Província. Embora fosse o uso das vacinas procedimento importado, muitos estrangeiros imigrantes ainda mostravam, na pele de suas faces, os vestígios das lesões da varíola, quando se apresentavam na Polícia para conseguir o título de residência permanente na cidade.

Ainda eram freqüentes as "febres intermitentes", tanto graves como benignas, as catarrais, as perniciosas e biliosas, a tísica, o sarampo e tantas outras moléstias mais ou menos graves para a época. Eram vítimas especialmente dessas febres os imigrantes estrangeiros, que não ofereciam tanta resistência aos germes tropicais, e eram por eles vitimados. Como também as pessoas que visitavam pela primeira vez a perigosa cidade, exposta às moléstias que ali ingressavam por via marítima, mas por sua vez, transmitindo os males a que se lhe encontravam ligados inseparavelmente. De quando em vez, recrudescia um surto de febre amarela de caráter epidêmico, e muitos homens e mulheres do além-mar, ou mesmo nacionais, debilitados por uma outra razão, eram recolhidos em hospitais e muitos morriam, apesar dos socorros recebidos.

Segundo o relato de um médico baiano, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, que presenciou a epidemia e auxiliou nas providências tomadas para seu controle e tratamento, o dr. Domingos Rodrigues Seixas, sabemos de muitos pormenores do mal que atacou a Capital e toda a Província, mormente o Recôncavo, em 1855[5].

Conta ele que, durante o mês de maio de 1855, alguns escravos morreram repentinamente. Atribuiram suas mortes a apoplexia que se seguia a uma gastrite aguda, apresentada pelos doentes. Culpava-se, principalmente, o mau estado da carne que se vendia e era ingerida pela população, pelo surgimento do novo mal. O gado estava morrendo e sua carne vendida e consumida pelo povo. O Presidente da Província já estava, a esse tempo, informado de que uma epidemia de cólera grassava na Província do Pará, e ficava realmente indeciso entre informar tão grave notícia à população, ou guardar segredo para não alarmá-la. Optou por uma solução intermediária: participou à Comissão de Higiene Pública o que estava sucedendo naquela Província do Norte.

Subitamente o mal colérico assaltou a cidade. Dois homens que viviam de arpoar baleias, moradores na povoação do Rio Vermelho, foram atacados de cólera fulminante. Era o dia 19 de julho de 1855. Dois dias após, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, em uma casa perto do Convento dos Carmelitas, foram atacados uma mulher e um menino. Dessa vez, houve oportunidade para que alguns médicos fossem observar a desconhecida moléstia, e pela narração dos sintomas compreenderam que aqueles doentes haviam sucumbido do cólera. A 23 de julho, na freguesia de Santana, na Rua do Castanheda, foram vitimadas duas mulheres, habitantes da casa de um soldado de Polícia, chegando-se à conclusão de que havia sido novamente o cólera. A Comissão de Higiene manifestou-se nessa ocasião, observando que fizera a autópsia em uma das mulheres e acompanhara a moléstia da outra, devido aos “rumores ainda incertos que corriam pela cidade do Salvador” de que a epidemia do cólera se estava nela iniciando.

Que mal era esse que estava vitimando subitamente pessoas desprevenidas, matando rapidamente, manifestando-se em pontos diferentes da cidade? O cólera já existia desde a antiguidade, e na Índia revestia-se

de forma endêmica. Uma grave epidemia de cólera manifestou-se, entretanto, naquele país, em 1826, atacando, durante certo espaço de tempo, as regiões orientais, e alcançando a Europa por via da Rússia. Nos países europeus, a epidemia se instalou no decurso de longo tempo. Diminuia de intensidade, depois aumentava.[6] Foram assim atacados de epidemia de **cholera morbus** a Alemanha, a França, a Itália, a Grã-Bretanha. A Espanha e Portugal, em 1854, sofreram dois surtos desse mal. O Brasil foi, por sua vez, atingido, tendo-se a epidemia em nosso país iniciado na Província do Pará, chegando à Bahia em meados de 1855.

Houve séria suspeita de que essa doença ingressara em Salvador, trazida por navios, em duas diferentes versões. A primeira, pelo brigue inglês de nome "Mercury", cujo Capitão, William Brine, morrera a bordo do navio ancorado na baía de Todos os Santos. O doente, depois da morte, havia adquirido uma coloração azul. Segundo o depoimento de um dos médicos mais destacados de Salvador da época, o dr. E.G. Fairbanks, o Capitão teria morrido de cólera. O brigue "Mercury" havia chegado à Bahia nos últimos dias de março, com uma grande partida de bacalhau, provavelmente contaminado. Essa embarcação teria escalado em Saint John, no Caribe, onde grassava a epidemia. Consultada, entretanto, a Comissão de Higiene, o delegado de Saúde não acatou a opinião defendida pelo médico, mas anunciou que o Capitão havia perecido de febre amarela.[7] Teria havido casos esporádicos de cólera, transferidos pelo consumo do bacalhau transportado pelo citado brigue, antes de haver-se manifestado com toda violência a grande epidemia, a partir de julho de 1855? É improvável, embora essa possibilidade tenha sido levada em consideração.

Outros, entretanto, afirmavam, com maior segurança, que o vapor "Imperatriz", vindo do Pará, onde já estava grassando o **cholera morbus,** e em Salvador procurado abrigo, no dia 20 de julho, fora o responsável do deflagrar da epidemia, pois havia permitido o desembarque de um colérico.

De qualquer forma, instalara-se a epidemia em Salvador, mas tão insidioso apresentava-se esse mal, pela maneira irregular de aparecer, variando de intensidade naqueles que atacava, ou apresentando-se em

diferentes pontos da cidade, que nesse início de surto epidêmico era difícil deparar-se com a realidade. Daí a pouco tempo, porém, não havia mais dúvida. Os dias restantes do mês de julho decorreram com vítimas diárias, de 8 a 10 pessoas, na povoação do Rio Vermelho. A população desse núcleo recolheu-se à cidade, alguns já atacados de cólera, outros morrendo pelo caminho, antes de chegar ao destino[8].

Certo é que as condições de higiene da cidade eram muito precárias e contribuíam naturalmente para o rápido alastramento do mal. As habitações das pessoas de categoria inferior e as dos escravos eram pouco arejadas, e nelas não entrava bastante sol, o maior agente profilático dos trópicos. Muitas das casas eram edificadas nas encostas das montanhas, tendo por paredes as rochas, ou mesmo a terra. Expunham-se diariamente ao calor e à umidade, péssimas condições para habitações, mas ambiente ideal para convenientemente abrigar germes e bactérias.[9] A falta de asseio, a deficiência de espaço, a cozinha acumulando lixo, sem lavagem anos a fio, eram naturalmente condições propícias à existência e à propagação de moléstias. Não existiam meios para ser levados para fora da cidade os despejos e outros detritos, que ficavam depositados em pátios ou quintais, ou lançados nas ruas, nas praças, nas praias ou nos rios e riachos. Existiam pelas ruas o que chamavam na época de "esterquilíneos", monturos de lixo de diversas origens.[10] Esses grandes depósitos de imundícies aumentavam sempre em extensão eram verdadeiros focos de contaminação que se formavam na cidade. Moscas e mosquitos completavam o ciclo de transmissão das doenças, levando-as às pessoas que habitavam distante desses monturos.

As substâncias pútridas líquidas e águas do serviço doméstico escoavam por canos descobertos, e seguia pelas ruas, vindo dar em outros esgotos subterrâneos, ou continuando seu caminho pelo meio das vias públicas, geralmente correndo para os rios ou para o mar. Na Sé, que era a principal freguesia administrativa da Cidade, onde se achavam os prédios do poder público, existiam canos subterrâneos que deveriam servir de esgotos, mas que se apresentavam em lastimável estado, geralmente obstruídos, por serem mal construídos. Ali estavam também valas descobertas, repletas de águas podres, envolvendo matérias orgânicas e até

restos de cadáveres de animais. Essas valas se desviavam de pátios e quintais por onde passavam e se introduziam pela parte inferior das habitações, tomando as mais diversas direções. Toda essa terrível falta de higiene era observada na freguesia da Sé, uma das mais importantes e povoadas da cidade, e de cujas casas e seus respectivos pátios e quintais exalavam "fétidos gases de putrefação".[11]

Justamente nos locais mais próximos aos "esterquilíneos", em três pontos distantes, foi onde surgiram os primeiros casos do **cholera morbus,** como já tivemos ocasião de enunciar: na freguesia de Santo Antônio, perto do Convento dos Carmelitas, local em que estava situada a vala da cidade; na rua do Castanheda, próximo ao mesmo local onde se encontrava uma das ramificações da mesma vala, e na povoação do Rio Vermelho, na foz do rio Camarogipe, que recebia das águas do rio das Tripas todas as imundícies, pois era esse o rio que também servia de esgoto público da cidade.

O vibrião colérico tinha pois o ambiente propício para alastrar-se com violência. O governo da Província não havia tomado nenhuma providência no sentido de deter a epidemia, ou, pelo menos, de prevenir-se, no caso de ela estender-se pelo país, vinda da Província do Pará. Entretanto, logo ao aparecerem os primeiros casos, movimentou-se rapidamente no sentido de socorrer a população. Reuniu um corpo médico, no qual figuravam os lentes da Faculdade de Medicina, membros do Conselho de Salubridade e do Conselho de Higiene. Quando algum ponto da cidade estava ameaçado, era imediatamente visitado por médicos ou acadêmicos de medicina pertencentes ao grupo daqueles que se propunham combater a epidemia.[12]

Foram publicados e postos ao alcance de toda a população instruções sanitárias, conselhos médicos; estabeleceram-se visitas domiciliares; abriram-se postos sanitários; forneceram-se remédios para os pobres que se tratavam em suas casas. Comissões paroquiais eram incumbidas do tratamento das camadas inferiores da população, proporcionando-lhes, além de cuidados médicos, alimentação e mesmo vestuário. Foram convocados estudantes de medicina e enfermeiros, alguns para reforçar o tratamento nos postos sanitários, outros para que se incumbissem de vigiar a inumação dos cadáveres, auxiliados pela força da Polícia e da Marinha. Os

escravos especialmente foram utilizados nessa emergência. No princípio, não eram proibidos os enterros nas igrejas e nas capelas[13], mas logo que houve consciência da falta de higiene proveniente desse costume tradicional, interditaram esses funerais, tão ao gosto da população e dos associados das Irmandades, e os corpos foram levados aos cemitérios. As vítimas da epidemia eram transportadas para serem enterradas nos cemitérios da Maçaranduba, da Santa Casa e do Campo Santo, também pertencentes à mesma Irmandade. Muitas vezes, porém, no auge da violência da epidemia do **cholera morbus**, quando essa fazia muitas vítimas em certas casas, um pai devotado, um marido zeloso, ou mesmo um filho dedicado, repugnavam-se em ver e deixar recolher seus mortos, entes queridos, pela carroça pública que passava para levá-los à vala comum, em "repelente promiscuidade", pois ali ficavam "os restos do homem de mérito, da virgem pura, da mulher virtuosa, juntos com os do assassino, do malfeitor, de todos eses seres que são o opróbrio da humanidade"[14]. Sendo assim, pais, maridos e filhos iam, na calada da noite enterrar, compungidamente, as vítimas que lhes eram tão caras, os corpos de suas esposas ou filhas, ou pais e irmãos, em algum lugar do quintal, de suas casas. Muitas mortes não foram, por essa razão, registradas e jamais pôde seu número ser avaliado na sua real totalidade.

Quando as regiões vizinhas da cidade foram sendo contaminadas pelo mal colérico, foi também atingido o Recôncavo, e, nessa região da Província, causou grandes estragos e mortes entre sua população. A situação tornou-se, então, calamitosa. As pessoas que habitavam a cidade fugiam para o interior, principalmente para o Recôncavo, onde esperavam escapar à moléstia. Os habitantes das regiões interioranas visavam ingressar em Salvador, onde esperavam receber melhor tratamento médico, a fim de conseguir a cura, se fossem atacados pelo mal. Infelizmente, os barcos que traziam as pessoas de Cachoeira e Santo Amaro já conduziam, também, o vibrião do cólera. Muitos dos fugitivos morriam pelo caminho e não chegavam a ver a cidade. Aqueles que se dirigiam ao interior, já estavam também contaminados pelo mal e o difundiam pelos lugares para onde se encaminhavam. O entrar e sair da cidade, tornou-se, portanto, um círculo vicioso de transmissão e difusão da epidemia.

O medo e o pavor completavam o ciclo da morte, ocasionado pelo **cholera morbus**. "Dir-se-ia que o terrível flagelo era um ser pensante e caprichoso. As vezes atacava todo o lado de uma rua, ficando todas as casas desabitadas, ao passo que o outro lado ficava incólume".[15] O "viajante asiático" tomava as direções mais diversas. Não havia nenhuma regularidade na sua marcha ou alastramento. Deixava intocada uma região próxima à que recentemente atacara, e aparecia e se manifestava em uma distância longínqua. Não havia locais que respeitassem. Tanto investia nas baixadas como nos altos, no litoral ou no interior, parecendo que "caminhava com o vento" e poderia, se intentasse, transportar-se através dos oceanos.

As pessoas, à noite, chegavam a despedir-se dos amigos e conhecidos com a fórmula: "Até amanhã, ou até o dia do juízo!"[16]. Às vezes, no dia seguinte, as portas e janelas de uma casa amanheciam fechadas por tempo excessivo, e quando, enfim, a Polícia forçava a entrada principal da residência, encontrava todos os moradores já sem vida. Famílias inteiras assim desapareceram[17]. Jovens da mais comentada beleza, atacadas pelo cólera rapidamente se consumiam. "A pele como cera amarelecida cobria uma caveira, olheiras negras desciam até o meio das faces encovadas e faziam parecer desmesurados os olhos negros outrora tão lindos!".

Quando alguém, vizinho ou parente, ou mesmo alguma visita de passagem, manifestava algum sintoma do cólera, grande era a reação das pessoas sãs. Todos aterrorizados choravam, já se imaginando contaminados pelo mal. Dominados pela impressão ou pelo medo, sentiam uma frieza muito forte invadir o corpo, e pensavam ser a tão falada algidez do cólera. O espírito hospitaleiro do baiano foi, naquela ocasião logo suplantado pelo egoísmo e espírito de conservação que se instalaram nos seus ânimos. Afastavam-se de todos, isolavam-se, fechavam suas casas e não abriam suas portas. Alguém necessitado de auxílio ou pouso, se avistasse, durante a noite, luz dentro das casas e para elas se dirigisse, à procura de apoio ou compreensão, não era atendido. Se batia às portas, as luzes se apagavam e ninguém respondia.

Por outro lado, nessa emergência e circunstância, jamais se foi tão cristão na Bahia. Não havia incrédulos na situação de calamidade em que se encontravam. Rezavam continuadamente, somente irrompendo a ora-

ção para os trabalhos imprescindíveis ou para as escassas refeições. Nessa ocasião, houve grande afluência de casamentos e batizados.[18] Eram pessoas que visavam regularizar suas dívidas de pecados para com o Todo Poderoso, que batizavam seus filhos por precaução ou *in extremis* ou, nas mesmas condições, realizavam, às pressas, casamentos que somente esperavam uma regularização ou reconhecimento da igreja, pois já existiam de fato.

Os escravos tinham um terrível medo do cólera, maior que o dos seus senhores, pois assistiam ao espetáculo do sofrimento e ao aspecto medonho dos moribundos. Mais suscetíveis de serem contaminados pela moléstia, porque envolvidos diretamente com os doentes, e ainda devido à carência de alimentação cotidiana composta de elementos sem glicídios e outros elementos básicos, houve entre eles grande inquietação, mesmo porque foi a faixa da população escolhida para lidar com o enterramento dos mortos da epidemia.

Depoimento de pessoa contemporânea do mal colérico merece ser mencionado, embora enunciado nas primeiras décadas do século XX, era ainda impregnado do pavor indescritível que se apossou dos habitantes de Salvador e de toda a Província da Bahia: "O alegre alvoroço da chegada dos parentes queridos foi bem depressa apagado pelas narrativas dos horrores por eles descritos". Testemunha ocular do evolver da moléstia dissera: "No meio de sofrimentos horríveis, as carnes do doente sorvem-se debaixo das vistas do espectador e em pouco tempo um rosto bonito torna-se horrendo, irreconhecível[19].

A origem da doença era uma incógnita, e nada pior do que ter medo do desconhecido. Todas as hipóteses eram levantadas para que se soubesse qual o agente que produzia tal moléstia. Como pouco ou nada se sabia, recorriam às mais variadas escolas de medicina e médicos da Europa, para uma explicação racional da real causa daquele mal, ou para descobrir um elemento diretamente ligado à sua origem.[20]

Vejamos as hipóteses a que chegavam, sobre a origem do cólera, os cientistas da época:

- "Animáculos venenosos" espalhados na atmosfera.
- Um "criptógamo" descoberto nos órgãos e dejeções dos coléricos.

- Produto de um agente mórbido de nome "sêmina".

- Influências sobrenaturais ou divinas, isto é, um castigo de Deus, que escolhia as pessoas que deviam pagar pelos seus pecados.

- A impureza da água de beber (esta hipótese foi levantada na Inglaterra, mas considerada "não suficiente para que se possa dar o devido apreço a essa causa" !).

- A "ozona", hipótese originária da Suiça, onde descobriram que quando o cólera devastava uma cidade, diminuia a "ozona" do ar.

- As "emanações telúricas".

- Um "princípio mórbido" vindo da terra, que atacava os habitantes. Essa hipótese provinha da observação de que muitas vezes a epidemia vitimava as pessoas que moravam nos pavimentos térreos, próximos ao chão, devastando quarteirões inteiros, e deixando incólumes as pessoas que habitavam nos pavimentos médios.

- "Emanações de chumbo".

Foi somente em 1883 que o agente do cólera, o vibrião colérico, foi descoberto e estudado pelo bacteriologista alemão Robert Koch, e também foi provado que certos indivíduos são mais suscetíveis que outros na contaminação do **cholera morbus.** Entre esses, os que são dados ao alcoolismo, e os que têm alguma perturbação intestinal causada por bactérias.

Mas em 1855 nada se conhecia ainda acerca desses posteriores e minuciosos estudos, e as prevenções contra a epidemia do cólera que atacou a Bahia eram em grande parte utópicas. As utilizadas pelo povo, em geral, eram braseiros pelas casas, fogueiras pelas ruas, alimentadas a alcatrão. Era aconselhável envolver-se com roupas e meias de lã. As refeições deviam ser ligeiras e em pouca quantidade, pois diziam ser um dos meios de preservarem-se do contágio da moléstia. Contam-se as pessoas que morreram de fraqueza e de medo, ou dos grandes abalos morais de ver desaparecerem vários parentes ao mesmo tempo[21].

Na profilaxia médica dos meados do século XIX, no sentido de evitar o contágio da epidemia, vamos encontar a razão de, em meio a tanta desorientação, não ter havido maior número de vítimas. Eis as recomendações mais reiteradas[22]:

I

1° A alimentação deve ser nutritiva e sã, tanto como aquela que provém das carnes de animais.

2° Abstenção das substâncias gordurosas, como queijo e manteiga.

3° Abstenção do leite.

4° Não comer peixe de espécie alguma.

5° Usar vinho velho, puro ou com água: seu uso habitual seria vantajoso.

6° Abstenção dos frutos ácidos.

7° Usar de aguardente e licores.

8° Permissão no uso do café, tomado em pequena porção após o jantar.

9° Abstenção de bebidas frias e geladas.

10° Os alimentos deveriam ser tomados em quantidade suficiente, e jamais deveria exceder-se da quantidade relativa à capacidade do estômago.

II

1° Permitia-se o banho frio aos que a ele estivessem habituados.

2° Dormir em quarto espaçoso e bem arejado.

3° Conservar o maior asseio possível de lençóis e roupa do corpo.

4° Evitar a presença de animais domésticos no quarto, onde não deveriam ser colocadas flores ou plantas.

5° Não dormir, nem permanecer na proximidade do assoalho lavado.

6° Afastar-se das proximidades da água e de paredes úmidas.

7° Não conservar roupas sujas nos quartos.

8° Evitar a temperatura da madrugada.

III

1° Não cometer excessos no trabalho.

2° Subtrair-se às emoções morais fortes como a tristeza, o terror, a raiva.

3° Não expor-se aos trabalhos intelectuais excessivos.

4° Não alterar os hábitos já seguidos.

5° Evitar mudanças rápidas de temperatura do ambiente.

Com o conselho dessas medidas e cautelas tornadas públicas, teve-se o cuidado de que elas atingissem todas as camadas da população da cidade. Além das já mencionadas, foram muito indicados, no tempo da epidemia, para evitar o seu contágio, os licores espirituosos, conhaque, genebra holandesa, vinhos e outros licores fortes, contendo gengibre na sua preparação.[23]

Os sintomas imediatos de uma pessoa atacada de cólera foram descritos por certo lente de medicina e testada a sua veracidade por outros depoimentos da época: a imediata decomposição das feições, olhos encovados, expressão cadavérica, pulso imperceptível, pele úmida, fria e seca como de um cadáver; diarréia, vômitos constantes, ansiedade extrema, sede inestinguível; cãibras nos membros superiores e inferiores.[24]

Em diferentes pontos da cidade foi crescendo, cada dia, o número de atacados. E a maneira irregular pela qual iam aparecendo os novos casos, apresentando-se em pontos remotos e separados, assim como a maior ou menor intensidade da ação da moléstia nas vítimas, confundiam a população, e mesmo os mais sábios lentes da Faculdade de Medicina ficavam surpreendidos. Sua perplexidade era tanta que chegaram à conclusão de que o cólera não era contagioso. Médicos como o dr. Domingos Rodrigues de Seixas, que estudou profundamente a peste colérica e com ela conviveu dia-a-dia, tratando dos doentes e observando seu ciclo fatal, convenciam-se de que aquela moléstia não poderia ser contagiosa porque, nos primeiros casos, a sua contaminação não derivava de contatos com os outros doentes. Hoje em dia, sabe-se que o contágio do **cholera morbus** resulta da ingestão do vibrião na água ou alimentos contaminados, levando a infecção ao intestino delgado, ou entrando este na corrente sanguínea pelas mucosas. Mas em 1855 tais descobertas ainda não haviam chegado ao conhecimento dos microbiologistas e, diante dos fatos, insistia-se na idéia de que o cólera não era contagioso. As provas de que o era estavam diante dos próprios olhos de todos: lidavam com uma epidemia. Mas o desconhecido, que gerava o terror e o pavor, obscurecia o raciocínio. Não havia certeza de nada, nem ao menos sobre o contágio, ou como o mal era transmitido. Os médicos da época classificavam a doença como misteriosa e não contagiosa. Dizia-se dela: "O

terror imprimiu maior malignidade à epidemia, e dia a dia aumentava a cifra da mortalidade colérica".[25]

Estudava-se e lutava-se contra uma moléstia desconhecida e mortal, que aparecia aqui e ali sem uma razão plausível, racional. Não se dispunha de meios conhecidos para preveni-la. Sua profilaxia e terapêutica eram ignoradas. Os produtos químicos utilizados na tentativa de curá-la, amenizá-la, eram usados e comprovadas as suas eficiências em experiências práticas, ao tempo mesmo do desenrolar da epidemia maléfica que atacava a cidade. Eram trabalhos e responsabilidades gigantescos para os poucos médicos que existiam em Salvador e para uma ciência médica ainda pouco informada sobre o mal colérico. Mas vale dizer-se que foram empregados no controle e tratamento da epidemia baiana do **cholera morbus,** apesar de toda sua deficiência, os mesmos métodos adotados nos centros avançados da Europa.

Os estágios da moléstia apresentavam-se em cinco fases: a primeira, a instalação do cólera; a segunda, o estado álgido, ciânico ou azul; a terceira, a asfixia; a quarta, a reação ou a recaída; a quinta, as crises e metástases, da qual somente saiam para a morte, ou para o estado de convalescença, deixando sequelas.[26] Observavam os médicos que existiam três espécies do mal colérico: o apoplético ou fulminante, o álgido ou cianótico, e o gastro-intestinal. A mais grave e mortal era a primeira, a menos funesta a última.

Nos vários estágios da doença, aqueles atingidos pela epidemia passavam por calafrios que os mais pesados cobertores mal conseguiam fazer ceder. Nesse ponto da moléstia, costumavam esfregar o corpo do paciente até mesmo com pimenta da espécie malagueta, em fricções com escovas, ou aplicavam-se escalda-pés, ou procuravam evitar os calafrios com botijas de água quente e tijolos aquecidos, que ajeitavam nos leitos dos doentes. Esse frio era geralmente tão violento que agitava os coléricos, levando-os aos gritos, como se estivessem sentindo dores agudas de reumatismo. O frio prenunciava o estado álgido que fazia o doente sentir cãibras atrozes. Outra fase da moléstia, observada nos pacientes pelos médicos, que procuravam compreender sua razão, era a asfixia. Especulavam porque o paciente chegava a esse extremo. Aventavam as mais curiosas hipóteses. Incrível concepção era a que indagava se ela seria

provocada pela falta de algum dos elementos constitutivos do ar, ou pela ação deleteria de algum gás, o que, sem dúvida, seria uma emanação sentida não somente pelos doentes, mas por todos que os cercavam. Ainda mais, indagavam se "haveria alguma paralisia acidental da traquéia, ou seria seu estado espasmódico causado pelo mal. A todas essas divagações respondia o dr. Domingos Rodrigues Seixas com o repúdio, especialmente do estado espasmódico da traquéia, porque os doentes lançavam gritos, articulavam sons com voz estertorosa. A razão da asfixia, dizia ele, a mais lógica delas, seria o espessamento do sangue[27], que perdia a parte sorosa. Quando o pulso se tornava mais lento, era o momento em que aparecia a asfixia. Na opinião do ilustre médico e lente da Faculdade de Medicina da Bahia, a asfixia era resultado da hemóstase, do "Sangue negro", paralisado nos vasos sanguíneos, não permitindo a circulação geral e a queima do oxigênio. No entanto, alguns doentes asfixiados, abandonados para morrer, ainda resistiam, reagiam, retomavam o pulso, e quando descobriam a sua resistência, para que a cura se completasse, eram sangrados.[28]

As medicações utilizadas e empregadas na época do cólera da Bahia não eram aquelas que pudessem incidir diretamente na cura do mal, pois tais remédios, na realidade, não existiam na ocasião.

Diversos tipos de sulfas e penicilinas, ou outros antibióticos como também o uso de soros, utilizados no tratamento do cólera, eram, como sabemos, inexistentes na medicina do século XIX.

Os médicos não tinham outro caminho a seguir senão optar por soluções paliativas que sedassem o doente e lhe dessem sensação de alívio, contando com a resistência física inerente àquele que fora atacado pelo cólera. Os remédios usados na epidemia da Bahia foram muitos, geralmente produtos químicos, isolados ou em múltiplas combinações.

Como medicação narcótica foi usado o ópio. Quando os doentes emitiam gritos agudos de dor, pelo que sentiam no ventre, pernas e braços, aplicava-se o ópio para aliviar essas dores, como também em casos de congestão encefálica o ópio era empregado em pequenas quantidades. Outros preparados, nos quais o ópio entrava como um dos componentes, também foram utilizados no tratamento dos doentes de cólera, da

epidemia de 1855. Associado ao éter, combinado com valeriana e assa-fétida, foi empregado freqüentemente. Mas, entre os próprios lentes da Faculdade que aconselhavam o seu emprego, havia dúvida quanto ao uso do ópio, a não ser para aliviar a dor. Pressentiam até que, por vezes, o ópio era contra-indicado para esse tratamento, e que o mesmo era causa de maiores males, aparecidos durante a moléstia, como o delírio dos doentes.[29] Fantasmas que se tornavam visíveis apareciam na imaginação dos pacientes sobressaltados, demonstrando que, sob o ponto de vista médico, aqueles poderiam ter congestão cerebral, provocado pelo ópio. Esse medicamento, entretanto, associado aos calomelanos, era de grande efeito. Outras diversas fórmulas que continham ópio foram, contudo, utilizadas, como a tintura de ópio canforado, o láudano, em poções calmantes. O uso do láudano foi geral na epidemia da Bahia.

O acetato de morfina foi também empregado como uma medicação útil no combate aos vômitos e soluços. Usaram também como remédio o fumo, em diversas combinações, por ser facilmente encontrado e de preço acessível. Uma medicação purgativa era considerada essencial na fase inicial da doença, para livrar o corpo de certas impurezas. Para isso fizeram uso dos calomelanos, dos sulfatos de sódio e citratos de magnésio. Alguns usaram e medicaram o óleo de rícino.

Eram muito necessárias as medicações anti-espasmódicas, pelos efeitos causados nos doentes de cólera que eram atingidos pelas contrações musculares, ou os espasmos que apareciam freqüentemente, com as cãibras. Os éteres formavam a base desses medicamentos em pequenas doses. O éter sulfúrico foi também grandemente empregado durante a epidemia da Bahia, e se poderia mesmo afirmar, segundo os médicos da ocasião, que se tornou nessa fase um dos grandes produtos químicos empregados, com eficácia, no combate ao cólera. De grande utilidade, o éter foi usado como um grande recurso a favor do povo da cidade, principalmente quando unido às infusões quentes. Se, por acaso, nas primeiras manifestações do cólera, quando os doentes fossem atacados de frios, convulsões de estômago, acidentes nervosos, logo empregassem o éter para combater a moléstia, esta era controlada, na maior parte dos casos. Pelo menos na opinião dos que lidaram com a epidemia em 1855.

Usaram também os médicos da Bahia, na luta atroz que travaram contra a epidemia, os diuréticos ativos, em altas doses: os vinhos eméticos; o tártaro emético para ativar a circulação. Esse último substituia a sangria.

Outro tipo de medicação de que fizeram uso era a alcalina - o bicarbonato de potássio. Outra ainda para prevenir o tétano era a estricnina que atuava sobre a medula espinhal. "O sulfato de estricnina na cólera tinha a mesma eficácia que o sulfato de quinina nas febres intermitentes paludosas".[30] Diziam ser vantajoso empregá-lo durante o período álgido do cólera. Era, entretanto, perigoso o seu uso, pois nunca podiam prever a reação do doente às doses de estricnina, e o mais seguro seria, então, empregar-se o iodeto de estricnina, cuja ação mais lenta era, contudo, mais segura, ou mais eficaz.

Ao afirmar que o éter era o mais recomendado dos medicamentos para o uso anti-espasmódico, e que, "parecer ter uma ação mais salutar nessa moléstia, sem **que saibamos avaliar a verdadeira** razão",[31] o lente Domingos Rodrigues de Seixas dava perfeitamente uma prova de que o tratamento da epidemia de cólera na Bahia foi uma experiência de métodos e de medicamentos químicos, que não alteravam o estado ou a evolução do mal nos doentes, mas que lhes aliviavam as dores, o mal estar, ajudavam a morrer, ou a conservá-las em estado periclitante, à espera da reação da natureza. As melhoras desses doentes eram, em geral, devidas à sua própria constituição física. Salvaram-se praticamente os que o destino poupou. As infusões e chás, que foram muito usados a conselho médico, também muito auxiliaram a hidratação dos doentes e contribuíram para a sua cura.

O desvelo dos médicos foi, sem dúvida, um dos mais autênticos na história da Medicina na Bahia ou mesmo no Brasil. Eles se dedicaram, corpo, alma, espírito e inteligência a salvar os seus doentes, a estudar a evolução da moléstia, a descobrir combinações de medicamentos que levassem o alívio e a cura aos coléricos. Foi, sem dúvida, uma fase de heroísmo anônimo para médicos, enfermeiros e religiosos, mesmo porque poucos nomes ficaram lembrados, dos lentes, médicos e estudantes que se revezaram na cabeceira dos atingidos pelo mal.

O Presidente da Província era, naquela ocasião, o Dr. Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, que, na sua **Fala** anual, de 1856, dá conta das reali-

zações do governo da Província no combate para conter e debelar a epidemia. Deplora, mas não culpa, aqueles que não resistiram às terríveis impressões que sofreram e fugiram sem auxiliar nas pelejas contra a epidemia, tão necessárias. Condena os que, vendo uma tão deplorável situação de calamidade pública, ainda tiraram partido da situação. Louva os que prestaram sua solidariedade e levaram o socorro, a consolação e mesmo a cura aos enfermos. Cita nominalmente o dr. Cipriano Barbosa Betâmio, cinco estudantes de Medicina, um Carmelita e três irmãs de caridade aos quais dá o nome de "Anjos que deixaram a terra com o hábito glorioso de São Vicente de Paula".[32]

Nas lides contra a epidemia, o governo gastou a quantia de 379:809$782 réis com o fornecimento de gêneros para evitar a fome, em socorrer os desvalidos. Mas nessa despesa foi caritativamente auxiliado pelos negociantes da praça da Bahia, citados também na **Fala** provincial: Antonio Francisco de Lacerda, Cândido Pereira de Castro, Francisco José Godinho, J. S. Gillmer, J. F. Luetgens e Manuel Belens de Lima, que foram incumbidos das compras.[33]

Uma das regiões mais atingidas da cidade, na qual a mortalidade pelo cólera mais se acentuou, foi a freguesia da Penha, em Itapagipe. Além das já referidas habitações térreas, quentes e úmidas, acrescia a falta de salubridade daquela zona, a existência de pântanos mistos, salgados e doces, que existiam por ali em toda a parte, e pareciam favorecer a expansão do cólera.

Observando-se as listas dos doentes e mortos pela epidemia do cólera nas freguesias da Penha e também de Santo Antônio Além do Carmo,[34] outra região bastante atingida pelo mal, chega-se a diversas constatações. O cólera ceifou grande parte da população da cidade e acometeu outra tanta que não sucumbiu, demonstrando o vigor físico dos doentes, ou o cuidado com que foram tratados. O número total dos coléricos registrados na Penha, em período cronológico que não cobre em absoluto a extensão da duração da moléstia, isto é, de 2 de setembro de 1855 a 23 de novembro do mesmo ano, sendo, porém, a fase mais intensa do cólera, a de 390 pessoas. Em Santo Antônio, em tempo que se estende de 20 de agosto a 23 de novembro de 1855, foram 290 pessoas atingidas pelo mal do cólera.

Na Penha, morreram, dos 390 atingidos, 228 pessoas, em percentagem de 58,46% dos que haviam contraído o mal. Em Santo Antônio Além do Carmo, do referido total dos 290, faleceram 176 dos atingidos pela doença, sendo alcançada a média de 60% de óbitos. Logo, ficou nos arredores de 60,00% a percentagem dos doentes que desapareceram, vítimas da moléstia. Se bem que os enfermos não sucumbiram na sua totalidade, foi alta a percentagem de vítimas. Na relação fornecida pela freguesia da Vitória, vem apenas a indicação dos falecidos que foram atingidos pela epidemia, com vaga menção a alguns que contrairam a moléstia. Em 24 de agosto, a folha fornecida à Comissão de Higiene para o controle da mortalidade pelo cólera, da freguesia da Vitória, vem com a seguinte observação: "no Rio Vermelho, os que caem atacados morrem logo, nos outros lugares tem sido mais benigna".[35]

Através da mesma fonte de informação, ficamos sabendo que a totalidade dos atingidos pelo mal colérico, quanto às **qualidades,** foram os pardos os mais suscetíveis de contrair a moléstia. Mais que os pretos que, em parte, lidavam diretamente com a epidemia, donde concluirmos que os pardos, por alguma razão na sua constituição física, estavam mais inclinados ao contágio do mal colérico. Na Penha, a percentagem de pardos atingidos pela epidemia foi de 35%, em Santo Antônio, 25%. Na demonstração da freguesia da Vitória, os pardos representaram 88% dos abrangidos pelo cólera. Em escala decrescente das qualidades daqueles atingidos pelo mal, vinham os pretos. Na Penha, 17,7% deles, em Santo Antônio, 27,2%. Em seguida os crioulos: 17,5% na Penha, e 21,6% em Santo Antônio. Dos brancos, encontramos 20% na Penha e 17,6% em Santo Antônio. E, finalmente, os cabras, com apenas 9,8% na Penha e 8,6% em Santo Antônio, o que é perfeitamente racional, porque os cabras eram sempre uma minoria em todas as freguesias da cidade. A percentagem dos brancos, pequena em relação à sua expressiva presença, sobretudo na freguesia da Penha, ou vem provar que o cólera atacava preferencialmente as camadas inferiores da população, constituída de pessoas de cor, ou que os brancos eram menos predispostos ao contágio da moléstia.

Quanto à nacionalidade ou naturalidade, foram os brasileiros-baianos aqueles que, naturalmente, mais sofreram com a epidemia, pois a popu-

lação da cidade era composta da maioria deles. Os estrangeiros na Penha alcançaram níveis mínimos de contágio do cólera, porque sua presença nessa freguesia era também das menores da cidade: 0,8%. Em Santo Antônio Além do Carmo, os estrangeiros foram 0,3%. Em relação à totalidade dos atingidos na Penha, 16,7% eram africanos; no que concerne a Santo Antônio Além do Carmo, os africanos doentes alcançaram a percentagem de 27,3%. Os brasileiros-baianos atingem os mais altos números na Penha onde foi verificada a presença 82,5% de coléricos. Em Santo Antônio Além do Carmo, as vítimas da epidemia, de naturalidade brasileira, montaram a 72,4%.

As mulheres foram, relativamente, mais atingidas que os homens. Sendo a população feminina em grande maioria na cidade, as vítimas da epidemia equilibraram-se entre a população feminina e masculina: na Penha foram atingidos 50,3% de mulheres e 49,7% de homens; em Santo Antônio Além do Carmo 44,5% de homens e 55,5% de mulheres. Essa pequena diferença a mais para as mulheres deixa de ter maior significação quando se tem conhecimento de que, em 1855, o número de mulheres no conjunto da população da cidade era bem mais expressivo do que o de homens.

Quanto aos livres, libertos e escravos, os que mais contraíram a moléstia foram os livres, o que não constitui, absolutamente, nenhuma surpresa, pois esses eram, naquele momento, a maior parte da população da cidade. Desse dado, temos os seguintes resultados: 71,2% de livres na Penha, 68,8% de livres em Santo Antônio Além do Carmo; dos libertos: 9,3% na Penha e 9,4% em Santo Antônio; dos escravos: 19,5% na Penha e 25,8% em Santo Antônio. (Vide quadro 28)

A faixa etária de maiores índices de percentagem atingida pelo cólera foi de homens e mulheres entre os 30 e 40 anos de idade. Há como explicar tão curiosa conclusão? É possível admitir que os habitantes de Salvador nessa faixa de idade, estivessem mais expostos ao cólera porque tinham maiores obrigações de trabalho, que os levassem a locomover-se pelas ruas? E que os mais jovens e mais velhos fossem em menor número, no cômputo geral da população? Por que os mais atingidos teriam a citada faixa etária? Tão inexplicável nos parece essa verificação que as

hipóteses formuladas não nos parecem satisfatórias. (gráfico da faixa etária dos coléricos)

Existiam na Penha dois ou três postos sanitários, utilizados no combate à epidemia do **cholera morbus,** onde a entrada dos doentes foi registrada pela Comissão de Higiene, e nos quais a dedicação de três médicos é registrada: os Drs. Manuel Maurício Rebouças, Tomé Afonso Paraiso de Moura e José Eduardo Freire de Carvalho. Muitos dos doentes atingidos foram atendidos nesses postos, onde grande número de mortes se verificou, como também algumas curas foram alcançadas, naquelas percentagens já mencionadas. Entretanto, foram também apuradas nessa freguesia da Penha numerosos óbitos, sem a menor assistência médica.

Por uma questão de justificação à nossa reiterada afirmação do comportamento irracional da epidemia da cólera; traçamos um quadro de demonstração do número de doentes acometidos cada dia. Varia inacreditavelmente em dias consecutivos a intensidade do cólera, quando se verifica que, em dias alternados, cresce e diminui o número das vítimas. As curvas abruptas confirmam nesse quadro demonstrativo dos doentes acometidos pelo mal do **cholera morbus,** a imprevisibilidade da moléstia. (gráfico da curva de doentes por dia)

Esses resultados parciais da epidemia, que foram computados através dos dados oferecidos pelos mapas das vítimas, nas freguesias da Penha e de Santo Antônio Além do Carmo, podem ser comparados ao quadro final dos mortos, não mais do total dos atingidos, mas tão somente dos vitimados pelo cólera, que foi elaborado através de dados da Comissão de Higiene pelo Dr. Domingos Rodrigues de Seixas. Apresenta, contudo, o médico baiano a epidemia em tempo cronológico bem mais longo do que aquele observado nas comunicações à Comissão de Higiene[36], de cerca de agosto de 1855 até maio de 1856, quando aquele mal já entrara em franco declínio.

Dos resultados totais, apresentamos as conclusões a que chegou o lente da Faculdade de Medicina. Trata-se da mortalidade conhecida e provável, daqueles que realmente sucumbiram durante o ciclo mortal do mal colérico.[37] (vide quadro 29)

Quadro 29. Epidemia de cólera; total geral dos doentes e mortos, discriminando raça, sexo, condição, estado, nacionalidade

Nos diversos postos sanitários da Capital	498
Sepultados no cemitério do Campo Santo	1.828
Sepultados nos cemitérios de Massaranduba e das Quintas	327
Falecidos no Hospital da Misericórdia	458
Falecidos nos Hospitais da Marinha e da Polícia	75
De Dezembro de 1855 a maio de 1856	
Na freguesia da Sé	325
Na freguesia da Vitória	256
Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia	197
Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	236
Na freguesia de São Pedro Velho	212
Na freguesia de Santana	206
Na freguesia do SSmo Sacramento da Rua do Passo	121
Na freguesia de Nossa Senhora de Brotas	82
Na freguesia de Nossa Senhora do Pilar	307
Na freguesia de Nossa Senhora da Penha	382
Falecidos segundo as partes policiais	3.622
Falecidos e sepultados sem o conhecimento dos párocos	200
Total	9.332

Esse total, em relação à população conhecida de Salvador em 1855, isto é, 56.000 habitantes, representa uma percentagem de 16,8% de mortos no total da população, em um espaço de tempo de cerca de 10 meses, o que é, sem nenhuma dúvida, uma taxa de mortalidade bastante elevada.

Imaginemos os habitantes da cidade sob as garras de uma epidemia desconhecida nas suas origens, no seu contágio, sob o constante horror de contrair uma moléstia mortal, submetendo-se a um tratamento paliativo doloroso, na iminência de morrer tragicamente sob os maiores sofrimentos que lhes causavam a doença e os remédios. Dos estágios dessa epidemia desconhecida até entre os lentes e facultativos, entre aqueles que ministravam aulas e pontificavam na Faculdade de Medicina da Bahia; da algidez

colérica da qual somente escapavam para a vida com sequelas, às vezes nervosas, ou mergulhavam na morte tenebrosa, sabendo que para ela se dirigiam, pois a consciência perdurava nos coléricos; das chuvas que açoitaram a cidade durante os mais graves momentos da epidemia: agosto, setembro e outubro de 1855; da escuridão que reinava em Salvador durante as noites, quando, atacados ou não pela epidemia, sentiam seus sintomas fatais; à luz mortiça do azeite de peixe, debatiam-se os coléricos nas agonias da morte, e o terror se instalava nas casas mais humildes. E o cólera foi completando seu círculo de morte e de horror. O sol, porém, o abençoado sol de verão dos trópicos, quando surgiu, beneficiou com seus raios ardentes um povo sofrido e amedrontado. A epidemia diminuiu lentamente. Menos pessoas amanheciam atacadas de moléstia, e pôde-se fazer o balanço real dos mortos e do mal que havia causado aos habitantes da cidade.

A Penha, a Sé, o Pilar foram as freguesias mais atingidas pelo mal colérico, seguindo-se as de Nossa Senhora da Vitória, de Santo Antônio Além do Carmo, de São Pedro Velho, de Santana, da Conceição da Praia e do SS. Sacramento da rua do Passo. A que menos contou com número de mortos foi a de Brotas, com apenas 82. O total dos desaparecidos, mortos pela epidemia de **cholera morbus** na cidade, entre a mortalidade conhecida e a mortalidade provável foi de 9.332 pessoas: de mortalidade conhecida, 4.372 coléricos; de mortalidade provável, mais 4.960 vítimas.

Para efeitos de comparação e para comprovar se essas 9.332 vítimas da epidemia, representando 16,8% da população de Salvador, teriam significado um grande índice de aumento na mortalidade anual daquela cidade, tomamos dois quadros referentes àqueles dados, um anterior e outro posterior ao ano da epidemia. Em 1854, foram verificados 1.796 mortos, que representavam uma percentagem de 3,2% da população[38] em 1861, vamos encontrar 3.345 óbitos, o que proporcionalmente era uma incidência média de 5,9%[39]. Houve, portanto, no ano da epidemia de **cholera morbus**, relativamente ao ano de 1854, um índice de 418% de aumento de mortos; e em relação ao ano de 1861, um acréscimo de 158% na mortalidade da população de Salvador.

Podemos afirmar, portanto, que, na realidade, o **cholera morbus** teve em Salvador uma ação cruel, que a mortalidade causada nessa época

ocasionou uma diminuição bastante sensível na população da cidade, provocando naturalmente uma queda no número total de habitantes, embora o recenseamento conhecido mais próximo ao ano da epidemia fosse o de 1870, quando, naturalmente, já se havia atenuado ou mesmo já não mais se verificava o reflexo da situação criada pela moléstia terrível. Contudo, podemos afirmar que embora tenha causado grandes danos em Salvador, mais ainda os determinou em duas cidades do Recôncavo e seus arredores. Cachoeira contou com 8.293 vítimas e Santo Amaro com 8.444. Diante dos 9.332 óbitos em Salvador, sem serem levados em conta aqueles, das suas freguesias suburbanas, e diante do total populacional das freguesias dessas cidades em relação à capital da Província, vem nelas positivar a mais nefasta devastação pela morte colérica.

Volvendo às perguntas iniciais, quando nesse estudo foram esclarecidas algumas delas, mais uma poderá ter resposta: a epidemia encontrava ou gerava a fome? Naturalmente gerou a fome, diante da situação de calamidade que deixou o seu rastro mortal.

A mortalidade dos escravos do Recôncavo[40] provocou uma situação que mais tarde se refletiria na difícil época da conjuntura econômica da Província da Bahia, pela falta de mão de obra nos engenhos, originando também, e por isso, as contravenções às leis do tráfico[41] em época tardia, quando já não mais se cogitava, devido à legislação brasileira, na realização desse comércio; o comércio ilícito foi realizado, para que houvesse uma reposição da força de trabalho naquela região das circunvizinhanças da Baía de Todos os Santos.

Na realidade, a epidemia não foi somente a causa de uma defasagem da população da Capital e de toda a Província. Com o decorrer do tempo, a falta originada pelo desaparecimento dos escravos em conseqüência da epidemia, tornava-se efetiva, difícil de realizar sua substituição, e muito dispendiosa. Se bem que as leis contra o tráfico de escravos não houvessem sido, por longa época, respeitadas, a de Eusébio de Queirós, em 1850, transformou esse comércio em atividade expressamente ilegal. Além do mais, a inspeção dos navios negreiros realizada pela Inglaterra tornava essa operação muito perigosa e sujeita a grandes prejuízos financeiros.

A falta de escravos assim agravada influiu diretamente na diminuição da produção do açúcar negociado em Salvador, resultando na decadência

de muitos engenhos, que passaram a um estado praticamente de insolvência.

A economia, refletindo na sociedade, determinava a modificação das condições de vida de uma cidade como Salvador, onde a maioria das famílias era pobre, e que mais pobres ficaram pelo agravamento da conjuntura, em decorrência do cólera.

Vê-se, portanto, que a séria crise econômica pela qual passou a Província da Bahia nas décadas de 60 e 70, no século XIX, tendo como a mais importante origem o contexto econômico internacional, teve também, em parte, como causa, a epidemia. Disseminada pelas camadas sociais inferiores[42], gerou a falta de uma força de trabalho essencial, não somente ao desenvolvimento próprio da cidade, mas das zonas onde o cultivo da cana e a produção açucareira determinaram entre outras razões o retrocesso econômico de Salvador, tão ligada como havia sempre sido, ao comércio do açúcar, muito importante para sua sobrevivência.

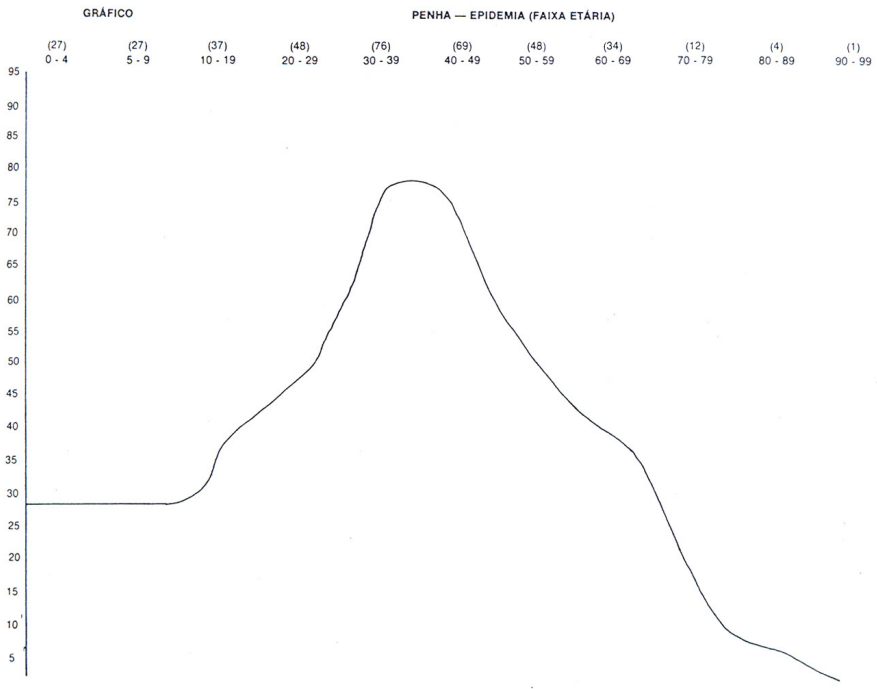
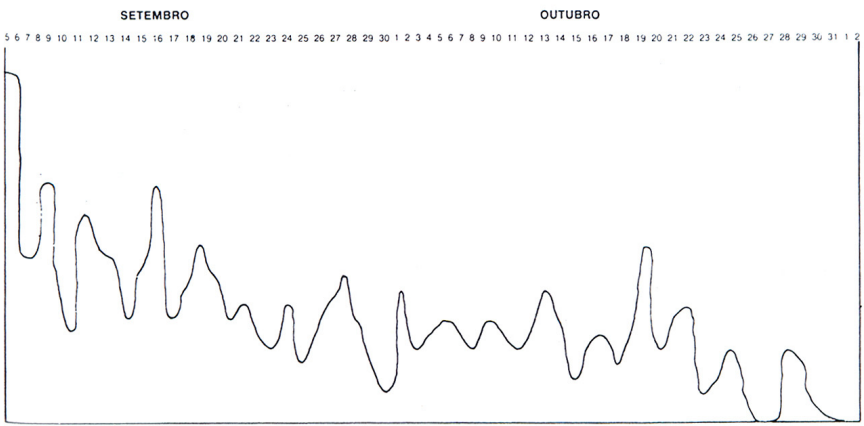
Essas foram certamente as modificações a longo prazo que alteraram a conjuntura econômica e social de Salvador, tendo como origem as epidemias de **cholera morbus,** e o maior surto de febre amarela que sucedeu na década de 50.

Quadro 28. Epidemia de Cólera de 1855

TOTAL GERAL DAS FREGUESIAS DE: STO. ANTÔNIO ALÉM DO CARMO e N. SRA. DA PENHA

DADOS DA COMISSÃO DE HIGIENE

		COR					SEXO		CONDIÇAO			ESTADO			NACIONALIDADE		
N° de Doentes	Mortos	Brancos	Pardos	Crioulos	Cabras	Pretos	Masc.	Fem.	Livres	Libertos	Escravos	Solt.	Casadbs	Viúvos	Nacio.	Estrang.	Afric.
STO. ANTÔNIO	176	51	7	63	25	79	129	161	188	27	75	—	—	—	210	1	79
290																	
%	60,6%	17,6%	250	21,6%	86%	27,2%	44,5%	55,5%	64,8%	9.4%	25,8%	—	—	—	72,4%	0,3%	27,3%
PENHA	228	78	137	68	39	69	194	196	278	36	76	294	63	33	322	3	65
390																	
%	58,5%	20%	35%	17,5%	9,8%	17,7%	49,7%	60,3%	71.2	9,3%	19,5%	75,3%	16,2%	8.5%	82,5%	0,8%	16,7%

OBS.: Não constam na freguesia de St. Antônio Além do Carmo os dados: solteiros, casados e viúvos.

Quadro 29. Epidemia de Cólera. Resultados comparativos daqueles atacados pelo mal colérico

	Do Total Geral	Freguesia de Sto. Antônio	Freguesia da Penha	
Homens	41,9%	44,5%	49,7%	
Mulheres	58,1%	55,5%	50,3%	a falta de indicação de crioulos e cabras no total geral é que faz indicar os 45% de pretos naquela coluna.
Brancos	13,3%	17,6%	20,0%	
Pardos	41,1%	25,0%	35,0%	
Pretos	45,6%	27,2%	17,7%	
Crioulos		21,6%	17,5%	
Cabras		8,6%	9,8%	os estrangeiros não eram encontrados com muita freqüência nas freguesias de S. Antonio e Penha.
Maiores	76,1%		71,8%	
Menores	9,7%		23,7%	
Velhos	14,2%		4,5%	
Estrangeiros	3,5%	0,3%	0,8%	
Nacionais	71,8%	72,4%	82,5%	na população geral da Penha os africanos eram minoria.
Africanos	24,7%	27,3%	16,7%	

A febre amarela

A febre amarela, severa infecção encontrada nas regiões tropicais e subtropicais, tem origem incerta. Possivelmente originou-se da África Ocidental, onde existiu no século XVII. Entretanto, a febre amarela ou seus sintomas já apareciam descritos nos relatos dos primeiros espanhóis que vinham ao Novo Mundo. Na América Central, já era encontrada nas crônicas dos Maias, que registraram uma epidemia em 1484.

Foi a febre amarela por mais de 200 anos uma das pragas do mundo. Das regiões tropicais, alcançou o norte das Américas e a Europa. A febre amarela é causada por um vírus encontrado principalmente nas áreas urbanas, transmitido pelo **stegomyia fasciata.** Logo após contraída a infecção, há um período de incubação de muitos dias, quando o vírus se multiplica pelo corpo. Os sintomas começam repentinamente com dores de cabeça, náuseas, vômitos, febre. Em muitos casos existe hemorragia das mucosas internas, provocando o vômito de sangue. O vírus destrói células do fígado e transforma a coloração dos doentes, amarelando a pele e os olhos pelo derrame de bilis, daí o nome **febre amarela.** Sendo o curso da doença rápido, a convalescença é entretanto, prolongada, mas o doente, na maior parte das vezes, recupera-se, adquirindo uma longa

imunidade contra a moléstia. A mortalidade pela febre amarela varia muito, dependendo da maior ou menor intensidade da virose.

A febre amarela, também chamada tifo icteróide, era moléstia que atacava indefinidamente a cidade do Salvador de maneira endêmica. Estrangeiros aqui aportados, geralmente, eram avisados de sua existência sob a forma comumente encontrada, e temiam o seu contágio. Uma descrição do aspecto pitoresco da cidade do Salvador apresentava-se através do relato do enterro de uma vítima da febre amarela. Não era apenas o enterro comum de uma pessoa pobre, porque mesmo as pessoas de categorias inferiores da população da cidade atraíam grande número de parentes e amigos aos seus funerais. Esse enterro desacompanhado sugere realmente uma moléstia infecciosa, sendo pela época a mais provável uma vítima da febre amarela endêmica, bastante comum nesta cidade.

> Enquanto nos encontrávamos às portas do paraíso e nossos olhos se deleitavam com a paisagem tropical, ouvimos de repente, algo aproximar-se chocalhando e aos solavancos: uma parelha descia a rua poeirenta, zunindo e em grande velocidade, em trote desenfreado, os cavalos ofegantes. Sobre as duas rodas de uma carroça, sacudia uma caixa poeirenta com uma cruz branco-fosca. Era a **morte amarela** que desfilava e, seu condutor negro a levava alegremente para a sepultura, a caixinha de madeira com o depositário vazio de alma. Assim é que a morte na Bahia se dirige para o cemitério. Assim é que se recolhem, alegremente e em grande velocidade, as vítimas da epidemia amarela que consome rapidamente[43].

A mais constante, insistente e perigosa das epidemias de febre amarela das quais se tem notícia ter existido em Salvador foi a que teve início em Outubro de 1849, seguindo seu curso epidêmico até meados do seguinte ano. A medicina da época considerou-a como resultado da irregularidade do clima na passagem da estação, agravada com a situação de pouca salubridade na cidade. Resolveu o governo da Província tomar medidas preventivas contra a transmissão do mal e seu rápido contágio, reunindo no Palácio, como o faria anos depois por ocasião do cólera, os professores da Faculdade de Medicina e os membros do Conselho de Salubridade. Iriam providenciar o asseio das ruas e praças, iriam tomar medidas concretas para o não alastramento da febre que se tornava epidêmica. Mas a moléstia foi se espalhando e contaminando a população,

embora houvesse, em cada uma das freguesias, comissões de médicos que visitavam gratuitamente os doentes pobres e o governo lhes garantisse remédios para serem distribuídos.[44]

O horror causado pela febre amarela foi bem menor que aquele relativo a cólera em 1855. Mas a população também se traumatizou e se inquietou em 1849-50, ao ouvir pelos dobres dos sinos a quantidade de enterros que se realizavam. As covas abertas para os defuntos não eram suficientes para os que eram conduzidos para as Igrejas, mesmo porque houve descuido em não se enterrar mais profundamente os corpos das vítimas da epidemia de febre amarela, sepultando-se, pela pressa, em covas rasas. O governo proibiu o dobre dos sinos, como se a ignorância do número de vítimas diminuisse a violência e a intensidade da epidemia, com um fim premeditado de não alarmar a população. Exigiu que sepultassem os corpos das vítimas da febre amarela em catacumbas, e não em adros ou corpo de Igrejas. Resultado desse insalubre costume de enterrar mortos nas Igrejas tão freqúentadas sobretudo em épocas de doenças que atingiam a população em geral, e o povo acorria às matrizes de sua devoção para pedir ou agradecer graças concedidas, era a contaminação de moléstias, e conseqüente insalubridade da cidade. Pela lei de 2 de agosto de 1850[45] que deve ter sido inspirada pela verificação da falta de higiene que derivava da prática de enterrar mortos de uma epidemia no interior dos templos, ficavam proibidas essas inumações, com as únicas exceções dos Prelados, das religiosas dos conventos e mosteiros, e das recolhidas em estabelecimentos de cunho religioso. Entretanto, os velhos hábitos eram difíceis de ser desenraizados, apesar de já haver legislação contra eles: autoridades policiais entraram em conflito com os párocos e o povo, que não se conformavam em enterrar seus entes queridos em lugares abertos e devassados por animais, pois os cemitérios criados naquela época nem mesmo eram fechados.

Havia sido a cidade contaminada pela epidemia de febre amarela em 1849 com a chegada de um brigue de Nova Orleans, de nome “Brasil”[46], que aportara em Salvador a 30 de setembro, a bordo do qual muitas pessoas haviam falecido durante a viagem. A febre amarela grassava naquele porto da América do Norte, e as mortes ocorridas não foram menciona-

das na **visita da saúde,** costume observado pelas autoridades sanitárias do porto de Salvador. Logo após, contaminados pela febre amarela, morreram em Salvador o Cônsul americano Thomas Turner, e o negociante inglês Sanville, que havia acolhido, em sua casa, o capitão do brigue.

Havia o tão comentado brigue de nome "Brasil", ancorado em Salvador, perto de um navio sueco transmitindo-lhe o mal que trazia não somente a toda a tripulação daquele navio, mas as pessoas das imediações do ancoradouro, das freguesias mais próximas, daí espalhando-se a moléstia pela população da cidade.

Perguntavam-se os contemporâneos da febre amarela de 49-50, se as explicações da medicina de então, de que a epidemia teria origem em modificações climáticas,[47] seriam resultado de observações científicas. Tendo sido provado que o fluxo epidêmico partira de um ponto certo de Salvador, o ancoradouro da cidade e dali espalhara sua marcha progressiva, contaminando as dez freguesias da urbe, espraiando-se pelos subúrbios, cidades e vilas do interior da Província, parecia pouco provável que sua origem real estivesse nas modificações climáticas que houvessem surgido naquele ano. Teriam essas modificações contribuido para a existência de maior ou menor número de mosquitos, transmissores da febre amarela? É uma interrogação para a qual não se encontra resposta nos depoimentos da época, pois que desconheciam o agente transmissor, e porisso com este não se preocupavam.

As vítimas da febre amarela foram avaliadas entre novembro de 1849 e fevereiro de 1850, chegando-se a contar 1310 mortos nas participações oficiais de falecimento na cidade do Salvador. Calculava-se que, estendendo-se essa avaliação pelos subúrbios, chegar-se-ia a um resultado de cerca de 1600 vítimas, e no Recôncavo, litoral e interior, mais 549 pessoas. Ao contrário do cólera, a epidemia de febre amarela não ocasionou grande número de mortos no interior da Província. O número geral de mortos calculado dava a seguinte percentagem: brasileiros 46,1%, estrangeiros 36,7%, africanos livres 9,5%, escravos 7,7%. Bem maior seria a incidência de escravos, mortos durante a epidemia de cólera em 1855. E, ao contrário, durante a epidemia de febre amarela, foi entre os estrangeiros que as vítimas se contaram mais numerosas em comparação com a peste colérica.[48]

A febre amarela continuou a aparecer todos os anos em janeiro e fevereiro, terminando em setembro. Diante da gravidade que apresentava para a cidade essa situação de periclitante ameaça, foi criado um hospital que permanentemente oferecesse assistência aos doentes de febre amarela. Com a hospitalização, segregavam-se os contaminados do mal daquele ambiente marítimo das embarcações, separando-os dos sãos, e retirando-os do centro da cidade, onde eram atendidos no Hospital da Misericórdia. O recém-criado hospital localizava-se na penísula de Itapajipe, em Mont-Serrat.

Em 1853, doentes de febre amarela foram levados ao novo hospital. Eram apenas 74 vítimas, das quais, após socorro e tratamento, morreram 40, e 34 salvaram-se. O Diretor do hospital de Mont-Serrat, o Dr. Tito de Adrião Rebelo, fez uma completa relação dos atingidos pela febre, indicando-lhes a nacionalidade, os nomes, a idade, o estado, a profissão, os curados e os falecidos.[49] Acrescenta nas suas observações que dos 40 falecidos, 20 haviam entrado no hospital já no 3° período da moléstia, cujos estágios se desdobravam em quatro, que se intensificavam em gravidade, pondo em risco a vida daquele atingido pelo mal. Alguns já haviam tido vômito negro a bordo dos navios e dali remetidos ao hospital, cuja função esperada pelos capitães dos barcos era encaminhá-los para os cemitérios locais, com certidão de óbito. Não havia mais, para aqueles doentes, salvação. Além do que, antes de haverem entrado para o Hospital, já haviam recebido outros tratamentos, principalmente os de nacionalidade inglesa. Entre os que se salvaram da febre amarela, alguns ingressaram no hospital de Mont-Serrat no 1° período da doença que era o **invasor,** outros no 2° estágio.

Além dos meios científicos, foram empregados na cura desses doentes a infusão de algumas plantas indígenas: a erva de Santa Maria, a Crista de Galo, a Maria Preta, tirando-se algum resultado quando os doentes não haviam ainda atingido a fase do vômito negro. O Dr. Rebelo lamentava que não se houvesse experimentado ainda na Bahia, naqueles atingidos por "tão terrível flagelo", um extrato de planta indígena do México, empregado com felizes resultados nas Antilhas, e da qual se havia encomendado uma boa quantidade para o hospital de Mont-Serrat: era o huaco.

Nos quadros, onde concluía suas observações sobre os doentes da febre amarela, Dr. Tito Adrião Rebelo apontava os resultados dos atingidos pela febre, salvos e mortos, ainda indicando-lhes a profissão e a nacionalidade através da qual apuramos que em 1853 o hospital de Mont-Serrat somente havia recebido estrangeiros. Geralmente marinheiros de várias nacionalidades, uma única exceção de **um carpinteiro** dinamarquês, que deveria, entretanto, fazer parte da tripulação de algum navio. Todos os doentes do hospital são identificados como estrangeiros, geralmente homens jovens, com muito raras exceções, os mais novos, com cerca de 15 anos de idade.

O hospital de Mont-Serrat foi fechado no dia 16 de setembro de 1853 por falta de doentes. Foi novamente aberto a 2 de março de 1854 e fechado a 8 de novembro do mesmo ano.[50] Nesse intervalo, entraram 325 doentes, curando-se 196 e morrendo 129, estando portanto salvos 39,5 dos que entraram. Sendo consideravelmente maior o número de doentes da febre amarela nesse ano, considerou-se uma epidemia. Nesse ano, foi empregado o sulfato de quinino a fim de impedir a passagem da moléstia do 2° para o 3° período, quando os doentes corriam grande perigo de vida. Os médicos e práticos em curar a febre amarela desanimavam combatê-la, quando aparecia o vômito negro. Esse levava a outros abatimentos de saúde, prenunciava outras recaídas, como convulsões, estado comatoso, um período delirante e álgido, administrando-se aos doentes substâncias líquidas para lhes fortalecer e aumentar-lhes a resistência, como suco de laranja diluído, chá da Índia, cozimento de arroz com poucas gotas de láudano líquido de Sydenham. Para levantar as forças, era-lhes ministrado vinho da Madeira com um pouco de água, até chegar a momento em que pudessem receber alimentos. Ainda nesse ano de 1854, apesar de o mal ter sido considerado epidêmico, não aparecem entre os doentes recolhidos ao hospital os habitantes da cidade: nenhum brasileiro é mencionado; todos os contados são estrangeiros.[51]

Acreditamos que os brasileiros-baianos foram atingidos pela febre amarela, (aqueles que ainda não haviam sido imunizados da moléstia) e foram tratados por outros médicos em suas próprias residências por terem um certo horror de ingressar naquele hospital; idéias existentes

na concepção da época. Por isso, o hospital de Mont-Serrat recebia, com quase exclusividade, os marinheiros estrangeiros, que aqui chegados pela primeira vez, eram contagiados pela febre amarela.

O ano de 1855 foi de tristes ocorrências em matéria de salubridade pública. No dia 20 de janeiro, foi aberto o hospital de Mont-Serrat, novamente envolvido com os doentes da febre amarela. Os pacientes recebidos até 31 de outubro desse ano foram em número de 614. Eram, entretanto, conforme observação do Presidente da Província Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima[52], quase na totalidade, estrangeiros recém-chegados e elementos das tripulações dos navios ancorados no porto. Diante da quantidade dos doentes atingidos nesse ano pela febre amarela, tiveram que alugar nas vizinhanças do hospital, mais três casas, para acomodar os doentes e convalescentes. Desse modo, poder-se-ia fazer a mudança das enfermarias de uma casa para outra, e a desinfecção dessas. Foram os doentes desse ano mais bem cuidados, embora bem mais grave a impetuosidade da moléstia, e mais rápida a sucessão de suas fases.

No ano de 1855, os primeiros casos dessa moléstia manifestaram-se em uma casa de detenção para marinheiros estrangeiros na cidade baixa, mais especialmente na Ribeira[53] e, diante da gravidade com que se apresentava, criou-se uma comissão encarregada de percorrer diariamente o ancoradouro, a fim de enviar para o hospital aqueles acometidos de febre amarela.

Embora o desempenho do hospital tenha sido bastante aperfeiçoado nesse ano referido, poderiam ser melhores os resultados, não fosse a repugnância de alguns doentes em transportar-se para aquele local, fiados em informações dos maldizentes especuladores. Assim, deixavam-se ficar no porto ou nos navios, alguns já atingidos de febre amarela, contagiando outros tantos estrangeiros que foram, na realidade, as maiores vítimas da febre. O quadro apresentado dos doentes de 1855 revela novamente que apenas 3 brasileiros deram entrada no hospital de Mont-Serrat. A percentagem de mortos daqueles atingidos pela febre amarela foi de 31 %, tivessem embora os doentes do ano anterior sido menos numerosos. A Diretoria do hospital elogiava nesse ano seus empregados, além do que a remessa dos doentes dos navios que havia sido mais regular. Tendo sido mais in-

tensa a moléstia, fora o tratamento melhor ministrado. Algumas queixas eram ainda formuladas: não havia suficientes cômodos no hospital, sendo urgente a necessária ampliação do mesmo, para o que já existiam planos, somente esperando a aprovação do governo imperial.

Do ano de 1856 não foram encontrados dados que nos permitam avaliar a nacionalidade dos doentes. Sabemos apenas os números totais: 284 atingidos de febre amarela, dos quais 72 morreram e 212 sairam curados.[54]

Em 1857, entraram no hospital de Mont-Serrat 354 doentes entre os quais estavam relacionados 5 brasileiros. Daquele total morreram 131 e, foram curados 223. Segundo a Diretoria do hospital, no seu quadro informativo, a percentagem de mortos fora de 37,5% incluíndo-se entre eles, os que deram entrada já agonizantes: excluídos estes, a mortalidade era de 27,5%. Acrescia a informação de que necessitavam ter à sua disposição plantas nativas que serviam de antídoto às mordeduras de cobras, com os quais poderiam ter bons resultados no tratamento da febre amarela. Concluia-se que, comparando-se com o ano de 1856, a epidemia de febre amarela em 1857 fora mais intensa.[55]

No ano de 1858 a aparência era de que a febre amarela havia desaparecido da cidade. Apenas foram verificados 8 doentes, entre os dias 4 de março e 27 de julho. Todos eles estrangeiros e todos curados. Em 1859 recrudesce, porém, o número de doentes da febre amarela, sendo contados 201 dos atingidos, curados: 164, vítimas fatais: 37. Nesse ano observou-se uma percentagem de 18,3% mortos. Nesse ano, apareceram brasileiros em número de 4.

Em seguida, em 1860, foi levantado um quadro dos doentes de febre amarela, contando-se de 28 de dezembro do ano anterior até 31 de dezembro de 1860. Os meses em que o número de casos atingiu maior intensidade foram janeiro, fevereiro, março, abril e maio, decrescendo a seguir o fluxo do mal. O total dos atingidos foi de 273, curados 185 e falecidos 85. Continuavam, no momento das verificações, ainda três doentes no hospital. Dessa vez, 6 brasileiros foram contados. A proporção da mortalidade foi de 31%, sendo a intensidade da epidemia maior que no ano anterior, que fora apenas de 18,3%.[56]

Em 1861, novamente seguem as informações dando conta de que, do dia 1° de janeiro a 30 de junho, 141 doentes foram atendidos no hospital, 121 saíram curados, 22 falecidos e três ainda hospitalizados. O diretor do hospital de Mont-Serrat declarava que a intensidade da febre amarela declinava progressivamente, desde dezembro de 1859.

No ano de 1860, a taxa de mortalidade da febre foi de 31,6%, maior que aquela verificada em 1861, de janeiro a junho, de apenas 15,5%. Foram, nesse ano, atendidos no hospital, 7 brasileiros.[57]

Todas essas considerações apresentadas sobre os quadros de doentes da febre amarela no hospital de Mont-Serrat foram tomadas para a verificação final de que essa moléstia era endêmica na cidade do Salvador, existindo provavelmente em maior número entre os estrangeiros que aqui se estabeleciam, ou somente de passagem vinham ao porto da cidade, quando não já traziam no bojo de suas embarcações o agente contaminador. A população definitiva da cidade contraía seguidamente a febre amarela de maneira endêmica, nessas décadas dos anos 50 e 60, mas epidemia, com expressivo número de doentes e vítimas, somente fora verificada nos anos de 49-50. Sendo o nosso estudo das dez freguesias limitado à década de 70, não prosseguimos as verificações após essa data.

Também é certo que nem todos os doentes de febre amarela atingidos, dentre a população da cidade, foram atendidos no hospital de Mont-Serrat. Quando, em 1861, apontam-se 7 nacionais entre os recolhidos naquele nosocômio de Itapajipe, sabe-se, através de quadro anual de mortalidade da Província da Bahia, que 37 pessoas haviam sucumbido de febre amarela, certamente em Salvador, pois que essa doença não se difundiu como o cólera com intensidade no Recôncavo; e as leituras da época não nos deixam dúvidas sobre que, em Salvador, estava localizada a ameaça da febre.[58]

O hospital de Mont-Serrat funcionou, pois, como um anteparo à expansão da febre amarela na cidade do Salvador. Os casos desse mal apareceram no porto da cidade, ou entre aqueles que, ainda em embarcações, já apresentavam os sintomas da moléstia, sendo de logo isolados da população e tratados com muita cautela.

Devido a essas providências do governo da Província sobretudo com a criação do hospital de Mont-Serrat, não houve em Salvador contínuas epidemias de febre amarela, mas tão somente surtos, atacando sobretudo os estrangeiros. Os que se curavam dessa moléstia geralmente ficavam imunes ao flagelo.

Em 1873[59], novo surto atingiu Salvador que se viu às voltas com 364 doentes, dentre os quais foram salvos 283 e faleceram 66, ainda restando no hospital 15 atingidos pelo mal, em época em que foram verificados esses resultados. Era outro o Diretor do hospital, o Dr. Tomé Afonso Paraíso de Moura, nosso conhecido, que durante a epidemia de cólera de 1855, quando salvou muitos coléricos nos postos sanitários da Penha. Afirmava ele que dos mortos de 1873, 42 haviam ingressado no hospital no período invasor da febre maligna, 18 no período dinâmico, e 6, quando ingressaram, já eram agonizantes. Ainda haviam chegado àquele nosocômio, vindos de bordo das embarcações no porto, três cadáveres, que foram de imediato sepultados no cemitério próprio.

Como era apresentado no mapa descritivo do hospital, a febre amarela decrescia nos meses de julho, agosto e setembro, atingindo seu maior grau da mortalidade em abril e maio. Davam de relance uma informação: haviam recebido, em 1872, cerca de 101 doentes da febre, sendo por isso bastante mais expressivo o número de vítimas em 1873.

Verificando-se o quadro do conjunto de nacionalidades dos atacados pela febre amarela, apontam-se resultados numéricos, que nos fazem deduzir os povos que mais freqüentavam a Bahia, realizando bons negócios de comércio: em primeiro lugar, os ingleses; em segundo, os portugueses, o que poderia também indicar que nossos colonizadores ocupavam segmentos mais baixos da sociedade e eram recolhidos ao hospital de isolamento; em seguida os alemães, os suecos, os franceses, os sardos, os dinamarqueses. Entretanto, a febre amarela não influiu, a não ser nos anos indicados, durante os quais foi mais intensa, de nenhum modo mais que outras doenças na defasagem da população de Salvador.

Cholera morbus e febre amarela, duas moléstias fatais das quais a cidade sofreu epidemias e que se comportaram diferentemente em relação à evolução da população da Cidade. A primeira, causando grande

mortalidade entre seus habitantes, a segunda percebe-se mais constante, trazia a ameaça do terror imutável, contínuo, incessante. As pessoas receavam vir à cidade, pela ameaça das moléstias, mas sobretudo da mais temível, que era a febre amarela. Rareavam e espaçavam suas visitas às vezes até necessárias à perigosa cidade. Entre as epidemias de febre amarela em 1849-50 e o cólera de 1855, a maior gravidade pendeu para a última, pelos prejuízos que causou não somente da mortalidade, mas de ordem social e econômica que dela derivaram. É o balanço concluído depois dos motivos expostos.

Quanto aos efeitos sociais e econômicos a longo prazo, que mudassem as estruturas da cidade ou da Província, foram verificadas, como já observamos no desenrolar dos estudos sobre o cólera. Verificamos também acerca da febre amarela, perniciosa, sutil, incessante, que essa moléstia tropical causou sobretudo prejuízo na emigração de estrangeiros, sobretudo naqueles que aqui chegaram, e não se radicaram em Salvador; depois de meses ou ano, mudavam-se para outras Províncias do Brasil. Dessa maneira, não ofereciam uma contribuição econômica sem dúvida importante à cidade. Esses estrangeiros, se mais espontaneamente se fixassem, teriam dado novo alento e novo impulso ao progresso e à evolução de Salvador, tanto sob o ponto de vista dos negócios, como populacional ou demográfico. Sendo relativamente poucos os que aqui se estabeleceram, também não foi de grande importância no contexto da cidade a influência social do estrangeiro, cuja ação cultural incutida no âmbito da sociedade se limitou aos grupos de elite. Os surtos epidêmicos ou endêmicos da febre amarela influíram, pois, a longo prazo, em contribuição negativa para a evolução da cidade do Salvador.

Quadro 30. Quadro de nacionalidades de pessoas atingidas pela febre amarela

	1849	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1872	1873
ALEMÃES	—	1	—	56	—	41	—	33	54	85	—	95
AMERICANOS	12	1	8	19	—	11	—	2	5	5	—	7
AUSTRÍACOS	6	4	3	1	—	9	—	—	—	—	—	18
BELGAS	6	—	4	1	—	11	—	1	5	5	—	—
BRASILEIROS	604	—	—	3	—	5	—	4	6	13	—	1
BREMENSES	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
DINAMARQUESES	17	3	17	17	—	14	2	23	7	9	—	12
EGIPCIACOS	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ESPANHÓIS	2	—	10	11	—	10	—	4	1	2	—	2
FRANCESES	36	2	37	88	—	32	2	6	17	29	—	16
GREGOS	—	—	—	3	—	—	—	—	1	1	—	3
HAMBURGUESES	17	2	13	—	—	—	—	—	—	—	—	—
HANOVERIANOS	—	2	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—
HOLANDESES	8	—	14	3	—	2	—	9	6	7	—	43
INGLESES	74	21	106	185	—	110	2	75	54	101	—	77
IRLANDESES	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ITALIANOS	8	—	—	17	—	—	—	8	11	16	—	7
MECLEMBURGUESES	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
NAPOLITANOS	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
NORUEGUESES	—	1	—	5	—	5	—	—	—	—	—	20
PORTUGUESES	84	12	53	99	—	51	—	20	60	81	—	19
PRUSSIANOS	18	11	—	3	—	7	—	—	—	—	—	4
RUSSOS	18	1	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—
SARDOS	83	7	9	4	—	27	—	—	—	—	—	—
SUECOS	72	6	41	68	—	19	1	16	45	57	—	39
DIVERSOS	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ESCRAVOS	101	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
AFRICANOS	124	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	1.310	71	325	614	284	354	8	201	273	292	101	364

Notas

[1] MATTOSO, Kátia de Queirós & ATHAYDE Johildo de. *Epidemia e Flutuações de Preços na Bahia no século XIX*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1971. (Separata) p. 184.

[2] ARQUEB S.L. Projeto 572 de modificação dos limites da freguesia do Passo. Carta do Pároco da Sé.

[3] ALBUQUERQUE Antônio Coelho de Sá e. *Relatório com que o Presidente da Província passou a Administração da Província da Bahia... ao Exmo Snr. Manoel Maria do Amaral, Vice-Pres. da Província da Bahia.* Tipografia Poggetti de Tourinho, Dias e Cia, 1864, p. 20.

[4] COSTA PINTO, Antônio da. *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa...* no dia 10 de março de 1861. Bahia. Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861 p. 51-52.

[5] SEIXAS, Dr. Domingos Rodrigues. *Da cholera morbus epidêmica de 1855 na Província da Bahia.* Tipografia de Antônio Olávo da França Guerra. 1860.

[6] Britânica, Encyclopedia. USA. William Benton Publisher. 1970.

[7] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério. *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa...* Bahia, Tipografia de A.O. da França Guerra, 1856, p. 9.

[8] SEIXAS, Dr. Domingos Rodrigues. *op. cit*. p.40.

[9] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério de. *op. cit*. p. 29.

[10] *Idem*, *Idem*. p.5.

[11] *Idem*, *Idem*. p. 30.

[12] ARQUEB Seção Histórica. Presidência da Província - Saúde - Epidemia. Maço 5.361. Relação dos Acadêmicos da Faculdade de Medicina que têm feito as visitas domiciliares nessa freguesia de Santana de 13 do corrente mês (setembro), até o presente.

6.° ano - Inácio José da Cunha - tem se empregado com zelo, dedicação e humanidade.

6.° ano - Francisco Pinto da S' Castro - *Idem*.

5.° ano - José Carlos Mariani - *Idem*.

5.° ano - José Augusto Barbosa de Oliveira - é pronto.

4.° ano - João Jacinto Vergne - tem servido com zelo e dedicação.

4.° ano - Feliciano Antonio da Rocha - tem servido com prontidão.

3.° ano - Ernestino Onofre do Vale - tem servido com zelo e dedicação.

3.° ano - Joaquim de Matos Teles de Menezes - tem servido com prontidão.

3.° ano - João Manoel do Sacramento - tem servido com zelo e dedicação.

2.° ano - Manoel da Silva Romão - *Idem*.

2.° ano - Querino, José Gomes - tem servido nas visitas com zêlo e dedicação, voltando para o posto do Caquende, onde serve com humanidade.

2.° ano - Odorico Firmo Rocha - é pronto.

2.° ano - José Dias de Andrade - *Idem.*

2.° ano - Joaquim Francisco Gonçalves - tem servido com prontidão.

2.° ano - Livínio Bastos Varela - *Idem*.

2.° ano - José Marques da Silva Bastos - *Idem*.

[13] ARQUEB Seção Histórica. Mapa nominal das pessoas falecidas da epidemia reinante até o dia 1° de setembro e sepultadas na Igreja Matriz desta freguesia. Bahia, freguesia de N.Sra da Conceição da Praia, 3 de setembro de 1855. Presidente da Província-Saúde-Epidemia 1855-1889. Maço 5.365

[14] BITTENCOURT, D. Anna Ribeiro de Góes. *Memórias*. Trecho retirado do manuscrito confiado à nossa guarda, pela sua neta D. Olga Bittencourt Berenguer.

[15] *Idem*, *Idem*.

[16] *Idem*, *Idem*.

[17] *Idem*, *Idem*.

[18] ATHAYDE, Johildo Lopes de - La Ville de Salvador au XIX siécle. Aspects demographiques. Thése de Doctorat presenté à I'Úniversité de Paris X 1975 (mimeografada) p. 461

[19] BITTENCOURT, D. Anna Ribeiro de Góes. *op. cit.*

[20] SEIXAS Dr. Domingos Rodrigues. *op. cit*. 149

[21] BITTENCOURT, D. Anna Ribeiro de Góes. *op. cit.*

[22] SEIXAS, Dr. Domingos Rodrigues. *op. cit.* p. 262-264.

[23] *Idem*, *Idem*. p.4.

[24] *Idem*, *Idem*. p.76.

[25] *Idem*, *Idem*. p. 169, 184.

[26] *Idem*, *Idem*. p.112.

[27] *Idem*, *Idem*. p.113.

[28] *Idem*, *Idem*. p.217.

[29] *Idem*, *Idem*. p. 230.

[30] *Idem*, *Idem*. p. 248.

[31] *Idem*, *Idem*.

[32] MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério de. *op. cit*. p.10.

[33] *Idem*, *Idem*. p. 11.

[34] ARQUEB Seção Histórica. Pres. da Província - Saúde - Epidemia 1885-1889 Maço 5.365 Mapa dos doentes e óbitos da freguesia da Penha. Mapa dos doentes e óbitos da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo em 1855.

[35] ARQUEB Seção Histórica. Pres. da Prov - Saúde - Epidemia 1855-1889 Mapa nominal das pessoas falecidas na epidêmia reinante no mês de agosto de 1855. Freguesia da Vitória. Maço 5.365.

[36] SEIXAS. Dr. Domingos Rodrigues. *op. cit*. Quadro anexo. Estatística Geral da mortalidade colérica.

[37] *Idem*, *Idem*.

[38] WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa...* no dia 1º de março de 1855. Bahia, Tipografia de A. Olávo de França Guerra e Comp. 1855 - Mapa da mortalidade domiciliar da cidade da Bahia em 1854. 9 A.

[39] COSTA PINTO, Antônio da *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa...* no dia 1° de março de 1861. Bahia Tipográfia de Antônio Olávo de França Guerra, 1861, p. 52-55.

[40] BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. Memórias. *op. cit.* ARQUEB S.J. Inventário do Visconde de Pirajá onde se encontra extensa lista de medicamentos para os escravos dos engenhos São Míguel e Nazareth, do espólio do Visconde. Maço 2.999.

[41] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemert, 1857 p-16 "Tanto mais lisongeiro nos deve ser este resultado, quanto é certo que mais de uma causa pudera excitar a cobiça dos contrabandistas. Aludo à redução natural que deve ter havido na população escrava de nossos estabelecimentos agrícolas, aos estragos das epidemias que nesses últimos anos nos tem flagelado, e a deficiência por hora inevitável, dos contingentes de braços livres, com que vamos ocorrendo às necessidades produzidas por aquelas causas e ao aumento de trabalho que reclama o desenvolvimento de nossa prosperidade". Suspeita de desembarque de africanos estão registrados nesse relatório de 1857.

[42] A menor percentagem de brancos, verificada entre as vítimas da epidemia, nos faz deduzir que as camadas inferiores da população foram mais atingidas. Confirmação que encontramos em WETHERELL, James. *Brasil- Apontamentos sobre a Bahia* 1842-1857, Ed. do Banco da Bahia. p.83. Morador da freguêsia da Vitória, escrevendo sobre o ano de 1855, não menciona sequer a epidemia.

[43] MAXIMILlANO DA ÁUSTRIA (Ferdinand Joseph, Maximilian, von. Oesterreich) *op. cit*. p. 35-36.

[44] MONCORVO E LIMA, Álvaro Tibério. Fala... *op. cit*. p. 2.

[45] Lei n° 404 de 2 de agostode 1850. O Regulamento da Lei foi de julho de 1856.

[46] MONCORVO E LIMA, Álvaro Tibério. *op. cit*. p. 2.

[47] REBELO, Dr. Tito Adrião *Descrição Suscinta ou Breve Historia da Febre Amarela.* Bahia, Tip de Antônio da França Guerra. 1859, p. 34.

[48] MARTINS, Francisco Gonçalves. *Fala do Presidente da Provincia...* Bahia, Tip. Const. 1850. Mapas anexos.

[49] ARQUEB S.H. Presidência da Província. Saúde. Hospital Mont-Serrat. Maço 5.387.

[50] *Idem*, *Idem*.

[51] *Idem*, *Idem*.

[52] MONCORVO E LIMA, Álvaro Tibério de. Fala...*op. cit*. p. 1.

[53] *Idem*, *Idem*.

[54] ARQUEB S.H. Mapa dos doentes de febre amarela recebidos no Hospital de Mont-Serrat do dia 20 de janeiro a 31 de outubro de 1855. Pres. da Prov Saúde. Hospital de Mont-Serrat. Maço 5.387.

[55] REBELO, Dr. Tito Adrião. *op. cit*.

[56] ARQUEB S.H. Mapa dos doentes...maço 5.387.

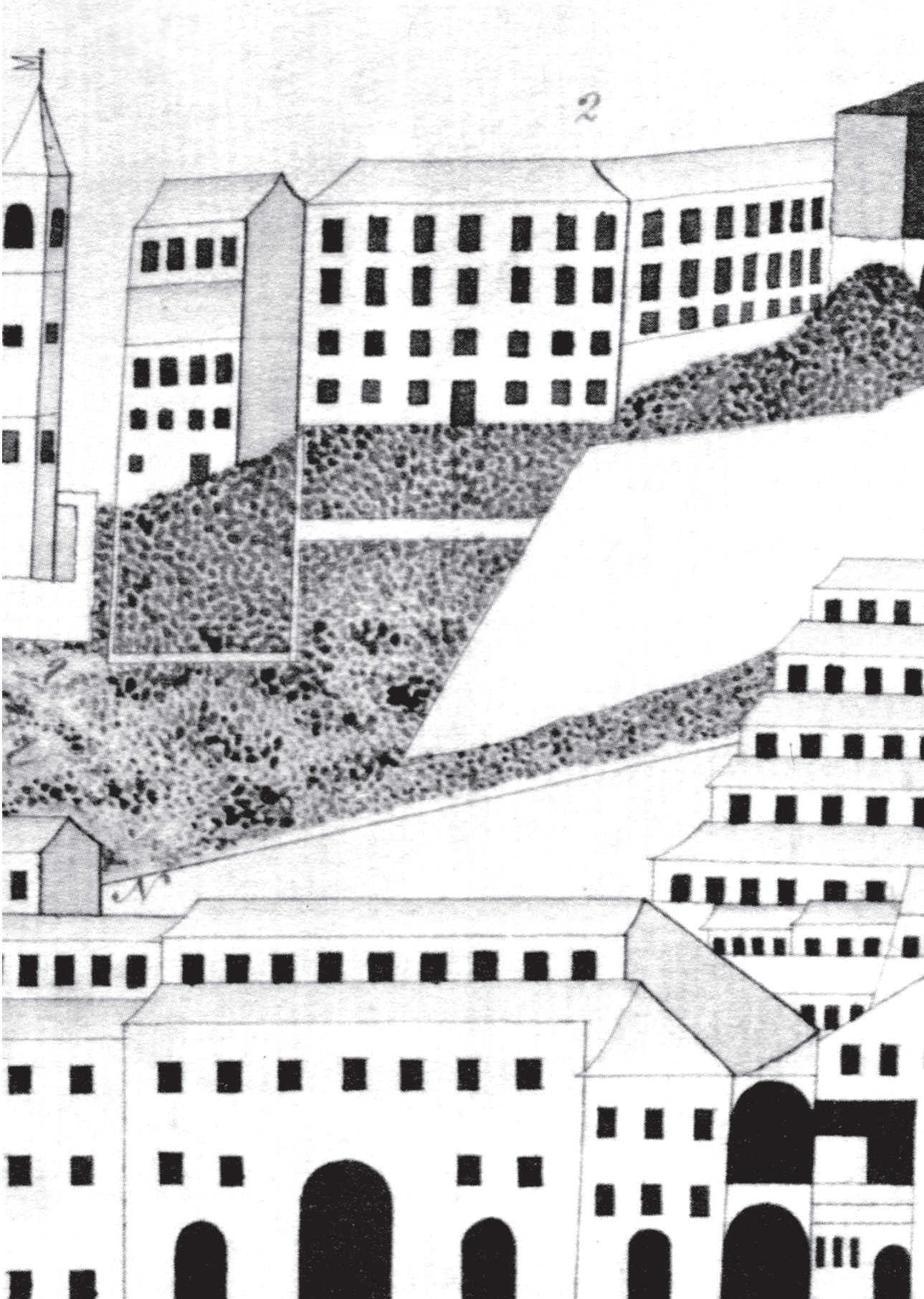
[57] *Idem*, *Idem*.

[58] ARQUEB S.H. Pres Prov Mapa geral do Hospital de Mont-Serrat. Maço 5.388.

[59] ARQUEB S.H. *Idem*, *Idem*.

Capítulo V

Os níveis de fortuna. Os senhores, os comerciantes, os traficantes, os estratos médios da sociedade, o povo, os escravos

2

A concentração de fortunas

Era bastante acentuada a diferença da evolução dos centros urbanos localizados no interior do país e a daqueles situados no litoral. Depois do período da Independência do Brasil e sua integração com o comércio externo, sem a intermediação única e obrigatória da metrópole portuguesa, as cidades-portos tomaram algum impulso no seu desenvolvimento, tanto populacional como econômico.

A capital da Bahia estava incluída na faixa das cidades portuárias que, depois da Independência, durante o século XIX, alcançaram incremento comercial. A imigração de estrangeiros, porém, no período pós-independência, proveniente de diversos países, colocava o comércio externo, em grande parte, em mão de firmas e grupos não brasileiros, os quais mais facilmente mantinham contatos e entendimentos comerciais com as regiões de onde se originavam, o que, se de um lado, alienou bastante nossa economia, de outro, concorreu para viabilizar e estreitar o trabalho de intermediação.

Enfraquecido ou suprimido por algum tempo, o intermediário "português colonizador" foi, porém, substituído por outros, especialmente ingleses, alemães e franceses, surgindo, então, para os nacionais, alguma possibilidade de escolha das transações comerciais, pela concorrência que passou a existir entre as diversas casas comissárias.

No trato comercial, permanecia estreita a ligação entre a cidade do Salvador e o campo. Na cidade, comercializavam-se os produtos agrícolas. Cidade e campo interdependiam. A produção era, e ainda seria por muito tempo, originária de uma estrutura tradicional de sociedade agrária, escravocrata, inclinada à aristocracia. Embora muitos membros dessa sociedade agrária viessem a comprar ou construir suas casas na cidade, era no engenho que fixavam domicílio definitivo; deslocando-se para a **urbe** por necessidade de tratamento de saúde, para entabular negócios, passar as festas ou, aqueles mais esclarecidos, quando os filhos queriam ingressar na Escola Médico-Cirúrgica, mais tarde Faculdade de Medicina. Esses aristocratas rurais mantinham uma firme atitude conservadora em relação à estrutura tradicional de produção, não dispensando o trabalho escravo, impedindo que sua agro-indústria fosse tratada como uma empresa, o que concorreu, em parte, para gerar as condições de sua insolvência no final do século. Apesar de não se terem oposto à compra de maquinaria moderna, sempre de origem inglesa, essencial para os engenhos, pois ela economizava braços e aumentava a produção, resistiam ainda aos novos métodos de administração, dentre os quais a contratação de trabalho assalariado em larga escala, e como conseqüência diminuiam os proventos.

Eram eles extremamente ciosos do seu poder patriarcal, exercido no meio rural e de suas propriedades escravas, mesmo sabendo que os custos de sua compra e manutenção praticamente equivaliam ao contrato de trabalho livre. Por outro lado, quem contratar? Não existia, para a lavoura, mão-de-obra livre disponível que possibilitasse a contratação de grande número de assalariados, como necessário era ao exercício do cultivo da cana, e do trabalho especializado da transformação dessa em açúcar.

Até mesmo depois da extinção do tráfico, tentativas realizadas no sentido de favorecer a imigração estrangeira para as funções de trabalhador livre na agro-indústria açucareira foram infrutíferas, "pela insubmissão dos colonos a um regime de trabalho que pouco se diferenciava do servil"[1]. Era decididamente quase ausente a mão-de-obra local, livre e disponível que possibilitasse o emprego de grande número de assalariados para o exercício daquela atividade primária, em troca de baixos salários.

A que existia dedicava-se às pequenas plantações, em sítios ou roças, ou próximas à cidade, ou nos seus subúrbios, e era mais beneficiada nos proventos recebidos. A mão-de-obra escrava, mais fácil de ser conseguida, embora cada vez mais cara, inibira o surgimento do mercado do trabalho livre no âmbito rural.

A falta de capitais disponíveis pelos produtores, que em parte os teriam sacrificado durante a guerra de Independência, cuja ocorrência, em época de conjuntura favorável sob o ponto de vista econômico, ocasionou, entretanto, uma séria crise entre os plantadores de cana e entre os produtores de açúcar. O abandono mesmo temporário da lavoura e dos engenhos, por aqueles que estavam engajados no idealismo do movimento separatista, contribuiu para o agravamento da crise, que se observou em seguida, no comércio do açúcar. Em consequência, na continuidade do tempo, sobretudo em épocas de más safras, os altos juros cobrados pelos bancos recém-criados e pelas casas comissárias impediram de logo um novo desenvolvimento da indústria açucareira.

O enfraquecimento da aristocracia rural foi agravado, a seguir, pela estruturação e intensificação das atividades financeiras.

Antes, na fase colonial, o pré-capitalismo financeiro de origem religiosa, viera sendo exercido com plena anuência da Igreja e do Estado. Uniam-se o poder espiritual ao poder econômico. Também as pessoas físicas, aqueles inclinados a negociar com seus capitais, realizavam empréstimos a juros, com as mesmas taxas oficiais dos conventos, ordens religiosas e irmandades de 6,25% ao ano,[2] sem, contudo, alcançar a expressividade dos valores totais aplicados pelas entidades religiosas. Esses empréstimos eram concedidos através de escrituras lavradas nos **Livros de Notas dos Tabeliães.** Não existiam bancos na colônia, e os capitais para a movimentação dos negócios de qualquer tipo eram predominantemente fornecidos pelas instituições ligadas à Igreja. Tanto que, em 1757, no reinado de D. José, seu plenipotenciário Ministro, o Marquês de Pombal, tomando posições radicais para enfraquecer o prestígio da Igreja, diminuiu os juros oficiais para 5% ao ano,[3] para quem tomava os "principais". No século XIX, com o surgimento dos primeiros bancos e das manifestações mais sérias de radicalismo contra a Igreja, o pré-capitalismo

de origem religiosa, no sentido financeiro dos empréstimos de capitais, principalmente para a agro-indústria, foram rareando, no âmbito dos conventos e ordens terceiras, e desaparecendo. Seus capitais passaram a ser empregados em bens imóveis que pudessem garantir uma renda segura aos conventos e mais instituições religiosas engajadas nesse tipo de negócio.[4]

Quadro 31. Quadro demonstrativo do atual estado das Corporações Religiosas desta Diocese

ORDENS	CONVENTOS	NÚMERO DE RELIGIOSOS	PATRIMÔNIO	RENDA ANUAL
S. Bento	Mosteiro da Capital	31	84 prédios, 3 engenhos e algumas fazendas	19 :000$000
	Mosteiro das Brotas	1	4 pequenos prédios na Cidade de S. Amaro	incerta
	Mosteiro da Graça	2		incerta
N. Senhora do Carmo	Convento da Bahia	40	36 prédios, 2 engenhos e terras	4 :016$000
	Hospício do Pilar	1	Apólices	300$00C
	Convento da Cachoeira	2	12 prédios, uma fazenda e terras	572$00G
	Convento de Sergipe	1	Uma porção de terra aforada	50$00C
	Hospício do Rio Real	1	Uma porção de terra aforada	25$00C
	Missão de Japaratuba	1	Não tem patrimônio	
	Hospício de S. Amaro das Grotas		Não tem patrimônio	
S. Francisco	Convento da Bahia	36	A Caridade dos Fiéis	
	Convento de Sergipe	8	A Caridade dos Fiéis	
	Convento da Vila de S. Francisco	7	A Caridade dos Fiéis	
	Convento de Paraguaçú	8	A Caridade dos Fiéis	
	Convento de Cairú	6	A Caridade dos Fiéis	
Missionários Capuchinhos	Hospício da Piedade	13	A Caridade dos Fiéis	5 :000$000
	Hospício de Sergipe	2	A Caridade dos Fiéis	
RELIGIOSAS: N. S. da Lapa	Convento da Bahia	16	8 prédios e algumas apólices	5 :000$000
N. S. das Mêrces	Convento da Bahia	25	Alguns prédios	7 :000$000
S. C. do Desterro	Convento da Bahia	33	101 prédios em bom e mau estado	12 :000$000
N. S. da Soledade	Convento da Bahia	20	32 prédios	2 :860$000

Secretaria do Governo da Bahia, 27 de fevereiro de 1854.

Surgem, então, desde 1817, os primeiros bancos, mas as taxas de juros vão crescendo assustadoramente, na medida da escassez do dinheiro, da carência de capitais, chegando a 1% ao mês, ou 12% ao ano, e 2% ao mês ou 24% ao ano.[5] Aqueles que aplicavam suas disponibilidades ou economias e poupanças nas casas comissárias recebiam juros de 6% ao ano, e os que empregavam seus dinheiros em apólices ou ações valorizadas chegavam a perceber 10% ao ano de rendimentos.[6]

É evidente que a "carestia de capitais" iria contribuir para que a cidade do Salvador, tão interligada ao comércio agrícola ou à agro-indústria, sofresse profundamente em suas elites sociais, que dependiam desse comércio, contribuindo para a decadência da maioria dos senhores.

Em épocas oscilantes de crises internacionais que se abateriam sobre o produto comercializado mais importante da Bahia e do Nordeste, que era o açúcar, o relacionamento do produtor com o comercializador ia sempre de mal a pior. A lei de 13 de novembro de 1827, que permitiria a qualquer pessoa levantar engenhos de açúcar nas suas terras, sem a necessidade da anterior autorização da metrópole, respondeu pela implantação de cerca de 141 engenhos até 1834, no curto período de sete anos.[7]

"Dos 1.651 engenhos existentes na Bahia em 1855, 253 eram movidos a água, 144 a vapor e 1.274 por animais (estando neste total inclusas as engenhocas). Como a maioria dos engenhos utilizava processos rudimentares, estes não tinham condições de produzir açúcar de boa qualidade[...]"[8]. Difícil escoamento da produção por um lado, ou péssimas safras, decorrentes das variações climáticas, tudo concorria para que fossem realizados maus negócios em relação ao açúcar, o principal produto da praça de comércio da Bahia. Essa difícil situação causava a insolvência de produtores menos capitalizados, que não conseguiam ressarcir nem o "principal nem os juros dos empréstimos contraídos". Em 1853, sabia-se estarem matriculados apenas 759 engenhos, devendo, entretanto, ser bem mais numerosos por não mais haver obrigação de registrá-los[8a].

Como afirma Rômulo Almeida[9], os países europeus, mercados de colocação do açúcar, já se apoiavam em fornecedores mais ligados às suas estruturas econômicas, sendo ainda, ou havendo sido suas colônias, e, por isso, tendo ocasião de ali impor os preços que lhes fossem convenientes.

Portugal já não comprava o açúcar do Brasil obrigatoriamente, a não ser através das casas comerciais portuguesas aqui estabelecidas, com ligações "tradicionais" ou de "sangue" na antiga metrópole.

Duas leis pretenderam favorecer o comércio do açúcar já em forte declínio. Concederam aos senhores de engenho o expediente de que suas fábricas não poderiam ser arrematadas pelos credores[10], o que, se por um lado preservava a existência material dos engenhos, por outro desestimulava os capitalistas a lhes emprestar capital, sem uma bem fundamentada hipoteca. Daí termos encontrado em listas de dívidas dos comissários relativos aos senhores de engenho, muitos deles hipotecando seus escravos e naturalmente pagando com a venda desses, parte de suas dívidas, mas diminuindo consideravelmente sua mão-de-obra. As tentativas já aludidas de os substituir pela imigração estrangeira foram infrutíferas. Já em 1811, o economista José da Silva Lisboa escrevia na Bahia, referindo-se à população do Brasil: "pois a sua população principal é de escravos; e a de brancos e gente livre é pequena e avança mui lentamente **pela desgraçada lei do cativeiro** e comércio da Costa da África[...][10a]. Além do que essa mão-de-obra escrava já se revoltava continuadamente, diante de uma situação aviltante para o ser humano, como temos exemplo, entre muitos outros, o que se passava no Engenho São Lourenço na década de 70, já completamente desativado.[11] Nele, quatro escravos assassinaram um feitor, foram entregues à ação da justiça e absolvidos. Pouco tempo depois, outros desobedeceram ao arrendatário, o Dr. João Gonçalves Martins, e fugiram receiosos de uma punição. Generalizavam-se por outros engenhos essas desordens ante a situação de humilhação, desonra, abjeção para com o ser humano, e os severos castigos com os quais pretendiam reprimir o surgimento de uma situação mais justa ou de liberdade para os escravos. Sentia-se que desabava nas últimas décadas do século, mesmo antes da abolição, a estrutura escravocrata. Em 1866, D. Maria Augusta de Argolo dirigia a seu pai, o Barão de Cajaíba, uma carta. Recolhido aquele ano em Itatingui, Cajaíba recebia notícia do engenho do seu título, através da filha mais velha:

> Espero que tudo estará conforme o vosso pedido meu bom Pai, pois o meu maior prazer é agradar-vos. Já dei vossas ordens ao Lopes que se tem distin-

guido pela infame bebedeira, fonte miserável! Mete-se os dias inteiros em casa, e de tarde quando está bem "**xirrado**" parte para o canavial, onde espanca os escravos sem piedade, pela cara, peito, etc...é revoltante meu Pai, estou certa que se aqui estivésseis, já o teríeis posto há muito na rua[12].

D. Maria Augusta estava naquela época em Cajaíba, acompanhada de uma governanta francesa (a "Melle" tão freqüente na casa dos senhores) e da irmã Josefina. Esse depoimento de uma jovem baiana já mostra como a sensibilidade feminina reprovava os maus tratos aos escravos; sente-se que já se difundira uma tendência para a valorização do escravo como pessoa humana.

Outra lei que pretendia favorecer o comércio de açúcar data de 1889.[13] Depois de terem os senhores sofrido grande crise econômica, pela falta de colocação do produto, pelos baixos preços alcançados, recebiam, logo após a abolição da escravatura, um crédito agrícola de estímulo à lavoura, tendo sido essa medida mais de relaxamento comercial do que verdadeiramente de proteção à agro-indústria. Atenuou-se uma crise de conjuntura, mas os males estruturais permaneceram. O crédito agrícola permitiu, por exemplo, ao comendador Novis, praticamente o último dos comissários do Império, e dos mais respeitados da sua época, recuperar grande parte de sua fortuna, comprometida nos empréstimos aos senhores endividados que freqüentavam seu escritório na Rua da Louça. E por isso mandou fazer um retrato do Visconde de Ouro Preto, cujo Ministério havia autorizado aquela negociação, e o pendurou na parede de sua casa residencial, na Rua de São Pedro.[14]

Verdadeiramente, porém, a produção e a comercialização do açúcar somente se aliviavam em períodos excepcionais, como de 1856 a 1858, de péssimas safras nas colônias das Antilhas, ou como em 1868, por ocasião das lutas de Cuba pela sua independência,[15] quando a arroba do açúcar alcança um preço médio de 3$103 réis[16].

A má conjuntura internacional e a falta de capitais locais próprios foram as duas premissas básicas para a ocorrência de crises de depressão econômica, pelas quais passaram os senhores de engenho, em oposição aos comerciantes e comissários, que prosperavam cada vez mais. Situação aparentemente estranha, em que uma crise de âmbito internacional viesse afetar tão profundamente a estrutura econômica dos produtores,

cuja situação de insolvência não repercutia com igual intensidade na posição financeira de muitos comissários, antes da Lei Ouro Preto. Qual a explicação? Um produto outro que não o açúcar, comercializável em grande escala, sustentando o comércio externo, não existia. O fumo, o algodão, o couro, os diamantes, o ouro, embora importantes na balança comercial, não alcançavam os níveis da exportação do açúcar, nem assumiam um lugar de tanto destaque. A importância do cacau ainda estava por vir. A explicação da prosperidade dos negociantes se baseava na capitalização que haviam alcançado, inicialmente no tráfico de escravos, exercido, apesar de combatido, até mesmo depois de 1850, como também encontra seu fundamento para o período seguinte, nas operações de crédito que tanto lhes favoreciam. Emprestavam eles dinheiro a juros altos aos produtores de açúcar e, através desses empréstimos, lhes sugavam as fortunas.

Mesmo sem se apropriarem de suas aparelhagens de transformação do caldo de cana no açúcar, podiam hipotecar outros bens e transformar muitas máquinas ainda em atividade em engenhos de "fogo morto". E ao levantarem o valor dos bens hipotecados, avaliavam-nos a preços baixos. Tomás Pedreira Geremoabo, que recebeu o Arquiduque Maximiliano da Áustria no seu "Engenho Novo", em 1860, representante de uma das maiores fortunas da Bahia na época, havia,em 1852, mandado avaliar o seu engenho, com 20.208 tarefas de terras, alcançando um total de 821:500$000. Por ocasião de sua morte, em plena época da crise da agroindústria do açúcar na Bahia, o mesmo engenho, desfalcado de 156 escravos, ia à praça com a avaliação de 232:194$000, em 14 de março de 1876.[17]

A ação espoliativa dos comissários para com os senhores de engenho ia além. Supriam-lhes também de muitos gêneros, maquinaria e outras utilidades, cobrando-lhes preços e juros acrescidos aos preços de cada negócio. Por outro lado, ao vender e exportar o açúcar, obtinham comissões ou sobrepreços. E em todo esse complexo de operações, ora mercantis, ora bancárias ou mistas, asseguravam sua liquidez, uma vez que os preços pagos pelo comprador ou importador estrangeiro do açúcar transitavam forçosamente pelos seus **livros,** sendo de logo retidos os seus créditos em relação aos engenhos.[18] Aos senhores restavam os **saldos,** ou, como ocorria com freqüência, um novo empréstimo por adianta-

mento, com vistas à safra seguinte. Era sem dúvida um processo altamente espoliativo. Salvaram-se, apenas, dessa rotina, aqueles senhores bastante capitalizados, cujas propriedades vinham sendo herdadas através de gerações, ou aqueles que também haviam exercido o tráfico de negros, ou os que emprestavam igualmente dinheiro a juros.

Podemos verificar, apesar das críticas, que ainda no século XIX, os senhores viviam no sentido nostálgico de reviver um passado de grandezas, luxo e desperdício.[19] Não fossem essas idéias de nobreza quase fixas entre a maioria dos senhores de engenho, os comerciantes, os comissários, os homens de negócio não teriam logrado os níveis de fortuna que alcançaram, oferecendo capitais a juros bastante elevados e fornecendo àqueles, desde os mais simples gêneros alimentícios e as mercadorias de almoxarifado, às mais finas louças e trajes da Europa.[20] Assim como o liberto, que comprava, de logo, um escravo, como afirmação de sua nova condição social, para aquele que comprasse um engenho ou tivesse excepcionais lucros nos negócios, parecia compulsiva a idéia de que o luxo e a dissipação o enobreceriam. Até mesmo aqueles negociantes de escravos que viviam na Costa da Africa a preparar embarques da mercadoria aviltante, quando eram muito rendosos os seus negócios com o Brasil e Cuba, ostentavam um luxo extraordinário, o que, aliás, jamais os tornou mais considerados sob o ponto de vista de "status" social. Entre eles, Francisco Félix de Sousa, o "Chachá de Ajudá", e Domingos José Martins, ambos com estreitas ligações com os negociantes do tráfico em Salvador.[21]

Ao se evidenciarem os sinais de um recesso econômico, justamente quando foi proibido o tráfico, o que fazia prever a carência e os altos preços que iriam atingir a mão de obra para os senhores, assim como a evasão das propriedades sub-humanas, os escravos, que poderiam ser hipotecados e através deles saldadas as dívidas que garantiam uma outra situação veio agravar os problemas. Eram os escravos vendidos para o Sul, onde plantações mais florescentes e mais prósperas, tanto de cana como do café, os esperavam; essa transferência freqüente significava, também, uma evasão da mão-de-obra disponível.

Por essa ocasião de recesso de tráfico de escravos, os grandes comerciantes, que eram também grandes traficantes, passaram a imobilizar seus

capitais em **compra de imóveis,** um traço marcante na verificação dos inventários daqueles capitalistas do século XIX, como também passaram a empregar seus capitais em compras de ações de bancos e sociedades, e apólices da dívida pública.(O anexo III dá uma idéia dessa informação).

Coincide mesmo com o quase total descrédito da continuidade do tráfico de escravos a aplicação de capitais, antes dedicados a esse comércio, na fundação do Banco da Bahia em 1858, sendo presidente do Conselho de Direção Joaquim Pereira Marinho, um dos mais bem sucedidos traficantes desta praça.[22] Na verdade, o período áureo para a capitalização de alguns comerciantes da Bahia havia sido, à época do tráfico e durante a sua proibição, que gerou um crescente preço para a mercadoria humana que transportavam da África.

Negócio ilícito desde 1831, o tráfico era, entretanto, bastante praticado pelos negociantes da Bahia. Os negócios com a África seriam relativamente prósperos, mesmo sem o tráfico. Mas os comerciantes, na ânsia de um lucro rápido, pois a mão-de-obra negra era necessária, e os escravos nascidos no Brasil, os ladinos, alcançavam com mais facilidade suas cartas de alforria, ou já se haviam especializado em ofícios um tanto habilidosos, exigiam a presença dos negros chamados "boçais", escravos mais humildes, mais dominados pela força que os tornara servos, que desconheciam o país, seus usos e costumes, que não falavam a língua portuguesa; e se empenhavam em produzir para os senhores, acostumados alguns à servilidade relativa aos seus mestres africanos, treinados para o trabalho braçal.

Essa necessidade sempre premente de mão de obra escrava, sobretudo nos engenhos, para os quais os comerciantes eram grandes fornecedores, impulsionava-os a lançar mão, com frequência, desse negócio ilícito, sempre muito perigoso, especialmente quando se iniciou a ação dos ingleses no policiamento dos mares.

A Inglaterra, reconhecidamente a maior potência estrangeira no século XIX, vencedora das guerras napoleônicas, "rainha dos mares", arrogava-se protetora do seu tradicional aliado, Portugal, e desde a vinda da família real para o Brasil, colocou-se nessa posição, estrategicamente, procurando dela tirar mais proveitos econômicos.[23] Desde 1807, a Inglaterra atribuia-se o papel de defensora, não do abolicionismo, mas do

combate ao tráfico de escravos, com muito empenho.[24] Justamente no Brasil o comércio de escravos era aquele preferido pelos portugueses naturalizados e brasileiros. As implicações e efeitos da guerra de Independência na Bahia haviam colocado o comércio exportador e importador sobretudo em mãos inglesas. Era realmente para a Grã-Bretanha que se destinava a maior parte dos produtos da Bahia. A exportação para a Inglaterra significava cerca de 51,7% no total das exportações baianas, vindo em segundo lugar as cidades hanseáticas com 11,8%, a França com 8,3%, e outros importadores menores, entre os quais os Estados Unidos e os países do Rio da Prata. Por outro lado, também nas importações figurava a Grã-Bretanha como o país que mais exportava para a Bahia, vindo em segundo lugar a França, em terceiro lugar Portugal e as cidades hanseáticas.[25] Era, então, o grande comércio da Província exercido com povos estrangeiros e por firmas estrangeiras. Aos brasileiros comerciantes e aos portugueses, além dos negócios financeiros e de aplicação de capitais, restou o comércio com a África, o tráfico de escravos, entre outras formas de se comerciar com a Costa. O comércio de escravos, já muito visado pelos ingleses como ilícito, era, entretanto, praticado desafiando-se os tratados e as leis promulgadas sob inspiração inglesa.

É oportuno indagar-se qual o interesse da Inglaterra em controlar e expulsar dos mares do Atlântico Sul os importadores de escravos. Ia a tão minuciosa busca a ação da real e gloriosa marinha da Grã-Bretanha que mais parecia querer impedir qualquer negócio entre o Brasil e a África, e não somente o tráfico negreiro, cuja bandeira de desumanidade parecia combater.

> Durante 200 anos a Inglaterra fez o tráfico da escravatura; durante todo esse tempo a Inglaterra não animou a despertar na opinião pública o sentimento de indignação contra os que exerciam esse comércio! Como explicar essas contradições? Como acreditar numa filantropia que vem tão tarde exercer sua benéfica influência? A repressão do tráfico é um pretexto honroso de que ela se serve para conseguir um grande benefício para o seu comércio; o seu fim é suplantar o comércio das outras nações, é aniquilar todas as indústrias rivais.[26]

Por outro lado, os atos de repressão ao tráfico, datados de 1807, estabeleciam a oferta de prêmios[27] em dinheiro àqueles que resgatassem

o produto do comércio negreiro. Mas foi em 1815, depois do Congresso de Viena, que se tornaram ainda mais lucrativos os apresamentos de navios, com os carregamentos de escravos. Até então haviam conseguido capturar os bens dos navios franceses, durante as guerras napoleônicas.[28] Justamente, a perseguição aos navios negreiros era uma compensação lucrativa para os marujos de S.M. britânica, após o término das guerras contra o Corso.

A Inglaterra lutava para assegurar uma política de livre comércio para a destinação dos seus produtos manufaturados, principalmente os tecidos e materiais pesados de maquinaria e equipamentos, que necessitavam cada vez mais de mercados. Não era mais o colonialismo dispendioso que a interessava; agora passava à fase do imperialismo econômico, decorrente do industrialismo, deixando a era mercantilista pela industrial. Para isso necessitava não somente escoar seus produtos manufaturados, como da mão-de-obra que a produzisse, e especialmente matéria-prima indispensável para as indústrias inglesas. O impedimento do tráfico negreiro, já que a Inglaterra não fazia campanha abolicionista, mas campanha contra o tráfico, obedecia a uma orientação do governo inglês, que viria dar resultados a longo prazo. "Medida de longo alcance econômico",[29] pois, com a instituição do trabalho livre, pretendia ter mercados de consumidores para suas manufaturas.

> Medida de preservação do mercado de trabalho na África, onde extensas plantações do algodão viriam abastecer as indústrias inglesas da matéria-prima, para o crescente parque industrial, principalmente de têxteis. Nos lugares onde anteriormente se compravam escravos, abandonados sucessivamente pelos portugueses, instalavam-se comerciantes de Marselha e Londres.[30]

Era também interessante para os ingleses a compra do óleo de palma, excelente produto da região africana, produto, aliás, que era também importado, em menor escala, pelos comerciantes da Bahia.

A história da suspensão do tráfico de negros começa bastante afastada no tempo da Lei Eusébio de Queirós. Precisamente em 1810, a Inglaterra já assinava um tratado de comércio e navegação com Portugal, tratado também de aliança e amizade, arrogando-se defensora do tradicional aliado, em face às guerras napoleônicas, e nele é explícita a cláusula de

não mais se comerciar escravos na Costa da Mina, permitindo-se aos traficantes que os fossem buscar em Cabinda e Molembo.[31] Em 1815, durante o Congresso de Viena, é novamente estabelecida a extinção do tráfico ao Norte do Equador na África.[32]

Por ocasião do reconhecimento da Independência do Brasil, a Inglaterra tentou impor a condição de extinção do tráfico de negros contra o beneplácito tão almejado pelos brasileiros. Mas julgou-se que não havia condições econômicas no Brasil para simultaneamente enfrentar a liberdade política e cercear um comércio lucrativo, fazendo cessar a fonte de mão de obra escrava. Na Bahia, os que haviam lutado, armas na mão, pela independência, eram, em grande parte, senhores de engenho, influentes alguns nas áreas políticas e administrativas, os quais não poderiam admitir uma mudança que atingiria a própria estrutura econômica e social, e o adequado funcionamento da indústria açucareira, em época tão conturbada da história brasileira. Um novo tratado foi assinado entre D. Pedro I e o Rei Jorge IV, em 1826, quando a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil, e o Imperador se comprometeu a abolir o tráfico, dentro de três anos[33]. Tal não aconteceu, mas, em 1831, o governo brasileiro proibia a entrada de negros no País.

Desde então a luta foi desigual entre os traficantes, que ainda resistiram longo tempo nesse negócio ilegal, e os ingleses, arvorados em defensores dos africanos, por motivos humanitários.

A complacência de alguns governantes, pela necessidade compulsiva da mão-de-obra escrava nos seus engenhos, fez a fortuna de muitos traficantes, que eram também comissários e negociantes. O tráfico era negócio rendoso e perigoso, pois os ingleses passaram a exercer uma cerrada vigilância no Atlântico. Muitas embarcações eram inspecionadas e apreendidas.[34] É dessa época o apresamento das embarcações de José Cerqueira Lima, grande traficante, senhor de engenho, que entrou em colapso financeiro, devido à ação dos ingleses nos mares do Atlântico. Tivera, a princípio, quatro embarcações retidas pelos ingleses, a primeira delas o brigue "Cerqueira", em 1824. Três mais foram apresadas. Cerqueira Lima, confiado no seu próprio prestígio e no do seu irmão, Manuel Cerqueira Lima, advogado, pretendia obter dos ingleses uma

indenização. Não conseguiu José Cerqueira Lima os seus propósitos, e mais três embarcações suas foram apreendidas em 1839: o patacho "Golfinho", a escuna "Calíope", o brigue "Firmeza"; o golpe final nas esperanças do traficante, com sua subseqüente morte, provavelmente decorrente da crise financeira que o atingiu.

Esse comerciante e traficante, também senhor de engenho[35], teria tido uma das maiores fortunas do século XIX, não fosse sua morte em momento crítico para os seus negócios. Seu nome é sempre mencionado como um dos maiores traficantes da Bahia, de fortuna sólida, e entre seus concorrentes no negócio do tráfico, aquele que apresentava uma faceta de personalidade inclinada à cultura e aos estudos, o que se depreende da sua bem escolhida biblioteca.

A descrição dos restos do inventário de José Cerqueira Lima é a demonstração de um luxo espantoso de um grande senhor do século XIX, que revivia todas as glórias e pompas do barroco século XVIII. Sua casa na estrada da Vitória estava montada com tudo que se encontrava do melhor, mais caro, mais refinado, no mundo de então. Diversos faqueiros de prata, com facas de cabos de marfim ou de madrepérola; um outro faqueiro de "vermeil"; aparelhos de louça ingleses e chineses. Além de um rico mobiliário: os salões eram reconhecidos pelas cores de suas cadeiras de cetim: branco, azul, verde, vermelho; a sala de música com seus pianos, a biblioteca, e tudo mais que se possa acrescentar a uma atmosfera de luxo e distinção: os aparelhos de chá de prata, recipientes especiais para as folhas de chá, do mesmo metal, conchas de prata especiais para servir ostras, ornamentos de prata e de louça, incontáveis relógios, toalhas de mesa e guardanapos às centenas, com iniciais de ouro. Os lacaios usavam libré e chapéus emplumados, para servir nas carruagens e nos coches. As jóias eram de rainha: somente um adereço foi avaliado em 1:600$000.

À sua morte, o passivo de José Cerqueira Lima era de aproximadamente 497:215$314. Os devedores do casal davam-lhe um ativo comercial de 393:023$724, o que não consistia numa posição de insolvência porque José Cerqueira Lima possuía bens imóveis, casas e dois engenhos que cobririam largamente a diferença de, praticamente, 100:000$000 (cem contos de réis). Mas, sem a sua liderança, tudo se complicou. Não havia

disponibilidade fácil. Os credores, aos primeiros rumores de uma debacle, passaram a apresentar as contas. A viúva, naturalmente, não estava muito a par dos negócios, embora tentasse resistir heroicamente. Passou a vender em hasta pública, dentro da casa da Vitória, todos os objetos de luxo para saldar as dívidas. Reconhecia as dívidas. Entre as maiores estavam a da Caixa de Descontos, em liquidação, naquela época de 79:194$652; a do conselheiro Luís Paulo de Araújo Bastos, de 83:335$876; que havia saldado a dívida do traficante na Caixa Econômica, mas que exigia o juro de 24% ao ano; devia à Fazenda Nacional uma grande quantia. Antes de falecer, José Cerqueira Lima tomara um empréstimo de mil libras esterlinas para ser pago em açúcar, posto em Londres. A garantia fora em diversas peças preciosas, de prata.

A biblioteca da casa de José Cerqueira Lima era o próprio símbolo do senhor culto, rico e considerado. Os livros eram escolhidos, a maioria em francês, versando sobre política, leis, economia, botânica, literatura e história.

Seus dois engenhos eram o de São Felipe, em Santo Amaro, arrendado à família Bittencourt Berenguer Cesar, de cujos filhos um se casara com a única filha legítima de Cerqueira Lima.[36] O outro engenho ficava nas costas da Cotinguiba.

O comércio e o tráfico com a África depois da lei Eusébio de Queirós

Não eram os escravos a única “mercadoria” importada da África. O ouro, o marfim, o azeite de palma, os tecidos de algodão e uma gama de produtos variados, traziam, daquele continente, os negociantes da Bahia. Queixavam-se eles de que eram arbitrariamente detidos pelos Cruzadores ingleses[37], levados à Serra Leoa, onde eram julgados e suas cargas apreendidas. Alegavam, assim, os negociantes da Bahia, que estava de todo proibido, ao Brasil, realizar qualquer negócio com a África. Faziam questão de frisar que não reclamavam contra os tratados repressivos ao **tráfico de escravaria**,[38] mas que a Grã Bretanha estava firme no seu

verdadeiro propósito de tolher ao Brasil o comércio livre com a África. E terminavam afirmando que a supressão desse comércio favorecia o tráfico ilícito, já que ambos eram perseguidos pela Inglaterra.

O comércio com a África era aquele que se realizava de continente para continente, de um para outro porto, sem a grande interferência do intermediário. O comércio realizado com a Europa era sempre através de estrangeiros aqui estabelecidos, justamente com esse propósito, principalmente pelas firmas inglesas, as quais representavam os que mais exportavam e importavam mercadorias na Bahia. Daí o comércio direto não ser do agrado da Inglaterra, e a razão de perseguir indistintamente os traficantes ou meros negociantes.

Na verdade, os maiores negociantes eram traficantes, até meados do século XIX. Dois grandes negociantes predominavam, um deles comissário e com respeitável capital empregado em dinheiro a juros, através de sua casa de negócio: Joaquim Pereira Marinho; o outro, senhor de engenho e industrial, Antônio Pedroso de Albuquerque, ambos exercendo o negócio da escravaria. E compareciam regularmente nos inventários dos seus contemporâneos como credores, o primeiro deles através da firma Marinho e Cia.; o segundo, com o próprio nome.

Joaquim Pereira Marinho, português, natural de Guimarães, chegara ao Brasil em 1828, pela galera "Firmeza", vinda do Porto.[39] Chegara à Bahia aos 13 anos de idade para se empregar no comércio, fixando residência na freguesia do Pilar, no Cais Dourado, n. 185, 2.° andar. O título de residência em 1842, o descreve aos 27 anos: estatura alta, cabelos pretos, olhos castanhos, barba cerrada, rosto comprido, nariz e boca regulares. Nesse ano de 1842, já havia conseguido título de residência em caráter definitivo.

Já em plena ascensão comercial, Joaquim Pereira Marinho habitava a freguesia da Vitória,[40] o bairro mais elitista de Salvador, no século XIX. Sua nobre casa ficava no corredor da Vitória, n. 47, em terreno de cerca de 42 metros de frente. Construída com paredes de caixa, a mansão de Pereira Marinho era toda circundada de janelas que se abriam sobre um jardim. Nesse se encontravam figuras de mármore, gradaria e portão de ferro na frente e ao centro. No lado posterior da propriedade existia uma grande roça que ia terminar na "pancada do mar", com muitas árvo-

res frutíferas. No pavimento térreo, porta na frente, ao centro, sala de espera, duas saletas de cada lado com cinco janelas de peitoril, envidraçadas, quatro quartos, sala de jantar, copa, cozinha e dispensa. Do lado de fora estavam os quartos para os criados, para engomado, adega, banheiro. As cocheiras eram encontradas do outro lado da rua. No andar superior da casa de Pereira Marinho existia um salão de cinco janelas rasgadas, dois **gabinetes** aos lados, com uma janela cada um, quatro quartos, sala de jantar, copa, varanda, salão com diversos cômodos. Era no andar superior que Marinho recebia seus convidados, onde se realizavam os encontros sociais, sendo o inferior para a vida diária da mansão, que se limitava por ambos os lados com outras casas de propriedade do casal. Foi avaliada em 120:000$000 (cento e vinte contos de réis) em 1884.

Antônio Pedroso de Albuquerque tinha morada em Santo Antônio Além do Carmo, no sítio denominado Jacaré,[41] na estrada que ia ter na Quinta dos Lázaros, partindo do largo do Barbalho. O lado posterior da propriedade alcançava a rua da Vala. Na frente existiam pilares de pedra e cal, gradaria e portão de ferro: era a sua entrada. Pouca distância para dentro, uma casa nobre de um andar e sótão, paredes dobradas e divisórias singelas de tijolos. Havia um pavimento térreo, três portas e quatro janelas; no primeiro andar, sete janelas de frente, e no sótão mais três, todas envidraçadas, bem assim janelas para todos os lados. No pavimento térreo, do lado posterior, existia porta que dava para o terraço.

As janelas desse pavimento tinham grades de ferro. Os cômodos do 1.° andar eram todos forrados, bem como alguns do pavimento térreo. De um lado da casa, quatro senzalas, e do outro mais duas, todas com janelas envidraçadas. Na fazenda ou sítio, muitos arvoredos frutíferos, plantações de capim e água nascente. Foi avaliada a propriedade em 50:000$000 (cinqüenta contos de réis).

Joaquim Pereira Marinho, português naturalizado, Antônio Pedroso de Albuquerque, originário do Rio Grande so Sul. Ambos pertinazes no trabalho, pulso firme, olhar frio, impiedade no coração. Marinho controlava, além de sua florescente casa de comércio, os contratos públicos. O primeiro deles, a primitiva iluminação da cidade, ainda com o azeite de peixe. As alvarengas, embarcando e desembarcando mercadorias. A

companhia de Navegação Baiana, à qual fez especiais menções no seu testamento. Fundador e principal acionista do Banco da Bahia, que encontrou no recém-saído negociante do tráfico o verdadeiro esteio e capitalista, e não nos tão citados Visconde de São Lourenço e Barão de Cotegipe, que eram, respectivamente, Presidente da Mesa de Assembléia Geral e membro do Conselho Fiscal. "As atividades iniciais do Banco da Bahia, na sua fase de organização, ocorreram no escritório comercial de Pereira Marinho".[42]

Marinho, com o título português de Conde de Pereira Marinho, era um homem decididamente voltado aos negócios da navegação. Via o mar como uma longa e grande esteira percorrida pelas embarcações que levavam e traziam mercadorias. No seu testamento, refere-se longamente à Companhia Baiana, da qual era acionista com cerca de 650.000$000 (seiscentos e cinqüenta contos de réis), e credor da quantia de 800:000$000 (oitocentos contos de réis); e ainda garantia a mesma Companhia no Banco Mercantil com 260:000$000 (duzentos e sessenta contos de réis), tendo em seu poder escritura de hipoteca de todo o ativo da Companhia Baiana. A bandeira da firma Marinho e Companhia, que era branca com triângulo azul no centro, estava presente em todos os navios que se dirigiam a várias direções, fazendo comércio.

Interessante observar o relacionamento estreito de Joaquim Pereira Marinho e Domingos José Martins, pois negócios na África os ligavam muito intimamente. Depois da fase mais florescente do tráfico negreiro ter realmente desaparecido, o comércio do óleo de palma ainda unia aqueles aparentemente distantes, grande comerciante e banqueiro português, estabelecido na Bahia do mulato morador da Costa, Domingos José Martins, já entrando em decadência financeira.

Existem muitos indícios de que se possa chegar à convicção de que os negociantes bem sucedidos no tráfico dispunham de capitais americanos e ingleses. E, provavelmente, um dos elos está declarado, no inventário de Domingos José Martins. O inventariante de Martins era Pereira Marinho que, ao assumir a testamentária do amigo, através da procuração dos herdeiros, os filhos de Martins, "o fez depois de muitas hesitações e quase obrigado".[43] O primeiro cuidado de Pereira Marinho foi

dirigir-se aos negociantes Knowles e Foster, de Londres, José M. de Moura, em Havana, Cotesworth and Powl e Pinto Leite e Irmão, ambos de Londres, e Martins e Lima no Cabo Verde. Os Knowles e Foster, negociantes estabelecidos na rua Morgate, n. 42, em Londres, responderam à carta de Marinho declarando de Martins: "não tivemos conta com esse senhor", informação desmentida quando enviaram 2.000 libras (17:353$183) relacionadas no saldo de Martins, no seu inventário. Com o nome Foster e Irmãos, em 1839, aparece a firma inglesa como devedora do negociante e traficante Francisco Lopes Guimarães, cuja viúva casou com o pai do nosso poeta Castro Alves, e cujas atividades no tráfico, continuou após a morte daquele negociante de escravos, sob o nome de viúva Lopes.[44] A Cotesworth and Powl fazia negócios de açúcar, recebendo-o em consignação do traficante e grande senhor José de Cerqueira Lima. Pinto Leite e Irmão, também estabelecidos em Londres, eram grandes credores de João Vitor Moreira. Confirmando o pressuposto do comércio de escravos realizado em Havana, o devedor de Domingos José Martins, daquela cidade, de nome José M. de Moura, também possuía crédito de Joaquim Almeida:[45] liberto e negociante de escravos que vivia entre a Bahia e a Costa da África, ligado a outros conhecidos traficantes, como Joaquim Alves da Cruz Rios, Querino Antônio e Manuel Joaquim de Almeida. O mulato Joaquim Almeida declarava, no seu testamento de 1844, que possuía em Havana, em mãos do senhor don José Marrona, saldo da venda de escravos, significando, pois, que os negócios com Havana não foram somente iniciados depois de 1855. O triângulo Bahia-Costa da África-Havana era realizado pelos comerciantes de escravos da Bahia, logo após a proibição de 1831.

Quanto a Knowles e Foster, era a firma inglesa que mais se ligava a Pereira Marinho e, por seu intermédio, ao Banco da Bahia, recebendo dessa instituição, em 1858, uma carta, prevenindo-os de que seriam agentes daquele Banco em Londres.[46]

Capitais britânicos eram utilizados para o tráfico de negros, como declara em memorial o Cônsul Americano do Rio de Janeiro, de nome Henry Wise,[47] "É voz corrente que se tais navios (financiados pelo capital inglês) forem capturados, os comerciantes britânicos sofrerão, sendo essa

a razão de os cruzadores britânicos deixá-los passar, e o governo britânico nada fazer para deter o embarque de escravos na África".[48]

Uma carta de Pereira Marinho, datada de 1839[48a], redigida ao capitão do seu navio "Destemido", faz suspeitar que o grande comerciante transacionava com capitais ingleses. O "Destemido" dirigia-se para a África, visando ao comércio de escravos, e Pereira Marinho dava a entender, na carta, o prestígio que lograva junto aos ingleses, para ser recompensado de qualquer prejuízo que a ação dos britânicos nos mares lhe pudesse ocasionar: se usassem de força, imediatamente protestassem de maneira oficial contra tal conduta, fazendo relatório, pois "seria um prazer para mim, fazê-los pagar por sua ingerência".

Mesmo após o comércio de escravos, continuaram as relações comerciais de Martins com Pereira Marinho. Em Porto Novo, Martins embarcava óleo de palma para a Companhia União Africana, criada pelo Conde Pereira Marinho, continuidade dos seus negócios com a Costa.

Naturalmente que as taxas de juros normais e legais cobradas pelo Banco da Bahia não o tornavam em negócio altamente rendoso para Joaquim Pereira Marinho, que agia financeiramente através da firma Marinho & Cia, cobrando juros de 2% ao mês e 24% ao ano, como são registrados em muitos inventários de senhores de engenho.

Para adquirir "status", conseguiu o título português de Conde e praticou muitas ações que o colocavam em meio aos maiores e mais respeitados negociantes da Bahia, não obstante houvesse sido o tráfico a base de sua grande fortuna. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia.

O seu testamento está pontilhado de legados pios,[49] que deixou aos Asilos de Nossa Senhora do Salete e do Coração de Jesus, à Casa da Providência, aos Órfãos de São Joaquim, ao Asilo de Mendicidade, ao Asilo dos Expostos da Santa Casa, para dotação das órfãs, repetindo a boa ação do agiota português do século XVII, João de Matos de Aguiar.

A oitava parte do remanescente de sua fortuna, Pereira Marinho legou à Santa Casa de Misericórdia para a edificação do hospital de Nazaré (o Santa Isabel), e se não fosse necessária a aplicação desse legado, a Santa Casa o aplicaria em melhoramentos do Asilo de Alienados. Às restantes sete partes do remanescente de sua herança, deixou cláusula para que se

constituísse o patrimônio de um asilo para meninas desamparadas, de acordo com a partilha amigável entre a viúva e o único herdeiro: seu filho o Barão de Guaí. Seu outro filho Antônio, Visconde de Marinho, havia falecido em Paris, em 1879. O patrimônio para o Asilo seria retirado de Apólices da Dívida Pública Provincial, ações do Banco do Brasil, ações do Banco da Bahia e do Banco Mercantil, das Inscrições da Dívida Pública de Portugal. Todas as providências testamentárias foram tomadas para que se fundasse o Asilo das Meninas Desamparadas, que foi realmente instituído.

O outro comerciante, ao qual nos referimos, era Antônio Pedroso de Albuquerque. A fortuna deste, como a de Pereira Marinho, foi em grande parte adquirida no comércio de escravos. Antônio Pedroso de Albuquerque não era baiano. Viera do Rio Grande do Sul, de uma cidade denominada Rio Pardo. Verger anota 31 viagens das embarcações de Pedroso na rota do tráfico, das quais apenas quatro foram apreendidas pelos ingleses. Ao morrer, possuía 560 escravos no valor de 471:420$000 distribuídos por suas várias propriedades rurais, e dois sítios urbanos[50].

Pedroso, ao contrário de Marinho, que havia concentrado sua fortuna em imóveis urbanos e ações e apólices variadas, possuía, além desse tipo de bens, engenhos e fazendas. Era comissário agiota, comerciante, traficante, senhor de engenho e industrial, jamais conseguindo um título de nobreza, mas senhor de uma das maiores e mais sólidas fortunas do século XIX. Conseguiu também, como seu companheiro Marinho, ser Provedor da Santa Casa, o que lhe concedeu certa aparência de importância e consideração em relação aos seus contemporâneos.

Seu filho conseguiu um título português, o de Visconde de Pedroso de Albuquerque. Clarividência nos negócios impulsionou Pedroso a fundar uma fábrica de tecidos de algodão no município de Valença: a Todos os Santos. Possuía engenhos, como o da ilha de Itaparica, com 139 escravos, onde certamente desembarcava a mercadoria humana vinda da África, e onde treinava os escravos nos serviços da lavoura; outros mais como o Gurgaia e o Desempenho, na Vila de São Francisco, o da Penha e o Engenho Novo, em Santo Amaro, com cerca de 182 escravos, a fazenda Gregório, na freguesia de Brotas, no litoral, onde 46 escravos se dedicavam à pesca, a fazenda Jacaré, no Barbalho, onde morava, assistido por 83

escravos. Tantos escravos iriam pouco depois de sua morte alcançar a liberdade pela Lei Áurea, os engenhos entrariam em processo de involução. Mas na Todos os Santos, fábrica de tecidos de algodão, era utilizado o assalariado, ao verificar-se o número de escravos ali arrolados: somente 23. Era também proprietário, em 1853, da Empresa de Navegação a vapor Santa Cruz, com escritório no Corpo Santo, de cujo proprietário se informava: Antonio Pedroso de Albuquerque, fidalgo cavalheiro, e moço da imperial câmara[51]. A empresa tinha três vapores: o "Santa Cruz", o "Cotinguiba" e o "Paraná", que viajavam para o sul da Província e para Sergipe e Alagoas.

Tanto Pereira Marinho como Pedroso de Albuquerque empregaram grande parte do capital destinado ao tráfico, após sua efetiva suspensão em bens imóveis, ações de bancos, ações de outras companhias, apólices da dívida pública, continuando com suas atividades de comissários e negociantes

Não acreditamos que eles se envergonhassem da origem de suas fortunas, nem como os outros muitos traficantes da Bahia, conforme fica positivado no quadro anexo III. Não mencionavam jamais sua condição de traficante, mas tão somente por ser um negócio ilegal, e não por realizarem um comércio que era um verdadeiro atentado à humanidade. Se algum dos traficantes guardou na consciência o mal que praticava', não existe nenhuma evidência. Tanto que está no testamento de Pereira Marinho a seguinte frase:

> Por esta forma tenho feito esse meu testamento de minha espontânea vontade, e com a consciência tranqüila de passar para a vida eterna sem nunca haver concorrido para o mal do meu semelhante e a convicção de que a fortuna que deixo foi adquirida pelo meu trabalho perseverante, com economia, honestidade e honradez em minhas transações comerciais, nunca deixando de fazer ao meu semelhante o bem que poderia fazer.[52]

Os níveis de fortuna da cidade do Salvador

Salvador, capital da Província da Bahia, apresentava no século XIX uma população composta na maioria de pessoas pobres e remediadas. Na falta absoluta de uma fonte que nos ofereça uma apreciação geral e

panorâmica dos níveis de fortuna da sua população, tentamos retirá-los em pequenas amostragens, baseadas no pagamento do imposto da terça.[53] De 1839 a 1856, estão presentes nessa avaliação de fortunas aqueles representantes do universo econômico da cidade, ou seja, os que apresentassem ocupações rentáveis, ou que houvessem herdado bens familiares. A grande maioria dos que morriam nem ao menos aparecia com declarações de bens, porque nada possuía. Daqueles cuja morte era declarada com a relação de bens, para ser feito o inventário, 64% nada pagavam de imposto, pois o que declaravam era de valor muito baixo. Não eram obrigados, seus descendentes ou herdeiros qualificados, a pagar imposto de transmissão, a então chamada sisa. Cerca de 15% ainda apresentavam nível inferior. Em torno de 20% estavam os intermediários, representantes daqueles que transmitiam bens que não eram muito expressivos. Somente 1% significava os senhores de nível superior de fortuna.

As cidades com esse ínfimo percentual de fortunas elevadas, representando-se tal situação, hipoteticamente, por uma pirâmide afunilada que apresenta, no seu ápice, os mais altos níveis de fortuna, e de base muito desenvolvida, apontando os mais baixos níveis de bens acumulados, ou mesmo nenhum, são cidades carentes de atividades bem remuneradas ou de empregos geradores de patrimônios de nível médio, pela inexistência de um adequado desenvolvimento comercial e industrial, assim como da falta de aplicação de capitais geradores de rendas, para as camadas inferiores da população. Aqueles engajados nos negócios particulares eram sempre: o patrão e o escravo, ou o mal assalariado.

Talvez por isso é que, em Salvador, era pequeno o poder aquisitivo da grande maioria dos seus habitantes, de níveis baixos ou de nenhum bem de fortuna, o que, evidentemente, não atraía a aplicação de capitais em investimentos de produção em massa que não fossem direcionados para a exportação, dimensionados para serem adquiridos pelos segmentos inferiores da população. A princípio, os investimentos capitalizados, que eram poucos, somente se dirigiam ao poder aquisitivo das elites e categorias intermediárias, e em torno daqueles girava todo um complexo econômico e social, de maior engrandecimento desse grupo econômico[54].

É justamente a idéia que se faz de uma Salvador internamente pouco ativa, comercial ou industrialmente, a riqueza concentrada em mãos de pequeno grupo, o desenvolvimento retardado por essas condições estruturais, uma cidade preguiçosa, intimamente ligada à vida rural.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a divisão das fortunas, após a morte daqueles que detinham os capitais, com os bens divididos por muitos filhos. Os recursos, assim fragmentados, deixavam de exercer um papel de atividade rentável no âmbito social e econômico, e aplicados e imobilizados para maior garantia dos que herdavam. Ou também, observando-se por um outro enfoque: existiam na cidade muitos comerciantes estrangeiros endinheirados que, após a morte, tinham os seus patrimônios líquidos conseguidos em Salvador, angariados pelo trabalho servil dos escravos, ou mesmo através do tráfico, ou da espoliação dos empréstimos a juros, ou pelos negócios de gêneros alimentícios, sobretudo de portugueses transferidos, a enriquecer suas famílias que haviam voltado ou permanecido na Europa.

Quantos testamentos não são encontrados em que aqueles que os assinam afirmam ser solteiros, sem filhos, nem mesmo, como muitos confessavam os terem havido "por fragilidade humana", com as suas escravas, e que apresentavam sobrinhos ou outros parentes como irmãos e irmãs, que recebiam no exterior polpudas heranças amealhadas no duro trabalho dos habitantes de Salvador, estes sempre muito pobres, de vida atribulada, mestiços de todos os matizes, recebendo o estritamente necessário para viver mal. Povo sofrido, povo pobre, povo matizado de raças, era o povo de Salvador, místico e mudo, sobrecarregado de sacrifícios; povo ignorante, presa fácil dos exploradores do trabalho humano. O português Justino José Fernandes, por exemplo,[55] cuja fortuna constituída na espoliação da força de trabalho dos habitantes da cidade, traficante e agiota, abertamente emprestando dinheiro a juros, tanto que seu estabelecimento era conhecido como "o banco do Justino", ao morrer, deixa sua fortuna intacta para Portugal, porque ali já se havia estabelecido, há tempos, sua esposa e filho, que fora educar-se em Lisboa. Outro português, Domingos Gomes Belo,[56] traficante declarado, que em seu testamento expressa a sua atividade ilícita" agradecendo sua boa sorte

nos negócios a dois comerciantes estrangeiros: João Paulo Cordeiro, de Lisboa, que lhe confiara as primeiras carregações e lhe agenciara consignações de amigos portugueses, e o suíço de Trogen, de nome J.J. Graf, deixava à sobrinha, que vivia em Portugal, todas as suas disponibilidades, pedindo-lhe, em troca, que guardasse os retratos dos seus patrocinadores com decência, para que se perpetuassem na família os dois "troféus", Era, sem dúvida, Domingos Gomes Belo um dos representantes, em Salvador, do capital estrangeiro aplicado a negócios locais, gerando outros capitais, dos que eram, por sua vez, novamente encaminhados os lucros para os países distantes.

Ora, os níveis de fortuna são em geral índices de hierarquia social. Entretanto, seria impossível, através desse único critério, classificar os níveis sociais de Salvador em categorias definidas, estruturadas, estratificadas. A mobilidade social e os interesses precípuos dos grupos sociais estabeleciam uma interferência de grupos dentro de outros grupos, que dificultam sobremodo a tarefa do historiador que se inclina sobre essa problemática. A ideologia dos grupos sociais seria mais que os índices de fortuna, critério mais importante para a classificação das camadas sociais da cidade. Participavam dos mesmos segmentos pessoas de diferentes níveis de fortuna, mas que eram imbuídas dos mesmos ideais. Por exemplo, entre as elites que exploravam a força de trabalho local, não somente do trabalho escravo, como também do mal assalariado, existiam aqueles que diretamente participavam dessa espoliação, dela retirando lucros palpáveis, embora estivessem, em meio às mesmas elites da cidade, os que não praticavam esse tipo de dominação, pessoas ideologicamente convencidas de que era esse o modelo de sociedade conveniente para o Estado, e favoreciam com suas atitudes o domínio do mais fraco. Outros fatores estranhos, pois, ou políticos ou culturais, além dos níveis de fortuna, seriam também estreitamente ligados à determinação da hierarquia social. Embora houvesse grande mobilidade social e econômica, nem sempre o mais rico era o mais bem situado socialmente.

Pode deduzir-se, portanto, que a cidade do Salvador não era pragmaticamente inclinada ao culto das fortunas, ao valor excessivo do material, mas outros valores, fossem culturais, raciais, políticos, religiosos,

influiam no conceito de hierarquia social. Para exemplificar essa afirmação, oferecemos um quadro onde estão representados aqueles que, sem nenhuma dúvida, pertenciam às camadas elitistas da cidade, e que, no entanto, nem todos apresentavam grande nível de fortuna. Eram esses: um senhor de engenho, um Arcebispo, um grande negociante, um Presidente da Província, um militar. Procuramos personalizar os representantes da elite urbana, sua maneira de viver, sua maneira de morrer, quais os bens mais significativos. (Vide anexo quadro II).

Para avaliação de categorias sociais são também critérios menores a cor, a origem da fortuna; na cidade que ainda se apresentava uma pequena urbe, existia uma diminuta categoria elitista, alvo final de uma ascensão social bem sucedida. Entre esses, aquelas famílias de longa linhagem de antepassados, que se ramificavam, formando clãs cerrados, e que somente acolhiam na intimidade e com exclusividade outras pessoas que viessem integrar-se a eles através do casamento. Havia um certo desprezo das famílias provenientes das antigas linhagens mesmo pobres, como donos de engenho de fogo morto, donos de terras deficitárias, aqueles que haviam ingressado na carreira pública, juízes, advogados, intelectuais, médicos, pelos grupos dos negociantes e profissões em torno do comércio e da incipiente indústria local. Era voz corrente nos murmúrios da cidade que aqueles comerciantes bem sucedidos financeiramente, passando os dias na cidade baixa, no exercício de suas atividades, eram traídos por suas esposas com médicos e outros representantes das categorias mais nobres que, assim, se conformavam com sua pobreza romântica e gentil, exaltando uma moral que teria mais um certo sentido vingativo contra aqueles forasteiros que os afrontavam com novas fortunas, do que mesmo a louvação de um ideal de comportamento. Aqueles comerciantes, também enriquecidos e unidos às mulheres de cor e de condição inferior, eram até poupados, pois já haviam recebido o castigo que mereciam, por terem adquirido tão importante fortuna: eram alvo da compaixão, por se terem deixado levar àquela situação irremediável, seus filhos, netos e descendentes, apontados como mestiços, por terem tido uma antepassada de cor.

Haveria grande apego às tradições do passado, nos altos segmentos sociais de Salvador? Geralmente aqueles que ocupavam os espaços da

elite, famílias de fortunas sólidas, burguesas ou aristocráticas (com títulos de nobreza), não se conservavam em longa duração no mesmo segmento social. Grandes e sólidas fortunas, estratificadas, eram casos raros. A história do comércio em Salvador seria mais individual, de homens fortes e poderosos que haviam angariado grandes somas de dinheiro, mas que as perdiam em vida, ou por seus herdeiros, depois da sua morte; a grande fortuna era dispersada ou dilapidada. O mote: **pai rico, filho nobre e neto pobre,** realmente definia como se comportavam as gerações de fortunas de Salvador.

Entretanto, quando uma família de boa origem, convencida e informada de suas tradições, subia na escala social através da fortuna ou da posição, eram, de logo, lembrados os seus antepassados nobres, burgueses ou donos de terras, e pesquisada e organizada sua árvore genealógica pelos estudiosos locais, e até enobrecidas suas simples origens. Era muito importante verificar na família que atingira o mais alto nível de fortuna, ou posição, se seus antepassados haviam sido fidalgos. Sabemos, entretanto, que se não houvessem alcançado aqueles altos postos na escala social, seriam pessoas simples e ignoradas que teriam vivido de maneira comum, e ninguém cogitaria de investigar suas origens.

O prestígio de uma ascendência nobre era bastante importante. Tanto que, havendo na época do Segundo Reinado, possibilidades de se conseguir títulos de nobreza, geralmente de barões, em troca de gestos de benemerência que agradassem ao Imperador, houve grande afluência no intuito de se alcançar essas denominações honoríficas. Famílias simples, ligadas ao ambiente rural, passaram, do dia para a noite, a uma escala superior da sociedade, sem mais esforço que dispender uma quantia em benefício de causas beneficentes agradáveis ao monarca, embora houvesse, antes da concessão do título, uma sigilosa investigação acerca do pretendente ao baronato.

Os ideais burgueses de economia, restrição aos gastos, respeito ao capital ou ao **principal,** não encontravam eco, no século XIX entre as famílias dos senhores de engenho enobrecidos. O culto aos ideais burgueses era, sobretudo, encontrado entre os emigrantes portugueses enriquecidos no Brasil e seus descendentes. A moralidade, como elemento integrador

de uma sociedade nova, era respeitada, observada e altamente conceituada na burguesia, e bastante desleixada nas classes menos favorecidas, especialmente entre os elementos da sociedade, que eram mestiços, ou de cor negra. A moralidade e o preconceito racial também eram cultuados em meio aos clãs das mais longas linhagens baianas. Era sobretudo no casamento que se observavam mais vivos os sentimentos de preconceito racial. Afirmar ser este inexistente na Bahia é mera utopia, embora a fortuna clareasse a pele.[57] Havia, sempre, entre as famílias, dois comportamentos diversos: aquele que apresentava dentro das casas, em relações intra-familiares, e aquele que era apresentado publicamente em relação à sociedade, onde tudo era afabilidade, lisonjas e risonha acolhida.

Havia, pois, na sociedade de Salvador, além de ricos e pobres, de brancos e de cor, de senhores e escravos, outra dicotomia social representada pelos integrantes voltados para uma ascensão à burguesia, e a fidalguia representada pelos senhores de engenho e seus descendentes. No relacionamento entre os portugueses e baianos houvera, durante parte do século, franca lusofobia.[58]

Vindos de outros países europeus e aqui estabelecidos com permissão de morada ou carta de residência permanente, tinham os estrangeiros dois caminhos para escolher: ou não se misturavam com a sociedade local, suas esposas eram também estrangeiras, e tratavam os baianos superiormente, apelidando os nascidos no Brasil de **natives,** como os ingleses, na sua insuportável arrogância, derivada do poder econômico, ou casavam com descendentes de velhas famílias, adaptavam-se, fundavam outros clãs, até hoje existentes. Geralmente a maneira mais fácil de adaptar-se e aclimatar-se era casar com elemento local: de logo envolvidos pelos parentes da esposa, situavam-se rapidamente no meio social da cidade. Não era, porém, nem fácil, nem simples casar um estrangeiro com moça baiana. Em 1818, foi instaurado um verdadeiro processo, quando Jonathas Abott pretendeu casar com Hermelinda Coelho. A **justificação de solteiro** correu na secretaria da Câmara Arquiepiscopal. A maior dificuldade era que Abott, súdito inglês, originário de Midlands, perto de Londres, filho de João e Sara Abott, era protestante, ao chegar ao Brasil, ainda muito jovem. Foi necessário que o aflito noivo conseguisse uma certidão dos capuchos de

São Francisco, em que afirmavam que Abott, inglês de nação havia, em 1813 ou 1814, abjurado na igreja de São Francisco dos erros de sua anterior crença protestante, e abraçado os ditames da "nossa Santa Fé Católica", em solene ato, com padrinhos e testemunhas e certidão passada no processo. Foi, então, batizado. Contudo, a decisão tomada foi de que Abott não poderia casar, pois era menor de 25 anos, e seus pais, na Inglaterra, não estavam cientes do seu casamento. Para esse argumento Abott alegava a morte dos pais e apresentava testemunhas. Vinha, entretando, o vigário da Conceição da Praia, onde residiam os noivos, lembrar a necessidade de que se publicassem os "banhos" para o casamento em Londres. Imagine-se que Abott a essa altura já arrancara alguns fios do cabelo, apesar de sua fleuma inglesa. Outros estrangeiros ainda, em terceira opção, iam mais fundo. Relacionavam-se para que não houvesse compromisso assumido, ou gastos desnecessários, às mulheres de cor, deixando-se enredar por sensuais mestiças, acabando mesmo por lhes reconhecer os filhos em verbas testamentárias.

Seria, realmente, grande temeridade arriscar-se a emitir um conceito formalmente exato de divisão de segmentos sociais da população da cidade do Salvador.

Para essa distinção iremos basear-nos no trabalho da erudita historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso,[59] que observou o panorama das hierarquias sociais, por volta dos anos 1800, e os distinguiu em grupos e subgrupos.

No primeiro e mais alto nível social da cidade, ou as elites, encontramos: os senhores de engenho com morada na cidade, os grandes comerciantes, os altos funcionários, os militares de altas patentes, o alto clero secular e regular.

O segundo grupo tem níveis de salários inferiores quando são empregados públicos, e menores níveis de renda quando são comerciantes. Mesmo negociantes com altos níveis de renda deveriam pertencer ao segundo grupo, pois sua vulgaridade, seus maus costumes, sua maneira de viver, não os colocaria jamais no primeiro grupo; os empregados públicos de cargos menores, os militares de patentes inferiores, o baixo clero secular e regular, comerciantes varejistas, os profissionais liberais, os que viviam dos seus rendimentos, os mestres de ofícios nobres.

No terceiro grupo os funcionários subalternos, militares das mais baixas patentes, profissionais liberais secundários, oficiais mecânicos ou artesãos, pequenos comerciantes que viviam dentro do comércio ambulante, pescadores, marinheiros e, acrescentamos, os lavradores que existiam dentro do perímetro urbano da cidade, cultivando pequenas extensões de terrenos baldios, e os libertos.

O quarto grupo é representado pelos escravos, mendigos, vagabundos.

Os libertos eram recém-saídos do quarto grupo e por isso foram identificados no terceiro, pois apesar de, muitas vezes, terem bens e rendas, estavam escapando à escravidão.

É interessante notar que as mulheres jamais aparecem em grupos de hierarquias sociais, embora no século XIX já existissem muitas com profissões definidas, que até sustentavam suas famílias com o produto do seu trabalho, de suas economias. Existiam mulheres libertas que, ao morrerem, se encontrava a prova de que testaram; e, muitas vezes, é razão de admiração que, em curto período, houvessem conseguido amealhar uma soma para o pagamento da carta de alforria, e ainda houvessem adquirido outros bens. Como distinguir a mulher com profissões, as viúvas, as escravas, entre os grupos de hierarquia social? A mulher somente existia na sociedade em função da posição do companheiro? A mulher que vivia de sua profissão, não teria direito a um lugar na âmbito dos grupos sociais?

O grupo primeiro da cidade, que correspondia às suas elites sociais, deveria ser composto de viúvas de altas rendas, ou as que se encontravam à frente dos negócios que haviam herdado do esposo, como mulheres exercendo tráfico de escravos, mulheres chefiando tipografias, mulheres negociando dinheiro a juros. Nesse grupo estão incluídas as freiras que nos seus Conventos houvessem ocupado os cargos de Abadessas e Superioras. O primeiro grupo é das mulheres com altos níveis de renda, ou que houvessem ocupado altos cargos religiosos.

O segundo grupo seria das esposas de ocupações domésticas, daqueles indivíduos situados hierarquicamente na elite da cidade, passíveis de uma decadência social assim que lhes desaparecessem os maridos, como também as mulheres independentes, viúvas ou solteiras, com al-

guma renda, ou grande número de escravos que lhes proporcionasse proventos. Viúvas ou filhas de senhores de engenho, estabelecidas na cidade para educar os filhos, as primeiras; os sobrinhos, as segundas, suas rendas provindas de bens rurais, mais uma vez confirmando a estreita ligação da cidade com o campo. Ainda no segundo grupo colocaríamos as professoras, as diretoras de colégios particulares.

No terceiro grupo estariam incluídas as costureiras, tão numerosas em Salvador, as que viviam de pequenos negócios, as ganhadeiras, as quitandeiras, as bordadeiras, as libertas.

No quarto e último grupo posicionaríamos as escravas, as mendigas e as prostitutas. Achamos mesmo que as escravas somente se incorporam ao quarto grupo por não terem independência pessoal, ou por serem propriedades de outros. Não se pode comparar o **status** social de uma mulher com profissão definida, como o eram muitas escravas de ganho, amas de leite, cozinheiras, as serviçais da lavoura com as mendigas e prostitutas, decaídas socialmente, quando a escrava teria ainda meios de ascensão social.

As mulheres já afirmavam sua presença na cidade. Já não eram mais aquelas enclausuradas, dominadas como se fossem servas, em regime de proteção muçulmana do marido e senhor. Já nem todas se conformavam com a posição humilhante, durante toda a vida protegidas pelo pai, pelo marido, pelo filho, embora esta situação fosse a mais generalizada. As mulheres, como vimos em outros capítulos, já comandavam escravos, às vezes 10 a 12, quando a proprietária era ela própria, mulher solteira ou viúva. Encontramos mulheres com negócios de tráfico, de trapiches e armazéns, de lojas, de tipografias, geralmente entre as mulheres viúvas, com filhos menores. Também encontramos aquelas que fabricavam doces e confeitos e os mandavam vender nas ruas pelos seus escravos, assim como outras que amealhavam as pequenas quantias trazidas pelos servos diariamente a troco da execução de ofícios habilidosos em casas alheias. Já encontramos mulheres que, de ganho e livres, costuravam roupas, vestidos, camisas e outros acessórios, e para isso contavam com o apoio das agregadas por elas comandadas. Encontramos as que possuíam pequenos negócios domésticos ou em pequenas casas abertas ao pú-

blico. Deparamos com as agregadas que desempenhavam seus ofícios dentro das casas, onde às vezes parasitavam, outras vezes trabalhavam como se fossem assalariadas. Tinham filhos ilegítimos, espúrios ou adulterinos e, quando encontravam terreno fértil para implantar uma independência insuspeitada, mantinham suas próprias transações, dentro ou fora do lar que a resguardava. Defrontamos as mulheres de cor, tentando de todas as formas ganhar a vida, mercando pelas ruas, trabalhando em quitandas, vivendo de ganho, ocupadas em ofícios nas pequenas fábricas, pelos lados do Pilar e da Penha, livres, mas vivendo em função do ganha-pão com que sustentavam a família ou ajudavam no orçamento familiar. Mulheres livres, mas escravas do sustento. Encontramos as libertas, aquelas inclinadas para as artes dos negócios do dinheiro, havendo pago a carta de alforria e trabalhando aqui, emprestando a juro ali, conseguiram angariar um pequeno pecúlio e, especialmente, comprar escravos que as servissem. E por fim a escrava. A mulher sofrida, dominada, trabalhada, espoliada, explorada. A que, paradoxalmente, mais se aproximava da senhora, da mulher esposa. Ambas escravas, ambas sem vontade própria, prontas para servir lealmente ao senhor e à disposição de sua vontade.

A mulher senhora, de acordo com a fortuna do senhor, dispunha de melhores ou piores condições de vida. Vestida com luxo, alimentada, enfeitada quando aparecia socialmente, seus deveres eram gerar e criar filhos, olhar pela casa de morada. Tal mulher, aparentemente tão frágil e dependente, teria uma vontade de ferro para demonstrar tanta debilidade e, ao mesmo tempo, possuir tanta força interior que a fazia suportar os rigores do paternalismo e, ainda, ser responsável pelos filhos, escravos, crias, boa ordem de grandes casas, refeições prontas na hora exata, roupas limpas, engomadas com requinte, o preparo de festas familiares dos clãs. Não era fácil tarefa comandar escravos e treiná-los a bem servir em casa de trato. Exigia mais que simples castigo, e palmatória vigilante atrás da porta. Demandava a observação da inclinação dos escravos, tratá-los com misto de brandura e severidade e, sobretudo, não os maltratar com requintes de perversidade, seguindo maus instintos. Eram as senhoras também responsáveis pela instrução religiosa dos seus servos,

além do que lhes ensinavam rudimentos de costura e bordados. Sentadas sobre um estrado, as senhoras liam a história sagrada, enquanto observavam os progressos das escravas que se dispunham costurando, sentadas nas extremidades daquela elevação. Raro era a mulher que escapava desse destino. Geralmente já era condicionada, desde os primeiros anos de vida, a ter um comportamento de submissão em relação ao chefe paternalista, e poucas desafiavam por completo aquela autoridade.

A instrução religiosa e civil; sua influência na vida social da cidade do Salvador

Era obrigação dos pais, mestres e senhores ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, caixeiros e escravos.[60] Como também era obrigação nos dias santos, nos domingos e em festas solenes nas igrejas matrizes, dos párocos e, além desses, a obrigação estendia-se aos capelães e curas colados ou anuais do Arcebispo, pregar a palavra de Deus aos seus fregueses. Se não tivessem capacidade ou competência para fazer pregações espirituais, pelo menos aconselhassem os fiéis a fugir dos vícios e abraçar as virtudes. Para isso utilizavam-se catecismos, cartilhas religiosas, horas marianas e outros livros de doutrina cristã, para os que sabiam ler e escrever.

Era dever da instrução pública primária ministrarem-se os preceitos da religião e da moral ao mesmo tempo que a leitura, assim como dos deveres daqueles que viviam na sociedade.

Grande parte da população da cidade não sabia ler nem escrever, e a ela era oferecida não a instrução civil, da cartilha, pela preferência dada aos escravos, das noções de religião, do respeito e veneração aos senhores, conformidade e confiança aos seus proprietários. Foi através desses ensinos religiosos, das pregações da senhora dentro das famílias, da conversão dos escravos boçais, do seu batismo e integração da família cristã onde ocupavam tão modestos espaços, que a sociedade de Salvador se manteve não de todo livre, mas de certo modo protegida das revoltas que poderiam ter surgido mais freqüentemente do que se observou, do elemento escravo em relação aos senhores.

Vejamos, por exemplo, a mais expressiva das revoltas escravas havidas na cidade, aquela que se chamou a revolta dos malês. Os escravos e negros que tomaram parte nesse levante tinham crenças muçulmanas, e muitos deles eram escravos de senhores estrangeiros, com morada na estrada da Vitória, não sendo, portanto, freqüentemente instruídos nem alimentados na fé cristã.

Era obrigação da constituição sinodal ensinar ser dever do cristão denunciar hereges e outros faltosos, sob pena de pecado mortal, assim como ocultar ou divulgar livros de outras doutrinas, ou mesmo da doutrina cristã, mas que não fossem aprovados pelo Ordinário. Através dessa obrigação paternalista de iniciar escravos na doutrina e vigiá-los para que seguissem o caminho de Deus, incutindo-lhes a conformidade para com o destino que os fizera servos, é que foram evitadas tantas desordens e alvoroço de escravos em Salvador. Também agiam através das Irmandades que congregavam gente de cor, transformando-os em pessoas de grande piedade cristã.

Foi através do ensino religioso e dos ditames da Igreja que se criou, por assim dizer, uma instituição coercitiva de abertura de pensamento, respeitados o seu imenso poder espiritual, no entanto manietadas muitas das aspirações do homem. A doutrina argüia: o rebanho deveria sempre seguir o pastor, o que transformava a religião em dominação mental, desde a época colonial, até algumas décadas anteriores à proclamação da República. Essa força da Igreja, utilizada pelo Estado para coibir o comportamento do homem, foi sem dúvida observada e constatada na sociedade de Salvador.

Durante a época imperial, preocupavam-se os Presidentes da Província em instruir o povo, sendo o ensino primário garantido gratuitamente pela Constituição, considerando-se a ignorância das massas causa de males que o faria instrumento de perturbadores, induzindo-os aos erros e superstições.[61] Informava o Presidente da Província que de 1850 em diante, as aulas de instrução primária tinham melhorado tanto de nível que havia fornecido aos alunos 2.600 catecismos históricos do Abade Fleury, e igual número de livros de gramática e aritmética.

A instrução secundária deveria versar sobre os elementos de filosofia racional e moral, eloqüência, belas letras, conhecimentos de línguas

antigas e modernas, gramática, geografia e história, elementos de ciências físicas, tudo o que constituía, na época, as necessidades de um **homem educado.** O Liceu estava organizando um curso secundário, com diploma de bacharel em letras.

Reconhecia-se, entretanto, que a indiferença dos pais de família e a falta de compreensão para que as filhas mulheres estudassem atrapalhavam o bom êxito do ensino na Bahia. Aulas particulares foram instituídas em contrapartida com a existência das aulas públicas, especialmente de latim, nos conventos, aula de contabilidade estabelecida pela Associação Comercial[62]. Eram colégios particulares: o de Todos os Santos, no Maciel de Baixo, sendo seu diretor Francisco Álvares dos Santos, o de Nossa Senhora das Mercês, com dona Matilde da Cunha Raulino na direção, o Emulação Literária, na rua do Bispo, regido pelos beneditinos, o Harmonia, na Preguiça, de dona Elisa do Amaral, o Colégio das Meninas de nome Conceição, na rua da Ordem Terceira, o Colégio Conceição da Rocha, cuja diretora era dona Guilhermina Ribeiro, em São Raimundo, e o Colégio de Meninos, no Forte de São Pedro, de Cipriano Barbosa Betâmio.

Eram ainda colégios particulares de meninas: um na rua do Pão-de-Ló, de dona Joana Moreira, outro na rua de São Pedro, de dona Angélica Cesar, além do Colégio Nossa Senhora dos Anjos, na Cova da Onça, criado em 1853 pela Sociedade de São Vicente de Paula, iniciativa apoiada pelo Arcebispo da Bahia, o qual tinha 50 alunas internas e 60 externas, admitindo órfãs, conquanto lhe permitissem os recursos financeiros.

Existiam professores particulares de francês, inglês, italiano, alemão e latim. As aulas de francês e latim eram as mais requisitadas; as de latim, porque era dever de todo homem culto conhecer um pouco dessa língua e francês pela grande influência que existia nos usos, costumes e literatura do país, exercida pela França embora, a princípio, houvesse resistência à sua aprendizagem, pois diziam os mais velhos e experientes: por que aprender tal língua? Que resultado traria, a não ser o de ler aqueles dois revoltosos anticlericais, Voltaire e Rousseau?[63]

Havia ainda certa restrição em aceitar que as filhas se instruissem, embora muito menos evidentemente do que no século anterior. Mas os escravos eram segregados, não lhes era possível, a não ser muito rara-

mente, aprender a ler e escrever. Vivendo em tal estado de ignorância, foram depois da abolição engrossar os grupos de abandonados, sem emprego, sem ocupação, que apareceram na cidade e que não teriam sobrevivido, não fossem as sociedades protetoras dos ex-escravos, libertos pela abolição em 1888.

A involução da economia baiana no século XIX

O quadro de involução econômica apresentou-se de maneira efetiva e progressiva a partir da década de 50, no século XIX, indo repercurtir com mais intensidade na década de 70. Esse marco do ano de 1850 é justamente aquele em que foram proibidas as viagens do tráfico e a entrada da mão de obra servil da Bahia. Coincidiu com a suspensão do tráfico a imobilização de parte dos capitais, até então empregados no negócio da escravaria. Naturalmente que diante de tal situação, de falta de mão-de-obra nos engenhos e a maior incidência dos juros, mesmo nos empréstimos legais, a repercursão se encontraria na dificuldade da produção, imaginando-se, também, quanto não seria caro manter uma agro-indústria, necessitada de empréstimos em mãos de particulares, porque ao se proibirem os negócios do tráfico, além da aplicação de capitais em imóveis, aumentaram os sempre presentes negócios de dinheiro a juros. Essas transações financeiras eram procedidas através dos bancos, das casas comissárias, bem como de agiotas, grandes e pequenos. Dos dois primeiros já conhecemos o mecanismo do seu emprego e retorno, altamente espoliador da agro-indústria local. Os últimos eram direcionados àqueles que já não tinham para quem apelar, e se deixavam retalhar até os últimos tostões. Os pequenos agiotas existiam por toda a cidade. Pessoas com grande ou ínfimos capitais, até os libertos e libertas, praticavam a agiotagem, recebendo como garantia peças de ouro e de prata, que mencionam abertamente em seus testamentos, transmitindo esses bens aos seus herdeiros. Certamente que esse complexo financeiro levaria não somente a cidade do Salvador, mas toda a Pro-

víncia da Bahia, pela descapitalização dos seus processos produtivos, a grandes dificuldades, gerando inúmeras insolvências quanto à liquidação das dívidas, e quanto ao pagamento dos impostos.

A distorcida aplicação de capitais na cidade do Salvador entre os comerciantes e comissários. dava plena rentabilidade a um pequeno grupo, com sacrifício de uma grande maioria. Não se investia no trabalho ou na produção, mas na necessidade alheia.

A aplicação de capitais estrangeiros concentrou ainda mais os lucros em mãos daqueles que não os reaplicavam na Bahia. As más safras, devido às variações climáticas e a má qualidade do produto, devido às péssimas instalações de muitos engenhos já obsoletos, transformou a indústria açucareira, o carro-chefe da nossa exportação, em indústria cada vez mais deficitária. O grande golpe sofrido nos anos 70 veio com a má conjuntura da economia mundial, encontrando aqui ambiente propício aos graves prejuízos que causou ao comércio legitimamente baiano. Além do que, a desunião dos grupos não se verificava somente em plano social, mas também no relacionamento econômico, vindo a fase do "salve-se quem puder".

Salvador era uma cidade pobre. Mas é um fato também incontestável, observando-se o gráfico do 1° capítulo deste estudo, a **expansão demográfica** existente na cidade, depois da guerra da independência na Bahia, no século XIX. Acreditamos que essa expansão se deveu à abertura à imigração, não somente dos nossos anteriores colonizadores, os portugueses. Como de outras nacionalidades, especialmente povos europeus, como ingleses, franceses, alemães (e dos seus antigos ducados), italianos, austríacos, suíços, espanhóis que vinham estabelecer-se na Cidade. A isso se deve, entre outros motivos, à tentativa de assimilação do capitalismo mundial, inserido no contexto econômico da Cidade, atraindo-o com seus produtos de exportação. Transitava-se dificilmente de uma fase anterior, comercial, mercantilista, para uma nova era imperialista e do industrialismo, principalmente como era concebido na Inglaterra. Ao mesmo tempo, é certo que a afluência demográfica da população provincial, verificada em Salvador, teve origem principalmente no declínio da produtividade do açúcar, da diminuição conseqüente do culti-

vo da cana nos campos, vindo aquela população incrementar o número de habitantes da Cidade.

Salvador era o pólo de atração sobre senhores de engenhos decaídos e seus familiares e agregados, que na cidade se estabeleciam. A produção decrescente do açúcar daria origem a um maior índice de concessão de cartas de alforria compradas; os antigos escravos aumentando, por sua vez, as fileiras de libertos da cidade, usando os nomes pomposos dos seus antigos senhores. Devido à afluência da força de trabalho livre ou liberta, vinda dos campos, originou-se a instalação de pequenas indústrias em Salvador, o que, se não a enriqueceu, pelo menos absorveu os desocupados nesses pequenos empreendimentos industriais e comerciais de nacionais e estrangeiros. A mão-de-obra primária de, entre outros, carregadores, estivadores, cangueiros e ganhadores, veio, em parte, elevar o número daqueles indivíduos de ocupação primária que já existiam, os lavradores e pescadores tradicionais, que praticavam trabalhos que não lhes exigiram tanto dispêndio de energia física, mas lhes deram a autonomia almejada.

A comunidade urbana de Salvador tornou-se centro de pequenos e médios negócios, onde se realizava comércio de todos os tipos, desde o limitado e modesto, até mesmo algumas grandes transações comerciais. Parte daí o fenômeno que se apresenta no quadro das profissionalizações, de que boa parte dos habitantes da Cidade, homens e mulheres, se intitulava de profissão "negócio" ou negociante. Ainda viviam de certa forma saudosista, sob a égide do capitalismo mercantilista, ensaiando os primeiros passos para ingressar passivamente na era do capitalismo industrial.

É também desse período o fato da queda da produtividade dos engenhos de açúcar e da incapacidade dos senhores de impor um preço conveniente para o seu produto, tendo beneficiado os capitalistas mercantis, transformando-os de intermediários em possuidores de grande fortuna, de lucros excepcionais, e cada vez, portanto, mais capitalizados.

Procuramos alinhar as causas da involução na economia da cidade do Salvador, estendendo-se esse propósito para toda a Província.

I - EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO

a) Alto custo da força de trabalho, fosse escrava, fosse livre; pouca produtividade do escravo no campo: mal cuidado, mal alimentado, e desmotivado.

b) Falta de capitalização em negócio que exigia grande demanda de recursos, entre a maioria dos senhores de engenho, além de seu injustificável desperdício.

c) Falta de aperfeiçoamento técnico dos engenhos. Raros eram os engenhos modernos, com máquinas capacitadas a economizar força de trabalho e promover a qualidade do produto. Os engenhos movidos a vapor significavam, na totalidade, apenas 8,6%; os movidos a água tinham o percentual de 15,2%, e 76,2% e funcionavam através de tração animal.

d) Desvantagem no estabelecimento do preço do açúcar. Concorrência do açúcar das Antilhas e do açúcar da beterraba. Relacionamento prejudicial do senhor de engenho com o negociante comissário na capital da Província.

e) Qualidade inferior do produto para exportação em face àqueles dos concorrentes.

f) De 1870 em diante, crise ou depressão econômica na Europa, principal praça de compra do açúcar. Depois dos grandes investimentos capitalistas efetuados para a mecanização das indústrias européias sobrevieram ali os movimentos operários pela elevação dos salários e regulamentação do trabalho, o que diminuiu o lucro. Além do que, as grandes aplicações e investimentos de capitais no exterior não retornavam com os lucros previstos. A crise repercutiu com intensidade na venda do açúcar, de modo negativo. Passaram a diminuir as compras no mercado externo.[64]

II - EM RELAÇÃO AO INTERMEDIÁRIO

a) Acumulação de capitais adquiridos no tráfico de escravos, principalmente depois da proibição de 1831.

b) Poucos investimentos em processos produtivos, geradores e multiplicadores de capitais, através do trabalho remunerado.

c) Aplicação de capitais oriundos do tráfico em bens imóveis, ações e apólices do Tesouro, e empréstimos a juros, depois de 1850.
d) Imposição de preços baixos para o produto transacionado, devido ao enfraquecimento do poder de barganha dos produtores. Altos juros cobrados diretamento ao produtor.
e) Subordinação de boa parte dos intermediários aos interesses estrangeiros, dos quais eram agentes compradores da Bahia.

III - CAUSAS DE ORDEM GERAL

a) Grande importação e menor exportação, criando-se desnível na balança de pagamentos.
b) Variações climáticas: grandes secas ou fortes chuvas, impedindo boas colheitas.
c) Os empréstimos acumulados para a realização de empreendimentos públicos, destacadamente de estradas de ferro, assumidos pelos Presidentes da Província, em libras ou francos, transformados em emissões de apólices, adquiridas pelos bancos, comerciantes e pessoas abonadas.[65]
d) A falta de mercado interno ocasionada pela ausência do interesse para a solução dos problemas sociais, ainda desconscientizados.

Chegamos ao final do estudo das dez freguesias da Cidade do Salvador, em que tratamos dos seus problemas demográficos, sociais e reflexos econômicos. Procuramos, também, enfocar o que se conhece como o "enigma baiano". Por que uma cidade para a qual afluiam tantos produtos com o fim de serem comercializados não evoluiu como deveria, no contexto das estruturas econômicas e sociais do seu tempo? Se no século XVIII poderíamos nos apoiar em motivos demográficos, pela falta de um crescimento constante da população, muito pelo contrário, tal não ocorreu no século XIX.

Em cada capítulo foi realizado um enfoque. No primeiro, a infraestrutura. Preocuparam-se os Presidentes da Província em criar na cidade condições de salubridade, abertura de ruas, serviços públicos de luz e água. Houve essa preocupação, embora não alcançassem níveis satisfatórios. No segundo, preocupamo-nos em verificar hipóteses sociais,

e chegamos à conclusão de que a falta de solidariedade entre os grupos transformou Salvador em cidade fragmentada, retaliada pela desunião, presa fácil para a exploração verificada no seu mercado de trabalho. Em capítulo dedicado às famílias, vamos verificar a importância dos laços familiares, mas também a existência de um núcleo estático na cidade, impedindo a evolução demográfica e social, representando 51 ,2% da população. Além do mais, a conformidade existente entre a população da cidade, especialmente entre os mestiços e pessoas de cor, como entre aqueles criados sem a proteção do pai de família, não contribuia para o desenvolvimento da mesma. Aventamos também nessa parte a hipótese do medo e da submissão, aquela que corrói e que corrompe e não leva uma população aos caminhos de uma evolução racionalizada. A profissionalização nos fez considerar a imensa diversificação dos produtos artesanais ou das profissões mecânicas, a variedade dos negócios, a falta de entrosamento e proteção da força de trabalho da cidade, o que principalmente contribuiu para a sua involução. As pestes ou epidemias do cólera morbo e da febre amarela, na realidade, causaram danos à cidade, sobretudo demográficos, mas, recebendo imigrantes de outras plagas da Província e do estrangeiro, em breve repôs sua média normal populacional. Vimos, depois, a educação, e, finalmente, o pouco e conturbado desenvolvimento econômico completaram o ciclo das forças adversas que lhe coibiram uma evolução que se mostrou ser incipiente, pelo menos na época levantada.

A cidade do Salvador se apresenta atraente aos olhos dos visitantes atuais. Pode-se vê-la nos dias de hoje em perspectiva distante, de quem se localiza na ilha de Itaparica: da ponta do Farol da Barra até o interior da baía de Todos os Santos. As dez freguesias de 1870 e outras mais que se lhes acrescentaram. O perfil está bem mudado. Mais ainda: se localizam as torres das igrejas em cima da montanha ou na orla das praias, cidade altaneira, panorama deslumbrante. Nos dias de céu pesado, nuvens negras, Salvador aproxima-se mais da ilha, delineiam-se até os pequenos contornos. Nos dias de sol, ela brilha e, ao cair da tarde, se incendeia, explodindo em beleza e angústia. Salvador e seu povo continuam profundamente identificados. Formam um conjunto indivisível. Sofrem, cho-

ram, riem. De mãos dadas, andam por extensas avenidas ou pelos becos esconsos. Rezam nas igrejas, cultuam deuses africanos. Os descompassos da sua involução não a levaram à revolta, mas tornou-se misteriosa, distante, embora acolhedora, gentil, povo aparentemente manso, amável, sereno. Mas somente quem convive muitos e muitos anos com essa cidade tão patente em influências raciais e culturais é que vai conhecendo aos poucos seus mistérios, seus segredos, seus recantos, seus pecados, sua beleza profunda, não apenas aparente. Enigma é pois, também, a cidade do Salvador "à beira do mar plantada", na baía de Todos os Santos, há mais de 400 anos. Os campanários das freguesias, erguidos em direção ao céu, parecem clamar por justiça social, ainda nos dias de hoje, para os seus desunidos mas identificados paroquianos.

Anexo II. Quadro exemplificativo das fortunas de cinco representantes da elite social

ANEXO II

Nome	Data do Inventário	Profissão	Jóias	Prata	Móveis	Livros	Carruagens	Escravos	Casa de morada	Monte-Mor	Funeral
Bento de Araujo Lopes Vilas Boas (Barão de Maragogipe)	1850	Senhor de engenho	—	1 :000$692	603$000	—	—	41 :490$000	8:000$000	415: 702$420	2:258$680
Manoel Joaquim da Silveira (Conde de São Salvador)	1874	Arcebispo	5:403$000	2: 127$040	3:294$900	12:192$967		—	—	25:033$94 0	—
Francisco José Godinho	1862	Grande comerciante	14: 994$040	274$160	1 :217$000	—	3 :000$000	20 :200$000	16:000$000	945:307$488	4:057$000
Francisco de Sousa Paraíso	1843	Presidento da Provincia (Senador)	464$053	938$550	322$800	83$240	5 :505$000	4 :50 0$000	6:353$386	22:012$486	177$000
João Barbosa Madureira	1817	Tenente -coronel	3:244$975	1 :006$600	121$800	—	—	7:480$000	4 :800$000	182:890$118	

Anexo III. Quadro exemplificativo de fortunas e aplicações de capitais em imóveis, empréstimos a juros, ações

ANEXO III

Nome	Data do Inventário	Profissão	Lugar de morada	Bens Imóveis	Ações e apólices	Dívidas ativas	Monte-Mor s/desconto	Fonte
Francisco Lopes Guimarães	1851	Traficante	Sobrado à Rua do Sodré	45:400$000		69:741$966	144 :359$352	ARQUEB S.J. maço 143 doc. 7
Antônio Martins Oliveira	1852	Traficante	Sobrado à Mangueira da Calçada do Bomfim	49:490$000	8:50 0$000	72 :441 $569	159 :184$782	ARQUEB S.J. maço 869 doc. 1
João Gonçalves Cezimbra	1856	Alambiqueiro e comerciante	Sobrado às Pedreiras no Porto da Jaqueira	51 :300$000	18:900$000	7:321$830	85:727$597	ARQUEB S.J. maço 145 doc. 1
José Pinto Novais	1858	Comerciante e traficante	Roça do Campo de Nazaré	24:850$000	72: 194$000	192 :866$853	274:327$685	ARQUEB S.J. maço 352 doc. 1
Francisco José Godinho	1862	Traficante e comerciante	Sobrado à Calçada do Bomfim	163 :880$000	465: 989$190	86:953$171	945 :306$888	ARQUEB S.J. maço 4.554 doc 1
Visconde dos Fiais	1863	Alambiqueiro, dinheiro a juros	Sobrado à ladeira de Soledade n.o 1	73:560$000	7:714$897	402:277$476	680:777$276	ARQUEB S.J. maço 128 doc. 1
Querino Antonio	1864	Traficante	Casa sita à ladeira da Barra	302:023$006	9 :000$000	13:533$765	363 :221 $737	ARQUEB S.J. maço 988 doc. 1
Antonio Francisco de Lacerda	1872	Comerciante, provavelmente contrabandista de diamantes.	Sobrado sito ao Largo da Piedade	560:600$000	593: 169$843	2:723$876	3.877:157$719	ARQUEB S.J. maço 278 doc. 1
Salustiano Ferreira Fróes	1874	Comerciante médico	Casa sita à Freguesia do Passo	61 :000$000	291 :749$120	23 :096$347	529:484$551	ARQUEB S.J. maço 6.143 doc. 4
Francisco Vicente Viana (Sarão de Viana)	1875	Senhor de Engenho, traficante		155 :369$146	700$000		493 :251 $544	ARQUEB S.J. maço 2.585 doc. 4
Antonio Pedroso de Albuquerque	1878	Traficante, Senhor de Engenho, industrial	Fazenda Jacaré na Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo	3.742 :714$871	142:382$011		4.425 :000$983	ARQUE B S.J. maço 3.565 doc. 9
Francisco Adães Vilas - Boas	1883	Comerciante	Rua Conselheiro Saraiva Freguesia da Conceição da Praia	862: 1 00$000	28:900$000	298 :088$000	1 .189:088$679	ARQUEB S.J. maço 7.216 doc. 4
Joaquim Pereira Marinho	1887	Comerciante, comissário, traficante e banqueiro.	Estrada da Vitória	2.400:000$000	1.498:000$000	1 .060 :000$000	5.810:000$000	VERGER, Pierre Flux et Reflux p.481

Notas

[1] BAHIA - *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional.* 1.ª etapa: 1850-1889. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. CPE. Salvador, Arco Íris, 1978, v. 2, p. 13.

[2] ARQUEB S.J. Registro de escrituras de empréstimos a juros nos Livros de Notas dos Tabeliães.

[3] Registro na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha... e Domínios Ultramarinos no Livro I onde se registram semelhantes alvarás - 1757: "Sou servido ordenar, que nestes Reinos, e seus Domínios, se não possa dar dinheiro algum a juro, ou a risco, para a terra, ou para fora dela, que exceda o de cinco por cento cada ano;" Dado em Belém aos 17 dias do mês de janeiro de 1757. Com assinatura de EI Rei e do Ministro.

[4] WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou... na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia...* em 1.° de março de 1854. Bahia. Tip de Antônio Guerra e Comp.. 1854. Anexo 7.

[5] ARQUEB S. J. Dos inventários do século XIX.

[6] ARQUEB S.J. Inventário de Manoel José de Almeida, maço... e de Augusto Gomes Moncorvo, maço 1.563, doc. 2, maço 7.221, doc.4.

[7] CALMON, FRANCISCO Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia; elementos para a história de 1808-1899.* Reimpressão. Salvador. Fundação de Pesquisas - CPE, 1978, p. 47.

[8] BAHIA. *A inserção da Bahia na Evolução Nacional,* vol. 2, p. 19. Há um erro na soma. Reproduzimos a citação ip. Lit. 8a - WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou...na abertura da Assembléia...* em 1.° de março de 1853. Bahia. Tip. Vicente Ribeiro Moreira. 1853 p. 75.

[9] ALMEIDA, Rômulo. *Traços de História Econômica da Bahia no último século e meio.* Bahia. Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951 p.8.

[10] BRITO, Des. João Rodrigues de. Cartas Econômicas-políticas...Lisboa. Imprensa Nacional, 1821, p. 45. 10a - LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Bahia.. Tip. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811.

[11] ARQUEB S. J. Inventário do Visconde de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins, maço 6.251, doc. 7.

[12] ARQUEB S.J. Inventário do Barão de Cajaíba, maço 139, doc. 2.

[13] CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-financeira da Bahia,* p. 117.

[14] *Idem, Idem.*

[15] ALMEIDA, Rômulo. *op. cit*. p.8.

[16] BAHIA - *Inserção da Bahia na Evolução Nacional.* v. 2, p. 25, tabela 7.

[17] ARQUEB S.J. lnventário de Tomaz Pedreira Geremoabo. maço 7.195, em três volumes.

[18] ARQUEB S.J. Inventários de João Vitor Moreira e Joaquim Alves da Cruz Rios. Visconde de São Lourenço, maços: 1.489, doc. 2, 1.447, doc. 1 e 2.

[19] BAHIA - *A Inserção da Bahia... op. cit*. v. 11, p. 33.

[20] ARQUEB S.J.lnventário de José Cerqueira Lima, misto de traficante, senhor de engenho e intelectual, maço 2.124, doc. I.

[21] VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des negres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos.* Paris. Mouton, 1968, p. 460-73.

[22] AZEVEDO, Thales e Lins. E.Q.Vieira. *História do Banco da Bahia* - 1858-1958. Rio de Janeiro. Livraria José Olímpio Editora, 1969, p. 85

[23] BAHIA - *A Inserção da Bahia... op. cit*. v. 1 p. 47.

[24] WRIGHT, Antonia F.P. de Almeida. *Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil.* 1808-1850. São Paulo, Brasiliana. 1978. p. 221.

[25] *A Inserção da Bahia... op. cit*. Anexo Estatístico tomo 4, p. 100; *Idem*, *Idem*. p. 169.

[26] *Anais do Parlamento Brasileiro.* 1850. Tomo segundo. Rio de Janeiro. Tipografia de H.S. Pinto, 1880.

[27] WRIGHT, Antonia F.P. de Almeida, *op. cit*.

[28] *Idem*, *Idem*.

[29] GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil.* 3a. ed. rev. São Paulo. Alfa Omega. 1975, p. 237.

[30] VERGER, Pierre. *op. cit.* p. 564.

[31] *Idem*, *Idem*. p. 294.

[32] *Idem*, *Idem*. p. 299.

[33] *Idem*, *Idem*. p. 307.

[34] *Idem*, *Idem*. p. 364-367.

[35] ARQUEB S.J. Inventário de José Cerqueira Lima, maço 2.124, doc. 1.

[36] A esposa de José Cerqueira Lima era D. Carlota Maria José de Figueiroa Nabuco de Araújo e desse casamento existiam cinco filhos.

[37] Representação que a S. Majestade Imperial dirigem os negociantes da Praça da Bahia. BAHIA, Tip. do Correio Mercantil de Reis e Lessa e Cia., 1.845. p. 10.

[38] *Idem*, *Idem*. p. 24.

[39] ARQUEB S.H. *Livro de Registro dos Estrangeiros;* inscrição de Joaquim Pereira Marinho em 1842, nessa época estabelecido no Pilar.

[40] Inventário da Condessa de Pereira Marinho, ARQUEB S. J. maço 120A e 130B.

[41] Inventário de Antonio Pedroso de Albuquerque, ARQUEB S.J. maço 3.565, doc. 9.

[42] AZEVEDO, Thales Lins Vieira. *História do Banco da Bahia*:1858-1958. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, Ed. 1969, p.118.

[43] ARQUEB S.J. Inventário de Domingos José Martins, maço 2.563, auto 2.

[44] VERGER, Pierre. Flux et reflux... *op. cit*. p. 477.

[45] ARQUEB S.J. Inventário de Joaquim Almeida, maço 1697.

[46] AZEVEDO, Thales e Lins Vieira. História do Banco da Bahia... *op. cit*. p. 79.

[47] WRIGHT, Antonia P. A. *Desafio americano... op. cit*. p. 242, transcrição do memorial de Wise.

[48] VERGER, Pierre. Flux et reflux de la traite de negres... *op. cit*. p. 482.

[49] ARQUEB S.J. Testamento de Joaquim Pereira Marinho, maço 130, doc. 1.

[50] ARQUEB S.J. Inventário de Antônio Pedroso de Albuquerque, *op. cit*.

[51] ALMANAQUE de 1854, p. 227.

[52] ARQUEB S.J. Testamento de Joaquim Pereira Marinho, maço 130, doc. 1.

[53] ARQUEB S.H. Livros de Registro dos Testamentos para pagamento do imposto de sucessão.

[54] DAUMARD, Adeline. Adaptação de conceitos emitidos em: *Histoire Économique et Sociale de la France* dirigée par Femand Braudel et Ernest Laburousse. PUF, 1976, tome 111, second volume, p. 866.

[55] ARQUEB S.J. Inventário de Justino José Fernandes, maço 1.488, doc. 4.

[56] ARQUEB S.H. Livro de Registro de testamentos para pagamento do imposto de sucessão.

[57] GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos;* dois ensaios de interpretação. Tradução...*op. cit*. p. 121.

[58] Memórias de D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt; Reis, João José. A elite baiana em face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840. In: Revista da História Uv. 108: 341-384.

[59] MATTOSO, Kátia Queiroz. *A Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo. Hucitec, 1978, p. 161-164.

[60] CAMPOS, Joaquim Cajueiro... *op. cit*. p. 1.

[61] WANDERLEY, João Maurício. *Fala que recitou...na abertura da Assembléia Legislativa...* no 1.° de março de 1853. Bahia, Tip. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853, p. 28.

[62] ALMANAQUE de 1854... *op. cit*.

[63] MEMÓRIAS DE D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, mimeografadas.

[64] DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 7.ª ed. Tradução Manuel do Rego Braga. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1980, p. 304-320. MAURO, Frederic. História Econômica Mundial, 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1976, p. 195.

[65] ARQUEB S.H. Presidência da Província, livro 4.487. Registros no livro para Inscrição de Apólices da Dívida Provincial que forem emitidas.

Referências

ABRANTES, Visconde. *Memórias sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Tip. de Unger Irmãos, 1846.

ACCIOLI DE CEROUEIRA E SILVA, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia*; anotadas pelo Dr. Brás do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial, 1919-1940, v. 6.

AlDEN, Dauril. The population of Brazil in the Late Eigteenth Century: A Preliminary Study. *Hispanic American Historical Review*. 43 (2), may, 1963, p. 173 - 204.

ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia, para o ano de 1855, organizado por Camillo de Lellis Masson, Bahia: Tip. de Camillo de Lellis Masson e Cia., 1854.

ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1857, Tip. de Camillo de lellis Masson e Cia., 1857.

ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1863, Tip. de Camillo de lellis Masson e Cia., 1863.

ALMEIDA, Luís Antônio Barbosa de. Relatório com que o Exm. ° Sr. Desembargador Antonio Joaquim da Silva Gomes, presidente da Bahia, entregou a administração da Provincia ao seu sucessor o Exm. ° Sr. Doutor luis Antônio Barbosa d'Almeida, em 3 de novembro de 1864. Bahia: Tip. Poggetti, de Tourinho, 1864.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador: publicações do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.

AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra.* São Paulo: Martins, 1972.

ANAIS do Arquivo Público da Bahia,Salvador, Imprensa Oficial do Estado dos anos 1897 -1981 - atualmente Arquivo do Estado da Bahia; 45 volumes em progresso a série.

ANAIS do Primeiro Congresso de Historia da Bahia. Cidade do Salvador, Bahia: Tip. Manu Editora, v. 5, 1950 - 1955.

ARIES, Philippe. *História social da criança e da família.* Tradução da 3. ed: L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime, Editions du Seuil. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

Essais sur "Histoire de la mort en Occident - du moyen àge à nos jours. Paris: Editions du Seuill, 1975.

ATA da Sessão do Diretório da Companhia de Colonização da Bahia (17 de abril de 1837). Bahia: Tip. da Viúva Serva, 1837.

ATHAYDE, Johildo Lopes de. *La Ville de Salvador au XIX eme siecle; aspects demographiques.* These de Doctorat presenté à l'Université de Paris X. Mimeografada.

AZAMBUJA, José B. Nascentes de. *Relatório com que o Exm.o Sr. Dr. José B. N. de Azambuja, Presidente da Provincia, abriu a Assembléia legislativa da Bahia*, no dia *1.*° de março de 1868. Bahia: Tip. de Tourinho e Cia. 1868.

AZEVEDO, Doroty do Rego. Estrutura ocupacional da população feminina da Cidade do Salvador; segundo os dados do censo de 1872. UFBA. 1975, mimeografado.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador,* 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, (Brasiliana, Série V, v. 281).

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor; um estudo da ascenção social.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, (Brasiliana, v. 282).

AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial; ideologia e realidade.* Petrópolis: Vozes, 1975.

AZEVEDO, Thales e Lins, E. O. Vieira, *História do Banco da Bahia 1858 - 1958.* Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1969.

BAHIA, Leis, Decretos etc. *Coleção das Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia*; sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838. Bahia: Tip. de Antonio Olavo da França Guerra, 1862, v. 1-28.

BAHIA, SEPLANTEC - CPE. *A economia baiana de 1850 a 1930; algumas sugestões.* Contribuição técnica a 33.ª reunião anual da SBPC, 1981.

BAHIA, SEPLANTEC - CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional,* 1.ª etapa 1850-1889. Salvador, 1978 -1979, v. 5, BAHIA, SEPLANTEC - CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional* 2.ª etapa *1890* a *1980.* Salvador, v. 1.

BERBERT DE CASTRO, Renato. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações.* Bahia: Imprensa Oficial, 1969.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil...* 1807-1869. Tradução. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BRAUDEL, Femand. *la Méditerranée et le monde Mediterranéen a I'époque de Philippe II*, 3. ed., Paris: Librairie Armand Colin, 1976, 2 tomes.

BRITO, Des. João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre agricultura e comércio da Bahia.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil.* 3. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1977.

CATÁLOGO de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional Annaes da Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, v. 68, 1949.

HISPANIC American Historical Review.

REVISTA do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

CHAUNU, Pierre. *A História como Ciência Social.* Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.

CALDAS, José Antonio. *Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.* Salvador: (Edição Fac-similar), Tipografia Beneditina Ltda, 1951.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Comp. Editora Nacional, 1937, v. 3, (Brasiliana, série V, v. 40, 83,173).

CALMON, Pedro. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1959, v. 7, com ilustrações.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira.* 2. ed. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1935.

CAMPOS, Joaquim Cajueiro. *Doutrina da constituição Synodal.* Bahia: Tip. do C. Mercantil, de R. Lessa e Cia., 1847.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLl, Hector Perez. *Os métodos da História.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Palestra R.I.H.G. B. v. 66, p. 77- 108. 1940.

COLEÇÃO de Regulamentos Expedidos pela Presidência da Província da Bahia no ano de 1861. Bahia: Tip. Constitucional, 1869.

COSTA, Avelino de Jesus (Padre). População da cidade da Bahia em 1775 In: *Quinto Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.* Actas I. Coimbra, 1964, p. 191 - 274. (Estampas).

CUNHA, Ambrósio Leitão da. Relatório que tem de ser apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, no dia da sua instalação, pelo Exm.o Sr. Presidente da Província, o Desembargador Ambrósio L. da Cunha. Bahia: Tip. de Tourinho & Comp., 1867.

DANTAS JUNIOR, João da Costa Pinto. *Repertório das Leis do Estado da Bahia, 1891-1928*. Bahia: Tip. de S. Francisco, 1928.

DANTAS, Orlando Vieira. *A Vida Patriarcal em Sergipe.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DAUMARD, Adeline. *Les Fortúnes Françaises au XIX siécle* (enquete dirigée par Adeline Daumard). Paris, Mouton, 1973. L' Etat liberal et le liberalisme économique. In: *Histolre Economique et Sociale de Ia France* dirigéé par Fernand Braudel et Ernest Labrousse. Paris: PUF, 1976, t. 3, v. 2, p. 137-159.

DAUMARD, Adeline. Caractéres de la Societé Bourgeoise. In: *Histoire Economique et Sociale de la France* dirigée par Fernand Braudel et Ernest Labrousse. Paris: PUF, 1976, t. 3, v. 2, p. 829-955.

Maisons de Paris et Proprietaires Parisiens au XIX siécle. (1809-1880), Toulouse, Editions Cujas, 1965, Les Bourgeois de Paris au XIX siécle. Paris: Flammarion, 1970.

DAUPHIN, Meunier. *Histoire de la Banque.* Paris: PUF, Que Sais-je, 1968.

DIAS, Gentil Martins. *Depois do latifundio -continuidades mudança na sociedade rural nordestina.* Brasília: Tempo Brasileiro Ltda., 1978.

DIAS, Manoel Nunes. Fontes da Junta Liquidatória dos Fundos das Companhias Pombalinas do Brasil (1778-1914) In: *Memória da I Semana da História.* 137-143. Universidade Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1979.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo.* 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

DUROSEIlE. J.B. *A Europa de 1815 aos nossos dias.* (vida política e relações internacionais). Tradução de Olívia Krãhenbüll. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança - a indústria açucareira em Pernambuco* -1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia Thomaz Xavier Garcia d'Almeida... na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1839. Bahia: Tip. de Manuel Antônio da Silva Serva, 1839.

FALA que recitou... o Presidente da Província da BahiaThomaz Xavier Garcia d'Almeida na... Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1840. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1839.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia Paulo José de Melo Azevedo e Brito... na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1841. Bahia: Tipografia de Epifânio S. Pedrosa, 1841.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos... na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1842. Bahia: Tipografia de SA Portela e Companhia, 1842.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos... na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1843. Bahia: Tipografia de SA Portela e Companhia, 1843.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1844. Bahia: Tipografia de S.A. Portela e Companhia, 1844.

FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia em 1845, pelo Presidente da Província Francisco José de Sousa Soares d'Andréia. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, 1845.

FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia em 1846 pelo Presidente da Província Francisco José de Sousa Soares d'Andréia. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, 1846.

FALA que recitou o Presidente da Província da Bahia Antonio Inácio de Azevedo na abertura da Assembléia Legislativa em 2 de fevereiro de 1847. Bahia: Tipografia do Gaicurú de D. Guedes Cabral, 1847.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia, João José de Moura Magalhães... na abertura da Assembléia Legislativa em 25 de março de 1848. Bahia: Tip. de João Alves Portela, 1848.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins... na abertura da Assembléia Legislativa em 4 de julho de 1849. Bahia: Tip. de Salvador Moitinho, 1849.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia, o Conselheiro Desembargador Francisco Gonçalves Martins... na abertura da Assembléia Legislativa em 1850. Bahia: Tip. Constitucional, 1850.

FALA que recitou... o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins... na abertura da Assembiéia Legislativa em 1.° de março de 1851. Bahia, Tip. Constitucional, 1851.

FALA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembléia Legislativa da mesma província, em 1.° de março de 1852. Bahia: Tip. Constitucional Vicente Moreira, 1852,

FALA que recitou o Presidente da Província da Bahia, João Mauricio Wanderley... na abertura da Assembléia Legislativa em 1.° de março de 1853. Bahia: Tip. Constitucional de Vicente Moreira, 1853.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província, o Doutor João Maurício Wanderley, no 1,° de março de 1B54. Bahia: Tip. de Antônio Olavo da França Guerra e Comp., 1854.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Doutor João Maurício Wanderley no 1.° de março de 1855. Bahia: Tip. de Antônio Olavo da França Guerra e Comp., 1855.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Bahia: Tip. de Antônio Olavo França Guerra e Comp., 1856.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Desembargador João Lins V.C. de Sinimbu. Bahia: Tip. Antônio Olavo da França Guerra, 1857.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo I. ° Vice-Presidente da Província o Desembargador Manoel Messias de Leão em 15 de setembro de 1855. Bahia: Tip. de Antônio Olavo da França Guerra, 1858.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Doutor Francisco Xavier Pais Barreto, em 15 de março de 1859. Bahia: Tip. de Antônio Olavo da França Guerra, 1859.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Conselheiro e Senador do Império Herculano Ferreira Pena, em 10 de abril de 1860. Bahia: Tip. de Antônio O. da França Guerra, 1860.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província Antônio da Costa Pinto, no dia 1.° de março de 1861. Bahia: Tip. de Antonio O. da França Guerra, 1861.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, no dia 1.° de março de 1862. Bahia:, Tip. de Antônio O. da França Guerra, 1862.

FALA que recitou na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, o Presidente da Província Conselheiro Antônio Coelho de Sã e Albuquerque, no dia 1.° de março de 1863. Bahia: Tip. Poggetti.

FALA com que abriu a Assembléia Legislativa da Bahia o Vice-Presidente da Província Conselheiro Manoel Maria do Amaral, no dia 1.° de março de 1864. Bahia: Tip. Poggetti, de 1. Dias e Cia, 1864.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Joaquim Antão. *Relatório com que o conselheiro...* passou a administração da Província da Bahia ao Conselheiro Antonio Coelho de Sã Albuquerque. Bahia: Tip. de A. O. da França Guerra, 1862.

FERREIRA, Manoel Jesuino. *A Província da Bahia;* apontamentos. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1875.

FLANDRIN, Jean Louis. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'encienne societé.* Paris: Hachette, Le Temps les Hommes, 1976.

FREITAS, Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis.* Rio de Janeiro: Garnier, 1876.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX.* 2. ed. Tradução do original inglês por W. Valente. Rio de Janeiro: Artenova, Recife: Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio em convênio com o INL, 1977, 5. ed., v. 2.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

GENOVESE, Eugene D. *A economia política da escravidão.* Tradutores Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcante. Rio de Janeiro: Palias, 1976.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos.* Tradução de Lais Falheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOES CALMON, Francisco Marques de. *Vida econômico-financeira da Bahia. De 1808-1899.* Bahia: Imp. Oficial do E'stado, 1925.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Alfa O'mega, 1975.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1956.

GUIMARAES, Joaquim da Silva. *Miscelânea Histórica, Curiosa e Instrutiva.* Bahia. Tip. de J. C. de Aguiar Daltro, 1818.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em Demografia Histórica.* Universidade Federal do Paraná, 1977.

HISPANIC American Historical Review.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel/Difusão Européia do Livro: Tomo 1, (2 v.), Tomo 2 (5 v.), Tomo 3 (1 v.).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, *Coleção Documentos Brasileiros*, 1977.

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. *Catálogo genealógico das principais famílias:* R.I.G.H.B. e do Inst. Genealógico da Bahia. (1-4), 1945-1948.

KENNEDY, John Norman. *Bahian elites, 1750-1822; Hispanic American Historical Review.* 53 (2), August, 1973, p. 415-431.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil. (Províncias do Norte),* São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, 2/v ilust.

KINDERSLEY (Mrs.) *Letter from the east indies.* London: J. Nourse, 1777.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil.* São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969, (Brasiliana, v. 343).

LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Bahia: Tip. de Manoel Antônio da Silva Serva, 1811.

LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova Legislação do Brasil.* Bahia: Tip. de Manoel Antônio da Silva Serva, 1811.

MARCÍLLO, Maria Luísa. *La Ville de São Paulo Peuplement et Population 1750-1850.* Publications de l'Université de Rouen, 1968.

MARCÍLLO, Maria Luísa. *Demografia histórica*. Orientações e técnicas metodológicas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do presidente da província da Bahia.* Bahia: Tip. de J.G.Tourinho, 1869.

MARTINEZ, Socorro Targino. *Ordens Terceiras; ideologia e arquitetura*. Bahia: UFBA., 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Être esclave au Brésil XVle e XIXe siecle.* Paris: Hachette, 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: *a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo: Hucitec, 1978 (estudos brasileiros).

A propósito das cartas de alforria, Bahia, 1779-1850. In: Anais de História, Assis (S. Paulo), 1972, p. *23-52,v.* 4. Os Escravos na Bahia no alvorecer do século XIX(estudo de um grupo social). *Rev. de História de São Paulo* v. 47, n. 97, p. 109-135, janeiro-março, 1974.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós; ATHAYDE. Johildo M. Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX. In: *Extrait des Colloques Internationaux de C.N.R.S*. Paris, 1971.

MAURO, Frederic. *Do Brasil à America*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAURO, Frederic. *História econômica mundial* 1790-1970. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil.* London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1812, ilust.

MAXIMILlANO da Austria. (Ferdinand, Joseph, Maximilian von Oesterreich) *Esboço de viagem.* Bahia, 1861. Impresso como manuscrito, Viena: Tip. Nacional e da Corte, 1861 (Título original: Reise Skinnen) Bahia 1860. Wien, 1861.Trad. Antonieta da Silva Carvalho. Revisão Carmen da Silva Medeiros. Versão datilografada.

MESQUITA, Eni de. O papel do agregado na Região de Itu 1780-1830. *Coleção Museu Paulista*, Série de História. São Paulo: 1977. v. 6, p. 11-150.

MESQUITA, Eni de. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. In: *Revista de História.* São Paulo, n. 105, p. 33-45, 1976.

MONTEIRO, Hamilton de Matos. *Crise agrária e luta de classes. (O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889).* Brasília: Horizonte Ed. Ltda. 1980.

MORÉ, J.L. *Le Brésil en 1852 et la colonisation future.* Genêve et Paris, chez les principaux librairies, 1852.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste* 1817; estruturas e .argumentos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822 - Dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

NAEHER, Julius. *Terra e gente da província brasileira da Bahia* (tradução mimeografada) Leipzig, 1881, tradução de Dioclécio Leite de Macedo. Introdução e notas'de Pedro Calmon.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Letras e risco e carregações no comércio colonial da Bahia* 1660-1730. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1977 (Publicação da UFBa., n. 78).

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *O Convento do Desterro da Bahia.* Salvador: Ed. Gráfica Indústria e Comunicação, 1973.

NOTICE Pour l'Emigrant. Bahia (Brésil), Lito-Tipografia Wilcke, Picard e Cia., 1897.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, J.B. de Sá (Dr.). *Evolução psychica dos Bahianos. 8*, Tipografia Baiana, 1898.

OTT, Carlos. *Atividade Artística nas Igrejas do Pilar e de Santana da Cidade do Salvador.* Bahia: Publicações da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

PANG, Eul-Soo. Tecnologia e escravocracia no Brasil durante o século XIX, uma reinterpretação. São Paulo, *Anais do MUSEU Paulista* 1980-1981, v. 30, p. 55-135.

PELAEZ, Carlos Manuel e Buescu, Mircea. *A moderna história econômica.* Rio de Janeiro: APEC., 1976.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas; um estudo da história social e econômica do Nordeste,* 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia; estudo de contacto racial,* 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971, (Brasiliana, v. 241).

PINHO, Wanderley de. *Salões e damas do segundo reinado*. 23 p. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

PINHO, Wanderley de. A Bahia-1808-1856. In: *História geral da civilização brasileira* sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1972, TOMO 11, v. 2.0, p. 242-311.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Indústria no Período da Independência: **Universitas.** v. 15-16, p. 27-51,1973.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* - colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

REBELO, Henrique Jorge. *Memória e considerações sobre a população do Brasil.* Bahia: Tip. da Viúva Serva, 1836.

REBELO, Tito deAdrião (Dr.). *Descripção Succinta ou Breve História da Febre Amarela.* Bahia: Tip. de Antônio da França Guerra, 1859.

REIS, João José. A elite bahiana face os movimentos sociais, Bahia: 1824-1840. 1Í1: *Rev. de História*, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 341-384. Out-dez., 1976.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Representação que a S.M.lmperial dirigem os negociantes da Praça da Bahia, queixando-se das violências que sofrem os navios brasileiros dos cruzadores ingleses na Costa d'Africa.* Bahia: Tip. do Correio Mercantil, de Reis Lessa e Cia., 1845.

REVISTA do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, I.N.L. 1976, ilust. (Brasiliana, v. 9).

RUY, Afonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador,* Salvador - Bahia: Tip. Manu, 1953.

RUSSEL - WOOD, A.J.R. Black and mulato Brotherhoods. In: *Colonial Brazil*: a study in Collective Behaviour. *The Hispanic American Historical.* Review v. 54, n. 4, p. 567-602, november, 1974.

RUSSEL - WOOD, A.J.R. Aspectos da vida social das Irmandades leigas da Bahia no século XVIII. Universitas. 189-201, maio dezembro 1970.

RUSSEL - WOOD, A.J.R. Mobilidade social na Bahia Colonial, *Revista Brasileira de Estudos políticos.* Belo Horizonte, v. 27, p. 175-194, 1969.

SÁ E ALBUQUERQUE. Antonio Coelho. *Relatório com que o Presidente da Província... passou inteiramente a administração da Província da Bahia...ao Exmo. Sr. Manuel Maria do Amaral.* Bahia: Tip. Poggetti de Tourinho Dias e Cia., 1864.

SAIA, Luís. *Morada paulista.* 2.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade do Salvador* (obra póstuma). Bahia: Tip. Beneditina, 1949.

SAO LOURENÇO, Barão de. *Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa da Bahia, o Exmo. Sr. Barão de S. Lourenço, Presidente da mesma Província em 11 de abril de 1869.* Bahia: Tip. de J.G. Tourinho, 1869. Salvador, UFBa., p. 6-7.

SANTOS FILHO, Licurgo. Pequena história da medicina brasileira. *Cadernos de História.* São Paulo: Ed. Parma Ltda., 1980.

SEIXAS, Domingos Rodrigues (Dr.). *Da Cholera Morbus epidêmica de 1855 na provincia da Bahia.* Bahia: Tip. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

SENEX. *A Bahia de há 66 anos (Reminiscências de um contemporâneo)* Folhetim do Diário de Noticias. Bahia, 1907.

SILVA, Januário Manuel. *Breves noções sobre o aparecimento da epidemia da Cholera Morbus no Brasil.* Bahia: Tip. de Antônio Olavo da F. Guerra, 1863.

SILVA, João Joaquim da (Des.) *Índice alfabético de matérias as quais tem aplicação e legislação concernente aos anos 1858, 1859,1860,1861.* Bahia: Tip. de Camilo de lélis Masson e Cia., 1863.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário de Noticias e o século XIX,* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, I.N.L, 1979.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil 1500-1820.* 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962, (Brasiliana, série V, v.10, grande formato).

SOARES DE SOUSA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no império.* Senado Federal, Brasília:UNB, 1979.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição Intentada na Bahia em 1798 - A Conspiração dos Alfaiates*. São Paulo: Pioneira; Brasilia: INL, 1975.

VELOSO, Pedro leão. *Relatório com que passou a administração da Provincia da Bahia o Excelentissimo Senhor Doutor Pedro Leão Veloso ao excelentissimo Senhor Doutor Francisco liberato de Matos em 15 de outubro de 1866.* Bahia: Tip. de Tourinho e Cia., 1866.

VERGER, Pierre. *Noticias da Bahia* -1850. Salvador: Corrupio, F.C.Ba., 1981.

VERGER, Pierre. *Flux et Reflux de Ia traite des négres entre le golfe de Benin et Bahia* de Todos os Santos du dix:septiéme au dix-neuviéme siécle. Paris: Mouton, 1968.

VIANA, A. da Rocha (Padre). *Compilação em índice alfabético de todas as leis provinciais da Bahia...desde 1835.* Bahia: Tip. e Livraria de E. Pedrosa, 1858.

VIANA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia, por Francisco Vicente Vianna, auxiliado por José Carlos Ferreira.* Bahia: Tip. do Diário da Bahia, 1893.

VIANA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia.* 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora MEQ, 1976.

VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, 2.v.

VIOTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia.* São Paulo: Difel, 1966.

VIOTI DA COSTA, Emília. *Da monarquia à república; momentos decisivos.* São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1977.

VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois, atitudes collectives devant la mort aux XVII e XVIII siécles;* Collection Archives, Gallimard/Julliard,1974.

WETHERELL, James. Brasil *Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857.* Salvador: Artes Gráficas.

WRIGHT, Antônia F.P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil* 1808-1850. Brasiliana, São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Water Cart – Bahia –

Ganhadores.

Fisherman's Hut
Bahia

A coleção *Bahia de Todos* surgiu pela ausência de uma referência editorial que englobe publicações diversificadas sobre cultura, política, economia, história e artes do universo baiano. A série reflete o compromisso social da Universidade pública, de estimular o conhecimento através de um olhar multidisciplinar, de alto rigor científico, sobre temas e questões relativas à formação sócio-histórica e cultural da Bahia. A coleção abrange estudos e investigações sobre a região, através de publicações inovadoras e inéditas, e de resgates de obras clássicas já esgotadas.